



**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS**

ATA

334º Reunião Ordinária do CNAS

Dias: 12 e 13/12/2024

Brasília/DF

trigésima quarta reunião ordinária do CNAS. Última reunião de 2024, né? Todo mundo bem cansado, mas ao mesmo tempo disposto aí, né? Pra essa reunião que tem pautas tão importantes. É... Então... A gente tem uma reunião um pouco diferente aqui. O Rito, hoje, porque nós conseguimos, né? Felizmente, fazer a eleição da nossa suplência, né? A gente teve uma vacância da terceira suplência das entidades e organizações de sociedade civil. E aí, desde já, eu dou as boas-vindas à nova conselheira nacional eleita, né? Keuri Afonso de Oliveira. É... E... Peço que a gente, então, faça a conferência do quórum, solicita a nossa secretaria executiva. Em seguida, a gente passa para a posse da conselheira Keuri e para a aprovação da nossa pauta e ata, iniciando aí com a aprovação de algumas resoluções. Então, secretaria executiva, por gentileza, peço que faça a conferência do quórum. Bom dia, conselheiros, conselheiras, a todas as pessoas que nos acompanham pelo canal do CNAS no YouTube. Vou iniciar o chamamento do quórum. Conselheiros titulares, conselheira Aldenora Gomes Gonzales. Bom dia a todos e a todas. Presente. Conselheira Ana Lúcia Soares. Bom dia. Presente. Presente. Conselheiro Elias D'Souza Oliveira. Bom dia a todas e a todos. Aqueles que acompanham via YouTube. Presente. Conselheiro Emilênio Oliveira Araújo. Bom dia. Presente. Conselheiro Ismael Tino Tavallone. Bom dia. Presente. Conselheira Margarete Alves Dalla Ruvera. Bom dia. Presente. Conselheira Aparecida Guerra Vicente. Bom dia. Presente. Conselheira Maria Carolina Pereira Alves. Bom dia. Presente. Conselheiro Raimundo Nonato Lopes D'Souza, de forma virtual. Bom dia a todos e a todas. Presente. Conselheiro Régis Aparecido Andrade Espíndola. Bom dia a todas e a todas. Presente. Conselheira Shirley de Lima Samico. Bom dia. Presente. Conselheira Solange Bueno. Bom dia. Presente. Conselheira Tânia Soares D'Souza. Bom dia. Presente. Conselheiro Tiago Cabral. Bom dia. Presente. Conselheiros suplentes na titularidade. Perdão, o presidente, que já iniciou a reunião, Edilson Tavares de Araújo. Presente. Conselheiros suplentes na titularidade. Conselheiro Ricardo de Santana Marques. Bom dia a todos e a todas. Presente. Conselheira Catarina de Santana Silva. Bom dia. Presente. Conselheiros e conselheiras suplentes. Conselheira Andreia Fernandes Teixeira. Bom dia. Presente. Conselheiro José Miguel da Costa Júnior. Bom dia. Presente. Conselheira Keuri Afonso de Oliveira. E já dando boas-vindas à conselheira. Bom dia. Presente. Conselheiro, perdão, conselheira Maria Gonçalves da Conceição. Bom dia. Presente. Conselheira Irene Rodrigues da Silva. Bom dia. Presente. Conselheiro Eduardo Dal Bosco. Bom dia. Presente. Conselheiro Marcílio Marquezine Ferrari. Bom dia. A todos e a todas. Presente. Conselheira Amanda Simone Silva. Bom dia. Presente. Conselheira Rafael Machado da Silva. Bom dia. Presente. Conselheira Giovanna Pado Agobo Marinotti. Bom dia. Presente. E conselheiro

Alessandro Chiesi. Bom dia. Presente. Não deixei de chamar nenhum conselheiro e nenhuma conselheira. Solange Teixeira. Não. Conselheira Solange Solange Teixeira. Não. Conselheira Solange Teixeira não está presente. Solange. Esse é o quórum, presidente. Obrigado secretaria executiva registrar a presença também doutor João Paulo nosso consultor jurídico do MDSi do William também que sempre acompanha aqui as nossas reuniões então das boas-vindas aqui também a jaira da rede de fiscalização também aqui presentes, da Rede Fiscalização do Programa Bolsa Família do Cádio Único. E aí a gente, então, dá início à nossa reunião trimestral, com a posse da conselheira Kiori Shamsi, Afonso de Oliveira, representante da Rede Cidadã, que é uma pessoa que vem aqui à frente, por gentileza. Então, a gente, nesse momento aqui, a gente vai estar em posse da conselheira Kiori, em seguida a gente pede para que seja feita a leitura do livro de posse e a assinatura do livro aqui pela conselheira. Então, posse da conselheira Kiori Shamsi, Afonso de Oliveira, representante da Rede Cidadã, para o preenchimento da vacância de seguimento de entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, na condição de terceiro suplente, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social, designada pela portaria assinada pelo ministro Elton Dias, portaria do MDS, número 164, de 2 de dezembro de 2024. Peço à secretaria executiva que, por gentileza, faça a leitura do livro de posse e, em seguida, a assinatura. Obrigada, presidente. Termo de posse de membros da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social da gestão 2024-2026, vacância. Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2024, às 10h10min, na sala de reunião do Conselho Nacional de Assistência Social, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, anexo A, primeiro andar, sala 108, em Brasília, DF, tomou posse a conselheira Keori Chance e Afonso de Oliveira, para o preenchimento da vacância do seguimento de entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, na condição de terceiro suplente. Representante da Rede Cidadã, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social na gestão 2024-2026, eleita nos dias 25 de novembro dos anos 2024, na Assembleia de Eleição da Sociedade Civil deste Conselho Nacional, nomeada pela portaria MDS de número 164, publicada no Diário Oficial da União, nos dias 2 de dezembro de 2024. Assinam Edilson Tavares Jaraújo, presidente do Conselho Nacional, e a senhora Keori Chance e Afonso de Oliveira, suplente da Rede Cidadão. Esse é o termo, presidente. Do livro. Mais de 40 anos. O livro. O livro. Então, empossada a nossa nova conselheira, eu passo para uma breve saudação para a conselheira. Novamente, bom dia a todos, todas e todos. Agradeço aqui a recepção e a atenção de todos aqui e espero contribuir muito e aprender muito com vocês. Muito obrigada. Ok. Confio também a doutora Priscila para fazer parte aqui da mesa conosco e convidado neste

momento, tem que colocar mais uma cadeira, tá? Justifica a ausência da nossa vice-presidente Márcia Rocha, que nesse momento está nas comemorações dos 70 anos da Pai Rio, da qual ela é superintendente, com várias festividades lá. Declaro mais uma vez aqui os nossos parabéns à primeira Pai do Brasil, né? Que é a Pai da Guanabara, atual Pai Rio de Janeiro, que tem um trabalho muito relevante. E parabenizar também a nossa vice-presidente por toda a condução dos trabalhos, expansão dos trabalhos da Pai Rio de Janeiro, que tem toda uma trajetória aí, né? Com um grande laboratório de testes, que faz testes do pezinho e outros exames. É uma referência também de síndromes raras, doenças raras e com a grande expansão dos serviços sócio-assistenciais atualmente lá na Pai do Rio. Então, parabenizar por isso. E como é sempre nosso rito aqui da paridade, eu mais uma vez convido aqui para compor a mesa comigo a conselheira Aldenura, representando a sociedade civil, para conduzir a reunião comigo nos dias de hoje e amanhã. Ok? Obrigada pelo convite. Eu só queria perguntar se a sociedade civil concorda com o meu nome. Isso. Ok, então. Então, passemos... Agora... Cadê a pauta? Muito papel. Então, passemos agora para a leitura da nossa pauta. 10 de 12 de 2024, reunião trimestral do CNAS com o ICES e o ICSDF, 9 às 18. 11 de 12, reunião das comissões, reunião da Comissão de Política e de Assistência Social, continuação da discussão do Plano de Ação. A parte da meta 3, reunião da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, monitoramento do Plano de Ação, reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios, sócios assistenciais transcendentais de renda, debate sobre a resolução acerca de benefícios eventuais, reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social, apreciar as deliberações de todas as conferências já realizadas e avaliar assuntos que mais se repetem, reunião da Comissão de Normas de Assistência Social, apresentação do relatório da data trimestral 2024, informações sobre os processos de certificação das entidades beneficentes de assistência social referentes ao terceiro trimestre de 2024, reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, atualização do manual orientador aos conselhos municipais de assistência social, referente a prestação de contas, financiamento e orçamento, 16 às 18, por favor atualizar ali, foi 16 às 21, reunião da presidência ampliada do CNAS, dia 12 do 12, 30ª e 34ª reunião ordinária, 9 às 10, reunião interna de alinhamento dos representantes segmentos que acompanham o CNAS, 10 às 10 e 10, posto da eleição da sociedade civil, a vacância, 10 e 10 às 10 e 30, aprovação da ata da 30ª e 33ª reunião ordinária e da pauta da 30ª e 34ª reunião ordinária do CNAS, 10 e 30 às 12, apresentação da minuta da resolução da CNAS número 15, 2014 e encaminhamentos, na verdade a apresentação da atualização da resolução, por favor corrijam aí, atualização da resolução que vai ter outra

numeração, não será mais resolução 15, 14 às 16, relato da reunião da presidência ampliada, ficou para hoje? Era para amanhã, mas vamos lá, a gente faz as sugestões, 16 às 18, relato da reunião da comissão de financiamento e orçamento da assistência social, dia 13 do 12, 9 às 10, apresentação sobre esse ponto também, ficou mantido esse ponto também? Apresentação sobre a mesa nacional de negociação permanente, aí tem que, eu vou terminar de ler e aí solicito as atualizações, relato 10 às 11, relato da reunião da comissão de normas, 11 às 12, relato da reunião da comissão de controle social das deliberações da conferência, 14 às 15, relato da reunião da comissão de acompanhamento aos conselhos, 15 às 16, relato da reunião da comissão de política, 16 às 17, relato da reunião da comissão de acompanhamento do benefício e transferência de renda, 17 às 18, informes da presidência, secretaria executiva, CIT, SNAS, MDS, Fonseas, congemas e conselheiros. Eu tenho uma inclusão de pauta que é a leitura e aprovação de uma carta que foi assinada por todos os SES na reunião trimestral, que solicita a definição de uma carta que será encaminhada à Câmara dos Deputados, Senado, bancadas, ministro Elton Dias, ministro Fernando Haddad, ministro Simone Tebet, ministro Rui Costa, que solicita a definição da obrigatoriedade de 20% do valor das emendas individuais e de bancada para a política pública de assistência social. Então, eu queria solicitar a inclusão deste ponto como o segundo ponto, o terceiro ponto após a resolução 15, ok? São de acordo? Mais alguma atualização, Margareth? Então, é porque em relação à mesa de negociação, tinha sido aprovado no pleno anterior que o Desejos Suas deveria agendar uma reunião de alinhamento do segmento dos trabalhadores com o Desejos Suas, virtual, com data antes deste pleno agora. Quer dizer, como a reunião de alinhamento entre Desejos Suas e a bancada dos trabalhadores não aconteceu, eu solicitei ontem na PA a retirada de pauta para que possa cumprir o deliberado no pleno passado. Obrigado. Então, também queria fazer uma proposta. A gente tem no relato, na verdade está na presidência ampliada as duas resoluções, na comissão de financiamento. Então, eu queria sugerir que a gente antecipasse a comissão de financiamento, certo? Para as 14 horas, porque tem a aprovação de duas importantes resoluções também e que são cor-qualificado também, né? Tudo é cor-qualificado, certo? Então, como tem essas resoluções, eu preferia já colocar logo, pode ser? E também porque a gente tem que ter a presença da consultoria jurídica na aprovação dessas resoluções. Pode ser? E aí eu acho que talvez deixar e aí em seguida o relato da presidência ampliada para hoje mesmo. Não sei se dá tempo, né? A gente avalia mais tarde, se deixa para hoje, se não a gente antecipa alguma comissão, certo? Então, mais algum, a retirada do ponto da mesa de negociação e se a subida de financiamento antes da presidência ampliada, ok? Então, essa é a pauta, todos de acordo? Sim? Ok, então

vamos dar início, então. A conselheira não chegou, né? Ela está chegando. Quem é que vai fazer a leitura? Então, peço que projetem o texto da resolução, vê se confere se é a última versão mesmo. Confere aí, por favor, William também. Só lembrando, né? Então vamos para o primeiro ponto, que é a atualização da resolução 15, né? E aí eu vou só fazer um breve contexto, né? A resolução 15, ela trata de orientação aos conselhos de assistência social nas três esferas contra a organização e funcionamento como instância de participação e controle social do programa Bolsa Família e do Cadastro Único, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizadas destinadas ao controle social e das outras providências. Essa resolução, ela foi amplamente debatida pela Comissão de Normas, Comissão de Política, Comissão de Benefícios e Transferência de Renda e a CAC, não foi isso também? E a Comissão de Acompanhamento dos Conselhos e como, seguindo um pouco das diretrizes que a gente tem colocado nessa gestão do CNAS, todas as resoluções que elas impactam diretamente na estrutura e funcionamento do Sistema Único de Assistência Social e na Política Pública de Assistência Social, elas passam por processos de consulta pública também. Então ficou pactuado também que esta resolução, ela seria aprovada hoje, aqui, para a consulta pública, não ficou definido o prazo da consulta pública. Ontem na presidência ampliada nós já temos algumas diretrizes também com relação a esses prazos, porque a gente tem agilidade de algumas coisas e aí a proposta que a resolução seja lida aqui sem destaques, aqui hoje, a gente só vai apenas ler a resolução sem nenhum tipo de debatida nas comissões. Essa proposta, ela já passou também para uma validação da consultoria jurídica. A proposta é que a gente coloque essa resolução em consulta pública até o dia 15 de janeiro, certo? Até 15 de janeiro, de modo que a gente possa aprovar a versão final desta resolução na reunião de fevereiro, na primeira reunião de fevereiro, já com todas as colaborações. Uma outra questão também, a consulta pública, quando a gente coloca no Participa BR, ela fica aberta a qualquer cidadão, qualquer cidadã que pode participar. Mas o acordo que nós temos também de mobilização é que a gente receba contribuições coletivas dos CES e dos conselhos municipais. Então a ideia é que os CES e os conselhos municipais tragam as suas contribuições de modo coletivo para ser mais fácil, inclusive, da gente sistematizar depois essas contribuições. Porque se a gente fica tendo pessoas físicas individualmente colocando lá, não é que pessoas físicas não possam colaborar porque é uma consulta pública. Mas o papel dos CES e dos conselhos municipais é de se reunirem, analisarem o texto e mandar para nós as suas contribuições. Antes da leitura, eu vou passar brevemente para o doutor João fazer uma fala da importância dessa resolução frente a todos os processos que a gente vem tendo aí com relação à temática.

Obrigado, presidente. Primeiramente, é um prazer estar com vocês aqui, novamente. A gente esteve aqui em junho apresentando a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família do Cadastro Único. Mas muitos não estavam aqui em junho, então vou fazer só um breve relato e falar um pouco dessa atualização dessa resolução, a importância dela, não só para o MDS, não só para o governo como um todo, mas para todo o país. Eu sou o João Paulo, sou consultor jurídico. Vocês conhecem muito o nosso querido doutor William, aqui, que é o conselheiro emérito e honorífico aqui do CNAS e está acompanhando, sempre acompanha tudo com a gente, sempre reporta para a gente. Na verdade, o William está conosco lá, é o nosso coordenador geral de assuntos sociais dentro da CONJUR e eu e a doutora Priscila, que está aqui conosco também. Nós somos os consultores jurídicos. Eu sou consultor jurídico e ela é consultor jurídica adjunta também. Estamos sempre acompanhando o trabalho do doutor William, acompanhando todas as evoluções do CNAS. A gente sabe da importância e estamos dedicados a isso. Temos uma dedicação, vamos dizer assim, muito própria e muito específica para o CNAS que não temos em outros conselhos. Na verdade, a gente até propõe dentro da AGU, dentro da Advocacia Geral da União, o trabalho do William, o trabalho da CONJUR aqui acompanhando dia e outurnamente o trabalho de vocês como uma proposta para todos os outros conselhos dentro do governo federal de participação social. E para além disso, para além de ser consultor jurídico, sou também o coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família do Cadastro Único. A Rede Federal é uma criação da própria lei do Bolsa Família do ano passado e depois organizada por decreto do presidente Lula. E basicamente a ideia é construir a fiscalização do Programa Bolsa Família do Cadastro Único como uma fiscalização própria e não mais específica do MDS. Por isso que a rede conta com vários ministérios e vários órgãos já participando da sua atuação. A gente tem hoje como membros natos da rede, além do MDS, além de todas as secretarias, nosso querido Elias aqui também é membro da Rede Federal de Fiscalização conosco, pela SNAS, mas a gente tem também outros ministérios como a Advocacia Geral da União, o Ministério da Gestão e Inovação, a Secretaria Geral da Presidência da República e obviamente a Controladoria Geral da União. Está todo mundo junto dentro da rede participando dessa ideia de fazer uma fiscalização própria do Programa Bolsa Família do Cadastro Único em diretrizes aprovadas junto aos ministros e ao próprio Presidente da República. Nessas diretrizes a gente tem uma base da não criminalização da pobreza, que é algo extremamente relevante para a gente, ou seja, tentar entender que o processo de fiscalização não é um processo de fiscalização ou de criminalização da pobreza em si, isso para a gente é um eixo central, é muito diferente fiscalizar obras,

fiscalizar grandes projetos e fiscalizar programas sociais e políticas sociais. É uma outra concepção, no qual você tem que entender as estratégias da sobrevivência das pessoas e ir para além disso, tentar consolidar o programa, a gestão em si e não criminalizar o usuário, o beneficiário desses programas em específico. Inclusive, muito recentemente a gente tem trabalhado bastante nesse sentido, ou seja, por exemplo, não sei se quem chegou a ver uma iniciativa da Prefeitura de Bento Gonçalves, do Governo do Sul, a gente já comunicou ao Ministério Público Federal, já comunicou ao Ministério Público Estadual e estamos já coibindo e tentando colocar com clareza a competência do Governo Federal sobre esse assunto. Ou seja, não é o Prefeito de Bento Gonçalves que vai decidir como é feita a fiscalização de um programa nacional do tamanho do Bolsa Família, do tamanho do cadastrônico. Quem decide isso, quem sabe fazer isso, somos nós. E a gente sempre faz isso com dois aspectos muito importantes, que também estão nas nossas diretrizes. O primeiro é uma ancoragem, uma estruturação dos programas dentro dos SUAS. Esse é o ponto fundamental. Ou seja, o Sistema Único de Assento Social é o sistema do Bolsa Família, é inseparável do Bolsa Família, é inseparável do cadastrônico, não tem outro espaço para que isso aconteça. É o contrário. O fortalecimento, a fiscalização desses programas é uma fiscalização voltada para a estruturação, inclusive técnica e financeira dos SUAS como um todo. E a outra forma também é que a gente tem um privilégio, uma proeminência do controle social. Esse é um ponto fundamental. Fiscalização para a gente é controle social. É o controle dos mecanismos de participação social, de democracia participativa criados na Constituição e consolidados pela sociedade civil brasileira, que são vocês. São os conselhos municipais, são os conselhos estaduais de assistência social e é o Conselho Nacional de Assistência Social. Esse é o principal controle do programa. Esse é o controle que está na ponta. Esse é o controle que a gente gostaria que sempre consolidasse o programa Bolsa Família e o cadastrônico, não como estratégias de governo, mas sim como estratégias do Estado brasileiro. Isso sai de ser uma estratégia de um governo, seja municipal, seja estadual, seja o próprio governo federal e passa a ser uma estratégia do país. Por isso que a gente fala disso de Estado, mas mais do que Estado. Uma estratégia do país, um patrimônio do país, na medida que o controle social tem as possibilidades, os instrumentos, as atribuições e a força, a capacidade institucional de controlar os programas. De controlar o Bolsa Família, de controlar o cadastrônico e saber na ponta o que deve ser feito, o que deve ser avançado. E um dos aspectos fundamentais para isso é a Resolução 15. Essa é a Resolução 15 de 2014 que a gente está analisando agora. A gente, durante a rede, o ano inteiro, a gente teve uma série de ações. Não vale a pena aqui para vocês falar sobre isso, porque a gente já conversou sobre isso

em junho. Quem tiver interesse, a gente tem, está contigo aí, Edilson, o relatório? Mostra aí para nós aí. A gente entregou aqui para o presidente do CNAS. Amanhã a gente vai até sortear para alguns de vocês. Infelizmente, a gente não teve nem orçamento para fazer fisicamente para todos. Mas esse é o relatório anual. A gente está terminando o nosso primeiro plano de ação da rede. Ou seja, a gente conseguiu coordenar todos os ministérios durante esse ano e fizemos uma série de iniciativas para estruturar o programa Bolsa Família e o Cadastro Único dentro dos SUAS, não criminalizando a pobreza, com transparência, com comunicação com a sociedade e realizando o processo sempre de participação social. Estou vendo aqui a conselheira Solange, que está conosco aqui e que também estava com a gente na Missão São Paulo, que foi um dos processos que a gente teve de conversa direta na ponta. A ideia é, inclusive, que no próximo ano a gente possa fazer isso de forma periódica em vários municípios do país. E aí, um dos grandes pontos que a gente teve durante o ano foi essa tentativa de consolidação, de atualização da Resolução 15 de 2014. Por que essa resolução? Essa é a resolução que faz um dos processos fundamentais de ancoragem do programa Bolsa Família, do Cadastro Único, dentro dos SUAS, dentro dos conselhos de assistência social. E dá para os conselhos a atribuição de controle social desses programas. Então, esse é um eixo para a gente que é fundamental e agora a gente está passando para um processo de revisão dessa própria resolução. Nesse processo de revisão, um dos pontos fundamentais que a gente conseguiu construir ao longo do ano, que está consolidado, inclusive, na portaria 1030, que foi publicada agora em novembro do MDS, que não sei se todo mundo chegou a colocar, chegou a vislumbrar isso, que a partir do decreto do Bolsa Família, a gente teve essa portaria dos termos de adesão. Então, agora os estados, especialmente os municípios, vão fazer uma adesão formal e obrigatória ao programa Bolsa Família novamente. Ou seja, a gente deixa de ter adesão dos municípios ao programa Auxílio Brasil e passa a ter uma adesão ao programa Bolsa Família. Isso vai indicar uma série de novos compromissos. Não sei se vocês lembram, nos últimos termos de adesão, a gente colocava como compromisso do município ter um conselho de assistência social funcionando. Era uma grande vitória à época, porque muitos municípios não o tinham. Hoje, praticamente todos o têm. A gente tem um novo quadro no país. Ou seja, a gente avançou bastante. 97%, pode ser, vão ter conselho de assistência social no país inteiro. Em funcionamento, a gente vai um pouquinho abaixo, mas a gente percebe o seguinte, a gente queria mais. A nossa ideia era o seguinte, o governo federal precisa avançar. Então, o novo termo de adesão do programa Bolsa Família vai propor mais obrigações para os municípios em relação ao controle social. Significa que o município, é o mínimo ele ter um conselho de

assistência social em funcionamento. Ele vai precisar ter muito mais que isso. Ele se compromete, e o gestor o fará ao assinar o termo de adesão ao programa Bolsa Família, ele se compromete a apoiar tecnicamente e financeiramente os conselhos municipais de assistência social, os conselhos próprios de assistência social, para que esses possam exercer a sua atribuição de fiscalização do programa Bolsa Família, de fiscalização do Cadastro Único e de controle social. Isso significa o quê? Na prática. Que a gente quer transformar isso em prática. Hoje a gente quer um apoio técnico, o que significa capacitação, o que significa apoio estrutural, mas também um apoio financeiro, para que os conselhos possam realizar uma nova trajetória. Qual seria essa nova trajetória? Estabelecer na ponta planos de fiscalização do município. Esses planos de fiscalização dos municípios vão gerar, ao final, uma série de relatórios dos municípios. Então, na ponta, a gente ainda está trabalhando com a SENARC, exatamente como é que a gente vai colocar até modelos, para que os municípios possam fazer isso, para que os conselhos possam fazer isso. E na ponta, o município vai perceber o que foi de mau atendimento naquele município, o conselho vai entender onde está tendo o pior tipo de atendimento naquele município, onde está tendo boas práticas naquele município, onde precisa avançar, onde não precisa avançar, o que está sendo colocado. E ao final do ano, o gestor municipal vai produzir, essa é a nossa ideia, vai produzir, a partir desse plano, um relatório, dizendo o que foi fiscalizado, o que não foi fiscalizado, e de que forma que ele analisa as possibilidades de melhora naquele ano e nos próximos, em relação ao controle do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, para o conselho municipal, para o controle social. E ao final, nesse relatório, é o próprio conselho municipal que vai decidir sobre aquele relatório. E vai decidir se aquele relatório, de uma forma, é satisfatório ou não. Ou seja, se cumpriu exatamente o que o conselho tinha pensado desde o início, nesse processo todo. Para que isso aconteça, ao final, inclusive, a nossa ideia é instrumentalizar, e a gente pode fazer isso como governo federal, instrumentalizar o conselho na sua capacidade institucional. Para que, ao final, uma vez percebendo que algum município, especificamente, não está cumprindo o que o conselho municipal está colocando para ele como possibilidades de melhora sobre a fiscalização dos programas, especificamente, ele possa ter um instrumento na mão, que, inclusive, fará com que o conselho possa, ao rejeitar esse relatório, ao entender que o município não está cumprindo as obrigações que o controle social está demandando, possa enviar até para órgãos de controle externo. Não os órgãos de controle externo de Brasília, o TCU e o CGU, que estão completamente distantes da realidade, mas ao próprio Tribunal de Contas do Estado. Ou até mesmo, aonde existir, os Tribunais de Contas dos municípios. Então, o conselho vai ter

essa interlocução, também, que a gente está tentando fazer via a Teatrica, que é a associação dos Tribunais de Contas no país inteiro. Ou seja, a ideia é uma nova fase. A ideia é fazer com que os municípios se obriguem a apoiar ainda mais os conselhos e a dar devolutiva aos conselhos, para centralizar e fortalecer o controle social nos conselhos municipais de assistência social. Por isso que a gente está propondo alguns aspectos aqui nessa resolução. A gente conseguiu conversar. O William também já fez alguns pontos também relevantes sobre isso. É claro que a gente está abrindo toda uma discussão para ainda consulta pública e tudo que vai acontecer. Mas, a priori, o desenho é esse. O desenho é que a gente possa, a partir da atualização dessa resolução, inaugurar uma nova fase no controle social. A gente, como rede, acompanhou o ano inteiro e a gente está propondo isso. Ou seja, que nos termos de adesão seja essa janela de oportunidade, junto com a atualização da resolução do CNAS, para que a gente possa, de alguma forma, não exigir simplesmente que exista o conselho, mas que esse conselho tenha apoio técnico, apoio financeiro dos municípios e que tenha respostas a devolutivas feitas por planos anuais de fiscalização dos municípios. A gente, como rede, vai no ano que vem estar ajudando o gestor municipal nisso, como que ele pode responder aos conselhos, o que é prioritário em relação aos conselhos. Vamos estar ajudando os conselhos, fazendo modelos desses planos de fiscalização, fazendo capacitação para os conselheiros, para que os conselhos possam estar juntos nesse processo e, ao fim, também conseguir instrumentalizar esses conselhos por meio do controle externo, para que o controle social tenha acesso direto ao controle externo quando a gestão municipal não o fortalece, enquanto a gestão municipal não responde a esse controle. Então, essa é a lógica que a gente queria apresentar em relação a essa atualização da Resolução 15. Fiquei muito triste do fato de mudar o número da Resolução 15. Tentei falar com o Indígena para ver se a gente modificava e continuava, mas tudo bem, fazer o quê? Agora a gente vai ter que decorar um novo número. Quem sabe a gente não tenha uma... Qual é a numeração que vocês estão aí na Resolução? Vê se a gente consegue o 115 para a gente. Faz de alguma forma para a gente manter a nossa tradição aqui. Mas a nossa ideia é essa, que a gente consiga agora mobilizar e fortalecer os conselhos no espaço do controle social. A rede está aberta a isso. O indígena está conosco em todos os momentos. O conselheiro Assolange também já esteve conosco em vários momentos. As nossas reuniões são abertas a isso. E o ano de 2025 está colocado dentro do nosso novo plano de ação a consolidação desse novo modelo, que vai começar aqui na votação dessa Resolução 15, atualizada nesse novo momento. Não precisamos mais ter o Conselho funcionando, mas o Conselho efetivamente fiscalizando com instrumentos para isso. Muito obrigado, Jesus. Obrigado, Sr. João Paulo.

Provavelmente será a Resolução 16... Isso, a gente não sabe porque vão sair outras antes. Mas vai ser a partida 165. Porque tem outras, tem duas outras. Hã? 175, né? A partida 175 já. Não sabe mesmo ainda, porque tem duas antes e ainda podem ter outras. Então, como vai entrar na consulta pública, né? Aí não dá para a gente saber. Mas vamos lá, então. Passa a Conselheira Eutália, que coordenou esse processo juntamente com os demais coordenadores de comissões. Mas a Conselheira Eutália quis agradecer todo o trabalho de sistematização que ela fez. Foi uma resolução que deu muito trabalho, né? Foram muitas reuniões. E deixa eu agradecer aí a todas as colaborações de todos os conselheiros que colaboraram com essa redação. Mas especialmente a Conselheira Eutália que conseguiu fazer a sistematização de todas essas sugestões que foram feitas. Lembrando que o rito definido é que hoje nós não teremos destaques, né? Já que vai para a consulta pública. E a proposta aqui também, que a gente vai aprovar aqui. A proposta é que a resolução entre em consulta pública a partir de amanhã, se possível, ou segunda-feira, né? Se possível amanhã ainda. Até o dia 15 de janeiro, sem prorrogação. Certo? Então não terá prorrogação. Eu estou colocando isso porque, por exemplo, ou a outra chega e acaba provando, ah, tem que prorrogar. Não dá para prorrogar. Porque depois chega e tem um trabalho gigantesco da Secretaria Executiva com as comissões de sistematizar todas as sugestões que chegam. Então a gente tem que levar, trazer de volta para o âmbito da presidência ampliada para a gente novamente debater com todas as comissões. E aí trazer para o pleno de fevereiro. E a meta é que em fevereiro seja aprovada essa resolução. Certo? Então, conselheira Otália. Bom, então bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Bom dia a quem nos acompanha aí de modo virtual. Cumprimentar aqui o João Paulo, nosso consultor jurídico. Coordena aí a frente, a frente não, né? A rede, a Rede Federal de Fiscalização. Cumprimentar aqui o doutor William, que nos ajudou aqui nos arremates finais. Mas também dizer, presidente, que se todos e todas se lembram, a gente saiu daquela última reunião do dia 5 de novembro com a missão aí, uma comissão. E aí eu queria nominá-las aqui porque foi uma tarefa a várias mãos, né? A conselheira Shirley, a conselheira Andrea, a conselheira Ana Lúcia. O próprio presidente também estava compondo o GT, né? Acho que fomos nós, né? Que estávamos lá. E aí depois eu passei, após a contribuição de todo mundo, a consolidação daquele texto que nós discutimos no dia 5. A gente se ateve a olhar para ele. E fizemos a consolidação e fomos trocando aí nesse modo virtual, da forma como a gente conseguiu se organizar. E aí, na sequência, eu passei para todos os coordenadores e coordenadoras das comissões que estavam implicadas. O coordenador Elias, o coordenador Regis, a coordenadora Solange Bueno, o próprio presidente, que estava representando a comissão coordenada pela conselheira

Margareth. E aí, na sequência, a gente passou o nosso consultor jurídico, gentilmente aceitou já passar o olho antes do rito formal aí para Conjú. Nos ajudou em acertar algumas coisas, mas ele acabou de me dizer que gostaria de fazer dois comentários após a leitura. Não é de mérito, mas só para ele. Embora o senhor disse que nós não vamos debater, mas seria só uma consideração de norma mesmo feita pelo consultor jurídico. Tudo bem? Então, ele já pode falar imediatamente antes da leitura? Na hora que eu estiver lendo o artigo que ele quer comentar, eu paro e ele faz a intervenção. Ok. Então, vamos lá. Resolução XX, de XX, de XX e de XX. Vai virar 2025. Orienta os conselhos de assistência social nas três esferas quanto à sua organização, funcionamento como instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizada destinados ao controle social e das outras providências. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião realizadas nos dias de hoje, no plenário de hoje, no uso das competências que lhes são conferidas pelo artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e tendo em vista o disposto no artigo 2º, inciso 2º, 6º, 4º e no artigo 35, incisos 1º, 4º e 5º de seu regimento interno, aprovado pela Resolução CNAS 157, de 22 de maio de 2024, resolve. Artigo 1º. Esta resolução orienta os conselhos de assistência social quanto à sua organização e o seu funcionamento como instâncias de participação e controle social do Programa Bolsa Família PBF e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal Cadastro Único, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizada destinados ao controle social conforme as normas vigentes. Capítulo 1º. Dos princípios e diretrizes da participação e controle social no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único. Artigo 2º. A participação e o controle social no âmbito do PBF e do Cadastro Único referem-se ao conjunto de processos, procedimentos e mecanismos criados para possibilitar o diálogo entre o Poder Executivo e as organizações da sociedade civil, movimentos sociais, usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, por meio do controle social dos SUAS. Dr. William. Bom dia, pessoal. Aqui eu apenas fiz um comentário, como o objeto trata do controle social do Bolsa e do Cade. Então, nessa parte finalzinha, por meio do controle social do SUAS, eu acho interessante a gente também fazer referência ao controle social do Bolsa e do Cade, até porque esses controles e os índices estão meio que integrados. Então, só para a gente fazer essa referência, o controle social do SUAS, e também mencionar do Bolsa e do Índice, por ser o objeto da resolução agora. Artigo 3º. São princípios da participação e controle social no âmbito do PBF e Cadastro Único. Inciso 1º. O

reconhecimento e a garantia da participação social e democrática como direito dado ao cidadão ou cidadã, usuário ou usuária do SUAS, bem como das suas organizações e entidades, conforme a Resolução CNAS-99, de 4 de abril de 2023. Aqui também é o mesmo comentário para a gente inserir, quando a gente fala de usuários, colocar também usuários do Bolsa e do Cade. Eu queria contestar, doutor William, porque, na realidade, nós estamos mencionando a participação do controle social no âmbito do PBF e do Cadastro Único, e nós temos como matéria pacificada que o controle social é do SUAS. Programa Bolsa Família e Cadastro Único são do SUAS. Então, eu acho que quando... Nós não vamos... Veja bem, nós não estamos criando outra instância de controle social. Nós estamos regulando a forma de controle social desses dois programas dentro do controle social do SUAS. Então, eu entendo que esse agente especifica Cadastro Único e Bolsa Família tanto aqui no artigo 2º, como depois a gente cria... Está incidindo na criação de uma instância própria de regulação, e não é esse o objeto da minuta. É outro. Então, eu até coloquei como comentário justamente para a gente discutir, porque me pareceu que confunde um pouco. A gente está falando aqui do controle social... Não é o do SUAS, é o do Bolsa e do Índice. Eu acho que assim, só para complementar, por exemplo, o artigo 2º, ele fala um pouco na linha que o William colocou, que é a participação e o controle social no âmbito do PBF e do Cadastro Único. E aí, ao final, ele coloca mais ou menos talvez o que o Elias está dizendo, que seria por meio do controle social do SUAS. Então, a gente teria talvez um sujeito e um objeto do controle social aqui. Ou seja, o sujeito seria o SUAS, seriam os conselheiros, os conselhos, etc. Então, ele seria o sujeito do controle social, porque parece um pouco confuso o caso dos artigos. Mas você pensa isso, olha, o controle social do SUAS, mas o objeto aí é exatamente o que o William está colocando. O objeto é no âmbito do PBF e do Cadastro Único. Eu acho que essa lógica é boa. É porque o SUAS, assim, o IGD SUAS, ele é um instrumento de controle social do SUAS. Então, eu fiquei com receio de ser confundido isso. Por isso que eu queria colocar alguma coisa que fizesse referência também ao controle social do Bolsa e do Índice. Então, assim, seria o controle social, eu até pensei em alguma redação para colocar os três já integrados, tá? Quando você coloca no inciso 1º, artigo 3º, o reconhecimento como direitos dos usuários do SUAS, eu também fiquei com receio de a pessoa confundir porque a gente está falando aqui do controle social do Bolsa e do Índice. Então, quando eu falo usuários do SUAS, eu tenho medo disso causar uma confusão, tá? Eu entendi aí que você está colocando que os conselhos exercem controle social do SUAS, certo? Mas aqui eu estou falando dos conselhos exercerem o controle social do Índice e do Bolsa. Então, o controle social do Bolsa exerce usuários do SUAS. Só o presidente caiu. Eu queria fazer uma

proposta de encaminhamento porque eu acredito que vai gerar um certo desconforto dos conselheiros e conselheiras que vão acabar querendo também entrar no debate, já que a orientação do nosso coordenador aqui da plenária, que é o presidente, diz que nós não iremos fazer esse debate. Só dizer que o princípio que a gente estabeleceu aqui a fazer isso, nós não estamos criando um outro conselho para fazer o controle social do Bolsa e do Programa Bolsa Família, do Bolsa e do Cadastro Único, inclusive é o que está na lei e no decreto. Então, acho que talvez a gente pensar uma redação que não faça essa confusão, mas que não fere o princípio que a gente pactou aqui e que está escrito na lei e no decreto do Programa Bolsa Família. Podemos encaminhar assim, doutor? A ideia, justamente, é como para mim, me pareceu confuso. Então, seria a gente pensar em alguma redação para a gente realmente fazer essa separação. Mas também entendi a sua colocação, Elisa. É mais a gente procurar se separar até direitinho o que é o controle social de um e do outro, até porque eles são integrados. Mas a redação, depois a gente pensa. A gente mantém o princípio e acerta a redação. Pode ser assim? Então, vamos lá. Inciso o segundo. A complementariedade e integração entre processos, procedimentos, mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta. A solidariedade, a cooperação, o respeito, a diversidade e a garantia de acessibilidade, visando a construção de valores de cidadania e do acesso igualitário e universal aos bens e serviços. Inciso o quarto. O direito à informação e à transparência na gestão. Inciso o quinto. A integração e a transversalidade dos procedimentos, processos, mecanismos e instâncias de controle social e participação social. Inciso o sexto. A valorização da educação para a cidadania ativa e popular como um de seus elementos constitutivos. Artigo quarto. O exercício da participação e controle social do PBF do Cadastro Único, realizado pelos conselheiros de assistência social, estaduais, municipais e do Distrito Federal, observará as seguintes diretrizes. Eu talho aqui, eu imagino só que vocês têm esquecido que eu coloquei os estaduais, tá? Eu acrescentei, porque eu imagino... Aí só faltou, não foi isso? É, ele está pintadinho aqui, porque, na verdade, tinha faltado o estadual, foi uma correção. Então, só incluí os estaduais também. Obrigada. Eu talho aqui, queria apresentar desculpas aqui, mas só um seguinte. A gente abreviou o Bolsa Família para o PBF. E aí, depois do Cadastro Único para Programas Sociais, a gente abrevia por Cadastro Único. A lei abrevia para Cádio Único, fica mais tranquilo. Então, só corrigir a lei dos abreviamentos aí, abreviações. Mas aí, é porque estavam os dois. Tinha Cádio Único em alguns lugares e Cadastro Único em outros. Então, a relatoria aí só para a gente... Mas a ideia seria unificar em Cádio Único, não é isso? Eu acho que sim. Até a própria rede chama Cádio Único, na própria lei a gente já colocou. Acho que seria bom. É, porque a

rede fala do Cádio Único e o decreto fala em Cadastro Único. Ok. Então, vamos deixar essa observação aí para a relatoria, depois, talvez, a Senar... a Sagem Cádio pode se manifestar. Ai, gente, socorro. Onde eu parei? No inciso 1º do artigo 4, desculpem. Inciso 1º. Incentivar e apoiar a mobilização dos, das, cidadãs, cidadãos, usuários e usuárias do PPF e do Cádio Único, e do Cadastro Único e do Cádio Único, e das atividades dos conselhos de assistência social nos âmbitos estadual, municipal e do Distrito Federal. Inciso 2º. Zelar pelo caráter público das reuniões do Conselho de Assistência Social, salvo quando se tratar... Está diferente daqui que eu estou lendo e lá? Não? Eu ouvi alguém falar aí e aí me interrompeu. Tá. Zelar pelo caráter público das reuniões do Conselho de Assistência Social, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo na forma da legislação pertinente. Inciso 3º. Presar pelo direito à proteção de dados pessoais observando o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Inciso 4º. Promover a disseminação de informações aos cidadãs, cidadãos, usuários e usuárias sobre seus direitos, objetivos, regras e mecanismos de funcionamento do PBF e do Cadastro Único. E, 5º. Fortalecer e estimular a organização e o espaço de participação das dois cidadãos, cidadãos, usuários e usuárias do PBF e do Cadastro Único através, entre outros, de fóruns e espaços coletivos. Capítulo 2º. Das orientações gerais aos Conselhos de Assistência Social na participação e controle social do PBF e do CadÚnico. Artigo 5º. Os Conselhos de Assistência Social na participação e no controle social do PBF e do Cadastro Único poderão articular-se com os conselhos setoriais existentes sobretudo com os Conselhos de Saúde e Educação bem como com outras interfaces de participação de maneira a integrar e acompanhar a oferta de serviços públicos. Artigo 6º. O financiamento do controle social quanto às ações voltadas para a gestão do PBF e do CadÚnico ocorrerá por meio de percentuais do índice de gestão descentralizada do Sistema Único da Assistência Social e GDSuas e do índice de gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e GDPBF destinados ao controle social conforme as normas vigentes sem prejuízo de outras fontes de financiamento. O doutor William estava falando que isso aqui tem que melhorar a forma porque a gente tem que fazer um caput com dois pontos para poder seguir os incisos aqui. No parágrafo primeiro. Ah, é no parágrafo primeiro, né? Parágrafo primeiro. Os conselhos de assistência social deverão fiscalizar a aplicação obrigatória dos percentuais mínimos dos IGDs conforme as normas vigentes destinados ao desenvolvimento das atividades do controle social no âmbito do PBF e do CadÚnico. Parágrafo segundo. Os recursos do IGDPBF e do IGDSuas destinados ao controle social deverão ser depositados e executados por meio de conta específica. É nesse parágrafo segundo aqui a gente aprova. Mas é importante, doutor João, que seja também colocado tanto

nas portarias ministeriales do IGDBolsa e do IGDSuas, tá? Essa regra da conta específica aí é importante que não esteja só na resolução do conselho. Sobretudo nas portarias dos dois IGDs, tá? Gente, eu só vou pedir uma questão de ordem aqui, assim. Acho que a gente coloca isso depois, porque se a gente já for abrindo toda hora, a gente tem que abrir para todos os conselheiros. Os conselheiros já estão pedindo, alguns querendo falar. Então, ou a gente vai fazendo a leitura sem a abertura, ou a gente já vai fazendo destaque. A gente pode mudar a regra agora aqui. Mas, assim, a questão, né? Então, como é que a gente coloca aqui a apreciação dos conselheiros? Eu queria sugerir, presidente, que a gente faça a leitura, vá para a consulta pública. No retorno, aí eu acho que a CONJU poderia fazer todas as suas manifestações, solicitações. O que você acha? Porque senão vai gerar necessidade de debate. Pergunta aos conselheiros. Alguém tem uma outra proposta, além da proposta da conselheira Eutália? Presidente, não seria nem debate. Mas eu acho que tem alguns pontos, Eutália, que precisam ser esclarecidos aqui antes de ir para a consulta pública. Então, não seria debate nem propôs, mas era só ponto de esclarecimento mesmo. Esse ponto específico... Eu posso esclarecer. Na reunião, na última reunião que nós fizemos, esse foi o grande debate e houve uma concordância dos conselheiros, representantes das quatro comissões, que nós levaríamos isso para a minuta. Isso. Então... Como nem todos os conselheiros estavam presentes, eu posso fazer o esclarecimento deste ponto, que talvez seja o ponto que deu mais... Este ponto, especificamente, é um ponto que nós não vamos abrir mão, enquanto Conselho, porque nós sabemos que, apesar de já estar na outra resolução da destinação dos três por cento, do mínimo três por cento, para o controle social, nós sabemos que, infelizmente, há municípios que não passam nem os três por cento. Certo? E a colocação da conta não significa que vai tirar do gestor a condição de gerir o recurso e ordenar pagamentos para o Conselho. Mas a criação de uma conta específica significa dizer dar mais transparência à destinação e ao uso do recurso. Ou seja, dessa maneira, o gestor vai ter... A operacionalização de como essa conta vai ser aberta a gente discute depois. Não é objeto aqui da resolução. A gente só tem que garantir na resolução que o IGD é depositado, os IGDs, no caso, são depositados em contas específicas, de modo, inclusive, que o Conselho possa acompanhar os saldos em que está sendo utilizado. Certo? Então, a abertura da conta é neste sentido apenas. Não está tirando poder do gestor de ordenar a despesa. Quem continua ordenando a despesa é o gestor municipal. Só que ele vai ter uma conta específica, que ela é destinada à gestão dos recursos do IGD. Fica mais fácil, inclusive, para a transparência, para a prestação de contas, para tudo. É apenas neste sentido. Eu queria propor o seguinte, gente. Não. Presidente. Não porque... Não porque... Veja, o cofinanciamento

já vem. O IGD vai... Os 3% é destinado para isso. A questão é que vai tudo no bolo quando vai, certo? E muitos gestores não destinam os 3% para o controle social. E aí fica dizendo não tem dinheiro, não tem dinheiro. Então, o que a gente está colocando aqui de uma maneira muito tranquila é isso. É que, tendo uma conta, terá mais transparência para o conselho. O conselho vai acompanhar os saldos dessa conta. O conselho pode criar, inclusive, uma regra, sei lá, de mensalmente ter a prestação de contas sobre o uso desses 3%, certo? Agora, quem continua ordenando a despesa é o gestor. Agora, como a gente vai abrir, se a gente vai abrir, sei lá, o fundo, vai abrir, vai fazer a transferência direta. A gente pode, depois, ver como é operacional, se o fundo já transfere direto. Aí, a gente vê como é que faz. Não é objeto da discussão agora. A questão aqui é que é uma medida de transparência com relação ao uso dos 3%, certo? É só isso. Presidente, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento. Lembrando que a consulta pública, nós também participamos dela. Então, se esse é um ponto que traz alguma divergência, porque o encaminhamento não foi a proposta da gente, nós da comissão, não recebemos a tarefa de passar por aprovação no pleno a minuta que a gente trouxe. A nossa tarefa foi de consolidar, ler no pleno, sem discussão, e levar para a consulta pública. Até porque depois ele volta e nós vamos fazer o debate nesse plenário. E aí, realmente, se a gente abrir toda vez, a gente vai ter que mudar o rito aqui hoje. Não é verdade? Então, acho que a gente vai encaminhar, né? Vou ler, né? Pode ser, presidente. Por favor. É isso, gente. Veja, eu acho que, não só aí, a consulta pública... Vamos seguir a leitura, certo? Aguardar a consulta pública. Dia 15 chega a sistematização, volta para o conselho, volta para as comissões. A consulta pública é aberta para... A gente está estimulando que seja feita pelos conselhos. Os conselheiros aqui presentes poderão, inclusive, concordar ou discordar. O conselho é soberano, o pleno é soberano. Então, a gente recebe sugestões da consulta pública. Chegando aqui, a gente pode, inclusive, mudar substancialmente as questões que estão colocadas aqui. Porque, senão, a gente não consegue realmente avançar. Por favor, conselheira Itália. Sim. Os conselhos de assistência social... Queria só fazer um parêntese, que aqui vai ter que organizar a mudança da numeração, porque faltou dois pontos aqui para a gente poder fazer o verbo. Mas isso é só uma de forma, não vai tirar nada do conteúdo aqui. E aí eu não vou falar isso aqui, que a gente acerta aqui na relatoria. Os conselhos de assistência social, dois pontos, aí ele vira. Parágrafo... Inciso I. Deverão fiscalizar a aplicação obrigatória dos percentuais mínimos dos IGDs conforme as normas vigentes destinadas ao desenvolvimento das atividades do controle social no âmbito do PBF e do Cadastro Único. Só lembrando, vai ter parágrafo I, aí dois pontos, aí ele vira. Inciso I, inciso II, inciso III. Só porque precisa ter um sujeito aqui nessa redação. Inciso II. Os recursos do

IGD-PBF e do IGD-SUAS destinados ao controle social deverão ser depositados e executados por meio de conta específica. Terceiro. Acompanhar e fiscalizar a gestão e aplicação dos recursos do IGD-PBF e do IGD-SUAS no âmbito da gestão municipal, estadual e do DF conforme o disposto nas normas que regulamentam os IGDs. Terceiro. Planejar e deliberar sobre recursos dos IGDs destinados aos conselhos de assistência social para sua estruturação, formação de conselheiros e o fortalecimento da participação social, especialmente dos usuários e usuárias. Artigo 7. Usuários e usuárias. Artigo 7. Cabe aos conselhos de assistência social quanto às ações intersetoriais do PBF e do Cade Único, primeiro, participar do processo de planejamento das ações intersetoriais do PBF e Cade Único, no sentido de garantir a proteção social que conduz à superação das condições de vulnerabilidade e desproteção social vivenciadas pelas famílias beneficiárias do PBF, incluindo nos seus planos de ação as atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão e da operacionalização do PBF e do Cade Único, em consonância com a rede federal de fiscalização e dos programas Bolsa Família e do Cade Único. Dois. Comunicar ao Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome MDS, à rede federal de fiscalização do programa Bolsa Família e do Cade Único, ao CNAS e às instituições integrantes de controle e fiscalização dos entes federados, à existência de eventual irregularidade no município no que se refere à gestão e execução do PBF e do Cade Único, abrangendo as atividades realizadas pelos agentes operador nacional do PBF e do Cade Único. Três. Participar, no caso dos Conselhos de Assistência Social Estaduais e do Distrito Federal, das reuniões e atividades da Comissão Intersetorial do PBF no âmbito estadual e do Distrito Federal e, no caso dos Conselhos Municipais, participar quando houver das Comissões Municipais e Intersetoriais. Artigo 8º. No âmbito dos Conselhos de Assistência Social, recomenda-se à Constituição de comissão temática, com o objetivo de assessorar e apoiar as atividades do Conselho em questões sobre gestão integrada e intersetorial de serviços, benefícios, transferências de renda e cadastro único, assim como outras estratégias para esse fim. Parágrafo 1º. No caso de não constituição regimental de comissão específica, recomenda-se que o tema seja tratado pela Comissão de Política. Parágrafo 2º. A comissão de que trata o Caput deve ser paritária entre os representantes do governo e da sociedade civil e integrar por representantes das Secretarias de Educação e Saúde, bem como de representantes dos usuários e usuárias, cidadãos e cidadãs, usuários e usuárias dos SUAS e de beneficiários e beneficiárias do PBF e das trabalhadoras e trabalhadores. Artigo 9º. Caberá aos conselhos de assistência social quanto aos procedimentos de capacitação no âmbito do controle social do PBF e do cadastro único. Dois pontos. Primeiro,

identificar as necessidades de capacitação de seus membros junto aos núcleos de educação permanente dos SUAS. Dois, apoiar os governos federal, estadual e do Distrito Federal e municipal nas capacitações de seus membros em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, PNP SUAS e três, promover processos formativos de educação popular sobre o PBF e o cadastro único aos usuários e usuários. Capítulo terceiro, das orientações específicas aos conselhos municipais de assistência social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal na participação e controle social do PBF e cadastro único. Caberá aos conselhos de assistência social municipais e do Distrito Federal realizar atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do PBF e do cadastro único em seu âmbito sem prejuízo de outras fixadas por sua norma e criação especialmente estou abaixando e levantando meu pescoço está doendo quanto à gestão e operacionalização do cadastro único inciso primeiro, né a linha A, acompanhar avaliar e fiscalizar a gestão e operacionalização do cadastro único subsidiados pelos órgãos gestores com as informações necessárias. A linha B, acompanhar e fiscalizar o acesso das famílias e pessoas em situação de desproteção social às unidades do cadastro único de forma a observar a cobertura adequada das unidades de atendimento e ao número de profissionais em relação ao tamanho da população que demanda acesso à proteção social especialmente dos suas. E a linha C, acompanhar, avaliar e fiscalizar junto à gestão local, as estratégias de busca ativa nos suas de potenciais beneficiários do PBF e de outros programas usuários do cadastro único, bem como a qualidade nas informações das famílias sobretudo das famílias em maior situação de desproteção social e aquelas que integram cadastramento diferenciado como os grupos populacionais tradicionais específicos GPTE, conforme o decreto número 11.016 de 29 de março de 2022 e Portaria a MDS número 810 de 14 de setembro de 2022. Inciso segundo, acompanhar, avaliar e fiscalizar os procedimentos relacionados à gestão de benefícios do PBF executados nos âmbitos das competências dos municípios e do Distrito Federal, zelando para que as normas que disciplinam o PBF sejam observadas em âmbito local. Inciso terceiro, quanto à gestão e ao acompanhamento das condicionalidades do PBF. A linha A, estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direito para acompanhar e fiscalizar a oferta pela gestão municipal e do Distrito Federal dos serviços públicos de educação e saúde, avaliando a garantia do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos direitos básicos para o cumprimento das condicionalidades do programa. A linha B, acompanhar, avaliar e fiscalizar periodicamente as estratégias utilizadas pela gestão para inserção nos serviços assistenciais das famílias

beneficiárias do PBF, especialmente as que não acessam as condicionalidades e estejam em situação de não cumprimento e com benefícios bloqueados, suspensos ou cancelados. A linha C, solicitar os dados de condicionalidades para identificar variáveis que impedem o acesso das famílias aos outros direitos da assistência social e aos direitos básicos de saúde e educação. A linha D, acompanhar e fiscalizar a gestão das condicionalidades no sentido de contribuir para o aprimoramento e a ampliação da rede de proteção social e o trabalho intersetorial, estimulando o poder público a dar apoio às famílias para o cumprimento das condicionalidades. E a linha C, acompanhar os processos relacionados à gestão de condicionalidades executadas pelos municípios e pelo Distrito Federal, selando para que não haja sujeição das famílias a condições vexatórias e violadoras de direitos para que as condicionalidades se constituam estratégias para o cumprimento do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Inciso IV. Quanto às ações intersetoriais do PBF, a fiscalizar junto ao órgão gestor a integração e a oferta de serviços que reforcem a proteção social e conduzam à superação da condição de desproteção social enfrentada pelas famílias beneficiárias do PBF, em especial daquelas em acompanhamento familiar, de forma articulada com os conselhos setoriais existentes no município, com outros entes federativos e com a sociedade civil. Inciso V. Solicitar junto aos órgãos gestores e fiscalizar junto aos órgãos gestores e solicitar dados sobre a existência de trabalho intersetorial e ações integradas no território que atuem para reduzir os indicadores de desproteção expressos especialmente nos dados de condicionalidades. Capítulo IV. Das orientações específicas aos conselhos estaduais de assistência social na participação e controle social do PBF e do Cade Único. Artigo 11. Caberá aos conselhos estaduais de assistência social, sem prejuízo de outras atribuições fixadas por sua norma de criação. Inciso I. Realizar atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do PBF e do Cadastro Único no âmbito estadual. Inciso II. Apoiar e assessorar os CMAS na realização de suas atividades de participação e controle social do PBF e do Cadastro Único. Terceiro. Acompanhar, fiscalizar e verificar periodicamente se o órgão gestor estadual realiza ações de busca ativa de pessoas sem registro civil de nascimento ou documentação básica para fins de inserção no Cade Único. Quarto. Estabelecer mecanismos de articulação permanente para definição de estratégias conjuntas com os conselhos estaduais setoriais de educação e saúde. Quinto. Analisar os resultados sobre o acompanhamento das condicionalidades no âmbito estadual para identificar e incidir no âmbito do controle social sobre as barreiras que impedem o acesso das famílias aos direitos básicos, especialmente da assistência social, saúde e da educação. Sexto. Cobrar, no âmbito da gestão estadual, o funcionamento e o fortalecimento da

Comissão Estadual Intersetorial, conforme dispostos em normativos do PBF. E sétimo. Articular-se com os conselhos estaduais setoriais de educação e saúde e participar, quando couber, das atividades promovidas pela Comissão Estadual Intersetorial do PBF, além de solicitar informações da referida comissão. Quarto. Quinto. Capítulo quinto. Das atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social. Artigo 12. Caberá ao CNAS, na atuação de controle social do PBF do Cade Único, primeiro, acompanhar e fiscalizar a gestão do PBF do Cade Único em nível federal, especialmente por meio da Comissão de Acompanhamento de Benefício Socioassistencial e Transferência de Renda, cabistra. Segundo. Apreciar informações consolidadas do PBF referente à gestão de benefícios e de condicionalidade e à gestão descentralizada, apresentadas semestralmente ao CNAS pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Senac. Três. Apreciar informações consolidadas da gestão do Cade Único, apresentadas pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, SAGICAD. Quarto. Articular-se com os Conselhos Nacionais Setoriais de Educação e Saúde e participar, quando couber, das atividades promovidas pelo Comitê Interministerial do PBF, além de solicitar informações do referido comitê. Quinto. Articular-se com a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cade Único, no que couber, para o aprimoramento e controle social no âmbito do PBF e do Cade Único. Sexto. Acompanhar a execução dos recursos do IGD PBF e do IGD SUAS, transferidos aos Fundos de Assistência Social, a título de fortalecimento do controle social do PBF e do Cade Único. Sétimo. Orientar os Conselhos de Assistência Social na realização de suas atividades de participação e controle social do PBF e do Cade Único, conforme previsto nessa resolução. Oitavo. Propor e apoiar ações de manutenção e aprimoramento do PBF e do Cade Único. E nono. Acompanhar a gestão integrada entre Cade Único, serviços e benefícios de transferência de renda. Capítulo sexto. Das disposições finais. Artigo treze. Os regimentos internos dos Conselhos de Assistência Social podem contemplar a participação e o controle social do PBF e do Cade Único no que couber em conformidade com o estabelecido nessa resolução. Artigo catorze. Cabe ao MDS, em relação à participação e controle social desempenhado pelos Conselhos de Assistência Social, primeiro, disponibilizar informações atualizadas sobre a gestão de benefícios e as condicionalidades do PBF, bem como da gestão descentralizada do PBF e do Cade Único, em especial, sobre o desempenho das gestões, transferências fundo a fundo do IGD-PBF e do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social, PROCADE suas, bem como a sua utilização a sua utilização mesmos, nós mesmos, ou pelos fundos mesmos, pelos fundos, tiros mesmo, a sua utilização

pelos fundos de assistência social estaduais e municipais. 2. Orientar e incluir nas ações de capacitação e de formação as atribuições dos Conselhos de Assistência Social no que se refere à participação e controle social do PBF e do Cade Único. 3. Planejar, formular e realizar em parceria com estados, municípios e o Distrito Federal a capacitação dos integrantes dos Conselhos de Assistência Social sobre o PBF e o Cade Único em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente dos SUAS. E, inciso, sexto, quarto, desenvolver e implementar estratégias de vigilância socio-assistencial e comunicação voltadas às gestoras, gestores, trabalhadoras e trabalhadores, conselheiras e conselheiros e usuários e usuárias dos SUAS de modo a disseminar informações sobre o PBF e o Cade Único. Artigo 5º. Fica revogada a Resolução CNAS nº 15, de 5 de junho de 2014. Artigo 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Edilson Tavares de Araújo, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Muito obrigada. Quem é a favor permaneça como está. Alguma abstenção? Não. Alguém é contrário a seguir esse procedimento? Então, aprovada a colocação da Resolução 15 em consulta pública. E aí fica o nosso apelo aqui para que todos os CES e conselhos municipais de assistência social se reúnam e enviem suas colaborações de modo coletivo. Lembrando que vai ser colocado no participa.br que só é logado pelo portal de serviço, então as pessoas tem que fazer o login, tem que ter login e senha no portal de serviço. Quando fizer, a gente pede que faça a identificação do conselho no texto lá, tem como colocar qual conselho que está mandando a colaboração. E nós não receberemos contribuições por outros meios, via e-mail, via WhatsApp, porque às vezes chegam, às vezes as pessoas insistem com isso e aí realmente não tem por uma questão mesmo de organização nossa da Secretaria Executiva, não tem como a gente estar operacionalizando a coleta de informações e de sugestões por outros meios. Então, a gente pede encarecidamente que tudo seja feito realmente pelo participa.br só serão aceitas as contribuições via participa.br Então, até o dia 15, submeter à consulta pública até o dia 15, sistematização até a reunião, sistematização até a comissão de fevereiro e aprovação no pleno de fevereiro. Esses são os encaminhamentos. Ok, gente? Bem, são 12h10 eu consulto o pleno, se a gente vai para o almoço agora, acho que não dá tempo a gente fazer a leitura de mais uma resolução aqui, embora seja e são 12h10 então eu sugiro que a gente faça a suspensão da reunião neste momento, almoce e retorne pontualmente às 14h, ok? A tarde nós temos mais duas resoluções a serem aprovadas na comissão de financiamento uma é a resolução que trata da pactuação da CIT com relação à redefinição e atualização do posto dos municípios de acordo com o último censo, porque a gente para efeito de cofinanciamento a gente ainda usa o censo passado e a resolução que trata da questão das novas regras de limites,

destinação de emendas pela política de assistência social senhores, por gentileza eu não estou conseguindo por gentileza então, a outra resolução que foi perguntada diz respeito vai dizer respeito a aprovação da pactuação feita com relação a limites mínimos e máximos para efeito das emendas no âmbito da política de assistência social das emendas parlamentares no âmbito da política de assistência social são duas resoluções de pactuação que já passaram pela CIT a CIT de novembro e a CIT de dezembro e que a gente tem que aprovar ainda agora porque vai sair uma nova portaria que vai substituir a portaria 580 no final do ano, então tem que passar essas duas resoluções agora para que a gente consiga estar em consonância com a nova portaria, ok? Então, por gentileza peço que pontualmente às 14 horas a gente reinicie por conta dessas duas resoluções inclusive, obrigado os encaminhamentos são esses, submeter a consulta pública, orienta os CAIs, façam suas contribuições de modo coletivo e a aprovação na plenária de fevereiro de 2025 Ok? Obrigado Obrigado a Conjua, Dr. João, William Priscila, Jaira Todo mundo está aqui Obrigado

Dia 12/12/2024 Tarde:

Eu sou Aldenoura, sou uma mulher marajoara, estou usando uma blusa verde, verde floresta, eu uso brincos de penas, uso óculos, tenho o rosto arredondado, estou aqui ao lado esquerdo do presidente do CNAS e ao lado direito do Fábio Lobo, da diretoria executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. Então, vou fazer aqui a leitura da nossa memória. Reunião 10 de 2024, ocorrida no dia 11 de 12 de 2024, de 9 às 16 horas, conselheiros presentes, Aldenoura Gomes Gonzalez, coordenadora, Maria Aparecida Guerra Vicente Adjunta, Alessandro Chiesi, José Miguel da Costa Júnior, Ricardo de Santana Marques. Convidadas e convidados, José Arimaté Oliveira, diretor da diretoria executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Fábio Santos de Gusmão Lobo, coordenador geral da diretoria executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Marcílio Marquezine Ferrari, coordenador geral da Coordenação Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Ana Paula Campos Baga Franco, coordenadora da CGGTEP BG Suas, Bruna Angélica Ribeiro, da CGEO FC, da diretoria executiva do Fundo Nacional, Jamile Castro de Souza, da diretoria executiva do Fundo, Guilherme Luiz Costa de Brito, CGEO FC, da diretoria executiva do Fundo também. Secretaria Executiva do CNAS, Helena Ferraz Monteiro, Rafaela Silva, Suzani Gonçalves. Presidente, eu queria pedir licença para ler toda a memória para depois voltar, ponto a ponto? Eu achava melhor para poder depois a gente parar no primeiro ponto que tem as duas resoluções. Perfeito. Item 1, apreciar a resolução que dispõe sobre os critérios de transferência de recursos pelo Ministério de

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, alocado na ação orçamentária 219G, que trata da estruturação da rede de serviço, fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social Suas e das outras providências. Convidados, Departamento, Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. O diretor da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, realizou a apresentação da resolução que foi pactuada na CIT, sobre os critérios de transferência de recursos pelo MDS, no âmbito do Suas, alocados na ação orçamentária 219G, estruturação da rede de serviço e fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social Suas. Encaminhamento. Aprovar a resolução que dispõe sobre os critérios de transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, alocados na ação orçamentária 219G, estruturação da rede de serviço e fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social Suas e das outras providências. É uma resolução com coro qualificado e eu quero pedir licença aqui a todos os conselheiros, para que antes de fazermos a leitura desta resolução que foi apresentada ontem, pelo diretor e matéria à Comissão de Financiamento, que nós pudéssemos apreciar uma outra resolução, uma resolução menor, que trata sobre a atualização da classificação do porte dos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2022. Porque se a gente fizer a leitura, primeiro, da resolução que foi apresentada ontem, vai ficar meio confuso, tá? Essa resolução que eu gostaria de ter a permissão de vocês para fazer a leitura agora, ela vai nortear para que a gente possa entender a próxima resolução. Temos acordo? Tudo bem, conselheiros? Posso fazer a leitura, presidente? Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social, resolução CNES-MDS, número XX, de XX de dezembro de 2024, dispõe sobre a atualização da classificação do porte dos municípios, a partir dos dados do Centro Demográfico IBGE 2022 e das outras providências. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNES, no uso das competências estabelecidas pela Lei 8.714, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, aprovada pela resolução CNES-145, de 15 de outubro de 2004, e na Política Nacional de Assistência Social PNAS, resolve. Artigo 1º. Esta resolução aprova, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social PNAS, e aprovada pela resolução CNES-145, de 15 de outubro de 2004, a atualização da classificação do porte dos municípios, a partir do Censo Demográfico IBGE 2022. Parágrafo 1º. Para fins desta resolução, considera-se como fonte de informação a publicação oficial divulgada em 28 de junho de 2023, e disponível nos endereços eletrônicos, tem dois endereços eletrônicos aqui,

onde está disponível a resolução. Parágrafo 2º. Não haverá redução do valor do cofinanciamento federal, nas hipóteses em que o município tenha diminuído de porte. Parágrafo 3º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2025, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras em atendimento ao artigo 167, inciso 2º, da Constituição Federal de 1988. Parágrafo 4º. Para fim de representação, o novo porte dos municípios passa a valer a partir das indicações realizadas após a publicação da presente resolução. Artigo 2º. Esta resolução é entre vigor na data de sua publicação. Edilson Tavares de Araújo, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS. Parágrafo 5º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2025, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras em atendimento ao artigo 167, inciso 2º, da Constituição Federal de 1988. Parágrafo 6º. Para fim de representação, o novo porte dos municípios passa a valer a partir das indicações realizadas após a publicação da presente resolução. Artigo 7º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2025, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras em atendimento ao artigo 167, inciso 2º, da Constituição Federal de 1988. Parágrafo 7º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2025, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Parágrafo 8º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios Parágrafo 9º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2025, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios Parágrafo 10º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios Parágrafo 11º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2020, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Parágrafo 12º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios Parágrafo 13º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2020, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Parágrafo 14º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2020, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Parágrafo 15º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do

exercício 2020, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Parágrafo 16º. Os efeitos financeiros da atualização da classificação de porte dos municípios passam a valer a partir do exercício 2020, adequando-se às disponibilidades orçamentárias e financeiras Então, com 17 votos, resolução aprovada, presidente. Obrigado, então resolução aprovada. Seguindo, vou fazer a leitura da próxima resolução. Minuto de resolução CNAS-MDS, número XXXX de dezembro de 2024. Dispõe sobre os critérios de transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome no âmbito do Sistema Único de Assistência Social alocados na ação orçamentária 219G, estruturação da rede de serviços e fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social, suas e da outras providências. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 18 da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, e na portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, resolve. Artigo 1º, aprovar os critérios de transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome, MDS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, suas, alocado na ação orçamentária 219G, estruturação da rede de serviços e fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social, suas. Artigo 2º, os critérios nacionais contendo os valores máximos que poderão ser destinados aos entes subnacionais a serem indicados nas programações cujos recursos são oriundos da ação orçamentária 219G, considerará o posse dos municípios, dos estados e do Distrito Federal no âmbito dos suas. Parágrafo 1º, as indicações realizadas no exercício deverão observar o limite máximo no valor a ser programado para cada ente federado, que será de 1 milhão para municípios de pequeno porte 1, 2 milhões e 300 para municípios de pequeno porte 2, 4 milhões e 100 para municípios de médio porte, 8 milhões e 800 para municípios de grande porte, exceto capitais dos estados e 22 milhões e 700 mil para capitais, metrópoles, estados e Distrito Federal. Parágrafo 2º, o limite de que trata, o parágrafo 1º, considera a soma de todas as indicações nos grupos de natureza de despesas GND3, que é custeio e GND4, investimento. Parágrafo 3º, o limite será verificado por ordem cronológica no momento da indicação de unidade ou delegação de recurso e posteriormente no ato do cadastro da programação no sistema e estruturas suas. Parágrafo 4º, a indicação da unidade beneficiária ou sua delegação apenas será registrada se existir limite disponível a ser apurado pela diferença entre o limite máximo e o valor já comprometido, respeitado o valor mínimo para a programação. Parágrafo 5º, o valor de indicação de unidade, delegação ou programação que for cancelado não será considerado para efeito de cálculo do limite. Parágrafo 6º, das indicações para unidades referenciadas, 10% serão destinados aos fundos de assistência social para a

gestão administrativa das parcerias. Parágrafo 7º, em caso de recursos direcionados para atendimento de situações de emergência e calamidade pública, a Secretaria Nacional de Assistência Social SNAS poderá adotar limites diferentes do estipulado nos incisos 1 a 5 do parágrafo 1º a serem publicados em ato normativo específico. Parágrafo 8º, os recursos destinados à execução de obras, construções, ampliações ou reformas e para a aquisição do MOBSUAS, de forma centralizada pelo MDS, não serão contabilizados nos tetos de quitrato CAPUT, independente do instrumento utilizado. Artigo 3º, para a transferência de recursos oriundos da ação orçamentária 219G, o valor mínimo por programação não poderá ser inferior a, inciso 1º, R\$ 50 mil para municípios de Pequeno Porto 1 e Pequeno Porto 2. Inciso 2º, R\$ 100 mil para municípios de Médio Porto e Grande Porto, Metrópolis, Estados e Distrito Federal. Artigo 4º, a partir de 2026, os valores dos limites estipulados no artigo 2º serão atualizados a cada dia 1º de janeiro pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E e por índice que venha a substituí-lo. Parágrafo único, a SNAS publicará anualmente os novos valores a serem adotados em ato normativo específico. Artigo 5º, as entidades e organizações de assistência social só serão aptas a receber recursos se forem reconhecidas e referenciadas aos seus, comprovando cumprir os seguintes requisitos. Inciso 1º, possuir o cadastro, perdão, possuir o cadastro no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social Quineias com o status de concluído há no mínimo um ano com a mesma oferta do Serviço Socioassistencial Nacionalmente Reconhecido declarada na inscrição do Conselho de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal. Inciso 2º, possuir o cadastro no Quineias atualizada pelo menos dois anos. Inciso 3º, possuir declaração da inscrição no respectivo Conselho de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal no ano vigente, detalhando ofertas realizadas. Parágrafo 1º, para indicação de entidades e organizações de assistência social no estrutura suas, não será exigida certificação ou titulação concedida pelo Poder Público, a exemplo da certificação de entidades beneficenciais de assistência social cegas. Parágrafo 2º, as ofertas de que trata o inciso 1º do CAPT deverão ser prestadas no território correspondente à circunscrição do ente federado beneficiado com a programação, devendo ser apresentadas inscrições dos respectivos Conselhos de Assistência Social em cada local de atuação. Parágrafo 3º, para fim do disposto no inciso 2º do CAPT, devem estar atualizadas no Quineias as seguintes informações da entidade ou organização de assistência social. Inciso 1º, informações cadastrais a respeito da entidade. Inciso 2º, questões gerais sobre gestão e monitoramento da entidade de assistência social. 3º, informações da oferta de serviços, inciso 4º, parecer do gestor local após a visita. Parágrafo 4º, a declaração de que trata o inciso

3º do CAPT, deverá ser vinculada à programação no estrutura suas. Artigo 6º, no caso da programação possuir unidade referenciada, o Conselho de Assistência Social deverá avaliar os seguintes requisitos. Inciso 1º, se a unidade referenciada já possui parceria para prestação de serviços, a fim de evitar financiamento superior ao necessário para a oferta dos serviços sócio-assistenciais e, inciso 2º, se a unidade referenciada atende aos requisitos da Resolução CNAS nº 21 de 24 de novembro de 2016. Parágrafo único, o não atendimento ao inciso 2º do CAPT é motivo de reprovação da programação por parte do respectivo Conselho de Assistência Social. Artigo 7º, a avaliação das programações enviadas ao Fundo Nacional de Assistência Social que contenham indicação de unidade referenciada destinadas para GND 3 ou GND 4, irá considerar os seguintes critérios. Inciso 1, compatibilidade com a Política Nacional de Assistência Social. Inciso 2, possuir parecer conclusivo com a aprovação da programação pelo Conselho de Assistência Social. Inciso 3º, o valor mínimo da programação. 4º, possuir a declaração de que trato o artigo 15, os 5º, inciso 3º, e inciso 5º, no caso de pleito, possuir justificativa da dispensa de chamamento público aprovado pelo respectivo Conselho de Assistência Social de acordo com a Resolução CNAS nº 21 de 24 de novembro de 2016. Parágrafo único, o Fundo Nacional de Assistência Social poderá solicitar documentação complementar para avaliação da programação. Artigo 8º, a transferência de recursos financeiros para os entes federados será realizada quando? Inciso 1, houver disponibilidade financeira de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento. Inciso 2, a programação estiver aprovada pelo ordenador de despesa do Fundo Nacional de Assistência Social. Inciso 3, o Conselho de Assistência Social apresentar seu parecer conclusivo sobre a programação. Inciso 4, o ente federado beneficiário cumprir os requisitos do artigo 30 da Lei nº 8.747, de dezembro de 1993. Artigo 9º, nos casos de repasse... Eu estou indo muito rápido. Nos casos de repasse, na modalidade... Pois é. Mas aí agora levanta destaque no final, né? Se deixar claro, se alguém tiver algum destaque, pode levantar. Essa resolução, ela foi muito, mas muito bem debatida ontem na Comissão de Financiamento. Artigo 9º, nos casos de repasse na modalidade de incremento temporário para custeio dos serviços sócio-assistenciais classificado no grupo de natureza de despesa GND3, cujas programações prevejam a execução por unidade referenciada, os entes federados deverão observar a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais normas que tratam sobre a formalização de instrumentos com a entidade e organização de assistência social. Parágrafo 1º, os recursos destinados à unidade referenciada poderão ser utilizados para substituir a fonte de pagamento de parceria já existente com a unidade referenciada constante da programação, devendo

observar a compatibilidade do recurso da programação com os prazos e valores a serem executados na parceria. Parágrafo 2º, os recursos transferidos para as entidades e organizações de assistência social poderão ser utilizados para a aquisição de recursos materiais que não se enquadrem como despesas de capital e de serviços destinados para a realização dos serviços sócio-assistenciais, inclusive com o pagamento de colaboradores envolvidos diretamente com sua oferta. Parágrafo 3º, os recursos da programação não poderão ser utilizados para custear despesas vinculadas ao gerenciamento administrativo e financeiro das entidades e organizações de assistência social, bem como do pagamento de remuneração aos seus dirigentes. Parágrafo 4º, o gestor da política de assistência social do ente federado deverá transferir os recursos destinados ao incremento temporário conforme estipulado no cronograma de desembolso formalizado no instrumento da parceria. Parágrafo 5º, as transferências do órgão gestor da política de assistência social às entidades e organizações de assistência social deverão ser iniciadas no prazo de até 180 dias, a contar do crédito na conta corrente específica da programação, podendo ser programado uma única vez por igual período. Parágrafo 6º, o órgão gestor da política de assistência social deverá encaminhar, por meio de ofício, a solicitação da prorrogação do prazo descrito no parágrafo 5º, devidamente motivada a ser objeto de avaliação pelo Fundo Nacional de Assistência Social em até 30 dias. Parágrafo 7º, a não observância do prazo contido no parágrafo 5º acarretará a devolução obrigatória dos recursos ao Fundo Nacional por meio da guia de recolhimento da União GRU. Artigo 10º, nos casos das programações destinadas para unidades referenciadas, cuja finalidade seja a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, os entes federados deverão observar a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas que tratam sobre a formalização de instrumentos com entidades e organizações de assistência social. Parágrafo 1º, o ente federativo poderá repassar o recurso para a entidade ou organização de assistência social realizar a aquisição dos equipamentos, materiais permanentes e veículos. Parágrafo 2º, a entidade ou organização de assistência social não poderá utilizar recursos próprios para complementar a aquisição dos equipamentos, materiais permanentes e veículos vinculados à programação. Parágrafo 3º, caso o ente federado realize a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos com recurso da programação, deverá realizar a cessão dos respectivos bens para uso por parte das entidades e organizações de assistência social. Parágrafo 4º, verificadas impropriedades na execução dos recursos ou dos bens adquiridos por parte da entidade ou organização de assistência social, a administração pública poderá retomar os bens públicos em poder da entidade ou organização de assistência social parceira, qualquer que tenha sido a

modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens. Artigo 11º, esta resolução entregou em 1º de janeiro de 2025, Edilson Tavares de Araújo, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Lembrando, presidente, que o Fábio Lobo, coordenador geral da diretoria executiva do Fundo Nacional de Assistência Social estava conosco, junto com o diretor em matéria, e está aqui para esclarecer qualquer dúvida. Obrigado, Odenora. Alguma questão, alguma dúvida, sugestão? Não, também só esclarecendo que é um avanço, essa resolução que a gente está fazendo, está aprovando a CIT, está aprovando aqui, deixando bem claro, como eu falei na reunião trimestral, que não se trata que a gente tenha um olhar 100% favorável à questão desse financiamento via emendas parlamentares, porém, é o que a gente tem nesse momento, no contexto atual da política brasileira, e a gente cria e estabelece regras, algumas regras, alguns limites muito claros com relação aos valores máximos e mínimos para municípios, propósito de município, a gente estabelece regras muito claras para repassos para entidades da sociedade civil também, as emendas que vão direto para as organizações da sociedade civil e das outras providências também. Então, eu considero e parabenizo aqui, Fábio, o Fundo Nacional por esse trabalho também que vem sendo realizado, a gente sabe que existe um grande volume de emendas que são destinadas ao âmbito da assistência social, e é realmente fundamental que o CNAS aprove uma resolução dessa natureza, porque a gente visa cada vez mais, a gente está exercendo também o nosso, seja o controle interno, seja o próprio controle social sobre as emendas, principalmente nos municípios, que estabelece regras muito claras para os conselhos municipais também, no que diz respeito às responsabilidades que a gente tem, seja com relação à inscrição nos conselhos municipais, seja com relação ao cadastro nacional das entidades de assistência social, e acredito que realmente a gente tem um grande avanço para o contexto que a gente vive no momento no Brasil, tem um grande avanço no âmbito da assistência social para que essa resolução seja aprovada, bem como também daqui a pouco, assim que acabar a pauta aqui, a gente vai colocar na pauta a aprovação do pleno da carta que foi tirada e assinada na reunião trimestral com a assinatura de todos os CES, aqui também que diz respeito à mesma situação das emendas parlamentares, então acho que é um avanço. Alguém tem alguma questão a colocar, Elias? Então não havendo nenhuma intervenção, eu peço à Secretaria Executiva que faça, colocamos em regime de votação. Em regime de votação, Conselheira Ana Lúcia Soares. Pela aprovação. Conselheiro Elias de Sousa Oliveira. Pela aprovação. Conselheira Emelene Oliveira Araújo. Pela aprovação. Conselheira Otália Barbosa Rodrigues. Pela aprovação. Conselheira Ismael Tino Tavallone. Pela aprovação. Conselheira Margarete Alves Dalla Rovera. Pela aprovação. Conselheira Aparecida

Guerra Vicente. Pela aprovação. Conselheira Maria Carolina Pereira Alves. Pela aprovação. Conselheiro Régis Aparecido Andrade Espíndola. Pela aprovação. Conselheira Shirley de Lima Samico. Pela aprovação. Conselheira Solange Bueno. Pela aprovação. Conselheira Tânia Soares de Sousa. Pela aprovação. Conselheiro Tiago Cabral. Pela aprovação. Conselheiros suplentes na titularidade. Conselheiro Ricardo de Santana Marques. Pela aprovação. Conselheira Catarina de Santana Silva. Pela aprovação. A gente recebeu aqui a justificativa do Conselheiro Raimundo, que ele vai ter que se ausentar agora no período da tarde. Então eu vou chamar o seu suplente, que agora exerce a titularidade. Conselheiro Marcílio Marquezzine Ferrari. Pela aprovação. Coordenadora da Comissão de Financiamento, Aldeanora Gomes Gonzalez. Pela aprovação. Presidente do CNAS, Edilson Tavares de Araújo. Pela aprovação. Com 18 votos aprovados, Presidente. Queria só agradecer e também sugerir como encaminhamento, que após a publicação, a rápida publicação desta resolução, que seja dada ampla divulgação via Congemas, via FONSEIAS e para todos os parlamentares também. Acho que é fundamental que imediatamente após a publicação a gente faça esse encaminhamento, ok? Todos de acordo com esse encaminhamento? Encaminhar para o Congemas, FONSEIAS solicitando divulgação para os municípios, para os FONSEIAS também, FONSEIAS encaminharem para os conselhos municipais, certo? E para os parlamentares da Câmara. Câmara e Senado, né? FONSEIAS, Congemas, CES. Oi? FONSEIAS também, ok. Ok. Não, agora acho que já acabou, por hoje já... Isso, para todos os parlamentares, senadores, para todos os deputados e senadores do Congresso Nacional. Certo? Acho que pode mandar para as frentes, pode mandar para os líderes, né? Para não ter que mandar para todos, manda para os líderes de bancada e para as frentes também, né? Para os líderes de bancada e de frente, pede ampla divulgação para eles, certo? Presidente, para o Fórum Nacional de Trabalhadores também. Fórum Nacional de Trabalhadores também, ok. FNT suas, FNU suas, Minéias, importante, Minéias, Rendas, Fonife, certo? Pronto. E demais fóruns, pronto, ok. Certo? Oi? Todos os fóruns. Isso, todos os fóruns. Todos os fóruns de trabalhadores, entidades e usuários, ok? Ok, então. Prosseguindo aqui com a leitura da memória da nossa comissão, o item 2, apresentação do Capacita Suas, específico com o tema Acompanhamento da Execução dos Recursos dos Suas pelo Controle Social, convidado SNAS. O Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Marcílio Ferrari, esplanou sobre a Gestão do Trabalho e Educação Permanente dos Suas, sobre o Programa Nacional de Capacitação dos Suas, Capacita Suas, Balanço Final e a Previsão de Execução para 2025. Nós temos aqui dois quadros. Temos, obviamente, o encaminhamento, que é realizar a apresentação aos demais conselheiros do

SNAS. E aí nós temos dois quadros, que penso eu, que deveríamos encaminhar os quadros para os e-mails de todos os conselheiros, para que pudesse fazer as suas leituras, conhecer, ou, presidente, ou o Conselheiro Marcílio, que está presente aqui, que fez a apresentação, pudesse fazer uma breve fala sobre esses dois quadros, explicando melhor. Conselheiro Marcílio? Oi. Estou de boa posição. O senhor pode fazer? Consegue ver o quadro? Agora que não estou vendo, não. Tá, vamos lá. Eu tenho tempo para fazer isso, Conselheiro Aldenuro? Posso ficar à vontade? De forma bem resumida, por favor, e aí depois a gente vai encaminhar para os conselheiros, só para eles entenderem o que vão receber. Tá, então são dois quadros. Primeiro, boa tarde a todos e todas. Nós retomamos o monitoramento do Programa Capacitações Suas, a gestão do programa, enfim, e o acompanhamento sistemático de todas as execuções. Nós encontramos uma situação de saldo remanescente, isso em julho do ano passado, na casa de 28 milhões de reais. E aí todos os estados que têm saldos remanescentes tiveram vários problemas, enfim, diferentes problemas para a execução, mas o que ficou nítido quando nós chegamos foi a ausência de apoio técnico por parte do governo federal para a execução desses contratos, para assinatura, execução dos contratos, acompanhamento, monitoramento, enfim, tudo aquilo que se trata nesse sentido. Então, nesse primeiro quadro, nós temos aí as vagas, na primeira coluna, as vagas pactuadas, foram pactuadas do início do programa, há mais de 10 anos, as vagas executadas, que são vagas, os trabalhadores, as trabalhadoras certificadas que têm esse registro, o nosso sistema de monitoramento acadêmico, o CIMA, e o percentual de execução. Se vocês puderem abaixar um pouquinho, isso, exato, aí tá ótimo. Se a gente for perceber, no que se refere ao percentual de execução das vagas, das metas pactuadas inicialmente, nós estamos com 93% das metas já executadas. Então, é um balanço positivo em relação às metas. Porém, o que a gente percebe é que, do outro lado, nós temos vários estados com saldos remanescentes. Então, nós temos atuado nesse sentido, no sentido justamente de reduzir os saldos remanescentes a partir de ações de apoio técnico presenciais, à distância, enfim, de várias maneiras possíveis. E aí, uma grande e boa notícia, conselheira Aldenur, acabei de receber uma notícia agora, na parte da manhã, que o estado do Pará já está tudo pronto para poder assinar o seu contrato com a Universidade Federal do Pará para a oferta do Programa Capacitação do Saldo Remanescente que eles têm, e isso após uma agenda de apoio técnico presencial que nós fizemos lá, justamente para poder, enfim, executar o programa. Então, é isso que a gente tem feito de julho do ano passado para cá, apoiado tecnicamente os estados para poder executar esse grande programa que é um programa estratégico para o fortalecimento dos trabalhadores, das trabalhadoras do SUS e, principalmente, também, da construção dos direitos sociais

presenciais da população brasileira. Pode avançar, por gentileza, no outro quadro? Aqui é uma previsão de execução, é claro que ela se trata de uma previsão de execução a partir das informações que nós temos no CIMA, que é o sistema de monitoramento que nós temos, não é baseado nos dados do Fundo Nacional de Assistência Social, porque o fundo tem outra sistemática, os seus registros, mas isso nós já temos algumas sinalizações claras e concretas para a execução dos contratos para 2025. Então, nós temos estados que não têm, que têm baixo saldo em conta, que não é possível fazer contratação, estados que não têm saldo nenhum em conta, não dá para contratar mais nada, e estados com saldos consideráveis. Então, nós temos aí o status daquilo que nós já levantamos juntas as equipes de contratação, previsão para 2025, pelo menos até o início agora de janeiro. Então, nós já temos calculado, estimado cerca de 8 milhões de reais em contratação. Então, é um pouco isso e, claro, a gente está apoiando os estados a poderem fazer seus contratos. E agora, a gente vai ter que atualizar esse quadro, porque já entra agora o estado do Pará também, com seu saldo remanescente, a gente não tinha isso ontem. E aí, quando o CNAS, o plano do CNAS entender por bem, estamos à disposição para poder fazer essa prestação de contas, mas não só a prestação de contas de saldo, que é importante, é relevante para o controle social, mas também da própria reconstrução do programa, o que significa a reconstrução desse programa, o seu redesenho, enfim, tudo aquilo, os esforços que a CNAS tem feito para poder recuperar e dar visibilidade a esse programa, que é muito importante para todos os nossos trabalhadores do SUS e para a educação permanente do SUS também. É isso, conselheira Aldenura, muito obrigado. Obrigada, conselheiro Marcílio. Alguém tem alguma pergunta? Não? Então, é muito importante essa apresentação, esse quadro, e saber que tem estados que têm bastante recurso em conta, que não conseguiram ainda atingir os 100% da execução, por outro lado, tem estados que estão superando as expectativas. Aí nós vamos fazer aqui como encaminhamento, mandar para os e-mails de todos os conselheiros para que vocês acompanhem, inclusive, as metas que estão sendo executadas em cada estado. Obrigada, conselheiro Marcílio. Dando prosseguimento aqui à nossa minuta. Memória. Item 3, atualização do manual orientador dos conselhos municipais de assistência social referente à prestação de contas, financiamento e orçamento. Convidado. Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. A Bruna Angélica e Jamile Souza, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, trouxeram algumas atualizações que estão sendo realizadas, tais como, não será mais realizado preenchimento do demonstrativo sintético a partir do exercício 2025, onde será realizado pelo Agiliza Suas e o BBB, gestão ágil. Outra alteração será na Portaria 113, de 10 de dezembro de 2015, que regulamenta o

cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social Suas e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e das outras providências, incluindo as subfunções aprovadas da função 08 dentro 8. Desencaminhamentos dados nesse item. Convidar a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social para apresentação da nova proposta de manual com alterações realizadas e pautar na reunião de março de 2025, uma vez que ainda está em atualização. Solicitar à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social apresentação de levantamento dos dados da prestação de contas referência ao exercício 2023, ainda nesta reunião ordinária de dezembro. Então, o Coordenador-Geral, Fábio, está aqui, né, para fazer essa apresentação aí para a gente. Fico, a gente dá um jeitinho aqui para apresentar. Boa tarde, todos, todos, todos. Trouxe aqui os números atualizados do preenchimento do instrumento de prestação de contas do exercício 2023, né, demonstrativo sintético. Lembrando que a gente tira esses dados diariamente pela parte da tarde. É, pela parte da tarde. Então, estamos com os dados aqui retirados às 4 horas de ontem, né. Poderia passar, por favor? Mais umazinha. Então, essa é a nossa situação de preenchimento. Nós temos 833 municípios ainda com status em preenchimento em que os gestores não realizaram a informação dentro do demonstrativo. 727 municípios com relação à prestação de contas dos recursos de Dessus e 745 municípios referentes à prestação de contas do GD-PBF. Com relação à deliberação pelos conselhos municipais, ou seja, aqueles que os gestores já fizeram o preenchimento, nós temos 2.747 municípios que estão na situação de deliberação pelo Conselho da parte da prestação de contas dos serviços, 2.839 municípios da prestação de contas do GD-SUS e 2.875 municípios com relação à prestação de contas do GD-PBF. Daqueles municípios que já finalizaram todo o instrumento, parte do gestor e do conselho, nós temos 1.985 municípios que aprovaram a prestação de contas com relação aos serviços, 1.887 municípios aprovaram a prestação de contas do GD-SUS e 1.951 municípios aprovaram a prestação de contas do GD-PBF. Tivemos ainda 4 prestações de contas rejeitadas dos serviços sócio-institucionais. Já com relação aos estados, 6 estados encontram-se em preenchimento da prestação de contas dos serviços, 2 estados ainda estão em situação de preenchimento do GD-SUS e 5 estados com relação à prestação de contas do GD-PBF. Em deliberação pelo conselho, por parte dos estados, 20 ainda conselhos estaduais estão deliberando a prestação de contas dos serviços, 24 em deliberação da prestação de contas do GD-SUS e 21 do GD-PBF. Sendo que nós temos uma aprovação, um estado já completou o preenchimento totalmente com parte do gestor e conselho dos serviços do GD-SUS e GD-PBF. Por favor, próxima telinha. É importante que desde o dia 22 do 11, o sistema que vinha apresentando grande instabilidade, era uma reclamação tanto de conselhos quanto de gestores.

Ele passou a estar com uma estabilidade muito melhor e foi quando a gente começou a verificar um crescimento bem considerável dos preenchimentos do demonstrativo. Então nós temos que, com os prazos da data de abertura do demonstrativo, considerando 60 dias para gestão de preenchimento e 30 dias adicionais para o conselho, o prazo se encerra de preenchimento no dia 29 do 12 de 24. Importante também dizer que o fundo vem monitorando constantemente essa evolução do preenchimento e nós, por volta do dia 20 de dezembro, faremos uma avaliação conjunta com a SNS, fundo, para verificar a necessidade ou não de uma prorrogação dos prazos. Mas tudo isso será comunicado, realizado, toda a transparência com relação a esse processo. Ok, conselheiro Ricardo. Presidente e demais conselheiros, não é nem o tema, mas aproveitando que nós estamos tratando desses temas, eu não poderia deixar de registrar o problema que os municípios têm enfrentado com relação ao preenchimento do Censo Suas. Houve uma mudança de prazo. O nosso monitoramento hoje é de que os municípios não estão conseguindo de forma nenhuma acessar o Censo Suas e isso tem preocupado muito o Congemas devido ao encerramento da gestão. Muita gente que está hoje não estará a partir de janeiro e aí nós queríamos pedir, não sei qual o caminho, a intervenção desse conselho para que pudesse contactar o DG Suas e pudessemos encontrar uma solução o mais rápido possível. Então, eu sugiro, conselheiro, que a gente possa estar entrando em contato com o DG Suas e convidando para que amanhã o DG Suas possa estar vindo aqui para estar tratando conosco desse assunto e a gente possa coletivamente dar um encaminhamento necessário. Pode ser assim? Entendo a preocupação legítima, mais que legítima preocupação. Infelizmente, a gente está com uma limitação, que é uma limitação relacionada a questões da tecnologia da informação, da STI, que está com uma série de problemas realmente, falo, não é uma questão de fato do departamento de gestão do Suas, tudo que o departamento tinha que fazer no que diz respeito à concepção, os questionários, está tudo pronto, mas a gente não depende só do DG Suas para rodar o censo. Então, acho que amanhã pode-se tirar daqui algum tipo de encaminhamento à Secretaria, inclusive para a SNES, para a Secretaria Executiva e de orientação para os municípios. Apesar da pactuação ser feita na CIT, a SNES obviamente pode intervir sobre situações dessas naturezas, porque a gente tem que afetar de fato o Suas como um todo. Então, eu sugiro que a gente entre em contato com o DG Suas e peça para que eles compareçam em algum momento pela manhã, preferencialmente, para debater a questão conosco. Pode ser assim? Todos de acordo? Sobre a questão aqui das prestações de conta, alguém tem alguma... Acho que a gente está avançando, né? Tinha problemas também com relação aos sistemas, mas acho que melhorou muito. Aí, infelizmente, não é a mesma coisa

com relação aos censos Suas. A gente tem que ponderar bem a situação dos censos Suas, todos os prós e contras que a gente pode ter aí, e o conselho pode dar o encaminhamento devido, certo? Ok. Mais alguma questão? Ok, então... Obrigada, conselheiros. É que o... Só um minuto, desculpe. É que esse ponto aí, esse encaminhamento aí, na verdade, não tem a ver com o ponto, né? Tem. Mas a gente vai se colar com isso no sítio. Ah, tá. É isso, mas aí, é porque o ponto ali foi sobre prestação de contas, aí ficou meio estranho ali, eu acho que ali... É, acho que é melhor, porque como é uma intervenção, né? Porque senão fica... Porque não tem a relação direta aí. Certo? Isso. Não, eu estava esperando ela escrever ali, porque são outros assuntos, né? Então, voltamos lá para o item 4, por favor. Apreciação da planilha das deliberações da 13ª Conferência Nacional de Acesso Social. Foi apreciada e concluída pela comissão a planilha das deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento. Fazer a devolutiva para a comissão de monitoramento das deliberações das conferências de assistência social. Algum destaque nesse ponto? Item 5. Continuação da apreciação do plano de ação da comissão. A comissão não teve tempo hábil para a apreciação do ponto de pauta, sugerindo assim pautar no mês de fevereiro de 2025. Aí se entrariam outros assuntos, né? Carregava outros assuntos aí. Outros assuntos. Aí a gente ia para a definição da pauta do próximo... Sim. Aí definição, item 7, definição da pauta do mês de fevereiro de 2025. Assunto principal e convidado se houver. Seixo 7.1. Continuação da apreciação do plano de ação da comissão, como ponto principal. Estatus da LOA 2024. Convidado a SNAS. Apreciação do relatório final de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Acesso Social Exercício 2024. Convidado a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. Apreciação do relatório final de execução da ação 8249. Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social Exercício 2024. E aí definição da pauta do mês de março de 2025. Assunto principal e convidado se houver. Eldenura Gomes Gonzalez, coordenadora da Comissão de Financiamento e Alçamento da Assistência Social. Obrigada, presidente. Alguma questão? Todos de acordo, então? Então, obrigado. Parabéns para a Comissão de Financiamento e Alçamento. Só um segundo. Eu vou sugerir aqui agora, então, que a gente já faça a aprovação. Primeiro, a aprovação da carta, né? Que a gente tirou na reunião trimestral. Então, fazer a leitura e aprovação dessa carta. Em seguida, também, eu queria solicitar a inclusão de um ponto que eu acabei esquecendo também. Que foi debatido na Comissão da Presidência Ampliada. Que é uma moção também com relação a uma questão que está ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul. Que foi tirada uma moção também com relação a declarações do prefeito Bento Gonçalves. E aí também tem uma nota que foi escrita aqui pelo conselho que precisa ser

aprovada também por este pleno. Então, peço que projete, por favor, primeiro o ofício. Como eu falei, este ofício foi referendado na reunião trimestral. Assinado por todos os SEAS presentes, secretarias executivas, conselheiros, presidentes e vice-presidentes. E vai assinar também pelo Conselho Nacional. Ofício número XXX, né? Brasília, da assinatura. Excelentíssimo, senhoras e senhores. Presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Líder do Governo do Senado, Randolpho Rodrigues. Líder do Senado, do Senador Flávio Bolsonaro. Líder da maioria, deputado Agnaldo Ribeiro. Ministro Elton Dias, desenvolvimento e assistência social. Ministro Fernanda Haddad, Ministro da Fazenda. Ministro Simone Tebes, Planejamento e Orçamento. Ministro Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil. Assunto. Solicita definição da obrigatoriedade de 20% do valor das emendas individuais e de bancadas para a política pública e de assistência social. Senhoras e senhores, ao cumprimentá-los, informamos que assistência social é um direito constitucional de seguridade social, junto com as políticas sociais de saúde e previdência social. Vale ressaltar que a Lei Orgânica de Assistência Social, nº 87.4293, completou 31 anos, garantindo proteção social a todos, todos e todos, cidadãos e cidadãs, que dela necessitar. Tal direito social vem sendo materializado por meio de serviços socioassistenciais, benefícios, programas, projetos e transferências de renda. A Política Nacional de Assistência Social completou neste ano 20 anos, sendo gerida e implementada por meio do Sistema de Assistência Social, que tem 18 anos. O SUS é o maior sistema de proteção social do mundo, composto por mais de 27 mil unidades públicas, com destaque para 8.641 CRAs, 2.604 CREAs, 1.600 Centros de Convivência, 1.697 Unidades de Acolhimento, entre outras, e 32 mil entidades e organizações de sociedade civil de assistência social. Tem-se, assim, uma rede socioassistencial, composta por mais de 470 mil trabalhadores, promovendo ações preventivas e protetivas para pessoas que passam por situações de risco e vulnerabilidade social, agravadas pela fome, pobreza, violência e outras violações de direitos, em especial mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, entre outros. Deste modo, não existe outra política pública com maior capilaridade que a política de assistência social. Os resultados alcançados pelo Brasil com relação ao combate à pobreza e à fome só são possíveis dada a capilaridade do SUS. O sucesso do programa Bolsa Família depende do SUS. O atendimento às situações de calamidade devido às mudanças climáticas tem participação direta do SUS. Nos estados e municípios, 90% das gestões das ações de segurança alimentar e nutricional estão vinculadas aos órgãos gestores de assistência social. Apesar de compor o tripé da Seguridade Social junto com as áreas de saúde e previdência social, a política de assistência social não possui

vinculação orçamentária, tendo orçamento discricionário. O SUS passou por um desmonte, inclusive orçamentário, tendo um corte de 95% do orçamento para cofinanciamento dos serviços da política entre 2016 e 2021. Em 2022, o orçamento foi recomposto com o que foi pactuado em 2014 com estados e municípios. Porém, novos problemas públicos surgiram e as responsabilidades dos SUS aumentaram. Considerando todos esses argumentos, o Conselho Nacional de Assistência Social e os Conselhos de Assistência Social dos estados e distrito federal solicitam a inclusão da obrigatoriedade de 20% do valor das emendas individuais e de bancadas Código RP6 e RP7 para o financiamento e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social por meio da implementação e expansão da oferta de serviços socioassistenciais tipificados, Resolução CNAS nº 109 de 2009. Deste modo, poderemos ter um mínimo de equidade no trato dos SUS e na garantia da proteção social. Certos de que temos interlocutores sensíveis às pautas das pessoas em situação de vulnerabilidade social, contamos com o empenho dos senhores. Cordialmente, assinam o Conselho Nacional de Assistência Social e todos os CES e KSDF. O Conselho Nacional de Assistência Social Hoje, o pessoal da fiscalização do Bolsa disse que está entrando também porque é uma questão de benefício do Governo Federal, mas nós temos que reforçar isso aí, então nós temos que fazer a nossa diferença. E eu acho que o que o CNS tem que provocar, assim como nós somos provocados pela fiscalização de Bolsa, se a rede de fiscalização não vai lá como nós fomos a São Paulo, eu acho que é o primeiro município ano que vem que a gente precisa chegar lá, assim de fazer com essa nota não fique só em blog não, como o senhor disse, e se está chegando em outros municípios, nós não vamos levar isso para as federações de município, para a associação dos municípios aqui, todos os municípios não têm uma representação, eles não podem fazer isso com o nosso usuário, é inconcebível. Então fica aí o nosso registro e a nossa questão de encaminhar para mais órgãos de fiscalização, Ministério Público, porque está envolvido pessoas que não têm o acesso de chegar aqui no Conselho Nacional e denunciar. Obrigada. Eu fiquei pensando, na verdade, eu acho que o conteúdo sim, mas eu não li também o PL no todo, eu não sei se tecnicamente a gente pode falar que é lei constitucional, porque a gente não avaliou ele pela ordem técnica jurídica, então acho que a gente deveria tirar, falar que é algo no mínimo violador de direitos, porque senão a gente pode emitir uma nota de repúdio com um conteúdo técnico invocado. De acordo. Irene? Bem, como sou a primeira vez que vou falar e está sendo transmitido, vou fazer a minha audiodescrição. Eu sou a Irene Rodrigues, represento aqui os trabalhadores do Serviço Público Municipal. Hoje estou com o cabelo preso, um óculos redondinho e usando uma camiseta da nossa campanha de que Serviço Público é a gente que

faz. Propositadamente estou com essa camiseta hoje, porque é importante ter o olhar para esses trabalhadores de lá. Quero aqui me solidarizar com a presidente do Sindicato de Servidores Públicos de lá, Nerei, e dizer que fico feliz da gente poder acrescentar aí um olhar sobre os trabalhadores, sobre a pressão, sobre o desvio de função, porque não é serviço de nenhum profissional dos seus fazer qualquer ato que seja tanto de cobrança, de punição. Nós somos da política de direito e nós estamos ali para garantir o direito dos usuários e de toda a população daquela cidade. Então, é inadmissível que um trabalhador seja forçado a fazer isso. E é lógico, na realidade do município, a gente sabe que muitas vezes o trabalhador ele se vê nessa situação e o assédio é tão grande que ele não tem coragem de perder a cabeça e perguntar. Então, acho que é importante essa medida do Conselho Nacional, concordo com Solange que a nota às vezes parece muito pouco, mas nós precisamos, com certeza, tomar uma atitude aqui para que outras situações não aconteçam no Brasil. A política de assistência social é uma política de direito, tanto para o usuário quanto para quem nela trabalha. Então, a gente tem que ter esse olhar. Obrigada. Obrigada, Conselhe Irene. Só lembrando que, como foi hoje trazida aqui pelo Dr. João Paulo, a Rede Federal de Fiscalização do Cade Único de Bolsa Família já encaminhou uma notificação extrajudicial ao Ministério Público sobre essa situação. Então, além da nota que cabe ao CNAS e a notificação do SES, a gente também pela Rede Federal, a Rede Federal tomou essa providência. Hoje de manhã ele, inclusive, comentou aqui. Foi feita já a notificação extrajudicial via Ministério Público. Ok? Ana Lúcia. Boa tarde. Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeus Ocupacionais. Presidente, colegas, de acordo com todos os encaminhamentos, as falas que foram trazidas, eu quero apenas colocar a importância de, a partir dessa situação que está exposta, que a gente possa olhar com muito carinho com a cultura presente no estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente é essa situação que aparece, mas não é uma situação exclusiva dessa cidade. A gente tem expulsão de moradores de rua que são colocados de uma cidade para outra, a Brigada Militar leva, os prefeitos levam com ônibus. Então, não é de hoje que, inclusive, as discussões nos CEAS apontam por uma necessidade de se aprofundar a compreensão dos SUAS no estado do Rio Grande do Sul. E eu fico pensando o quanto o CNES é importante no sentido de poder estar junto, de poder abrir discussões, poder clarear a nossa função, a primazia da política. Porque, infelizmente, a gente tem um recorte higienista que criminaliza a pobreza disseminada nos municípios. Também solidária aos usuários, aos trabalhadores, aos gestores também que lutam contra esse tipo de procedimento. Mas eu gostaria que a gente pudesse pensar, além de tudo que já é feito pelo CNES, formas de estarmos mais presentes e estabelecer uma luta conjunta

com o Conselho Estadual. Obrigado, conselheira. Mais alguém? Ah, Andrea. Ainda naquela sentença a respeito dos trabalhadores, eu acho que é importante contextualizar, porque isso sempre vai chegar na ponta do serviço de alguma forma. Então, de que maneira esse PL pretende ser cumprido, para que se chegue nessas multas. Então, a gente não sabe qual é o contexto que esses trabalhadores estão expostos. Mas eu acho que, assim, a gente afirmar, além disso, colocar os trabalhadores em situação vegetatória, a gente está afirmando e a gente ainda não recebeu nenhuma denúncia. Então, eu acho que a gente afirmar que eles já estão em situações vegetatórias é complicado. Eu rascunhei aqui uma forma talvez de melhorar essa sentença, vou ler e coloco para a apreciação de vocês. Nos posicionamos solidários aos trabalhadores do SUS que, em virtude do contexto posto por este PL, possam estar expostos a situações que prejudiquem o vínculo com os usuários do SUS e que também, de alguma forma, possam estar sendo submetidos a situações constrangedoras e assediadoras. Ok. Alguém concorda com a mudança proposta pela conselheira? Então, a conselheira pode passar aqui para a mesa, por favor, para o pessoal aqui. Essa é atualizada? Está atualizada. Ok, então, mais alguém? Aqui tem que complementar. Então, enquanto corrigem ali, só o encaminhamento foi colocado aqui também, a gente vai encaminhar para a prefeitura, o SES, CMAS, acho que é importante também encaminhar para os fóruns que existem, os usuários. Então, só lê aí como é. Nos posicionamos solidários aos trabalhadores do SUS, do referido município, que, em virtude do contexto posto por este PL, possam estar expostos a situações que prejudiquem o vínculo com os usuários do SUS, vírgula, e que também, de alguma forma, possam estar sendo submetidos, submetidos, submetidos, a situações constrangedoras e assediadoras, no âmbito do trabalho. Submetidos, submetidos. Ismael. Presidente, só uma pergunta. No caso, as redações que estão de preto, não mexem, né? Não. Ah, então tá. O vermelho é só o que a gente está acrescentando agora, que a plenária está pedindo para colocar. Regis. Não, é só nos encaminhamentos, eu sugiro também que seja enviado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Proteção aos Vulneráveis do Rio Grande do Sul. Ah, ok. Que é o Ministério Público de Direitos Humanos lá, que coordena todas as promotoras de direitos humanos do Estado. Ok. Anota aí, por favor. Eu mando para vocês, o nome é Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e da Proteção, eu mando o contato aí para, eu mando para a Doni, que a gente conversa mais. Mais alguém, mais algum encaminhamento? Então, encaminhamento já, prefeitura, acho que cabe ao prefeito e ao próprio órgão gestor da assistência social do município também, né? Sim. É, é o de legislativa ao presidente da Câmara, certo? Enviar para o prefeito, o órgão gestor. Prefeito, órgão gestor. Câmara, o órgão do

Ministério Público que Regis falou agora aí, que vai mandar para vocês, MP. Isso, os dois conselhos, MP. Fórum de usuários, né? Fórum de trabalhadores. Hã? Fórum o quê? Desculpe. Estadual, tem municipal lá, será ou não? Não, ok. Hã? Acho que não. Tem? Tem. Frente em defesa do SUAS. Frente? Do Estado. Do Estado, estadual. E bem ativa. Ok. Ok. Mais alguma? Não. Corregemas também, né? Sim. Corregemas do Rio Grande do Sul também. Importante. Ah, sim, gestor estadual. Municipal e estadual, né? Tem as federações lá dos prefeitos. Tem a federação de prefeitos lá. Como tem em Santa Catarina. Fonsez. Fonsez também. Tem diretoria lá, né? Sim. Famur. Famur. É, a famosa Famur. Famur. Vão bombardear esse cara. Ok. Mais alguma contribuição? Movimento Nacional de População na Estação de Rua também. Ok. Então, dessa forma, então, pergunte se todos estão de acordo, quem estiver de acordo, permaneça como está. Alguma abstenção? Alguém contrário anota? Então, aprovada a nota de repúdio. Ok. Ok, então, são... acho que dá tempo a P.A., não dá? Não, né? Dá para destacar o vídeo. Tá, a sugestão aqui da Secretaria Executiva é subir alguma comissão para agora, porque a gente não conseguiu terminar aqui os ajustes da P.A. devido às indicações que foram feitas hoje. Então... Pode ser normas agora? Então, eu peço ao Coordenador Elias que faça o relato da comissão de normas. E, em seguida, a gente... Ah, tem uma resolução também para aprovar. Eita, só que o Dr. William não está aqui, né? É, não tem não. Não. Mas não precisa, né? É. Desconvite-se, não precisa não, porque não envolve. É de funcionamento interno, né? Então, ok. Boa tarde a todas, todos, todos, aos que nos acompanham, nos acompanham de modo online. Eu sou um homem que me identifico como um homem negro de pele clara, com 1,80m de altura, é, careca, né, não é... Tá, rapaz, é careca mesmo, tô usando um óculos quadrado de lente azul, um blazer azul claro, uma camiseta azul escuro e um colar colorido, laranja com vermelho e preto, né, para que tudo que vem, bate e volta. Então, vamos ler o relato da comissão de normas. Realizada aqui no Explanado dos Ministérios, Bloco F, na Sala 119, das nove às doze, do dia onze do doze de 2024. Os conselheiros presentes, Elias de Souza Oliveira, coordenador, Amanda Simone Silva, Catarina Santana Silva, Jusceline Ferreira, do Nascimento, de forma online, e da Secretaria Executiva, Andriane Maia e Suelma Ferreira. Como convidados dessa reunião da comissão de normas, participaram a Cíntia Barros dos Santos Miranda, coordenadora-geral do DPSE, o Guilherme Antônio Souza Ferreira, coordenador do DRSP, e a Valdelice Santos, coordenadora-geral do Quineias, e o Willard Paula Dias, assessor do DRSP. O primeiro ponto de pauta era a apresentação do relatório trimestral de 2024, com as informações sobre o processo de certificação das entidades de assistência social, referente ao terceiro trimestre de 2024. O convidado para essa apresentação

foi o DRSP, Departamento da Redução Assistencial Privada do SUS-SNS. O convidado Guilherme Ferreira realizou a apresentação do relatório de prestação de contas, sobre os processos de certificação de entidades beneficentes de assistência social, relativos ao terceiro e quarto trimestre de 2024, bem como outras informações relevantes que estão disponíveis lá no Google Drive. Pontos considerados importantes do debate. Dos 2.239 protocolos de processo de certificação, 330 não possuem cadastro, concluído no Quineias. Até o dia 30 de novembro de 2024, 6.134 entidades usufruíram dos referentes da certificação. 7.729 foram certificadas, sendo as maiores ofertas de habilitação e reabilitação, com 2.084, e convivência e fortalecimento de vínculo com 2.052. 552 ofertas de assinalamento, defesa e garantia de direitos, 492 ofertas em acesso ao mundo do trabalho, 461 em acolhimento e abrigo, 282 em sócio-aprendizagem, 147 em serviço de proteção social especial, 113 em casa de apoio, e 69 em medidas sócio-educativas, liberdade de assistir e prestação de serviços de comunidade. 58 na proteção social básica no domicílio, 55 de abordagem social, 15 de acolhimento em república e 15 em família acolhedora. No Brasil, há hoje 17.325 cadastros concluídos com Quineias. Nos meses de janeiro a dezembro de 2024, segundo informações emprestadas pelos dois representantes da RSP, no total de 1.134 entidades foram excluídas do Quineias, sendo por erro de cadastramento, a pedido da própria entidade, por contratos de constatação de regularidade, por encerramento das atividades, por falta de atualização anual, por não atuar na política de assistência social, entre outros motivos. Ressalta que o CMAS, os Conselhos Municipais de Assistência Social, envia documentação referente à inscrição pró-gestor, o procedimento, a gestão municipal encaminha, este encaminha a gestão municipal, e a gestão municipal encaminha através do e-mail rede privada dos seus, arroba o MDS, e a gestão federal realiza a exclusão da entidade do Quineias, o qual automaticamente já não constará mais o sistema. A Coordenação Geral do DRSP informou, a Coordenação Geral de Gestão, Informação e Acompanhamento da Rede Social Assistencial da RSP, tem feito apoios técnicos aos estados e municípios, com o tema, a contextualização da importância das organizações da sociedade civil da rede social assistencial. Um relato, informações mais amplas e a apresentação da RSP, estão disponíveis lá no Google Drive. O encaminhamento foi, enviar relatório para conhecimento aos Conselhos Estaduais de Assistência Social, e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. E a aprovação do relatório, que na comissão o relatório foi aprovado. Isso. Todos de acordo? Aprovam o encaminhamento? Ok. Algum questionamento, alguma dúvida? Então, aprovado. A apresentação sobre as normativas que orientam as ações em situação de calamidades e emergências. O convidado foi o Departamento de Proteção Social Especial, o

Coordenador do Departamento de Proteção Social Especial, quem escreveu foi a Cíntia Miranda, Coordenadora Geral do Departamento, que apresentou as normativas vigentes das ações para situações de emergências e calamidades, quais sejam, a Lei nº 8.142, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS, a Resolução CNES 109, de novembro de 2009, a tipificação, a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, a Portaria 90, de 3 de setembro de 2013, Resolução da Comissão de Intergestores Tripartite, SIT nº 7, de 17 de maio de 2013, Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, nº 12, de 11 de junho de 2013, todas são resoluções e portarias normativas que orientam o processo hoje do trabalho da Proteção Social Especial nas situações de calamidades e catástrofes. A Cíntia acrescentou que o serviço que promove apoio e proteção à população atingida, com a disponibilidade de alojamentos provisórios e itens de subsistência, conforme as necessidades detectadas em cada localidade e conforme aquilo, conteúdo das portarias, inclusive com portarias que flexibilizam, inclusive o próprio uso dos recursos remanescentes presentes nos blocos, seja da Proteção Social Básica, Especial e de Gestão. Informou que o valor do financiamento federal, o valor de referência atual repassado por grupos de pessoa, conforme está lá na apresentação disponível no Google Drive, o valor repassado para cada grupo de pessoas atingido por calamidade e catástrofe. Informou que a continuidade de repasse e regularidade depende do período de vigência do Decreto de Estado de Calamidade e Emergência. O repasse pode ser prorrogado por até 12 meses depois de encerrado o reconhecimento do período de emergência pelo Governo Federal. Os detalhes do cálculo, sobretudo da portaria 90, estão lá disponíveis de forma bem detalhada dentro da apresentação, a Cíntia trouxe isso para a gente, para quem quiser olhar e acompanhar, estão lá no Google Drive. Ela ressaltou que o recurso pode ser utilizado para a estruturação do espaço utilizado para acolher as famílias, com aquisição de lonas, tendas de plástico, plástico preto, grosso, enfim, aquisição de alimentos, água, colchões, colchonetes, roupa, camas, cobertores, vestimenta, materiais de higiene e limpeza para uso no acolhimento provisório. Só para ressaltar que algumas dessas resoluções, a flexibilização em torno delas, nós aprovamos esse ano mesmo aqui no CNAS. Pode ser usado para a contratação de equipe de referência que irá atuar diretamente com as famílias, indivíduos, acolhidos, contratação de pessoas físico-jurídicas para a realização de reparos e adaptações para a acessibilidade do espaço destinado para acolhimento sem que ocorra a ampliação do imóvel, contratação de equipes de apoio para a cozinha, serviços gerais, segurança, aluguel de automóvel para deslocamento dos usuários e da própria equipe de referência, locação de imóveis para acolhimento provisório, hospedagem, junta-rede hoteleira ou órgão congênere para indivíduos ou grupos de família por meio de

contratos celebrados. Poder concluir informando que está sendo elaborada uma minuta de decreto que institui a Força Nacional do Sistema Único de Assistência Social, que nós também aprovamos o primeiro plano de ação aqui neste Conselho Nacional, para atuação nas ações de preparação, resposta e recuperação das situações de emergência no SUS. Então, um conjunto de informações bem completas que a Cintia trouxe e apresentou lá na Comissão de Normas e está à disposição de todos para que possam ter conhecimento. Então, o encaminhamento foi socializar novamente todas essas informações com os órgãos e conselheiros. O item 3 da pauta era apreciar as recomendações da Conjura, minuta de autoração da Resolução CNAS 27 de 2011. Essa proposição foi retirada de pauta, certo? E nós encaminhamos a organização de duas datas para a realização de uma reunião ontem a proposta era de reunião conjunta, mas não houve a possibilidade na PA onde a gente discutiu, mas manteve-se então uma reunião da Comissão de Normas extraordinária que nós vamos marcar para o início de janeiro e na pauta de fevereiro, entra como pauta principal... Oi? Não entendi. Ela disse que vai ser lida na PA, só vai ser lida duas vezes então, porque eu vou ler aqui e vou ler na PA de novo então, tá? Não tem problema não. Nós vamos marcar uma reunião da Comissão de Normas lá para janeiro, colocar as datas para que os conselheiros se manifestem e depois, na reunião de fevereiro, nós vamos também se dedicar, tendo como ponto de pauta exclusivo a finalização da Resolução 27 da DGD. Certo? Outros encaminhamentos... Precisa aprovar isso, né, Gilson? Não, os encaminhamentos? Alguém? Ah, não, desse ponto é na PA, Gilson. Oi? Não, vamos ser só nós, porque a Comissão de Política não pode. Depois ele esclarece os... Pode esclarecer, se quiser. Não, é só porque a proposta da Comissão de Normas é fazer uma reunião online em janeiro. E a gente, na Comissão de Política, já definiu na Comissão que não parar a reunião online. E na reunião de fevereiro, nós também definimos que a nossa prioridade de pauta será o planejamento. É só uma dúvida, mas essa reunião vai ser para continuar aquele trabalho da... Isso. Mas sem a Comissão de Política? Porque tinha sido combinado e é claro que nós também, nós estamos juntos nessa construção, né? É, mas a gente está entendendo que está um trabalho. Já estava, a gente precisa terminar. E lá na Comissão de Normas, a gente foi avançando nas outras coisas, o plano de ação, e a gente continua só, assim, como pendência com essa. Mas excluindo a Comissão de Política? Não, mas eu acho que a gente pode terminar, e a gente encaminha aquilo que a gente terminar para a Comissão de Política, né? Para contribuir com a análise do que está acontecendo. Não, eu falo, né, que é interesse das entidades, então, e a Comissão de Política faz parte dessa construção. Sim. Agora, para a gente não participar, eu não sei, realmente, a gente tem um impedimento à questão online para algumas pessoas da

Comissão, mas de repente deixa aberto para se a Comissão de Política, alguém da Comissão de Política pudesse participar. Não, isso, pelo menos na Comissão de Normas, não temos impedimento nenhum. Eu já entendi que não ia mais convocar, né, por conta disso, mas... Agora, como assim? Eu não sei se ao menos a gente faz essa proposta, não, tá? Mas se não for, também a gente analisa e faz no momento que for possível. Gente, eu não vejo problema nenhum das pessoas participarem, principalmente as pessoas... Deixa eu colocar meu ponto, talvez a gente tirar duas índices da Comissão de Política para participar da reunião, a reunião toda, mas a gente teria duas representações da Comissão de Política para acompanhar lá. Acho que para a gente, tranquilo, né, Catarina? Porque aí, convoca, convoca os dois representantes da Comissão de Política. Ok, de acordo, por nós, a Comissão de Normas, de acordo. Ok, então está todo mundo de acordo, convoca os dois representantes. Já querem indicar quem serão? Emelene... Quem é da Comissão? Vamos indicar já, porque, Emelene... A reunião vai ser marcada para depois do dia 16 de janeiro, tá, Emelene? Tá ótimo. Quem é, Regis? Quem sabe das pessoas? Vamos começar com a Comissão, por isso que a minha sugestão é a indicação vir no relato da Comissão de Política. Ah, pode ser também. Tá, é porque está todo mundo aqui, né, Emelene já demonstrou aqui que quer participar, então não vejo problema não. E tem que ser mais alguém, né, desde que a Andréa quiser participar, enfim. Por favor. Andréa e Emelene. Andréa e Emelene. Irene. Não, Irene levantou a placa. Irene pediu fala. Isso. Eu não sou dessa Comissão. Isso, eu não sou dessa Comissão. Mas me preocupa, sabe? Pode ser excesso dizê-lo, pode ser legalismo da minha parte, o que vocês pensarem. Mas eu me preocupo com a paridade, né, quando você faz esse tipo de situação. E, definitivamente, é claro que é o pleno que decide, mas vai acontecer uma reunião de duas comissões que não são duas comissões. Vai haver convocação de membros de uma comissão que não é comum. Então, na minha humilde avaliação, aqui, eu penso que deveria ser uma reunião da Comissão de Política com Norma, ou vai ser só de norma, mas eu entendo que todos nós, conselheiros, não temos impeditivo de participar de nenhuma comissão. Então, se a reunião vai ser online, se é interesse de mais pessoas, acho que deveria ser uma reunião da comissão que está chamando mesmo, mas disponibilizar para todos os conselheiros o link. Mas sempre é. É melhor que a gente fazer uma deliberação aqui que vai chamar dois de outra comissão para validar que a comissão está ocupando. Por favor, conselheira, todas as nossas reuniões, sejam presenciais ou sejam online, elas são abertas à participação de qualquer conselheiro. Então, nada impede, como qualquer pessoa que queira participar, nada impede, nunca ninguém impediu de participar de nenhuma reunião aqui. Quanto à paridade, nesse caso, eu não estou entendendo a preocupação porque,

inclusive, tem mais gente da sociedade civil e o governo não está fazendo nenhum problema com relação a ter mais gente da sociedade civil, porque é uma resolução que interessa principalmente ao segmento das organizações de sociedade civil. Então, eu, inclusive, não estou questionando nada aqui porque acredito que é legítimo que os representantes das organizações de sociedade civil que fazem parte da comissão participem. E aí a gente tem uma trabalhadora. Então, não tem nenhum problema. Eu também, se eu tiver, eu vou estar de férias, mas eu tenho acompanhado esse debate da resolução 27, porque, inclusive, coordenei o GT, então também tenho interesse em participar. E aí eu vou, mais uma vez, colocar aqui. É um procedimento democrático que nós estamos fazendo aqui, extremamente democrático, de colocar as resoluções em consulta pública. Eu fui contra o prazo dessa resolução, 60 dias. Acabou que ficou em 60 dias. Mesmo assim, tem um ovni aí. Eu fui contra, mas tudo bem, respeitamos o processo, colocamos lá. Não, muito mais. Não, já vão para três meses que acabou a consulta pública. Certo? São três meses. E aí o que acontece? Obviamente a sobrecarga de trabalho que todas as comissões têm, mas aí, mais uma vez, eu chamo a atenção dos senhores e senhoras conselheiras para que essa questão de que não participa de reunião online, eu acho que essa é uma questão muito complicada, não quero aprofundar, vou falar e não vou abrir inscrição nenhuma para falar sobre isso. Mas eu acho algo muito complicado porque todo mundo aqui participa de atividade online. Agora, tem pessoas que, quando é para o CNAS, não quer participar online. Então, eu acho que isso realmente é uma coisa que a gente vai ter que rever nesse conselho. Não é admissível nesse conselho que a gente bate o pé de gado e eu inclusive já participei de outras atividades online com conselheiros aqui. Agora, quando é atividade do CNAS que não pode, é complicado isso, é bem complicado. Então, eu peço encarecidamente a todos os segmentos que nos seus alinhamentos conversem sobre essa questão. Porque a gente tem uma questão aqui que é de uma responsabilidade pública e coletiva de aprovação de uma resolução importantíssima que eu tenho sido cobrado diariamente pelos conselhos municipais que estão aí. Eu tenho sido cobrado pelo segmento das entidades diariamente também que estão ansiosos com relação a isso. E a gente fica impedido de avançar com o debate da resolução porque às vezes a gente tem uma ou outra pessoa que diz que simplesmente se recusa a participar online. Então, eu acho também aí assim, me desculpem sendo muito honestamente falando, muito tranquilamente falando, eu peço a cada segmento que faça esse alinhamento eu acho que não é possível a gente contar dessa forma. A gente tem honrado com a presença dos conselheiros em todas as atividades mensais, só que existem, quando a gente assume esta função pública de ser conselheiro, existem atividades para além

das atividades dos dias que nós estamos aqui em Brasília. Atividades que muitas vezes elas exigem inclusive viagens nossas para outros municípios, mas que elas exigem também atividades online que a gente tem que fazer e tem que honrar com elas. Então, eu peço a cada segmento que por gentileza nos seus alinhamentos alinhe essas questões também, porque eu acho que a gente tem que ceder de um lado e ceder do outro também. Acho que aqui é uma via de mão dupla para que a gente garantir o pleno funcionamento do conselho. Então, eu estou falando isso aqui enquanto presidente deste conselho que nós não podemos garantir o pleno funcionamento, o bom funcionamento do conselho porque a gente não pode, porque às vezes a gente tem que pedir para a comissão concordar, a comissão tem que participar, paciência, porque aí eu acho que não vem dizer que é exclusão, que não é exclusão, não é, a não ser que se comprove que as pessoas que se recusam a isso não participam nunca em lugar, em tempo algum de atividade online, aí tudo bem. Se comprovar isso aí, eu acho que tudo bem, mas não é verdade. Então, acho que é importante a gente deixar isso aqui muito claro porque é muito cansativo isso e a gente tem um compromisso público aqui de avançar com as nossas deliberações, a gente precisa avançar com as nossas deliberações. Por favor. Ok. Não, eu só concordo com o presidente, eu falo do presidente e só respondendo à conselheira Irene, não se trata de um querer participar de algo que está de uma comissão. Na verdade, foi pactuado desde o GT que política e normas estariam juntas. Então, por isso que eu penso que se tem a convocação, deveria ser para as duas comissões, mesmo que uma outra pessoa não pudesse participar. Ou seja, toda a comissão inteira vai ser prejudicada porque um não pode. Eu me coloco à disposição, sou da comissão de política, estamos acompanhando esse assunto, não é complicado de política. Não, eu acho que não. Dois pontos que eu queria colocar. O primeiro é que a gente já tinha encaminhado nesse pleno da comissão de política não fazer reunião online e aí eu não preciso reviver tudo que foi discutido aqui já e o que todo mundo já falou e não é questão de concordar ou não concordar. A questão é que a gente está seguindo a diretriz deste pleno de política fazer reunião online. Se a gente mudar essa diretriz, perfeito, a gente vai reavaliar. Mas até este momento, isso não foi mudado. Segundo ponto, eu não vejo também nenhum tipo de ferir paridade ou ferir a discussão, uma vez que a gente está falando de discussão de comissão. Essa resolução, ela vai vir para o pleno e o lugar que se aprova ou não aprova uma resolução é no pleno, não é nas comissões. Então, todo mundo, com a resolução ainda. Elias, por favor. Eu sugiro mudar essa diretriz. Eu acho que, assim, havendo necessidade, havendo demanda de trabalho para atividades online, isso não é regra, a nossa regra é o presencial. Mas, havendo demandas para isso, a gente está com uma série de resoluções para

aprovar, a gente colocou a 15 agora para aprovar, a gente vai discutir a 34, senão a gente não vai terminar essas coisas nunca. Eu tenho uma questão de time e de responsabilidade pública nossa, que, obviamente, a gente não vai fazer as coisas atropeladas, não é isso, e ninguém está fazendo nada aqui atropelado. Só que, devido ao cúmulo de demandas que nós temos, são três meses que a gente está discutindo uma sistematização de uma consulta pública. Certo? Então, assim, eu acho que é importante que a gente, diga, demora um pouco, bom, a questão que acredito que a Irene falou e que eu concordo, é que a convocação seja para apenas duas conselheiras da comissão, tá? No nosso entendimento, a convocação deveria ser para a comissão e não para apenas duas. Se eu entendi errado, vocês me desculpem, porque está a Emilene e a Andrea, e a comissão não são vocês duas apenas, ser para a comissão. Bom, deixa eu só fazer um esclarecimento antes de continuar, gente. Quando nós, lá na comissão de normas, fizemos a discussão e encaminhamos essa solicitação de reunião conjunta, tanto com a comissão de normas, com a comissão de política, o encaminhamento foi para uma reunião conjunta com a comissão de política ali depois da primeira quinzena de janeiro. Mas nós, e aí a responsabilidade é nossa, não lembramos, já me desculpei com o Régis, não lembramos dessa condição da comissão de política não fazer reunião online. Só no pleno, ontem, nós nos atentamos para isso. E aí, no pleno, tomamos a decisão de fazer continuar com a agenda da comissão de normas, que é isso que o Régis falou, não é a comissão que decide, a comissão vai colocar as suas impressões, colocar as suas análises lá e iria encaminhar, mantivemos a reunião extra, extraordinária, para a segunda quinzena de janeiro, da comissão de normas online, e mantivemos e colocamos como pauta principal para a reunião de fevereiro. Terminamos, terminadas as nossas salários, nós iríamos encaminhar para a comissão de política, então, com nossas contribuições, para que procedesse a análise na impossibilidade, neste momento e desta forma, de fazer a reunião conjunta. Este foi o encaminhamento que nós entendemos que precisávamos dar um, né, continuar com o processo e já que, ontem, pela nossa não lembrança da deliberação de não reunião online da comissão de política... Não, ok. Gente, por favor, vamos fazer, então, o encaminhamento. Não, vamos continuar com o relato, acho que depois a gente vai continuar o encaminhamento. Gente, eu não estou entendendo o porquê da confusão, sinceramente, assim, eu estou colocando aqui o seguinte, a gente tem que arranjar uma solução, certo, tem três meses que a resolução foi para uma consulta pública, a gente não conseguiu fazer sistematização devido ao acúmulo de coisas que a gente tem, certo. Então, o que está sendo proposto aqui é uma reunião online entre as duas comissões. A comissão de política, existe um encaminhamento para não fazer reunião online. Eu estou solicitando que a gente faça

o encaminhamento de fazer reunião online, sim. Se a maioria da comissão puder se reunir, se reúne, porque existe uma responsabilidade pública aqui que a gente precisa cumprir, ponto, certo. É isso, inclusive, nas presenciais, às vezes, a gente tem ausência de algum conselheiro, então, não vejo problema de ter ausência de algum conselheiro online também. Não vejo nenhum problema nisso, presencial, a gente tem ausência, certo. Então, não tem nenhum problema com relação a isso. Então, aqui, o que eu estou pedindo, eu vou dar um encaminhamento aqui, que o encaminhamento, então, é que seja feita a convocação das duas comissões e participe a quem puder, pronto, resolve. Eu acho que a maioria das pessoas estão dizendo aqui que podem participar, certo, e vai ter quórum. E aí, eu acho que todo mundo fica, está posta aqui a questão, né. Assim, eu vou pedir encarecidamente às duas comissões que a meta é aprovar essa resolução na reunião de fevereiro, ponto. A gente tem que aprovar na reunião de fevereiro. Aí, a data, aí vocês escolhem depois, aí, acho que aqui a gente, a data, a data, as comissões escolhem. Presidente. Presidente. Sim. Só uma questão aqui. O senhor sabe que a comissão de benefício, prestação continuada, quer dizer, da CAC, a comissão da CAC, perdão, vai ter uma reunião agora dia 17, né, com a ordenadora Margareth. Então, é online. Então, isso daí, e o presidente, isso daí é recomendado para a gente também participar dessas reuniões, né. Por mais que a gente vai estar de férias, eu também vou estar de férias, né, mas é um compromisso que a gente tem, né, que nem a Conselheira Solange aqui perguntou, né, se vai ser o dia inteiro. Para mim, tanto faz, que nem eu falo, a internet, ela é um caos para a gente, né, usuário. Não é o dia inteiro, conselheiro, pelo que eu estou entendendo, é meio período, não é isso? É o dia inteiro, com intervalo. Com intervalo. Ok. Então, conselheiro Elias, eu quero que você me entenda, né, eu vou estar lá com vocês, né, se eu... Tranquilo, conselheiro. Você sabe que eu sou, na hora que eu peço a minha fala, eu falo a realidade, né. Obrigado. Vamos lá. Conselheiro Tiago. Pediu? Não, é que você... Não, senhor, eu queria esclarecer que são duas reuniões online, a semana que vem é Bacá, que vai ser duas horas na parte da manhã, ponto. Essa outra... É outra coisa. É outra coisa, é outra coisa, tá? Isso. Eu queria sugerir a data de 22 de janeiro já, para as duas comissões avaliarem, a gente já... Depois decide isso, né? É, mas a proposição seja 22 de janeiro, tá bom? Ok? Beleza. Então lá, continuando o relato. Outra... Até me perdi aqui, gente. Então, aprova... É, algum outro comentário? Aprovado. Aprovado, então, o encaminhamento. Ponto 4, por favor. Outros assuntos demandados pela presença ampliada que foram ampliadas na comissão de normas. Elaboração da minuta de resolução sobre as regras para recebimento de convites nominais. A comissão elaborou a minuta de resolução que estabelece regras e procedimentos para recebimento de convites e representação de conselheiros

e conselheiras do CNAS em eventos externos. Leia a minuta agora ou leia ao final? Agora? Então vamos lá. Então, esse foi o limite que a comissão conseguiu trabalhar e nós vamos ler e colocar para a discussão, tá? Tá lá já? Resolução CNAS-MDS nº XX de XX de XX de 2024. Estabelece regras e procedimentos para recebimento de convites para representação de conselheiras e conselheiros em eventos externos. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária realizada no dia XX de dezembro de 2024, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Resolução CNAS nº 157, 22 de maio de 2024, Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social, resolve. Artigo 1º. Esta resolução estabelece regras e procedimentos para recebimento de convites para representação de conselheiras e conselheiros do CNAS em eventos externos. Artigo 2º. Os convites para participação em eventos, mesmo que nominais, deverão ser encaminhados à presidência do CNAS, que realizará a indicação do conselheiro e conselheira, considerando disposto no artigo 29, parágrafo 2º, do Regimento Interno do CNAS e os seguintes aspectos. Primeiro, natureza e temática do evento. Segundo, conhecimento relativo ao tema para qual o CNAS foi convidado, a convidar. Terceiro, localização geográfica e disponibilidade de agenda das e dos conselheiros. Artigo 3º. A ou conselheiro ou conselheira representante deverá pautar sua apresentação, considerando as discussões e posicionamentos do CNAS acerca do tema. Artigo 4º. A participação da representação do CNAS estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do CNAS. Artigo 4º. A participação da representação do CNAS... Desculpa, gente. Artigo 5º. O prazo para admissibilidade do convite seguirá as regras do Regimento Interno do CNAS para aquisição de passagens diárias de, no mínimo, 30 dias de antecedência do evento. Artigo 6º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Edilson Tavares, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Obrigado, conselheiro Elias, conselheira Solange, conselheira Rafael, conselheira Solange e Irene. Aqui no início... Só um pouquinho. Tem que botar o fone. Conselheiro Elias. Oi. Aqui no início, o senhor entra conforme o artigo 29, mas já entra no primeiro artigo na natureza e temática dos eventos. Mas aqui não teria que ser o primeiro, que a primeira representação é presidente, vice, ou está lá no regimento? É o que está no regimento citado. É, porque será que não é bom reforçar aqui? Nós reforçamos, só que nós só colocamos o artigo inciso, que é exatamente isso que a senhora está falando, para a resolução não ficar grande. Mas é justamente essa menção do regimento interno que a resolução faz referência. Esclarecido. Obrigada. Rafael. Irene. É só para tirar uma dúvida, que eu me lembro que esse debate a gente fez num outro pleno, mas a gente ficou de fazer a resolução. E quando foi feito, eu tinha entendido que não era para se ter

convites nominais. E ali está escrito, mesmo que nominais... Já vou esclarecer, conselheira, porque a gente não tem poder de dizer para as outras editoras, não mande convite nominal. Então, o que a gente está dizendo na resolução, o convite vindo nominal, a regra é esta. Ah, entendi. Também acho. O que a gente tem feito, inclusive, na prática, a gente tem solicitado para as organizações que reenviem o convite de forma à presidência. Só que nem sempre isso acontece também. E aí a gente não pode obrigar também a organização... Então é essa a questão. Mais alguma questão? E aí aqui também acho que é bom a gente fazer uma reflexão também, que eu acho que é importante. Ontem na PA, inclusive, a gente conversou sobre isso, um pouco, sobre essa questão de como a sociedade civil faz as indicações de representação, diferente, inclusive, do governo. No governo a gente não faz representação, não faz escolha de representação, nunca, não faz escolha de representação, por quantidade de representações, quantidade que a pessoa foi para cada lugar. A gente faz sempre já seguindo isso. É encaminhado o conselheiro que entende do tema. Então, se é um tema sobre criança e adolescente, a gente vai encaminhar um conselheiro que entenda do tema da criança e adolescente. Se é um tema sobre sei lá o que, vai o conselheiro que entende daquele tema. Inclusive eu, enquanto presidente, muitas vezes, dada a especificidade que tem algumas representações em eventos, eu prefiro não ir. Porque são temas muito específicos, eu domino boa parte dos temas, não domino todos os temas. Então, assim, muitas vezes tem alguns eventos, algumas coisas que eu mesmo indico que vá algum outro conselheiro representando, porque é uma responsabilidade nossa. Nem eu vou me expor enquanto presidente, enquanto conselheiro, nem eu acho que nenhum conselheiro tem que se expor, nem a gente pode expor o CNAS a nada. Porque a gente tem que ter sempre representações que, tecnicamente e politicamente, levem a mensagem que o CNAS quer emitir. Então, acho que essa é uma questão. Então, muitas vezes eu mesmo, enquanto conselheiro, enquanto presidente, prefiro não ir para algumas coisas mesmo, porque embora a prerrogativa seja da presidência, eu prefiro não ir por conta disso. Então, fica aqui uma solicitação também, para que os segmentos também façam uma reflexão sobre esse tema mediante essa resolução também, que não se trata de uma questão de quantitativa de representações, mas se trata de adequação que se tem para isso. Até porque a gente nunca vai ter, por exemplo, sei lá, tem um evento de trabalhadores, mas tem um tema específico de trabalhadores que uma das representantes conselheiros domina mais. Então, acho que tem que ir àquela representante. Se é outro tema, vai outra representante. Entidade da sociedade civil, da mesma forma. Então, eu acho muito importante que a gente também faça essa reflexão, que não se trata de uma questão de quantidade de idas, de representações, mas

se trata da qualidade do que a gente quer entregar. E aí, a qualidade a gente entende que todos os conselheiros têm condições plenas para tratar dos assuntos, mas que tem conselheiros que entendem mais de determinados assuntos que outros, e que a gente deve indicar esses conselheiros pela representatividade, pelo conhecimento técnico, pela atuação em um determinado tema. Então, eu também deixo aqui essa questão posta, que eu acho que é uma coisa importante. Solange. Presidente, essa questão sempre nos preocupa muito. E aqui também, na resolução, fala da apresentação. Então, a Secretaria Executiva vai deixar uma apresentação para o conselheiro, vai ser uma apresentação padrão do Conselho Nacional. Não, Solange. Quem tem que fazer é o conselheiro. O máximo que a Secretaria, que o conselheiro deve fazer em toda atividade, é pedir à Secretaria Executiva quais foram os cambiamentiamentos em relação àquela temática que a gente está sendo convidada pelo evento. A gente pergunta para a Secretaria Executiva, olha, fala essa, você manda para mim? E aí, a gente monta a fala. O que a gente tem que garantir, todas e todos nós, governo, sociedade civil, trabalhadores, usuários, é que a nossa fala em qualquer espaço de representação do CNAS é uma fala do CNAS. As nossas posições pessoais, o que nós defendemos como subgrupo, categoria, entidade, não interessa. O que interessa naquele espaço é o que o CNAS tem produzido, manifestado, falado sobre a referida temática. Acho que é essa a guisa de interlocução de cada um de nós. E só esclarecendo, Conselheira Solange, quando a gente fala sua apresentação, a gente pode fazer a apresentação com ou sem a apresentação de slides. A gente pode fazer a apresentação com ou sem. Aí, entendo a necessidade de ter a apresentação de slides, aí a Secretaria Executiva pode auxiliar o conselheiro na formatação, colocar no nosso template, isso aí a gente sempre faz. E quando se tratar, por exemplo, de apresentações institucionais, por exemplo, sobre resoluções especificamente, por exemplo, a Resolução 100, a Resolução 99, aí sim, eu acredito que é muito importante pedir à Secretaria Executiva, porque já existem apresentações padrão que a gente utiliza, e aí a Secretaria Executiva encaminha para o conselheiro isso. Agora, é isso, é por isso que eu falo, os convites são os mais diversos. Então, os convites, às vezes, são sobre temas específicos, às vezes são para apresentar um ponto do CNAS, às vezes, aliás, às vezes nem é, às vezes é algo que a gente é convidado para discutir um assunto que, sei lá, que outro conselho está nos chamando para discutir, uma comissão está nos chamando para discutir, uma audiência pública, por exemplo. Então, nem sempre a gente tem uma apresentação em PowerPoint, mas, por exemplo, eu mesmo outro dia fui para participar de uma audiência pública sobre LPI, por exemplo. Então, não levei nenhum slide, até porque não dava tempo, dez minutos na Câmara para falar, mas a gente sempre tem que ter, o que eu acho que é importante, é a gente sempre

ter a questão de pautar qual é o posicionamento do conselho. Por exemplo, a conselheira Caroline esteve agora representando o conselho no seminário sobre alfandade. Ela ligou antes para mim, a gente combinou tudo, qual é o posicionamento, qual é, exatamente. Também a Irene esteve agora em um outro evento também, a gente ligou, conversou, qual é o posicionamento, porque, às vezes, inclusive, a gente nem tem um posicionamento ainda, a gente está indo muito mais para escutar, para entender, mas é muito importante isso, que a gente sempre tem esse diálogo para que a gente não fale pelo CNAS, inclusive, coisas que, por exemplo, a gente ainda nem debateu, ou coisas, às vezes acontece, tem coisas que a gente nem debateu, nem aprofundou ainda, e é convidado, é legítimo que a gente seja convidado, mas é isso, é o direcionamento que a gente vai dar. Então, sempre, inclusive, a presidência, em nome do conselho, a gente sempre tem conversado com os conselheiros que vão fazer essas representações, para que haja esse direcionamento, principalmente quando se trata desses temas que a gente ainda não tem um acordo definido, ou um posicionamento mais concreto. E quando se tratar de coisas institucionais, aí sim, a Secretaria Executiva, a gente já pode deixar definida aqui. Isso, aí a Secretaria Executiva já encaminha uma apresentação padrão, aí está ok. Entendido, conselheira? Conselheira Margareth. Que vêm as conferências agora, não é, presidente? Sim, as conferências agora, exatamente. As conferências também é isso. A gente vai ter a representação nas conferências, como a gente fez, a gente vai fazer também, estrategicamente, definindo na presidência ampliada e trazendo aqui para o Pleno, quais conselheiros irão fazer essa representação e como será feita a representação nas conferências. Enfim, seguindo essa lógica aí, que a prerrogativa é da presidência, presidente, vice-presidente, mas como a gente sempre fez, a gente encaminha, além de presidente, vice-presidente, alguma representação também. Sempre para manter a paridade, ter uma representação governamental e uma representação da sociedade civil. Aí a gente vai também fazer, para as conferências, a gente também vai fazer isso aí, seguindo esses critérios, inclusive, da questão da localização geográfica. Obrigada. Eu quero primeiro parabenizar a comissão de nomes, o nome do coordenador Elias. É uma dúvida mesmo, tá, Elias e conselheiros. Se é que cabe ou não cabe também nessa orientação, eu senti falta de duas coisas, mas também não tenho clareza se é para entrar, tá? Uma, é se não caberia entrar, porque já aconteceu aqui, eu me lembro que acho que foi até com a conselheira Emelene, matérias, até porque já que a gente está falando de tudo, matérias que estejam em consulta pública, o CNAS não deverá ir lá para falar sobre aquela matéria, que eu acho que só alivia a tensão, que já teve, inclusive, o estresse aqui, e me lembro que foi com a Emelene, que aí evita futuros desgastes. E uma outra questão que eu também

senti falta, é que, por exemplo, também aconteceu recentemente, e foi com a minha companheira Irene, ela ficava nervosa, eu também, botava o Ed nervoso, sabe botando tudo nervoso, por quê? Alguém nos chama para algo que a gente, o CNAS ainda não discutiu, né? A gente não tem uma posição. Então, como é que é? Então, eu acho que nesse sentido, cabe também ali, porque as pessoas nos chamam para falar de uma matéria, como aconteceu recentemente, em relação à ida da conselheira Irene a São Paulo, a gente não tinha nenhuma posição enquanto colegiado. Alguns segmentos podem ter suas posições. Então, será que não cabe? Porque quem está nos convidando, tem que saber o que está convidando. Essa matéria está em consulta pública, o CNAS pode vir, mas não para falar, pode até vir para escuta qualificada, não sei se vai, se é para ir, se não é, não tem isso definido. E também matérias que não tenham uma posição firmada aqui no colegiado. Porque eu acho que também é um desgaste para o conselheiro ir para lá, e é um desgaste para o próprio colegiado, no nome do CNAS. Eu entendo duas coisas. Quanto à questão da consulta pública, eu me lembro que nós deliberamos, aqui mesmo no conselho, que quando ocorresse situações de matéria de consulta pública, o conselheiro iria, foi mesmo na situação da Emelene, o conselheiro iria e relataria o processo de construção do CNAS até chegar na consulta pública. Não, entendi, Margarete, mas eu estou entendendo que o processo que a gente discutiu aqui, eu sabia que ela não foi. Agora, quanto à matéria, eu não sei se uma resolução... Enfim, como os convites vão ser recebidos, os convites vão ser analisados. E aí, acho que da análise, já se dá esse encaminhamento. Eu não sei se precisa constar isso na resolução. Tenho dúvida. Eu acho que talvez o conselheiro deverá pautar a apresentação considerando as discussões e posicionamentos do CNAS. Já diz aí o posicionamento do CNAS. Se quiser, eu acho desnecessário, porque já está dizendo aí, mas pode colocar assuntos em que ainda não há... Eu acho que talvez caberá ao conselheiro fazer um alinhamento prévio, se quiser colocar alguma coisa. Mas acho uma necessidade, não sei. Oi? Assuntos que... Então, pronto, assuntos em que não há... Talvez pode colocar isso. Assuntos... Não sei. Assuntos em processo de discussão, em processo de discussão, consulta pública. Gente, se a decisão é no I, o parágrafo único é em casos de matérias do CNAS que estejam em consulta pública, não haverá representação dos conselheiros em eventos. Ponto. Pronto. Ok. Repete, por favor. Em casos de matérias do CNAS que estejam em consulta pública, não haverá representação e participação de conselheiros em eventos acerca do tema. Ponto. Acerca do tema específico, não é o caso? Ok. Não terá representação... De conselheiros. De conselheiros. De conselheiros, já está dizendo aí, né? De conselheiros sobre o tema específico. Em eventos. Em eventos etos. Em eventos. Pronto. Certo. É, eu acho que é isso.

Tem coisas que a gente vai mais para escutar, vai mais, né, para... Mais alguma questão... Solange, nesse caso, assim, aquelas pautas que são extremamente polêmicas e que estão abertas e quem vai lá, a pessoa quando começar a falar com a gente, fala, meu Deus, não me diga. Aquelas outras, só que se fala, olha, Na Bahia a gente fala repare, repare, quando o baiano fala repare, repare é porque tem alguma coisa que a gente nem quer dizer sim nem não, então assim, repare, repare, não eu tô falando quanto baiano, a gente fala repare, repare é porque a gente não quer dizer nem sim nem não, quando a gente não quer se posicionar a gente fala repare, vamos lá, então mais alguma questão, não, então é regime de coro simples né, então quem aprova a resolução permaneça como está, alguma abstenção, alguém é contrário a resolução, então aprovada a resolução, ponto 4, ponto 2, foi um ofício recebido pela presidência encaminhada, a deliberação da presidência encaminhada para a comissão de normas, que era orientações referentes à nota técnica SNES 25 de 2020, a nota técnica que trata das casas de passagem para a situação de tratamento em saúde, então a associação de municípios do Vale Europeu em Santa Catarina solicitava uma manifestação deste CNAS, nós informamos que esta pauta já foi introduzida no CNAS, que ela já está encaminhada para a discussão e que assim que tiver uma resolução, aquilo que nós falamos na reunião com o Céias, eu e o Tiago, que trata, por exemplo, da situação da casa de passagem do Pequeno Príncipe, trata da discussão do TFD, acolhimento no âmbito do TFD, tratamento fora do domicílio, o que que é da assistência, tem o que é, tem o que não é, a lei complementar 187 que o Edilson falou, nós temos que fazer uma discussão, nós já encaminhamos essa discussão para dentro do CNAS e informamos que assim que o CNAS tiver uma resolução, os conselhos, os fóruns, congemas, todos os órgãos se dará ampla divulgação e serão informados. Cinco, indicações de membros externos para a comissão, a comissão fez as indicações de nomes e encaminhou para a presidência ampliada nos termos do artigo 32, parágrafo 6º do regimento interno, então amanhã esses nomes serão apresentados aqui. O ponto 6, definição da pauta do mês de fevereiro de 2025, definição de assunto principal, finalização da resolução CNAS 27 de 2011 para apresentação e aprovação da plenária, encaminhado o convite da CONJUR para estar presente, apresentação do relatório final do exercício de 2024 pelo DRSP e outros pontos da pauta que foram emitidos para a presidência ampliada. Estas foram as discussões, aprovações, realizações da comissão de normas da nossa última reunião, não veremos mais os companheiros e companheiras da comissão, feliz Natal, feliz ano novo, boas festas, que todos fiquem bem e muito obrigado. Cerrei, muito obrigado, mais alguma questão? Então aprovado o relato da comissão de normas. Obrigado conselheiro. Eu sugiro que a gente traga agora a reunião conjunta da CAC e comissão antipolítica, pode ser

Regis e Margarete? Pode ser? Então, Regis e Margarete, vamos passar então para o ponto da reunião conjunta, porque a gente está fazendo ajustes ainda aqui na PA, e a PA está bem grande, então é melhor ficar para amanhã. É, amanhã a gente começa com a PA. Então, quem vai fazer o relato? Tem um celular despertando aí, gente. Então, boa tarde, vamos fazer o relato da comissão conjunta de políticas e comissão de comparamentos e conselhos, memória realizada no dia 11 de 12 de 2024, das 14h16h, conselheiros da CAC, Margarete Alves de Alaruvera, coordenadora, Ismael Utino Tavallone, coordenadora de junto, Edilson Tavares de Araújo, Giovanna Pabla Gabo Marinotti, Solange Teixeira, Tiago Cabral, de Barbosa Cabral, conselheiros da comissão de políticas e gestão social, Regis Espínola, coordenador, André Fernandes Teixeira, Emiliano Oliveira Araújo, Marcílio Marquezine Ferrari. Convidados, Edilson Tavares de Araújo, DRSP, SNAS-MDS, Flávia Teixeira Guerreiro, DPS-SNAS-MDS, Leandro de Oliveira Nardi, DRSP-SNAS-MDS. Participantes, Arthur da Silva, Fernanda Pestalozzi, Aurora Fernandes Rodrigues, Céia São Paulo, Heloísa Helena Carvalho Fonseca, Saez Maranhão. Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Maria Cristina Lima, Josué Santos, Luana Sibeli Buriti, Marislene Alves e Rosiele Bonfim. O ponto de pauta foi um ponto de pauta tão único, apreciação do ofício número 72 de 2024 da SNAS-DRSP, que dispõe sobre a regulamentação de fiscalização das entidades de organização da sociedade civil, ou as OSC, de acesso social, que prestam serviços às pessoas com deficiências em residências inclusivas. Foi feita a leitura do ofício número 72, que diante do contexto do acordo TCU número 1945 de 2021, dirigido ao DRSP, solicita ao SNAS que considere a possibilidade de regulamentar por meio de uma resolução específica a fiscalização de entidades e organizações de assistência social que se dediquem a ofertar acolhimento para pessoas com deficiência em residências inclusivas, quando devidamente inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social e no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Em seguida, o diretor do Departamento da Rede Social Assistencial Privada do Sul, Azeir Gilson Tavares Geraújo, explanou que a referida demanda surge de denúncias de maus-tratos identificadas em instituições que acolhem pessoas com deficiência, que foi amplamente discutida no âmbito do Tribunal de Contas da União, TCU, em casos de negligência e condições degradantes em 19 instituições de acolhimento, incluindo abrigos, residências inclusivas, centrodias e similares, conforme o levantamento realizado pela Ramon Reitz no relatório Eles Ficam Até Morrer. Afirmou que a tipificação nacional de serviços assistenciais é generalista e que as orientações técnicas é que detalham os padrões de funcionamento, sendo que não existem orientações técnicas para todos os serviços. O coordenador-geral de certificação e de acompanhamento de vínculo das ofertas

privadas de atendimento, assessoramento de deficiência de direitos dos SUAS, do Departamento da Rede Social Assistencial Privada dos SUAS, Leandro Nardi, fez um breve histórico sobre a atuação da Ramon Reitz no acompanhamento dessas entidades desde 2016. Acrescentou que, ao ser demandado por força do referido Acórdão, o DRSP fez interlocuções com o TCU, no sentido de buscar mais informações sobre as entidades de forma a avaliar quais as entidades envolvidas e sua vinculação com o SUAS, mas o pedido foi negado. Reafirmou que o DRSP não tem atribuição de especialização de entidades e que a resolução CNAS 14 de 2014 atribui aos conselhos municipais e do Distrito Federal essa competência. A especialista em políticas públicas e gestão governamental da Coordenação Geral de Proteção Social e Especial de Alta Complexidade do Departamento da Proteção Social e Especial, Flávia Teixeira Guerreiro, informou que hoje há um caderno de perguntas e respostas para residências inclusivas, sendo o padrão ideal de um número de até 10 pessoas nesse tipo de atendimento. O levantamento existente indica que, das 408 entidades de residência inclusiva, 50% possuem de 10 a 20 pessoas atendidas. Algumas poucas unidades possuem cerca de 308, e em torno de 5 a 6 possuem 200 pessoas. Essas últimas, pelos números grandes de pessoas, podem incorrer em relações de direito. Ressaltou que há uma resolução que fala da responsabilidade do Ministério Público de realizar a fiscalização. As comissões debateram o assunto e entenderam que se faz necessário compreender melhor os casos de maus-tratos levantados, sendo importante refletir o que cabe à assistência social nesse contexto e pensando nas articulações que são necessárias com outros conselhos, considerando que se trata de violações de direitos humanos. Encaminhamentos, solicitar o DRSP, o encaminhamento ao CNAS, do documento-resposta do DRSP, as questões colocadas pelo TCU em relação ao acordo 8.945 de 2021, levar à consideração da presidência ampliada, à inclusão do ponto de pauta da apresentação da pesquisa Eles Ficam Até Morrer, realizadas pela Hamilton Hines, na reunião do CNAS de fevereiro de 2025, sendo convidado a instituição, também o TCU e a CONJUR. E encaminhar a comissão de normas, solicitação para que incluía, na revisão da resolução número 14 de 2014, um maior detalhamento sobre a fiscalização de entidades e organizações de assistência social em caráter de prioridade. Régis Espínola, coordenador, ali tem que corrigir, tá? E Margarete Alves de Alvaro Vera, coordenadora da CAIC. Obrigado, conselheiro Régis. Algum comentário? Dúvidas? Alguém quer se manifestar a respeito? Sobre os encaminhamentos, essa é a proposta, de que a gente possa receber a instituição, a Human Rights, para que possa apresentar. E que aqui a gente possa fazer perguntas, questionamentos, sobre uma pesquisa que foi feita diante de um universo, que a gente tem de mais de 2.500 organizações que atuam na

área da pessoa com deficiência. A gente possa entender melhor, questionar quais foram essas 19 instituições de 4 estados. Porque são 4 estados em que essas organizações fizeram parte da pesquisa, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Bahia. E a gente entender melhor a metodologia e tal. E entender, inclusive, se são de fato organizações de assistência social, se são organizações com reconhecimento e vinculação aos seus, se tem inscrição em conselho, quineias, cebras. A gente simplesmente não sabe, porque é uma pesquisa feita em caráter de sigilo, mas que ela embasou o TCU na determinação de um acordo. Então essa é uma questão importante, só para título de informação, além do encaminhamento para o Conselho Nacional, o DRSP também em parceria com a Secretaria Nacional de Cuidados, a gente está tentando ver se providencia uma pesquisa avaliativa do funcionamento das residências inclusivas. Então esse foi outro encaminhamento que a gente vai fazer também. Mas para efeito do nosso conselho, essa é a questão que está sendo colocada aqui, a apresentação, e a partir da apresentação a gente obviamente também pode ter outros encaminhamentos possíveis, além do encaminhamento da revisão da resolução número 14, que já está também aí nos nossos planos de trabalho, a atualização da 14, devido, inclusive, algumas questões que são colocadas na Lei Complementar 187, que a gente precisa rever aí, em termos de prazos, estabelecimento de fluxo, etc. Alguém quer colocar mais alguma coisa? Não? Ok. Então podemos aprovar os encaminhamentos. Quem aprova permaneça como está. Alguma abstenção? Alguém contrário? Então aprovado o relato da Comissão de Política com a CAC. A gente pode agora partir para a CAC, Comissão de Deliberações. Então peço à conselheira Margareth que faça o relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Memória da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos CAC. Está projetado, conselheira. Conselheira Margareth. Obrigada. Dezembro de 2024, reunião 8, 2024. Data 11 de 12 de 2024, horário de 9 às 11h30. Conselheiros e conselheiras presentes. Margareth Alves de Alaruvera, coordenadora. Ismael Tingo Tavallone, coordenador adjunto. Giovana Pádula Gubo Baninotti. Solange Teixeira. Tiago Ferreira Cabral. Secretaria Executiva. Maria Cristina Abril Martins de Lima. Josué Alves dos Santos. Meryslane Alves da Silva. Convidados. Kécia O. da Silva. Representante da Coordenação de Gestão do Trabalho e Educação Permanente desessuas SNAS. Ouvinte. Arthur da Silva. Movimento Nacional Pestaluziano de Autodefensores de Mompad. Informes 1.1. Considerando a proximidade do fim de ano de 2024, a comissão decidiu por realizar um seminário sobre assédio moral e fluxo de denúncias na assistência social no ano de 2025 e programou uma reunião virtual ainda este ano para tratar da organização desse evento. Encaminhamento. A. Reunião Virtual Extraordinária para o dia 17 de 12, 2024, das 9h30 às

12h com a pauta Organização do Seminário Assédio Moral e Fluxo de Denúncias na Assistência Social Organização da Atividade de Rodas de Conversas da CAC com os conselhos de assistência social para o ano 2025, conforme discutido à frente. 1.2. Sobre o ofício 1428, 2024, CABSEC de Tocantins, de 7 de 11, 2024, que informa acerca da mudança do titular da pasta de assistência social no Estado, a comissão decidiu por permanecer acompanhando o caso do CES Tocantins. Encaminhamento. A. Notificar a atual secretária de Assistência Social, Cleize Mir, Divina dos Santos, dos encaminhamentos dados com o secretário anterior, perguntando as tratativas daqui para frente e deixando o prazo aberto à definição da secretária para envio do plano de providências. Algum destaque? Ok, aprovado. 2. Levantamento sobre o público-alvo de capacitação das secretarias executivas. Após a apresentação da pesquisa de levantamento do quantitativo de trabalhadores das equipes municipais das secretarias executivas, feita pelos CEAS, a pedido do CNAS, e da apresentação da pesquisa sobre composição das secretarias executivas dos CEAS, feito pelos próprios CEAS e apresentado no segundo encontro nacional das secretarias executivas na RDA de novembro, a comissão, em diálogo com a representante da coordenação de gestão do trabalho e educação permanente de Zesuas, SNAS, Késia da Silva, sugere os seguintes encaminhamentos. Encaminhamentos A, pautar na trimestral, em março, o assunto da pesquisa sobre equipe das secretarias executivas municipais pedindo reavaliação das respostas já enviadas. B, reafirmar a condução e pauta das reuniões trimestrais como prerrogativa da CAC. C, solicitar o acesso à rede Zesuas para a secretaria executiva do CNAS obter perfil de consulta dos dados do CAD Zesuas. D, elaborar cronograma de roda de conversas virtuais com os conselheiros da CAC para o ano de 2025, com a secretaria executiva do CNAS, equipe da gestão do trabalho de Zesuas, CEAS e CEMAS das capitais para compreender as demandas de capacitação para apoiar o funcionamento das secretarias executivas e, posteriormente, construir cursos a distâncias e presenciais para esse público. E, solicitar a Alfonseias e Congemas que pautem com os gestores estaduais e municipais a elaboração do plano de educação permanente com a inserção da demanda das secretarias executivas. Algum comentário, debate, discussão, dúvida? Eu mesmo, eu mesmo. Não, é porque eu corrigi, mas talvez tenha passado. Porque ali quando tá assim, peraí, calma aí, é no... Eu corrigi isso aqui, é porque ela não entendeu a minha letra. Que não é só com os CEMAS das capitais, CEAS, letra D, CEAS e CEMAS das capitais e, posteriormente, por porte. Não foi isso, Tiago, Ismael, conselheiros da CAC? A gente vai, não vai, vai fazer com as capitais e, posteriormente, pelos conselhos municipais, pelos portes. Não foi isso? Foi isso, Giovana? Exato, foi e começar pelo porte 1. E vamos começar pelo porte 1. Então, assim, aqui

só tá colocando as capitais. Desculpa, Tiago, filha, de repente você não entendeu a minha letra. E corrigiu, corrigiu. Margarete, eu queria só um esclarecimento sobre a letra C. Para solicitar que a Secretaria Executiva do CNAS obter perfil de consulta aos dados do Cade Suas. O Cade Suas é um instrumento de gestão, a gente sabe disso, né, o cadastro, mas para que finalidade a consulta? Só para a gente ter clareza para o que é. Ok, obrigada. Não, isso aí foi, inclusive, uma solicitação da própria Secretaria Executiva, porque, por exemplo, foi apresentada uma pesquisa, a Secretaria Executiva aqui do CNAS tinha acesso, e aí esse acesso, né, ele foi retirado. Então, se a Secretaria Executiva do CNAS tinha acesso para poder ter informações, foi uma solicitação, só termina aí para vocês, o debate lá na comissão foi esse, porque tinha algumas informações que nem todos os Céias passaram para a gente, não foi isso? Então, de cinco mil e poucos municípios, vamos dizer assim, mil e poucos só passaram, né, e alguns Céias. Inclusive, nós falamos, esse debate teria que ter vindo para o trimestral, com os Céias aqui presentes, tanto que vai para a próxima. E algumas informações que a gente precisava, a nossa Secretaria Executiva informou que eles tinham acesso, hoje eles não têm mais, entendeu? Então, ou os Céias dão essas informações, ou eles ficam sem acesso. Qualquer coisa a Cristina pode explicar melhor, que foi uma demanda vindo de lá para a comissão, tá? Exemplos, só para dar um exemplo do que aconteceu, quer dizer, a comissão foi fazer pesquisas, e dos 27 estados, três acabaram não respondendo, na verdade, né? Então, ficou falho, a gente não consegue algumas evolutivas disso. E o que a Secretaria Executiva comentou, é que ela tinha esse acesso, por algum motivo, ele foi, não tem mais. Boa tarde, só dar alguns exemplos, a gente tinha esse acesso, na época do governo Dilma, e o que acontece, por exemplo, nas reuniões regionais, centro-oeste, norte, que a gente queria mandar o convite para os municípios, para incrementar a divulgação, a gente não pôde fazer, porque faltou dada, a gente antes podia, agora não pode. E a questão dessa pesquisa também, questões de composição da Secretaria Executiva, ou mesmo paridade dos conselheiros, antes a gente fazia uma extração, e podia levar a informação da CAC, que trata desse assunto, agora a gente já não tem mais esse acesso. É preciso, a cada vez a gente pediu, no caso da divulgação, a gente pediu para o Paulo, da Vigilância, e ele nos entregou, mas a cada vez a gente precisa pedir. Então, eu lembrei que a gente tinha esse acesso, e por isso solicitei perguntando se podia retomar. É acesso de consulta para informações dos conselhos, é isso. Hoje, é só um esclarecimento, pode ser? Hoje, os dados dos censuros quantitativos, eles estão disponíveis, qualquer pessoa pode acessar sem precisar de senha. Eu acho que talvez, que após 2019 teve o LGPD, então, de fato, os acessos privados teve que ser mais restritos, por causa dos dados sensíveis e dos dados identificados. Então, precisa de um

fluxo, tem que dizer exatamente os motivos, e para quê, que essa informação precisa ser consultada, a pessoa que tem acesso tem que assinar um termo, e de confidencialidade, e aí, assim, pode ser uma decisão da comissão, de eleitar uma pessoa, ou esse dado, sempre que for necessário, ser solicitado a dejeções, explicando o motivo, e para que eu uso, porque dados identificados, de fato, não podem... Agora, assim, acho que aqui é dados mais quantitativos, então, acho que é tranquilo, pelo acesso geral do CAD, dá para ver dados quantitativos, e os dados específicos, vocês podem estar solicitando a dejeções que eles enviam, pelo menos, lá com a sede CAD, e em menos de 24 horas, eles disponibilizam as informações. Mas, assim, acho que talvez uma reunião com a equipe, para entender melhor qual a demanda, e ver como seria melhor esse fluxo, para também não dar acesso a uma senha ampla, que possa ser usado de forma ampla. Teria que elencar qual o objetivo, em relação à LGBD. Conselheira Chile, para finalizar esse ponto, não seria interessante, então, o responsável, na nossa próxima reunião da CAC, em fevereiro, incluir como ponto de pauta na CAC, e aí, vai, para poder discutir, isso, ouve as demandas, e aí, ver como vai ser as tratativas, processos. Então, retira o encaminhamento, retira o item C, porque tem todas as questões relacionadas à LGBD, tem uma série de questões que mudaram, relacionadas a esses acessos. Não, retira, e dá o encaminhamento, que a próxima reunião, é isso? Vai dar o encaminhamento de que, na próxima reunião da CAC, vai ter a presença do Desenchu hoje, para discutir esse acesso, né? Essa pauta, né? Não, o Edilson está pedindo para retirar, daí, isso. Posso continuar? Ok, todos de acordo, então, com esses encaminhamentos? Sim? Três. Plano de ação da CAC... Peraí, só, todos de acordo com dois? Sim? Sim. Então, aprovado, né? Três. Plano de ação... Plano de ação da CAC, para avaliação de inclusão de pontos, advindos da 13ª Conferência, conforme planilha encaminhada pela Comissão de Monitoramento, CCSD-CAS. Encaminhamento. A. Ponto de pauta transferido para fevereiro. Gente, aprovado? Cadê o presidente? Algum destaque em relação a isso? Todos estão de acordo? Sim? Aprovado. Quatro. Discussão sobre convidados externos para compor a comissão. Encaminhamento. Governo. Luziere Tapajós. Itanamara Guedes. Sociedade Civil. Eleonor Schettini e Martins Cunha. Edivaldo Bernardino Campos. Esse assunto, ele vai vir na P.A. No relato da P.A. Tá, então tá. Cinco. Pautas de fevereiro de 2025. Revisar o plano de ação da CAC. Avaliação de inclusão de pontos advindos da 13ª Conferência, conforme planilha enviada pela Comissão de Monitoramento. Ponto principal. Proposta de programação da reunião trimestral de março, incluindo a pesquisa sobre a composição das secretarias executivas. Prosseguir o planejamento das rodas de conversa com os demais das capitais e dos demais portes dos municípios. Aqui tá legal, tá vendo? E os céias.

Convidado. Representante da gestão do trabalho desde suas MDS. Apresentação das avaliações das reuniões regionais do segundo semestre de 2024 e apreciação das sites das oficinas. Apresentação da avaliação da reunião trimestral de dezembro. Definição da pauta de março. Margarete Alves Alaruvera, coordenadora da comissão. Mas aí a gente vai ter que acrescentar a pauta agora que a gente acabou de votar. Que a reunião... A gente tá lá? Vocês são rápidas. Convidar representantes. Eficiência, essas meninas. Convidar representantes desde suas para discutir o acesso à rede de suas para a secretaria executiva do CNAS obter perfil de consulta dos dados do Cade Sua. Definição da pauta para março. Obrigada, conselheira Margarete. Sim, aprovada. Opa, dá parabéns. Seguindo aqui, vamos escutar o relato da memória da comissão de monitoramento das deliberações. Conselheira Schiele. Vamos nessa. É... A memória de novembro de 24, aconteceu na data de ontem, 11 de 12, de 14h16. E aí estavam presentes, né? Schiele Samico, Maria Carolina Alves, Irene Rodrigues e Maria Gonçalves. E na secretaria executiva estava Thais Braga, Maria Lima e Rebeca Pinhon. E como ouvinte, a gente contou com a presença de Aurora. E no período da manhã, que não foi possível realizar a reunião da comissão devido à falta de quórum, desta forma a reunião teve início às 14h. O primeiro ponto de pauta foi apreciar as deliberações de todas as conferências já realizadas e avaliar os assuntos que mais se repetem. E aí foi apresentado, no caso pela coordenadora, eu, Schiele, um compilado sobre todos os assuntos, sobre todos os que mais se repetem nas conferências de assistência social. E a gente dividiu isso por temas gerais. E aí, após essa explanação, a comissão tomou o seguinte encaminhamento. Assim que for instituída a comissão organizadora, que possa ser enviado esse material produzido e seguido de uma apresentação da comissão de controle social das deliberações para tratar sobre essa planilha de todas as conferências. E que seja também realizado, sobre o ano de 2025, com a série mensal de lives, na qual o nome a gente ainda está para definir, mas que tem os temas mais presentes nas deliberações das conferências nacionais. E, assim, inicialmente a gente fez uma chuva de temas que estava lá alinhado. E aí, a maioria é controle social, acessibilidade nos espaços de controle social, participação de usuários e diversidade, canais de comunicação, papel político dos conselhos, as conferências, regulação das entidades e estruturação da gestão de trabalho no organograma do ente federativo, cadastro único como instrumento de vigilância, lei estadual e municipal dos SUAS, plano, monitoramento, normativas dos SUAS e sistemas de justiça, quer dizer, normatizar os SUAS e sistemas de justiça, protocolo de gestão integrada, BPC, benefícios eventuais, regionalização, política intersetorial para migrantes, SUAS e CISAM, critérios para entidades dos SUAS, regulação de vínculos e cofinanciamento para rede privada.

A comissão vai fazer um novo filtro a partir desses temas e identificar dozes e fazer um cronograma de trabalho para essa série de lives. Ponto dois, apreciar a sugestão da padronização do modelo CONFERIR para os conselhos de assistência social e o encaminhamento, foi apresentado também nesse momento, e o encaminhamento foi que a secretaria executiva faça um fold com base na experiência desta comissão sobre a metodologia do CONFERIR para poder subsidiar também os CEAS, o CAI do DF e os conselhos municipais de assistência. E também vamos incluir esse tema numa série dessa live mensal, possivelmente o primeiro para subsidiar nas conferências. O ponto três, distribuir tarefas às conselheiras da comissão para poder acompanhar e registrar todo o desenvolvimento das deliberações junto às comissões do CNAS, e aí o encaminhamento foi na divisão inicial. Irene Rodrigues vai acompanhar os debates da ACAC, que é a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Maria Gonçalves, a Comissão de Política, Shirley vai ficar com a Comissão de Normas, a Maria Carolina, a gente indicou de ficar com a Comissão de Acompanhamento aos Benefícios, e Márcia Cavalho, a vice-presidenta, a Comissão de Financiamento e Alçamento. O ponto quatro será discutir o desdobramento das monções da 13ª Conferência Nacional, e a SE enviou duas monções para cada conselheira, com distribuição aleatória, e o encaminhamento é que as conselheiras possam apreciar esse quadro das oito monções que ficaram sobre a responsabilidade da Comissão de Controle Social, e vão se dividir de acordo com afinidades por temas. E aí aqui está, vocês podem ver aí um quadro, com os tipos de comissões, o resumo, e a conselheira responsável. Não sei se precisa ler um por um, esse texto. A Comissão de Repúdio, a Maria Carolina vai ficar com essa primeira Comissão de Repúdio, ou a monção, desculpa, que, enfim, em termos gerais, é a questão em relação ao custeio de passagem de filhos na conferência. No caso de Irene, ficou com essa segunda aqui, que é em relação ao transporte e hospedagem. Maria Gonçalves ficou com essa terceira, que fala um pouco sobre a questão da alimentação para os participantes da conferência, transporte e atendimento em relação à hospedagem. Maria Carolina também ficou com a violação de direitos de criança autista, na décima terceira conferência. Márcia Cavalho com a monção de apoio para deficientes, espaços exclusivos para acompanhantes, e tirar foto com o presidente Lula. Uma comissão de repúdio que ficou com a Irene em relação às OSCs, da capital de São Paulo, que não tiveram direitos a limitação à hospedagem, isso vai ser apreciado. Márcia Cavalho, de repúdio em relação à mobilidade e do direito, que se coloca aqui sendo violada na última conferência. E, por fim, Maria Gonçalves, com a de repúdio em relação de respeito em questão de alimentação, de bancar alimentação. Então, vamos distribuir, apreciar, e na próxima comissão vamos trazer

encaminhamentos. E, por fim, apreciar o balanço dos temas. Esse aqui foi retirado por indicação da presidência. Aqui já está, o encaminhamento é que o tema será debatido na comissão organizadora da décima conferência de assistência social. O seis é a discussão da indicação dos membros externos da comissão, a gente hoje já está, tanto com a indicação do governo, quanto da sociedade civil, não deu tempo de atualizar aqui, até o momento da comissão, a indicação do governo, o Daniel Avelino do IPEI e o professor Leonardo Avestes, da UFMG, foi apreciado pela PA. Então, os demais vão ser colocados amanhã na PA. E aí a definição da próxima pauta é que a gente vai definir essa agenda da série das lives da conferência, a construção do roteiro dessa primeira live, que a gente espera ser em seguida, em fevereiro, no caso, bem como a apreciação do FODA, que vai ser montado para os Conselhos Estaduais Municipais, e da planilha de deliberação e as contribuições das comissões, que alguns já enviaram, e a gente vai apreciar. E aí a gente conclui o relato da Comissão de Deliberação das Conferências de Agência Social. Obrigada, conselheira. Parabéns pela memória, está muito rica, bem rica, a gente já viu profundamente os trabalhos que foram encaminhados para todos nós, para a gente poder avaliar o formato, a metodologia que está sendo utilizada. Acho que a gente vai conseguir um grande resultado bem próximo da Conferência Nacional, que vai ajudar a gente, inclusive, a definir esse novo formato, não só de metodologia, mas também das proposituras que a gente quer, de que forma vão chegar, como é que a gente vai apontar para os Conselhos Municipais e Estaduais, o formato das deliberações, para que não cheguem aqueles grandes tratados que a gente acaba tendo que dividir deliberação, transformando deliberação em carta, que você precisa separar uma deliberação em três ou quatro, tornando inclusive deliberações importantes inexecutáveis, porque não tem para onde direcionar. Então, muito rico esse trabalho, parabéns. Vamos olhar aqui ponto a ponto, no item 1, todos estão de acordo com o encaminhamento? Vamos ver o encaminhamento. Sim? Podemos passar? Item 2, apreciar a sugestão da padronização do modelo conferir, qual foi o encaminhamento? Cadê o encaminhamento? Ok, aprovado. Item 3, vamos ver o encaminhamento, a divisão das conferências, já foi feita, todo o processo de divisão dentro da comissão, todos de acordo, aprovado? Item 4, encaminhamento sobre as moções, a divisão que foi feita do estudo, todos de acordo? Obrigada. Item 5, balanço dos temas, vai ser encaminhado para a Comissão Nacional da Conferência, que ainda vai ser tratado amanhã, durante o relato da PA. Item 5, qual foi o encaminhamento? Lembrando que o encaminhamento da comissão vai ser lido amanhã também no relato da PA. Item 6, a indicação dos nomes, que também está na PA, e o próximo item é a definição da pauta, alguma sugestão de inclusão aí no item da pauta, da

próxima pauta da comissão? Não, podemos aprovar? Então, muito obrigada, parabéns a toda a comissão pelo trabalho. Obrigado, conselheiro Aldenoro, obrigado, conselheiro Schirley. São 17h38, eu acho que não sei se dá tempo, e hoje também tem a confraternização ainda, então acho que as pessoas, hoje temos a nossa confraternização. Então, acho que a gente pode deixar para, a gente fica ainda pendente o relato da comissão de política, da comissão de benefícios e da presidência ampliada. Então, acho que é rápido, amanhã a gente pode começar amanhã com a comissão de política, ou não? Início da tarde? Então, a gente começa com a PA amanhã de manhã, a gente começa com a presidência ampliada e deixa a comissão de política para tarde, e informamos. Acho que a gente teve um bom andamento da reunião hoje, e aí amanhã, embora a PA seja bem longa, a pauta, a gente conseguiu avançar bastante hoje, acho que a gente consegue terminar amanhã no horário tranquilo também, a tarde. Amanhã, então, vou suspender a reunião e agradecer a quem nos acompanha pelo YouTube também. E aí, a gente amanhã, inicia às nove horas da manhã com o relato da PA, em seguida a comissão de benefícios e a tarde comissão de política e informes. Então, boa noite a todos e convidamos aos conselheiros para a nossa confraternização e a SE também, conselheiros e SE para a nossa confraternização hoje à noite. Oi? Eu vou ter que fazer algo antes, mas eu chego lá. Obrigado, boa noite.

Dia 13/12/2024 Manhã:

Bom dia, está transmitindo já? Está transmitindo já? Sim? Está transmitindo? Me avisa aí, tá? Bom dia. Bom dia a todas, todos e todos. Quem não se reconhece com a Associação dos Tratamentos, as pessoas que nos acompanham pelo YouTube e também os conselheiros que estão presenciais e online. Vamos dar continuidade à nossa 34ª Reunião Ordinária do CNAS. E eu queria só pedir para a gente fazer uma pequena inversão de pauta, porque a gente está fazendo as correções ainda aqui com relação à resolução que a gente tem que aprovar na PA. Então, eu vou pedir, a gente agora de manhã está prevista, na verdade, a comissão de benefícios estava prevista para tarde. E aí eu pergunto à conselheira Solange se a gente pode antecipar e fazer o relato da comissão de benefícios agora. E, em seguida, a gente faz a PA à tarde, a comissão de política e os informes. Pode ser, conselheira Solange? A Ana pode, gentileza, ler a memória. Ok. Então, a gente vai dar, assim, à tarde, lembrando que tem a comissão de política, e a gente fez a convocação, conforme ficou deliberado ontem, do DG Suas, da STI e da Secretaria Executiva do Ministério para tratar das questões relativas ao Censo Suas. Então, a gente convocou para as 14 horas, porém, como foi um convite em cima da hora, eles falaram,

ontem eu conversei, eles falaram o que viriam, mas que, perguntaram da flexibilidade de horário para as 14h30, eu disse, não, tudo bem, a gente vai antecipando as pautas na hora que você... Então, eu queria deixar acordado isso também. A gente vai trabalhando a pauta, na hora que os convidados chegarem, a gente para para falar com eles, ok? Então, podemos ficar acordados assim, ok? Expliquei que foi uma pauta demandada pelo Congemas e tal, e eles falaram que sim, ok? Oi? Então, vamos passar para a Secretaria Executiva, para o chamamento do quórum. Bom dia, conselheiros, conselheiras, todas as pessoas que nos acompanham no canal do CNS no YouTube. Vou fazer o chamamento do quórum. Conselheira Aldenora Gomes Gonzalez. Bom dia a todos e todas, presente. Conselheira Ana Lúcia Soares. Bom dia, presente. Elias de Souza Oliveira. Ele deu uma saídnha, mas ele estava aqui agora há pouco. Conselheira Emeliana Oliveira Araújo. Bom dia, presente. Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, que nos acompanha de forma virtual. Presente, bom dia, presente. Bom dia, conselheira. Conselheira Ismael Tino Tavallone. Bom dia, presente. Conselheira Margarete Alves Della Rovera. Conselheira Aparecida Guerra Vicente. Bom dia, presente. Conselheira Maria Carolina Pereira Alves. Bom dia, presente. Bom dia, conselheira. Conselheira Shirley de Lima Samico. Bom dia, gente, presente. Conselheira Solange Bueno. Bom dia, presente. Conselheira Tânia Soares de Souza. Conselheiro Tiago Cabral. Bom dia, presente. Conselheiros, o presidente do CNS, que acabou de iniciar a reunião, Edilson Tavares. Presente. Obrigada, presidente. Conselheiros suplentes na titularidade. Conselheiro Ricardo de Santana Marques. Bom dia a todos, todas e todos. Presente. Conselheira Catarina de Santana Silva. Bom dia, presente. Conselheira Amanda Simone Silva. Bom dia, presente. Bom dia, conselheira. Conselheiros suplentes. Conselheira Andreia Fernandes Teixeira. Bem baixinho, conselheira. Tá bom, obrigada. Presente. Obrigada. Conselheiro José Miguel da Costa Júnior. Bom dia, presente. Conselheira Keori Afonso de Oliveira. Bom dia, presente. Conselheira Maria Gonçalves da Conceição. Bom dia, presente. Conselheira Irene Rodrigues da Silva. Bom dia, presente. Conselheiro Eduardo Dal Bosco. Bom dia, presente. Desculpe, teve um probleminha aqui. Tranquilo, obrigada, conselheiro. Conselheiro Marcílio Marquezine Ferrari. Bom dia, presente. Conselheira Rafaele Machado da Silva. Bom dia, presente. Conselheira Giovanna Pado Agobo Marinotti. Bom dia, presente. Bom dia, presente. Conselheiro Alessandro Tiesi. Bom dia, presente. Bom dia. Deixei de chamar algum conselheiro titular, conselheiro suplente? Não? Esse é o quórum, presidente. Obrigado, Thais. Passo imediatamente, então, à Comissão de Benefícios e Transferências de Renda para seu relato. Senhor presidente, conselheiros e a todos que nos acompanham, o relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios

Socioassistenciais e Transferência de Renda em sua reunião ordinária do mês de dezembro, no dia 11 deste mês. Horário das nove às dezesseis horas, local esplanada dos ministérios, Bloco F, anexo à Fala 115, uma reunião híbrida. Os membros, Solange Bueno, coordenadora, Ana Lúcia Soares, coordenadora adjunta, Eduardo Dal Bosco e Raimundo Nonato Lopes de Souza. Secretaria Executiva do CNS, Regina Sermu, Jeanne Frenademez, Jéssica Facundo e Maria Clevaneide Badu. Convidados, Gislaine Alves Liperoni Pérez, assessora técnica nos municípios de Franca e Barretos, no Estado de São Paulo. Paula Lima, pelo Departamento de Benefícios Assistenciais, DBA, SNAF, MDS. Ana Lúcia Gomes, consultora do Departamento de Benefícios Assistenciais. Valdiosmar Vieira Santos, diretor do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Congemas. Itáuan Patrello Silva, representante do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Estado de Assistência Social, FONSEIAS. OUVINTES, Luziele Rodrigues, acompanhante da conselheira Solange Bueno e Vera Lúcia Campelo, do DPSE, da Secretaria Nacional de Assistência Social. Das nove às doze, item 1, debate sobre a resolução acerca dos benefícios eventuais. Ponto principal. Convidados especialistas, estudiosos, SNAS, representantes do Congemas e FONSEIAS. A coordenação da comissão iniciou a reunião cumprimentando os convidados e, após a leitura da pauta, sugeriu a alteração da mesma, a fim de incluir a fala da consultora Ana Lúcia, acerca do benefício de prestação continuada e a antecipação do ponto 2. Com a concordância de alteração da pauta, passou-se a apresentação dos convidados que tiveram 20 minutos de fala, conforme acordado anteriormente. Inicialmente, foi apresentado um relato da convidada Gislaine Pérez sobre a experiência exitosa de Franca, no Estado de São Paulo, que impulsionou mudanças na legislação local, permitindo o uso de pecúnia em benefícios como auxílio-maternidade e funeral, além da adoção de cartões-alimentação, reforçando a preocupação em afastar práticas clientelistas, como a entrega de cestas básicas e enxovais das políticas de assistência. Houve sugestões de reestruturação do artigo 14, referentes aos critérios e prazos relacionados à concessão dos benefícios eventuais. Destacou-se que os conselhos poderiam estabelecer um prazo mínimo para a concessão, no sentido de reforçar a natureza emergencial e as características específicas do benefício. No entanto, de forma consensual, enfatizaram que a definição de prazos para manutenção do benefício não é atribuição dos conselhos de assistência social, mas sim da gestão. Assim, o conselho deverá buscar pacificar a interpretação sobre os prazos e critérios para evitar a sobreposição de competências. É essencial que o conselho se concentre, portanto, em delimitar o que é o benefício eventual e suas características principais, como seu caráter temporário, emergencial e voltado para situações excepcionais, conforme o

próprio nome sugere. Quanto à necessidade de atuação em situações de calamidade e emergências menores, foi debatido, nesse contexto, o papel da defesa civil e a atuação da assistência social na garantia do atendimento emergencial. A minuta deverá também trazer maior clareza a determinados conceitos, como acolhimento, que é diferente de moradia e de habitação. A definição de violência deverá ser melhor esclarecida na minuta, assim como as atividades de trabalho sazonais, a situação dos imigrantes, os casos de natimortos, refugiados e trabalho infantil. Também foi apontado que a minuta não trouxe parâmetros claros para orientar os Estados no cofinanciamento. Embora o foco principal deva ser as orientações aos conselhos municipais, o tema do cofinanciamento estadual continua relevante, especialmente considerando que alguns Estados já realizavam o cofinanciamento antes da pandemia, enquanto outros interromperam essa prática. Além disso, é necessário assegurar a compatibilidade do benefício com os preços de mercado. Por fim, destacaram que a minuta de resolução ainda não reflete plenamente os avanços propostos na minuta do decreto no que tange à segurança alimentar e nutricional. A intenção não é sobrepor-se às políticas específicas dessa área, mas sim de viabilizar ações que atendam às necessidades emergenciais. Ainda quanto à minuta do decreto, a representante do Departamento de Benefícios Assistenciais, DBA MDS, Paula Lima, informou que a minuta está em processo de tratativa com o Ministério das Mulheres, uma vez que a minuta contempla o auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência. Além disso, apontou que ainda é necessário aprimorar a minuta de resolução, incluindo a questão dos expatriados e imigrantes. Conforme o consentimento dos conselheiros da comissão, a consultora na Lígia demonstrou preocupação com a situação do Benefício de Prestação Continuada, BPC, e com o que considerou uma manifestação tardia por parte do CNS sobre o tema. Referiu-se ao projeto de lei como um ataque à estética social baseado em justificativas que classificou como mentirosas e incluindo alegações de fraudes sem fundamentos como a existência de usuários do BPC com documentação sem CID. Ela afirmou que esperava uma defesa mais contundente do CNS em favor dos beneficiários. Encaminhamentos. Solicitar aos convidados que encaminhem suas contribuições à minuta por meio de e-mail ao CNS para acesso da comissão. Encaminhar as contribuições recebidas para o DBA. Solicitar ao DBA que revise a minuta propondo alterar pontos para apresentação em fevereiro de 2025. Convidar a Secretaria de Segurança Alimentar, o Departamento de Proteção Social Básica e o Departamento de Benefícios Assistenciais para discutir o acesso à alimentação. Esse é o ponto 1, presidente. Conselheiros, alguma contribuição em relação a esses encaminhamentos? Elias. Só no último item ali, convidar a Secretaria de Segurança

Alimentar, Departamento de Proteção Social Básica e o DBA para discutir o acesso à alimentação, sem lembrar que discutiu o acesso à alimentação, no caso da assistência social, naquilo que está no âmbito dos SUAS. Só isso. Foi nessa direção que foi feita a discussão. Talvez a gente possa complementar no âmbito dos SUAS, para reforçar aí o próprio caminho da discussão. Não é, conselheira Solange? Porque foi nessa dimensão que a gente trabalhou. Conselheiro Elias, a proposta de ouvir o Departamento de Proteção Básica é até para ver como é que vamos colocar na minuta o acesso à alimentação, que essa questão ouvi a Secretaria Nacional de Alimentação e também a Proteção Básica, por causa da questão tão usada, a cesta básica. E até porque tem questões que hoje já melhorou. Por exemplo, qual será a relação de alimentos? Como é que vamos colocar isso na resolução? É isso que gostaríamos de conversar, ouvir o Departamento e também a Secretaria Nacional, para colocar na resolução. Perfeito, conselheira Solange. Porque, inclusive, tem um debate que, para mim, é maior, inclusive no âmbito dos benefícios eventuais, se a própria cesta básica permanece no âmbito dos benefícios eventuais. A realidade que nós vivenciamos hoje, seja em municípios de pequeno porte, médio, grande porte, com a realidade da insegurança alimentar e nutricional, já nos provoca para pensar no campo dos benefícios eventuais, se a necessidade de alimentação e se a própria cesta básica deve continuar como item de benefício eventual. A realidade nos mostra outra coisa há muito tempo. Então, só no sentido de a gente fazer mesmo essa autoprovação, porque faz muito tempo que aquela nossa orientação, aquilo que a gente pensava de uma cesta básica, lá a cada quatro meses, três meses, para complementar, para ajudar uma situação de emergência, no nosso campo se tornou uma realidade de oferta contínua. Então, isso sai do campo da eventualidade e entra para um outro campo de necessidade, segurança alimentar, de enfrentamento à fome, a fome como uma das expressões das desigualdades sociais e da pobreza. Então, esse é um debate que a gente tem que enfrentar, e acho que a parte do início dele, óbvio que a gente não dá conta, porque nós vamos discutir pobreza como uma questão do Estado, como problema de Estado, as desigualdades sociais como problema de Estado, mas ter clareza e o entendimento de que a cesta básica, no campo dos benefícios eventuais, requer para além de conteúdo, do que vai ter e do que não vai ter, um debate se a presença dela ali ainda se caracteriza como um benefício eventual. Rafael? Não, só queria também entrar nesse mérito da discussão do Elias, porque a gente precisa fazer essa avaliação mesmo, porque acaba que os municípios ficam sozinhos no financiamento das cestas básicas. O Estado não dá sua contrapartida no financiamento dos benefícios eventuais, como o governo federal também. E acaba que, muitas vezes, nas rubricas, e se a gente fazer também uma avaliação para 2025,

muitos prefeitos, nas suas leis orçamentárias, diminuíram os recursos da assistência social. Lá, Marcel, o mesmo, o recurso que foi apresentado pela gestão da Prefeitura não tem como manter a assistência social. E a gente sabe que os benefícios eventuais à cesta básica são os mais procurados, e muitas vezes acaba que, dentro dos equipamentos, acaba tendo briga, confusão, às vezes profissionais que são violentados, porque o usuário que está lá necessitando do acesso da cesta básica não consegue ter o acesso naquela hora, achando que é a assistência social dos benefícios eventuais, que está negando. E outra, tem os critérios para receber essa cesta básica. Então, eu acho que o CNAS deveria se aprofundar mais nessa discussão de que, hoje, a segurança alimentar está também vinculada a alguma secretaria de assistência social, mas acho que a gente tem que lutar para separar, porque hoje está aí a Política Nacional de Segurança Alimentar, tem o Conselho Nacional, muitos estados estão implantando, como muitos municípios estão implantando, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. E a gente também dá as responsabilidades a quem é de direito para essas execuções de segurança alimentar. O que não dá é a gente estar permitindo, a gente fala sobre o primeiro danismo, fala sobre o assistencialismo, mas compactuamos quando vemos o CRAS entregando cesta básica, como quando vemos o setor de benefícios eventuais entregando, como na Maceió, a gente tem o UUDA, a Unidade Decentralizada de Benefícios Eventuais da Assistência Social. Então, lá, vários tipos de coisas, que, realmente, quando se tem algo que é preciso, realmente, a gestão municipal gastar para executar e melhorar a execução do serviço, acaba que fica havendo muita demanda de cesta básica e o município não consegue dar conta. Então, assim, eu quero só concordar com essa fala do Elias e também dizer que a gente tem que rever o que é nosso, de direito, o que é de nossa responsabilidade e o que é das outras políticas para a gente também não estar atropelando, porque acaba que quem deveria fazer essa discussão era o Conselho, quem deveria fazer essas situações era a Secretaria de Segurança Alimentar, que muitos municípios estão implantando hoje, a Secretaria de Segurança Alimentar. Então, ter essas responsabilidades, ter esses equipamentos que façam essas entregas, não a gente ainda aceitar que isso permaneça, esse assistencialismo fique, porque, muitas das vezes, os usuários deixam de acessar outros benefícios só para estar refém-nuclear da cesta básica e esquecem de acompanhar os outros encaminhamentos, que nem muitos capitais brasileiros. A gente vê, muitas das vezes, os conselhos recebendo mais denúncias dos municípios por falta de cesta básica do que pela qualidade e eficácia do serviço. E o serviço vai muito mais para além disso. Como a Elias falou, a gente não tem tipificação e normativa dessas questões nos benefícios eventuais, não está normatizado. Então, a gente precisa realmente trazer o que é de nossa

responsabilidade e o que é de responsabilidade das outras políticas. Até porque está aí a CISAM, tem o CONCES, tem os outros demais órgãos que estão nessa execução. E a gente precisa não aceitar mais que o programa Brasil Sem Miséria, o FOMISÉRIO Brasil Sem Fome, que a assistência social possa contribuir na erradicação da extrema pobreza no Brasil, mas não dessa forma de estar dando assistência de cesta básica, porque estamos comungando com o mesmo assistencialismo. Obrigada. Conselheira Tânia. Bom dia a todas as pessoas presentes e aos que estão online também. Não quero ser redundante nem ficar repetindo o que os conselheiros anteriores já apresentaram, explanaram. Mas, com relação a essa pauta, só quero assim ratificar as palavras do conselheiro Elias. É uma pauta realmente de extrema importância, que nós temos que nos dedicar também a uma discussão, reflexões mais aprofundadas. Também acredito que a questão da cesta atualmente não é uma situação de temporalidade. Em algumas situações, demanda um certo tempo. Penso que é importante essa pauta. Uma outra questão em relação à que a conselheira Rafaela coloca é que temos que entender que política pública, seja qual for, é intersetorial. Não existe responsabilidade absoluta de uma só dimensão. A intersetorialidade já nos traz que, em todas elas, temos responsabilidades enquanto titularidade e corresponsabilidade dentro do processo de execução. Esse é o mecanismo. Mas é claro que precisamos, sim, fazer uma discussão de uma forma mais ampliada, com a segurança alimentar, nutricional, a proteção social, entre outras políticas, para entender todo esse processo. A cesta pode ser meramente assistencialista, se essa for a visão realmente do gestor, ou pode ser uma das estratégias, sim, de combate de enfrentamento à fome imediata. A fome imediata é necessária. Penso que ela é necessária e tem essa finalidade, sim. Como qualquer tipo de transferência de renda, exclusiva para a alimentação imediata, porque não tem como dar continuidade em serviço se a pessoa está de barriga vazia. É impossível. É impossível você apresentar um serviço sócio-assistencial e ela lá de barriga vazia, sem absolutamente nada. Então, ela é necessária, sim, mas é claro que temos que ampliar e aprofundar essa discussão. Muito obrigada. Obrigada, conselheira. Conselheira Rafael, na fala da conselheira Rafael, porque hoje temos uma pauta muito extensa e precisamos cuidar dos nossos tempos. Estamos na primeira memória, no primeiro ponto, e temos muitos documentos a serem apresentados ainda hoje, muitas decisões importantes a serem tomadas. Então, na fala da conselheira Rafael, vamos encerrar as inscrições. E, quando se posicionarem, por favor, já coloquem as suas contribuições de encaminhamento. Eu só queria contribuir nessa discussão, concordar um pouco com a fala da conselheira Tânia, porque concordo que temos que ter essa garantia, mas o que não dá para permitirmos mais é que o usuário vá lá, em benefícios eventuais, e solicite o

aluguel social, que isso é um benefício sócio-assistencial, um benefício eventual. E, imediatamente, outra política poderia também, isso que é intersectorialidade. Se a assistência se responsabiliza com um benefício, o que não dá é para deixarmos manter. E outra, ainda proponho que a Comissão de Política pudesse fazer um levantamento, pelo menos das capitais, em 2025, como plano de ação, um levantamento dos orçamentos que foram apresentados pelas prefeituras para a execução da política, para termos um norteamento, porque tem muitas secretarias municipais de assistência social que, em 2025, vão sofrer para executar uma política de assistência social quando se é apresentado na LDO um grande corte na assistência social nos municípios. Então, não tem como estarmos mantendo essa situação de assistência oferta aos seus benefícios, que tem normatização, que está lá triplicado, normatizado, regulamentado. Tem muitos municípios que têm suas leis dos seus benefícios eventuais que, muitas vezes, precisam ser vistas e revistas. E o que não dá é isso. Enquanto estamos dando assistência de uma forma, outra política poderia dar. Então, se estamos realmente querendo essa intersectorialidade, precisamos chamar esses órgãos para dialogar. Vamos entrar com essa ação, vocês entram também com essa ação imediatamente. Porque, quando o usuário chega lá, o indivíduo chega lá, ele quer, na hora, receber aquele benefício. E, quando não se tem aquele benefício, quem é que responde, muitas vezes? Quem é que leva a culpa? É aquele trabalhador que está ali na ponta para liberar aquele benefício eventual. Como sabemos também, benefício eventual de passagem para devolução das pessoas para suas cidades de origem. Muitas vezes, o município não tem o dinheiro em conta para poder liberar aquela passagem para o indivíduo. O indivíduo, às vezes, passa três, quatro, cinco, seis, um mês ou um ano para poder adquirir aquele benefício. Então, temos que também sermos sensíveis uma vez que não tenhamos o cumprimento do governo federal e dos Estados no financiamento dos benefícios eventuais. Obrigado. Obrigada, conselheira Rafael. Conselheira Solange? Está ligado. É só ali no encaminhamento, o conselheiro Elias e a conselheira Tânia que citaram ali, a questão de se teria que convidar mais alguém para esse momento na Comissão de Benefícios Eventuais, agora dia 25, para tratar desse cartão, da questão alimentação. Tem mais alguma sugestão? Tenho, sim. A Secretaria Especial de Combate à Pobreza. Certo. Então, para acrescentarmos nos encaminhamentos. Obrigada. São duas, a Sesam que já estava ali e a Secretaria Especial que não está. Que é da Valéria Buriti. Pronto, é isso. Ismael, você se inscreveu? Não entendi. Não entendi. Todos de acordo com esse encaminhamento? Sim. Além do que foi acrescentado lá em cima, como encaminhamento da plenária, convidar também a Secretaria Especial de Combate à Pobreza. Secretaria Especial de Combate à Pobreza. Fome e pobreza. Certo.

Obrigada. Próximo ponto. Eu tinha solicitado a inscrição ainda no virtual. Tem alguém no virtual? Desculpa. Bom dia, estava acompanhando vocês desde o início no virtual. Deu tempo de chegar antes. Deixe-me só fechar aqui. Vou ser breve, porque todas as falas me contemplam bastante, Elias, Rafael, Tânia. Concordo com o Rafael quando disse que precisamos nos aprofundar nesse tema. Há alguns anos já debatemos esse tema no Céias Minas Gerais, com esse mesmo viés que está sendo colocado aqui agora. Na ocasião, não foi tão bem recebido, porque é essa perpetuação das cestas nos equipamentos. Mas é uma discussão necessária, o aprofundamento necessário, porque o que precisamos lembrar é que são muitos anos com essa prática dentro dos equipamentos. Então, criou-se ali toda uma cultura e os usuários vão em busca da cesta básica no equipamento do CRAS. E aí precisamos pensar que o trabalhador que está lá na ponta precisa lidar com essa transição também. E, muitas vezes, parece que é o trabalhador que não quer fornecer. Então, acho que a questão da segurança alimentar, o que já vemos em alguns municípios, inclusive alguns municípios que já não fornecem a cesta básica, é para onde encaminhar. Porque, como disse bem a conselheira Tânia, alimentação é uma necessidade básica. E, às vezes, é a urgência dele. Ele tem outras demandas, mas, como bem dizia o nosso companheiro, quem tem fome tem pressa. Então, se eu não resolvo a minha necessidade básica imediata primeiro, as minhas outras demandas... Eu não vou trabalhar outras demandas. Então, acho que precisamos pensar muito seriamente, concordo com o Rafael, aprofundar esse debate. E o Rafael fez um encaminhamento de talvez ir para a Comissão de Política e talvez seja interessante mesmo. Passo a palavra. Jean, teve um outro... Realmente, na fala do Rafael, teve um outro encaminhamento, que era encaminhar para a Comissão de Política. Fazer um levantamento. Na Comissão de Política, sugiro, conselheira Andréa, que, pelo menos, a Comissão de Política pudesse fazer um levantamento das capitais dos seus orçamentos. Com as capitais ou as regiões metropolitanas, a gente poderia fazer até um balanço de quanto suas vai sofrer impacto na ponta dos municípios. Porque, lá em Maceió mesmo, o corte que o prefeito apresentou para a Justiça Social é alarmante. Já teve várias mobilizações de usuários, de sindicatos, de fóruns. A gente fez várias mobilizações. Fomos para a Câmara de Vereadores falar. O Ministério Público entrou na briga com a gente, a Defensoria Pública, a Procuradoria da República também entrou, o Procurador Federal entrou em briga com a gente para essa questão do orçamento. Porque, do jeito que está, vai ter equipamentos que vão fechar, porque não vai ter orçamento. Não tem orçamento. Do orçamento que era de 2024, o de 2025 foi muito menor, muito menor do que a realidade... Rafael, faz o encaminhamento, por favor. Então, encaminhar para a Comissão de Política para

fazer o levantamento das capitais e regiões metropolitanas que apresentam seus orçamentos da política de assistência. É importante quando o Rafael coloca do impacto na ponta, porque é um impacto muito grande. Já é muito difícil o trabalhador escolher quem recebe cesta e quem não recebe. O mais difícil é ele negar, dizer que não tem. Então, é uma transição. Olha só, posso falar? Penso que, como envolve financiamento, é a Comissão de Política e é financiamento. Conselheira Otília, a senhora está acompanhando de forma virtual o que está sendo encaminhado para a Comissão de Política? Quer contribuir? Oi, gente, bom dia. Estou olhando aqui. É porque eu tinha ido ali resolver uma outra coisa no gabinete e cheguei agora e estou fazendo a leitura. Só um momentinho, por favor. Vocês estão me ouvindo? Voltando ao orçamento e também solicitando o quanto é investido pelo município para os benefícios eventuais. Rafa, só uma dúvida. Concorde com a redação. Só uma dúvida. Depois que a comissão e o plan e esse conselho estiver de posse desses dados, qual vai ser a finalidade desses dados? É onde vamos trazer realmente essa discussão para dentro e tentar ver, porque a City, na sua última reunião agora, ela debateu benefícios eventuais. Então, se a City já está fazendo esse debate, cabe ao Conselho Nacional também fazer esse debate de como somar força junto com a City e os estados para ver como é que faz, realmente busca, realmente cumprir com o financiamento, porque não tem cumprimento do financiamento. Então, quando fazemos esse levantamento e vemos os impactos que vai sofrer na ponta, vamos ter argumentos para apresentar à SNAS, ao próprio ministro Wellington Dias, várias capitais e regiões metropolitanas vão sofrer esse impacto e a City pode pactuar a questão do financiamento e fazermos a aprovação, porque a City pactua e nós aprovamos aqui no Conselho. E é até bom para termos esses dados enquanto Conselho, porque não adianta também fazermos debate de situações de impacto que vão sofrer na ponta, se temos informações de quanto está sendo investido pelo município, quanto está sendo investido pelo Estado, quanto está sendo investido pelo governo federal. Precisamos ter essa clareza. Sabemos, sim, de boca, mas, formalmente, o que temos hoje apresentado pelos municípios brasileiros? Quanto é que eles investem? Até para que possamos, futuramente, chamar a Comissão de Financiamento, a Comissão de Financiamento, para discutir essa situação dos benefícios eventuais. Então, você fala no sentido... Obrigada. Vamos tentar escutar, Ricardo, só um pouquinho, escutar a conselheira Otília, para ver qual é a contribuição que ela traz. Então, a intenção é pegar esses dados para tentar fazer um movimento e buscar o cofinanciamento para benefícios eventuais por parte do governo federal, que ainda não cofinancia, e dos Estados. É isso? Otília. Bom dia, gente. Vocês estão me ouvindo? Sim, Otília. Alô? Estamos lhe ouvindo, conselheira. Ah, era eu que não

estava ouvindo vocês, então. Deixa de truque. Então, estou entendendo que esse é um debate que se articula também com uma discussão, não sei se no âmbito do CNAS, mas que a gente vem fazendo em alguns espaços com relação a pensar o acesso à alimentação, o acesso à segurança alimentar, para além de benefício eventual, porque a fome, a ausência de alimentação, o acesso e com qualidade à alimentação, ele não é uma eventualidade, ele é uma questão, sobretudo no nosso país, infelizmente, uma realidade que coaduna com uma questão estrutural. Então, eu acho que convidar as secretarias, no caso, a Secretaria de Segurança Alimentar, articulada com o Departamento de Proteção Social Básica e o de benefício, acho que é importante para a gente refletir e ampliar esse debate. Mas, aqui, não estou entendendo que ele partiu para um debate de cofinanciamento. Então, penso que são duas coisas. A gente precisa avançar na concepção do que é o debate da alimentação dos seus, enfim, Simone já tinha trazido isso para a gente. E com relação ao cofinanciamento. Então, acho que essa pode ser uma matéria a vir, sim, para a Comissão de Política, mas acho que a Comissão de Financiamento poderia também estar junto nessa tarefa, porque aqui vocês estão colocando uma questão específica para nós da Comissão de Política. Ah, já está aqui o financiamento, desculpe. Para a Comissão de Política fazer um levantamento com relação à questão dos investimentos e reverberando para a ampliação do cofinanciamento nas três esferas. Mas lembrando que discutir alimentação não passa necessariamente por benefício eventual. Acho que a gente tem que avançar esse processo. Então, dito isso, para concordar que essa matéria venha para as duas comissões. Acho que foi isso que você me perguntou, não é, Aldenora? Sim, obrigada, conselheira Otália. Só duas palavrinhas. Quando trago essa questão da gente ter esse conhecimento do investimento do município, é onde a gente vai ter também, conselheiro Ricardo, um respaldo para cobrar da CISAM e do Conceas a sua responsabilidade nessas entregas dessa cesta básica. Muitas vezes o prefeito deixa de melhorar os serviços nucleares, nucleares, serviços de convivência, porque tem a contrapartida do governo federal. Às vezes, os Estados financiam ou não esses serviços de proteção. E o prefeito deixa, muitas vezes, de financiar esses equipamentos e melhorar a qualidade, para gastar, às vezes, mais nos benefícios eventuais para a população ir lá, só atrás da cesta, atrás disso, daquilo, e deixa de qualificar os serviços. E, tendo isso como levantamento, a gente vai dizer aqui, olha, Conceas, quantos municípios brasileiros estão tirando da assistência para financiar a segurança alimentar? Que a segurança alimentar poderia estar financiando isso nos municípios. Então, é isso que acaba, muitas vezes, os prefeitos dizendo que não tem como melhorar o CRAS, porque os benefícios eventuais, às vezes, estão gastando mais do que um serviço do CRAS. Então, é isso. Então,

aprofundar nesse debate, nós nos amadurecermos como pessoas e conselheiros aqui, sobre as nossas responsabilidades, para também não estarmos contribuindo com esse dismantelo do Sistema Único de Ajuste Social, porque o que vem para 2025 é tenebroso. A gente não tem nem orçamento garantido na nossa política a nível nacional, federal, para 2025. Imagine como vai ser na ponta, nos municípios. Obrigada. Obrigada, gente. Lembrando que nós temos uma pauta muito extensa. Como eu não estou conectada aqui, por exemplo, nós temos uma pessoa que tinha levantado a mão, eu não vi, é o conselheiro Marcílio. Oi, bom dia a todos e todas. É só uma contribuição nesse ponto, é bem rapidinho, não atrapalhar muito. A gente precisa pensar também, como foi encaminhado para as duas comissões, esse levantamento, como que vai se fazer esse levantamento? Eu posso estar falando uma grande impropriedade, pelo que eu entendi, a ideia é levantar as informações dos orçamentos de todos os municípios brasileiros sobre o tema. E a gente vai fazer isso como, por exemplo? Vai ser através da solicitação dos QDDs de cada município? Eu não sei. Eu acho que seria legal as duas comissões, principalmente a comissão de financiamento, a gente refletir isso juntos, como que vai construir esse levantamento. Outra questão também, que eu acho que é importante, antes até mesmo de iniciar qualquer levantamento, nós poderíamos verificar se as ferramentas informacionais que nós temos hoje no MDS, na SADCAD, poderão nos auxiliar na busca dessas informações. Eu não estou falando especificamente só para esse tema não, conselheira Rafael, é para tudo o que a gente fizer dentro do Conselho, eu acho que é fundamental nós utilizarmos todas as ferramentas que temos à nossa disposição, as ferramentas informacionais. É só essa contribuição que eu queria dar para todos. Obrigado. Obrigada. Estou entendendo que, em todas as falas, há um acordo com relação ao encaminhamento dado, apenas há uma explicação maior em torno do encaminhamento. É isso? Podemos avançar? Eu tinha levantado a mão, mas acho que você não está conseguindo visualizar. Por favor. Não, eu só queria reforçar que, sobretudo o que o Marcília acabou de dizer, eu acho que o debate não pode ser em torno de levantar o quanto nós temos de financiamento nas três esferas para essa área. Mas eu acho que, para além disso, é trazer esse debate sobre o que é de fato a questão da alimentação nos SUAS, porque o não acesso à alimentação e que gera insegurança alimentar não é uma eventualidade, infelizmente. Ela é uma questão que precisamos enfrentar. Então, para além disso, a gente pautar nas comissões já uma discussão mais conceitual com relação a isso. Só mais para ficar registrada mesmo a minha defesa. Obrigada. Obrigada, conselheira. A conselheira Andréa quer complementar o encaminhamento. É isso? Ok. Eu não sei se a gente já tem, mas caso a gente não tenha, talvez seja interessante consultar os SEAS como está a regulamentação de benefícios

eventuais nos estados. Talvez fazer este levantamento seja interessante, até porque a gente sabe que, às vezes, a gente tem uma regulamentação no estado e que os municípios, cada município tem a sua própria regulamentação. Então, a princípio, se for possível, acho que seria interessante. É outro encaminhamento, não é, Andréa? É um outro. É outro encaminhamento, não é? Acho que, dentro daquele levantamento que o Rafael propõe, a gente complementar na comissão de política. Acho que fazer esse encaminhamento para a comissão de política, talvez, para estudar. Ou normas. Chile? Não, só para complementar. No censo SUS tem informação em relação à regulamentação, se o estado cofinancia e quanto cofinancia. Talvez poderia pegar esse dado, que já está pronto, e ele é oficial, para começar a discutir o título de diagnóstico. Fazer um formulário e mais trabalho. Eu só queria ponderar uma questão, porque, na comissão, e aí peço licença, Flórida, e que você me ajude aqui, se estou entendendo corretamente, nós estamos trabalhando muito sobre a questão dos aspectos conceituais e daquilo que é necessário superar na compreensão sobre benefícios eventuais hoje. Ao mesmo tempo, trabalhando, vamos dizer assim, num balizamento de parâmetros iniciais, para que possamos, na sequência, fazer esses diálogos que os colegas também estão sugerindo. Então, são importantes, mas acredito que, não sei se esse é o momento, Andréia, de que o tema já se esgarce para outras comissões. Acho que estamos fazendo uma construção que queremos partilhar, sim, precisamos partilhar com as outras comissões, mas penso que é um próximo passo. Tanto que o que está combinado dentro da comissão é que, em fevereiro, traremos esses elementos para depois podermos ver os próximos encaminhamentos. Porque, se colocarmos tudo agora, não vamos vencer aquilo que temos de fazer, esse primeiro delineamento, essas primeiras discussões. E estamos entendendo que a primeira grande discussão, além das outras que já vemos fazendo há mais de um ano, é agora com as secretarias, no sentido de discussão, da compreensão da questão da alimentação nos suas. Por isso, vou chamar essas outras secretarias. O que é de cada um? Porque, inclusive, a fala, Solange, na nossa comissão, é que o nosso desejo é que, daqui a pouco, esse tema nem esteja mais presente. Tem uma secretaria de segurança alimentar. Então, como vamos trabalhar esses elementos? Claro que todas as contribuições e reflexões que vieram são muito ricas no sentido de aperfeiçoarmos essa tarefa que vamos realizar até em fevereiro e que desejamos socializar com os colegas para poder ver esses aprofundamentos. Porque, sim, é um tema complexo. A minha preocupação, em cima do que o Denora já trouxe, é que usaríamos aqui toda manhã. Mas queremos ter uma ferramenta inicial para poder ver os futuros desdobramentos e os tempos. Dessa temporalidade também da minuta. Obrigada, conselheira Ana. Só para esclarecer, conselheira Aldenura, os conselheiros

novos talvez não saibam que essa demanda já veio para nós dos CEAS, porque o Conselho Nacional é que normatiza a resolução de benefício. E nós já estamos atrasados nesse sentido desde 2023. E nós estamos correndo para que a gente dê conta de todas as demandas. Porque o CNAS é que tem que fazer essa resolução. Portanto, não seria reverter o processo. Nós já fomos provocados pelos conselhos estaduais em função de não ter uma normativa do Conselho Nacional. Conselheiros, esse assunto requer muito debate. Ele é um tema muito caro para todos nós, em particular para os usuários dessa política. A gente compreende a aflição. É um debate que não se esgota na comissão, não se esgota aqui no Pleno. Mas eu estou aqui no papel do diabinho. Então, hoje a nossa pauta é muito extensa. Hoje nós temos na PA, acho que a PA vai tomar conta praticamente de todo o resto da nossa reunião. E alguns conselheiros viajam, saem já no final do dia, já começam a sair. Então, eu queria pedir a vocês que, quando se posicionassem, quando trouxessem suas contribuições, já ou concordassem com o encaminhamento ou melhorassem o encaminhamento. Porque a gente quer falar, quer contribuir, mas depende muito do momento. E esse momento de agora, ele não vai esgotar esse assunto. Então, eu gostaria de saber se todos estão de acordo com esse... Só um pouquinho. Estão de acordo com esse encaminhamento que foi dado aqui pela plenária? Nós estamos no primeiro ponto ainda da memória desta comissão. Quem falou, por favor? Conselheira Aldenovor, eu talho. Então, diante da explicação das duas conselheiras da comissão, eu acho que o encaminhamento aqui está comprometido para a comissão de política. Se o debate é compreender a concepção de alimentação no SUS, se isso está dentro de benefício eventual ou não, eu acho que o papel da comissão de política é estar junto com a comissão de benefício para participar desse debate. Não assim, não fazer um levantamento de... Talvez isso, a proposta da Rafaela, talvez isso é a posteriori. Então, não sei se os conselheiros da comissão de política estão aí. Eu queria dizer que, para a comissão de política, o ideal é que a gente participasse desse primeiro momento conjuntamente com a comissão de benefício. Estou me baseando na fala da conselheira Solange e da conselheira Ana Lúcia. Gente, queria também fazer um encaminhamento, porque a pauta ainda está bem extensa aqui, inclusive a presidência ampliada. A gente antecipou, pensando que ia ser mais curta a comissão de benefício. Concordo com a conselheira Eutália, mas fico também muito preocupado com essas demandas por reuniões conjuntas, por conta de ausência de tempo mesmo. A gente não tem, e aí as limitações para a gente fazer de maneira online também. Então, acho ótimo a gente reunir quanto mais comissões para debater as coisas. Concordo que não se trata de fazer um levantamento de orçamento, mas já sabe aqui que a gente tem um problema a ser resolvido, pronto. A gente tem

que debater esse problema e tem que dar encaminhamentos. Então, eu acho que a grande questão é essa. Como é que a gente sai de um paradigma? A gente sabe da necessidade do alimento para as pessoas. A gente sabe da necessidade de benefício eventual para as pessoas. A gente tem que discutir se isso é ou se não é benefício eventual. E a gente tem que falar em alimentação adequada para essas pessoas junto com outras políticas públicas. Então, a gente tem que ver como a gente articula isso, porque, na prática, no município, está tudo junto e misturado dentro do mesmo órgão gestor. Então, a gente tem um debate aqui que acho que é um debate de concepção, um debate conceitual, um debate metodológico dessas políticas que a gente tem que ter. Então, não é só fazer um levantamento. Acho que tem que pensar nisso, agora pensar na execução, porque, senão, a gente fica dando encaminhamentos que comprometem reuniões conjuntas de comissões que nunca conseguem acontecer também. Então, acho que eu já ia colocar aqui também como é que vai ser, quando vai ser, se vai ser online, se vai ser presencial, porque também tem essa questão, depois da execução. A gente faz o encaminhamento e fica com dificuldade de execução. Então, só fico preocupado com essa questão também. A mesma coisa no levantamento. Não é uma coisa simples. O Marcílio levantou, e eu estava aqui ao lado resolvendo outro problema. Não é uma coisa simples fazer esse levantamento. É uma coisa muito complexa também. Então, acho que o caminho talvez não seja esse. É um debate mesmo mais aprofundado e avançar na questão do programa de alimentação no SUS. Acho que já está sendo desenhado também. Então, acho que é mais por aí também. Podemos encaminhar então? Tem data já para a reunião? Bom, nós já temos uma reunião agendada com a Comissão de Política para março, na parte da tarde, para apresentar a resolução à minuta da resolução de benefícios. Nesse momento, aquilo que nós estamos normatizando. Então, a minha sugestão é que, ou vocês... Como está se questionando aqui, se cesta básica é benefício ambiental ou não, e isso vai estar contido na resolução, eu entendo que exige um debate prévio à apresentação da resolução como um todo, um debate mais de ordem conceitual mesmo, de concepção. E aí eu sugiro que a comissão faça uma reunião curta, online, de, sei lá, duas, três horas, para debater isso. As duas comissões, as três comissões se reúnam para fazer isso. Mas já está agendado, presidente? Nós já temos a agenda da comissão, que inclusive chama a secretaria, pelo menos de fevereiro, presidente. É que os colegas incluam esses outros elementos. Então, estou entendendo que a gente já está... Então, coloca as reuniões aí, coloca já dizendo qual é a data, porque aí resolve. A reunião conjunta já está na pé, já foi aprovada. Então, já está lá em cima, não tem encaminhamento antes, é isso? É. Ah, está. Então, está bom. Agora só estávamos discutindo se fica esse outro encaminhamento aí ou não, de

levantamento, de orçamento, investimento em benefício eventual. É, isso é decisão do pleno. Esse é para outras... Alessandro. Boa, Lekas. Licença. Bom dia aos presentes. Quero ressaltar a fala que o Ricardo já fez há instantes. De fato, não estou compreendendo qual é o encaminhamento para a comissão de financiamento. Nós vamos levantar informações de quanto os municípios e estados destinam para os benefícios eventuais e vamos fazer o quê com esses dados? É para quê? Qual é a finalidade? Para o que a gente apresenta? Enfim, não compreendi esse ponto. Rafael, e a gente encerra as inscrições, ok? André, você se inscreveu também? Conselheiro, como a comissão de benefícios vai se reunir para normatizar essa questão? Mas acho que é importante, se um dia a gente for realmente somar força nessa interseccionalidade pela luta da segurança alimentar, que a política de segurança alimentar faça o repasse, a gente tem que apresentar. Cada município brasileiro e estado estava gastando tanto. Acho que é importante, porque a gente muitas vezes permite que os municípios, quem está em conselhos municipais, quem está em conselhos estaduais, saiba que essa demanda chega muito. É uma das demandas que mais se são denunciadas em conselhos municipais, em conselhos estaduais, essa questão da entrega das cestas básicas, que quando toda vez vai lá no benefício eventual do serviço, nunca se tem, e quando tem, no instante acaba. Então acaba que os gestores acabam tirando recursos de investimento que poderiam estar investindo em melhoria do CRAS, do CREAS, do Serviço de Convivência, do PAEF, e acabam gastando maiores recursos em um benefício que, primeiro, naquela hora da necessidade que ele pega, quando ele pega uma cesta básica, ele tem que passar três meses sem receber. São os critérios de muitos municípios. Entendem? Então, a gente precisa fazer uma avaliação. Só um mês vai matar a fome daquela pessoa? E, muitas das vezes, a gente também tem que ver muitos municípios dar uma cesta básica com um quilo de alimento, um quilo de alimento de cada item. Isso é cesta básica? Como é essa cesta básica? Quanto está custando essa cesta básica para o serviço? Eu acho que é importante, para quando a gente for, pelo menos, ter um momento com o conselho, dizer assim, a política de assistência no Brasil, em seus municípios, tem gastado volumes de recursos que essa política de segurança alimentar poderia se responsabilizar com os repasses dessas cestas, com a garantia dessa alimentação. Porque, uma vez, eu já fui trabalhadora do SUAS, quando eu trabalhava no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Nucleares, todas as minhas crianças que iam para as atividades, após a atividade de ir para a casa, para poder ir para a escola, o CRAS oferta uma alimentação àquele indivíduo ali, dentro daquele serviço. Então, os serviços de assistência social CRAS já garantem uma alimentação àquela criança que faz aquela atividade, seja no período da manhã ou seja no período da tarde, quando tem as

oficinas dentro do CRAS. Então, garantir essa alimentação, a gente já garante. Agora, adequar essa alimentação e garantir uma alimentação de qualidade dentro dos equipamentos, tudo bem, concordo. Agora, não concordo que uma pessoa que tem uma necessidade mensal de uma segurança alimentar receba só uma vez por mês e a gente não consiga dar continuidade e ficar vindo bombas alarmantes para dentro dos conselhos municipais e estaduais, uma vez que o município não consegue dar conta dessa demanda que poderia ser a política de segurança alimentar. Então, a gente precisa ter esse aprofundamento. Se a gente não tem aprofundamento, a gente não tem conhecimento. Se a gente não tem levantamentos e não tem dados, não adianta a gente estar debatendo sem ter dados e sem ter conhecimento. Obrigado. Obrigada, conselheira. Peço a secretaria... E essa intenção, acho que se vocês puderem aguardar um pouquinho em fevereiro, a gente vai trazer aí indicativos e ver os próximos passos. Desculpe interromper... Não, só queria dar um encaminhamento porque estou preocupado com o horário. Já são dez e meia e a gente tem convidados à tarde. Tem mais um ponto de pauta que esqueci de inserir e que a gente tem que inserir. E a conjunta online está nos aguardando. Então, tem quanto... E é bem grande o relato ainda. Então, eu... É bem simples, por favor. Não, mas é porque o primeiro ponto já gerou esse debate todo. Então, eu tinha pensado que ia ser mais rápido. Então, peço que, por gentileza, a gente dê o encaminhamento. A única coisa é se vai continuar esse encaminhamento para a Comissão do Político e Financiamento a fim de fazer um levantamento quanto ao orçamento e investimento de benefícios eventuais em capitais e regiões metropolitanas? Eu acho que tem que perguntar se a Comissão tem condição de fazer isso, porque... Nesse período, posso afirmar que não. Então, gente, vamos fazer o seguinte. Retire isso aí. Acho que cabe à própria Comissão de Benefícios fazer um levantamento. Tem um monte de estudo já feito pelo IPER. O Censo Suas tem esses dados. A gente pode pedir apoio aqui à Conselheira Schirrle para levantar esses dados pelo Censo Suas. A gente pode fazer... Eu sugiro, tem muitos estudos realizados sobre segurança alimentar. Então, é fazer esse levantamento também. A própria Comissão pode fazer esse levantamento e para fazer o debate quando tiver a reunião em fevereiro. Perfeito. Mas já está na memória. Posso continuar rapidinho? Por favor. O item 2, ofício 20 de 2024, do Departamento de Benefícios Assistenciais, recebido no dia 29 de outubro, pelo qual corresponde ao ofício número 76 de 2024 do CNES, que informa que foi deliberado pela 300ª, 25ª Reunião Ordinária o e-mail 15-19-76-51 do senhor Fábio Hideki Oshima, com consulta referente à Lei nº 14.674, de 2023, que altera a Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, que dispõe sobre o auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da

ofendida afastada do lar. Encaminhamentos. A Secretaria Executiva deverá elaborar a minuta de ofício, resposta ao demandante, encaminhar para a validação da comissão e, posteriormente, enviar ao interessado. A minuta deverá conter os subsídios encaminhados pelo DBA, ofício nº 76, em 2024. Convidar o Departamento de Benefícios Assistenciais para apresentação da minuta de resolução, solicitando oficialmente resposta quanto ao andamento do decreto sobre benefícios eventuais. Então, esse item 2 relaciona-se diretamente com o item 1 que estávamos discutindo. Item 3. Deliberação da indicação dos colaboradores eventuais. Vai ser no relato da PA ou posso ler aqui? Está bem. Item 4, outros assuntos. 4.1, o e-mail da senhora Bettina, do Judo Bolsa, recebido no dia 1º de outubro, onde solicita uma reunião de apresentação do projeto Judo Bolsa, que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre os benefícios sociais, combatendo desinformações que circulam no ambiente digital. O site do projeto é www.judobolsa.com.br. Encaminhamentos. A conselheira Ana Lúcia Soares irá fazer um estudo e apresentará um relatório à comissão a respeito do material da cartilha e do material do site do projeto Judo Bolsa. Após o parecer da conselheira, a comissão irá pautar o assunto nas próximas reuniões. 4.2, Ofício Circular nº 12, de 2024, MDS Sajikade Gabi, que envia para conhecimento o Plano de Contingência do Cadastro Único do Rio Grande do Sul, SEI 15-98-51-62, elaborado pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Sajikade, que estabelece diretrizes para as ações da Gestão Federal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, no contexto do estado de emergência e calamidade pública decretado no estado do Rio Grande do Sul. Encaminhamentos. Converter o texto do Plano de Contingência para uma linguagem mais acessível, encaminhar para a conselheira Solange Bueno, e encaminhar novamente o texto para os demais conselheiros, para conhecimento e pautar discussão para as próximas reuniões da comissão. Posso ir passando? Alguma questão? 4.3. Carta aberta em apoio à aplicação da Lei de Tarifa Social de Água e Esgoto, Lei nº 14.898, de 2024. A referida lei institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional, assegurando o direito à Tarifa Social aos usuários com renda per capita de até meio salário mínimo que pertençam a famílias de baixa renda inscritas no Cade Único ou pertençam a família que receba o benefício de prestação condicionada. Segundo informa o tabulador do Cadastro Único, são pelo menos 20,4 milhões de famílias, com 52 milhões de membros, que têm renda per capita menor que meio salário mínimo e têm ligação domiciliar à rede pública de abastecimento de água. Minutar ofício e encaminhar à diretoria do Cadastro Único, tendo como anexos a carta aberta e a Lei nº 14.898, de 2024, referendando a possibilidade de incluir a Tarifa Social de Água e Esgoto no Cadastro Único, juntamente com

outras tarifas sociais, o que possibilitará os usuários a receberem esse benefício. Encaminhamentos para a reunião de fevereiro. Solicitar material de apoio à DBA para o debate com o Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, e convidar oficialmente o diretor do DBA, conselheiro Raimundo Nonato, para debate com o INSS. A pretensão é dialogarmos sobre a questão dos processos ligados ao BPC. Item 5, definição da pauta, convidar o senhor Ver, e do principal ponto de pauta da reunião da Comissão. Em fevereiro de 2025. Turno da manhã, item 1, resolução de benefícios eventuais, debate acerca do acesso à alimentação nos SUAS, convidar a Secretaria de Segurança Alimentar, Departamento de Proteção Social Básica, Departamento de Benefícios Assistenciais. E nós fizemos a inclusão da Secretaria de Combate à Fome, para colocar ali, a fome e a pobreza. Item 2, apresentação da minuta do decreto sobre benefícios eventuais pelo Departamento de Benefícios Assistenciais, que é o ponto principal de pauta. À tarde, debate com o INSS com os termos de acordo realizado em 2020 para possíveis melhorias no atendimento presencial humanizado, bem como outras pautas relacionadas ao BPC. Convidados, Instituto Nacional de Seguro Social, INSS e Departamento de Benefícios Assistenciais, DBA, SNAS, MDS. Solange Bueno, coordenadora da comissão. Algum comentário? Um comentário sobre a pauta? Só uma correção, é a apresentação da minuta de benefício, não é do decreto. E o ponto principal é a minuta de benefício. Então é a minuta da resolução, da resolução sobre os benefícios eventuais. Não é o decreto, porque a gente nem sabe se vai sair. E aí é a apresentação pelo Departamento ou ao Departamento? Para o Departamento apresentar para o Conselho. Sim, mas a resolução é do Conselho. Sim, mas ele foi feito com a sugestão de incluir o decreto que não está ainda na minuta. Então, não é a apresentação da minuta. Então seria, vamos colocar ali melhor, que seria aperfeiçoamento da minuta de resolução sobre benefícios eventuais com a participação do Departamento de Benefícios Eventuais. Porque, na verdade, quem propõe é o Conselho, não é o Departamento. O Departamento está apoiando na elaboração da minuta, certo? Isso, presidente. Ele vai trazer elementos que faltam nessa minuta. Isso. Então tira a apresentação, é só aperfeiçoamento da resolução, da resolução sobre benefícios eventuais com apoio sobre benefícios eventuais, com apoio do Departamento de Benefícios Eventuais. Pronto. Certo? Do Benefício Eventuais, não. Do DBA. Departamento de Benefícios e Benefícios Assistenciais. Certo? É isso. Oi? É da minuta de resolução. É da minuta de resolução. Aperfeiçoamento da minuta de resolução sobre benefícios eventuais com apoio do Departamento de Benefícios e Benefícios Assistenciais SNAS. DBA SNAS. É isso. Minuta da resolução. Mais alguma questão? Então, aprovado e concluído o relato da Comissão de Benefícios. Aplausos. Esqueci, peço desculpas, tinha a

inclusão de mais um ponto de pauta hoje na reunião. Quando nós tomamos posse na primeira, na outra reunião, nós tivemos que fazer a discussão e a divisão das comissões. E aí a gente publica uma resolução também com a nominata, a composição de todas as comissões e dentro dessa composição a indicação de coordenador e coordenador adjunto das comissões. Nós temos agora uma situação de mudança de conselheiro. Então, a gente tem uma nova conselheira que chega e tem que integrar uma comissão. Então, eu queria incluir na pauta a inclusão da nova conselheira, se ela permanece, ela vai compor a comissão que o conselheiro anterior tinha, que a gente tem que publicar também. E a gente tem que escolher, tem uma comissão que nós não escolhemos, coordenador e coordenador adjunto, que é a comissão de ética, e a gente precisa também publicar junto. Então, como a gente tem uma série de mudanças também que vão ter agora, alguns conselheiros governamentais também que serão trocados, então a gente já quer, isso tem que passar pelo Pleno, então a gente já quer ver se faz uma publicação só, inclusive por uma questão de custo. Cada publicação no Diário Oficial tem um custo bem elevado. Então, se a gente fica publicando nome por nome, então eu estou tentando sistematizar tudo para quando sair a publicação, sair de uma vez. Então, eu queria pedir permissão para incluir esse ponto e aí, como é uma coisa rápida, eu já queria saber aqui se a gente pode debater agora, ok? De acordo? Então, a conselheira que eu... Vai para a comissão? Comissão de Benefícios, né? Perdão, permaneço na Comissão de Benefícios. Ok. Então, a conselheira vai e pergunta a comissão de ética que é composta por Shirley, Elias, Tiago, que estão aqui. Se vocês já têm indicação de nomes. Sim, eu dialoguei com os outros membros. Bom dia a todos, a todas. Dialoguei com os outros membros da Sociedade Civil, o Beto e a conselheira Júcio e eles me indicaram para ser o coordenador da comissão. E como vice, o Regis. Então, há acordo, todos de acordo com a indicação da coordenação pelo conselheiro Tiago e a coordenação adjunta pelo conselheiro Regis. Lembrando que nessa comissão, excepcionalmente, não há necessidade de paridade com relação à coordenação e coordenação adjunta, já que não participa da presidência ampliada. Ok? Tem mais uma questão também que até se tornou polêmica no nosso diálogo. Se poderia ser titular e suplente, também não tem essa restrição? Não, não tem. Na comissão de ética, não. Foi bom lembrar disso aí também, mas também não tem a necessidade da questão de... que não vai para a presidência ampliada. Teria se fosse para a presidência ampliada, porque implica em voto. No caso da comissão de ética, não há necessidade. Então, indicada a conselheira Keurig para a comissão de benefícios e a coordenação da comissão de ética pelo conselheiro Tiago e o conselheiro Regis como adjunta. Ok? Todos de acordo? Sim? Então, aprovadas as indicações. Vamos passar, então, agora para o relato da presidência

ampliada. Tem aqui para eu ler? Esse é o mais atual? É o mesmo? Então, vamos lá. Memória de dezembro de 2024, data 11 do 12 de 2024, das 16h30 às 21h30. Algo que a gente tem que repensar também. A gente já tentou fazer mil, até tem agilizado. Isso porque a gente tem agilizado e, semanalmente, mandado para a PA. A gente tem feito algumas decisões, pelo menos, de indicação para eventos, tudo de forma online. Mesmo assim, a gente fica até esse horário aqui. Participantes de Justa Vales presidente, Aldenuro Gonzalez, comissão de financiamento, Elisa Oliveira, comissão de normas, Margareth, comissão de acompanhamento dos conceitos, Regis Spindler, comissão de política, Shirley, comissão de controle social e Solange Bueno, comissão de benefícios. Secretaria Executiva Thaís Braga, Andriane, Maria Adriana, Rebeca Pinha e Sayonara Sampaio. Convites. Ofício 888, 2024, Associação Especial para Assuntos Parlamentares Federativos do MDS, recebido em 18 de novembro, pelo qual encaminha o requerimento para audiência pública número 70, de autoria da deputada Erika Koukai, que requer a realização de audiência pública para debater o novo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, bem como celebrar os 20 anos de atuação do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. Caso haja interesse de participação referida à audiência, solicitar a indicação do representante. Caminhamento da PA ainda não tem data definida, confirmar a participação do presidente ou vice-presidente, caso a audiência não tenha ocorrido ainda. Um comentário. De acordo, aprovado. Ofício de 316, 2024, do Departamento de Proteção Social Especial SNS, recebido no dia 3 de dezembro, onde convida devolutiva do Círculo Nacional de Oficina de Centro POP, Práticas, Avanços e Desafios para Qualificação do Serviço Especializado para Pessoas de Situação de Rua, realizada no dia 17 de dezembro de 2024, às 13h30 até 17h30, em formato online por meio do aplicativo Teams. Caminhamento. Convocar a conselheira Rafael Machado para representar o CNS e divulgar para todos os conselheiros, caso queiram participar. Solicitar a confirmação de presença aos conselheiros. Algum comentário? Ofício de 320, 2024, do Departamento de Proteção Especial, recebido no dia 5 de novembro, convida para a oficina do PAEF, Integralidade Entre as Complexidades com Responsabilidade e Articulação, na efetivação das Seguranças Socioassistenciais do dia 16 de dezembro, em formato híbrido, com início às 9h e termina às 16h30. Confirmar a participação do presidente na abertura e convocar o conselheiro Elias Oliveira para representar o CNAS no evento. Algum comentário? Ok, aprovado. Tenho que botar na minha agenda, senão não lembro nada. Ofício 225, 2024, do Conselho de Assistência Social, de Sergipe, recebido no dia 5 de dezembro, que convida o Conselho para compor a missa de abertura na reunião do CES, Sergipe com o CNAS, no dia 17 de dezembro, às 9h, horas da manhã, no

município de Simão Dias, Sergipe. Convida também para participar da palestra magna, 20 anos da Política Nacional da Assistência Social, Chão do Sistema Único de Assistência Social e Compromisso Ético-Político. Encaminhamento, consultar o Conselheiro Ricardo de Santana, se ele poderá participar do evento representando o CNAS, e aí fazer a palestra. E consultar o CACD, se será possível fornecer transporte para o Conselheiro. Informamos que, em virtude do problema de saúde, o Presidente não poderá comparecer ao evento, no entanto gravará um vídeo para ser exibido durante o encontro. Aí, só esclarecendo, é porque eu estou proibido de viajar de avião por esses dias, devido a um problema de autística, ainda estou me recuperando. Então, Conselheiro, aceito o convite? Aceito, Presidente, mas só uma correção, acho que eles se equivocaram, não é que a gente vai fazer a palestra magna. Pela programação que eles divulgaram no Estado, a palestra vai ser feita pela Presidente do CES, a gente só vai participar. Então tá. E aí eu adianto que eu não preciso dar disponibilidade de transporte do CES, não. Eu uso o CACD institucional. Institucional. Ok, então. É algum comentário? É, vai colocar aí. Colocar no encaminhamento. Aprovado. Não precisa... Vamos lá. Ela está misturando os conselhos, não é? Vamos lá. Ok, então, de convites o que nós tivemos são esses. E aí vamos para o segundo ponto, que é a Conferência Nacional de Assistência Social, que já foi publicada. Primeiro, já foi informada a mudança da data da conferência, devido à Conferência Nacional de Direitos Humanos, que há dez anos não acontece, e que começa de 10 a 12. Foi convocado essa semana, no dia 10, pela ministra Macaé e pela presidente do Conselho, Marina. Enfim, em nome do nosso bom relacionamento institucional e das parcerias necessárias a serem feitas, e que nós também vamos participar, o Conselho Nacional vai participar também da Conferência de Direitos Humanos e vice-versa. Nós chegamos a esse consenso, bem como também aproveitar que nós estaremos no dia 7, que é o dia da assistência social, em plena comemoração aqui na nossa Conferência Nacional Ordinária. O primeiro ponto é o levantamento da composição das comissões organizadoras anteriores. A Secretaria Executiva nos mostrou como estava a composição anterior e, devido a isso, nós fizemos uma nova proposta de composição da nova Comissão Organizadora, considerando que na passada nós não tínhamos a presença do Congemas e do Fonseias. E, por isso, a gente chegou a um... A retrasada a gente não tinha. Isso, a retrasada a gente não tinha. Exatamente. Desculpa. O governo anterior não teve a presença do Fonseias e Congemas. E aí nós fizemos uma proposta de que a Comissão Organizadora tivesse um número mais limitado de pessoas, porque também uma comissão grande demais acaba que, às vezes, mais atrapalha do que ajuda. E tem muito trabalho para ser feito. E a gente sugeriu já a criação de quatro subcomissões para compor a Comissão

Organizadora. Subcomissão de Apoio Administrativo, que além dos conselheiros, a gente pensou em uma comissão com 12 pessoas, 12 conselheiros, mais o Congemas e o FONSEIAS representados. Na verdade, 12 com o Congemas e o FONSEIAS, desculpe. E aí, dentre esses três pessoas iriam para compor cada subcomissão. São três subcomissões. Uma de Apoio Administrativo, que também vai ter como convidados o gabinete da SNAS e a SAA. A gente, daqui a pouco, vai ler uma resolução que traz as atribuições de cada uma dessas subcomissões. A Subcomissão de Comunicação e Mobilização de Recursos, que também tem como convidados a ASCOM e o Núcleo de Comunicação da SNAS. A Subcomissão Técnico-Científica, que além dos conselheiros também tem a indicação de mais seis colaboradores. Técnico-Científica, tem mais seis. Isso aí está colocado embaixo. Está na resolução também. E a Subcomissão de Apoio às Conferências Livres Municipais e Estaduais. São quatro subcomissões que compõem a Comissão Organizadora. E aí, nas indicações, a composição seria dos 12 conselheiros, presidente, vice-presidente, coordenadores da presidência ampliada, que são os seis. E, para que a gente mantenha a paridade, já que o Congemas e Fonseca entram também nessa composição, mais dois conselheiros da sociedade civil sendo representação de trabalhadores e entidades. Uma vez que nós já temos dois representantes de usuários, dois representantes e tem um de entidade e um de trabalhadores. Então, para ficar paritário, seria da sociedade civil indicação de mais um representante de entidade e mais um representante de trabalhador. Então, ficaria de Gilson, Márcia, Elias, Regis, Shirley, Solange Bueno, Aldenura, Margarete. E aqui já temos as indicações de trabalhadores e entidades. O trabalhador vai ser a Irene Rodrigues. Irene. E a indicação das entidades? A Catarina. Catarina, ok. A indicação do Congemas é o conselheiro Ricardo mesmo, não é isso? E do Fonseca já temos? Tânia. Fonseca, conselheira Tânia. Ok. Ok. Nós vamos convidar, como são convidadas, não precisa ter esses nomes agora, porque eles que vão indicar a Secretaria Nacional de Assistência Social. Ah, faltou lá em cima, ficou diferente. Nas subcomissões ali, onde é que entra? A ASPAD e tal. Depois a gente define isso, melhor. Porque a gente colocou a SNS, a ASCOM, a ASPAD, que é a Assessoria de Participação Social e Diversidade, e a Secretaria Nacional de Participação Social também, para compor a comissão. Ok? Contribuir com a comissão. Margareth. Então, volta lá, por favor, nas subcomissões, porque a única subcomissão que está sem ajuda, é a de a Subcomissão de Apoio às Conferências Livres. Quer dizer, só vai ficar com o conselheiro? Não, a gente vai definir. Olha só, todos ali estão entre parênteses, dizendo quem vai convidar. Aí, a gente olhando assim, dá a entender que a gente não vai poder convidar ninguém, entende? Então, coloca aí a ASPAD e a SNPS, pronto, já pode colocar aí. Entendeu? Já coloca aí, né?

Ok? Oi? Não, não tem GT, certo? Não, o GT vai acabar, o GT acaba, certo? Fevereiro acaba, GT acaba. Aí ele vai entregar um produto que vai ser executado, e o produto vai ser executado, e aí a comissão vai dar apoio na execução desse produto, é isso, certo? Tá bom? Então, aqui tem que ser aprovado pelo pleno ainda, né? Então, essa, em fevereiro. Presidente? Sim? Eu talho. Oi, eu talho. O nome dessa comissão é técnico-científico mesmo? Oi? Essa daqui, o nome dessa subcomissão é técnico-científico mesmo? É, foi o nome que a gente sugeriu. Essa aqui é a comissão que vai trabalhar temática? Isso, isso, isso. Grupos? Definição de critérios, regulamento. O Congresso Científico, né, conferência, é um espaço de controle social. É, eu talho, mas é... Temática e... Mas é o espaço que a gente vai, assim, é isso, mas é o espaço que a gente vai ter de apoio técnico-científico, de pesquisadores que vão ajudar a gente como colaboradores a escrever os materiais, né, os eixos, né, os textos orientados à orientação. Ah, não, eu achei que fosse a comissão que fosse pensar aí programação, Isso, mas é isso mesmo, e aí é isso, a gente vai contar com os colaboradores que vão estar nos apoiando nisso, inclusive na escrita dos materiais. Eu acho que é um termo que fica muito distante do conjunto da população que participa de uma conferência, né? E qual é a sugestão? Não, eu acho que deveria talvez incluir aqui a parte temática mesmo e metodológica da conferência. Mas está incluído. Enfim, só para não dar esse distanciamento, né? Eu, assim, eu não tenho problema com o nome, porque eu acho que a gente faz, assim, a conferência é um espaço da liberação sobre a política pública, e política pública a gente faz, inclusive, com base na ciência. Eu não sou negacionista, viu? Não, eu sei, é isso, eu sei, mas é isso, eu acho que não tem nenhum problema. Só para melhorar a nossa linguagem mesmo. É, eu acho que é técnico-científico mesmo. Não, Itália, a gente até colocou pensando na relatoria, na produção dos cadernos de orientação técnica, das orientações dos eixos. Então, a gente colocou e deixou por ali, nessa comissão, é que vai estar esse grupo também. Por isso que a gente deixou. Acho que, Itália, vai ficar mais claro quando a gente for ler as atribuições, nas atribuições está dizendo exatamente tudo isso que você colocou aí. Está escrito lá quando a gente for ler a resolução aqui, mas se tiver alguma sugestão ou você é um conselheiro de um outro nome também, na hora da gente ler a resolução, a gente pode estar também aperfeiçoando aqui e colocando um outro nome também. Mas eu particularmente não tenho, assim, não pensei em outro. É, eu tinha pensado em ter aí a parte que aqui vai discutir a temática, não a temática da conferência, mas todo o temário, como ele vai se dar na conferência. Mas tudo bem, acho que explicando na definição dessa subcomissão, acho que resolve. Obrigada. Obrigado, conselheiro. Vamos lá, seguindo. Convidar a Secretaria Nacional agendar reunião da comissão organizadora ainda para o mês de janeiro, agendar

reunião online, colocar ali, reunião virtual, porque janeiro a gente não pode emitir passagem. Então, reunião virtual, certo, para a gente fazer um primeiro alinhamento. Inserir um artigo sobre subcomissões na resolução, já foi inserido, a gente já vai apresentar, e indicar seis colaboradores para a Subcomissão Técnico-Científica, três indicações da Sociedade Civil e três indicações governamentais. O governo já tem suas indicações e a Sociedade Civil acho que vai precisar de um prazo, não é isso? Sim, Margareth. O governo já tem as indicações, a gente já pode indicar agora, não é, Elias? A Comissão Científica, a Sociedade Civil precisa de um prazo. Desculpa, é porque nós da Sociedade Civil a gente não conseguiu pensar, porque a gente estava pensando nas comissões. Então, a gente está querendo sugerir, pedir aos conselheiros governamentais e ao pleno deliberar, pedir uma semana pelo menos para a gente pensar e se poderíamos fazer uma reunião extraordinária online, já que os nomes têm que passar pelo pleno, bem rápida como foi aquela reunião para alteração da data da conferência, uma reunião rápida que só para a gente deliberar os nomes, porque a Sociedade Civil não tem ainda os nomes. Posso... alinhamento? Não, Agatinho, um pleno, porque os nomes... Uma do pleno, mas a gente precisa alinhar antes, não é? Isso, nós vamos nos alinhar antes. Mas é que eu não sabia, a Thais informou hoje que os três nomes, lembra que no alinhamento ontem nós iríamos pedir prazo, mas a Thais falou, não, tem que passar no pleno. Aí já tem que passar no pleno e como em janeiro a gente está em recesso, uma reunião rápida agora em dezembro, de uma horinha, só para a gente falar os nomes. Agora, antes disso, a Sociedade Civil, vamos online discutir esses três nomes. Pode ser assim? É, bom definir a data já, porque a gente precisa reunir com as pessoas em janeiro, por conta da produção mesmo. A gente precisa estar com o material escrito para março. Então, ou a gente se reúne já em janeiro, rapidamente, ou a gente não vai ter material para março, já que a gente colocou que as conferências começam a partir de 31 de março. A gente tem que estar com o material pronto, discutido, diagramado. Certo? As indicações do governo, já vou colocar aqui as indicações do governo, são Denise Collin, professor Denise Collin, Rosilene Rocha e Vânia Nery. Certo? Essas são as três indicações. Denise e Rosilene já estão confirmadas, Vânia, eu tenho quase certeza que também, mas como hoje é o aniversário dela, eu não consegui ainda só fechar com ela algumas questões, certo? Mas Denise e Rosilene já confirmadas. Ok? E aí, então, que data pode ser? É uma horinha só de reunião. Não pode? É uma plenária rápida, que nem foi aquela. Isso. Ah, tá. Gente, sinceramente, até o final do dia hoje, gente, tem tanta gente, tanta gente que a gente conhece, não é possível? Sociedade civil, a gente não se reúne na hora do almoço para definir isso? É isso. Lembrando que tem que ser pessoas que se comprometam, a gente pensou, inclusive,

convidou outras pessoas, mas as pessoas disseram, eu não tenho condição de estar indo para as reuniões de segunda-feira, não tenho condição de escrever o material. E lembrar isso, o material tem que estar pronto em março. Então, tem que ser pessoas que tenham disponibilidade, inclusive, de escrita. Facilidade, expertise na assistência social, expertise com conferência, não é só na assistência, com material, com escrita de material, com conferência, tem que ser pessoas especialistas mesmo que nos ajudem nisso, porque tem que passar pelo pleno, para que a gente não tenha nenhum tipo de problema com relação aos materiais. E aí, não só isso, vai depender da metodologia que a gente for utilizar e definir, etc. Outros textos, a gente vai ter que convidar outras pessoas específicas. Então, a gente vai ter colaboradores que a gente convida especificamente para fazer um texto, uma coisa ou outra, que são textos mais técnicos, enfim. Então, a gente vai precisar disso também. Então, vamos tentar ver se a gente indica até o final do dia de hoje, ok? Perfeito. Está bom, Sociedade Civil? Melhor, porque a gente não tem mais como fazer outra reunião, e como tem que passar pelo pleno, realmente não... Então, Comissão Administração para Acompanhar e Apoiar a Constituição do TR, que, na verdade, ficou de Apoio Administrativo, não é? Não, aí a gente vai ter que subdividir também, quem vai para cada comissão, para cada subcomissão. Isso. Quem vai para cada subcomissão terá que ser subdividido também, certo? É? Ela não pode. Já falei com ela. Ela não pode. Certo? É. Mas essa daí, a que você falou, ela não pode, certo? É... Nem ela, nem Jus. Oi? Oi? Isso. De acordo com esse encaminhamento, sim? Com os nomes também, estão de acordo com os nomes indicados pelo governo? Ok. Então, aprovado. A Comissão de Apoio Administrativo para Acompanhar a Constituição do TR, conforme está no item 2.2, certo? Então, foi dito ali também. O 2.4... Ah não, então agora a gente vai para a aprovação da... Ah não, é porque tem ali... Não, volta aí. Isso aí ainda é conferência, desculpa. Desculpa. A gente tem o ofício 1524 do Conselho Federal de Serviço Social, recebido no dia 11 de dezembro, onde solicita a reconsideração da decisão do CNAS que altera a data, que altera a data, altera a data da Conferência Nacional de Assistência Social para o período de 06 a 09 de dezembro de 2025. O encaminhamento da PA é informar aos CFEs que compreendemos e lamentamos a impossibilidade da realização do 18º Congresso Brasileiro de Assistências Sociais e CBAs em outubro, que, historicamente, a conferência tem sido realizada em dezembro, preferencialmente no dia 7, em alusão à Lei Orgânica da Assistência Social. Informamos, também, que foi considerada a solicitação da Secretaria Nacional de Participação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República, para evitar o conflito de datas com a 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que se inicia no dia 10 de dezembro de Internacional dos Direitos Humanos.

No entanto, alimentamos as dificuldades logísticas e de infraestrutura para a realização simultânea de duas conferências de grande porte. Além disso, ressaltamos que a Conferência Nacional dos Direitos Humanos não é realizada há mais de uma década e que, em ocasiões anteriores, houve conflito de datas com a Conferência de Cultura. E, após a mediação da Secretaria Nacional de Participação Social, entre o Conselho Nacional de Assistência Social e o Conselho Nacional de Cultura, o CNC mesmo declinou da data. Essa é a resposta que vamos dar. Realmente, não há condição de fazermos essa alteração de data mais uma vez, ou manter a data que tinha sido pensada originalmente, devido a esses fatores que foram colocados aí. E, no ano passado, nós não abrimos mão da data e quem abriu mão da data foi o Conselho de Cultura, que fez a conferência depois. Então, agora é a nossa vez de abrir mão da data da conferência, porque, em nome, inclusive, da nossa boa relação institucional com outros conselhos de políticas públicas, a gente não pode colocar isso. Uma outra questão que a gente discutiu também na PA é que o CBA, apesar da categoria de assistentes sociais ser bastante representativa nos SUAS, não é apenas a categoria de assistentes sociais, nós temos outros profissionais, e que o público que vai para os CBAs também não é necessariamente apenas o público dos SUAS. Nós temos outros públicos, inclusive outros debates no âmbito do serviço social que são tratados nos CBAs. Geralmente, o eixo de seguridade social é um dos eixos que tem no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Então, a gente entende que também quem foi eleito, delegado, o trabalhador que foi eleito, delegado, para vir para Brasília vai ter que optar, ou vai chegar com um dia de atraso aqui, porque a coincidência, na verdade, que a gente viu de datas, vai ser de um ou dois dias de datas, sete, oito e nove. Então, os últimos dois dias coincidem aí, na verdade. O CNAS vai participar da conferência? O CNAS vai ser bem difícil a participação do CNAS, normalmente a gente participa, mas vai ser bem difícil, porque vai ser véspera da conferência. Então, o que inclusive eu tinha proposto, mas a gente propôs na reunião que a gente fez, a gente propôs que eles tentassem antecipar o Congresso, dois dias, tentassem antecipar o Congresso em Salvador para dois dias, mas alegaram que, enfim, não sei se já tentaram ver com o centro de convenções, que aí daria tempo fazer tudo, mas a gente entende que é isso, são públicos, dificilmente o público vai coincidir, o público do Congresso com o público da conferência, certo? E, se coincidir, vai ter que optar por uma coisa ou outra, infelizmente. Algum comentário, alguma questão? Podemos encaminhar assim, então, aprovado. E aí passamos, então, para a leitura e aprovação da resolução que institui a Comissão Organizadora. Doutor William está online? Bom dia, estou online aqui acompanhando, se está precisando, levanta a mão no aplicativo. Ok, obrigado. Vamos lá. Resolução CNAS-MDS

número XXXXX de 2024, institui a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e da Outras Providências. Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a lei 8742 de 7 de dezembro de 93 e da resolução CNAS-157 de 22 de maio de 2024, que aprova seu regimento e resolve. Artigo 1º. Esta resolução institui a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social em instância de planejamento, organização e implementação e desenvolvimento das atividades da Conferência Nacional. Artigo 2º. A Comissão Organizadora terá as seguintes competências, coordenar, supervisionar e promover a realização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 2º Elaborar o regimento interno da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 3º Aprovar os textos básicos para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 4º Aprovar as propostas de metodologia e sistematização dos processos de discussão das Conferências de Assistência Social Municipais, Estaduais, Distrito Federal e Nacional respeitando a autonomia local e regional. 5º Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Nacional. 6º Propor encaminhar para aprovação do colegiado critérios para definição de delegados, observadores, convidados, regulamento, regimento interno, plano de comunicação e mobilização de recursos, organização e gestão dos termos de referência, materiais e estrutura e outros assuntos correlatos relacionados à realização da Conferência Nacional. 7º Articular com os setores e órgãos do órgão gestor federal da Assistência Social que tem interface com o evento, para tratar de assuntos referentes à realização da Conferência Nacional. 8º Dar suporte técnico-operacional durante a Conferência Nacional. 9º Acompanhar as ações desenvolvidas pelos contratados para a realização da Conferência Nacional. 10º Manter o colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da Conferência Nacional. 12º Elaborar relatório mensal a ser informado e discutido em plenária do CNAS. 13º Avaliar a necessidade de constituir novos subcolegiados, além dos já dispostos nesta resolução, para acompanhamento dos processos de contratação. 14º Avaliar a necessidade de constituir novos subcolegiados, além dos já dispostos nesta resolução, para acompanhamento dos processos de contratação. Art. 3º A comissão organizadora coordenada pelo presidente do CNAS será composta de forma paritária por 12 conselheiros, entre titulares e suplentes, incluindo o presidente e vice-presidente do CNAS da seguinte forma, Edilson Tavares Araújo, presidente do CNAS, Márcia Carvalho Rocha, vice-presidente, coordenadores das comissões, Aldenura Gomes Gonzalez, coordenadora da Comissão de Financiamento, Elias de Oliveira, coordenador de normas, Margarete Dall'Alvara, coordenadora de acompanhamento dos

conselhos, Ré Desaparecido Espínola, coordenadora da Comissão de Política, Shirley Sammi, coordenadora da Comissão de Controlo Social, Solange Bueno, coordenadora da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda, Irene Rodrigues, representante dos Trabalhadores no Sistema de Assistência Social, Catarina Santana, Ricardo Marques, representante do Congemas, Tânia Souza, representante do Fonses, Suárez, desculpe, e Ricardo Marques, representante do Congemas. Ricardo Santana Marques. Depois arruma direitinho isso. Artigo 5º, a comissão organizadora reaunciar mensalmente e anteriormente a realização da plenária do CNAS e extraordinariamente por requerimento da maioria dos seus membros e seus membros, aí é ou deliberação, ou deliberação, é e deliberação ou é ou deliberação? Porque se for esperar só o requerimento, na verdade é por deliberação da própria comissão. É isso, ou deliberação, é isso, ou deliberação pelo, é, ou decisão do presidente, é isso. Ou decisão, coloca aí, ou decisão da comissão e do presidente, certo? Pronto. Hã? Eu sou democrático demais, vamos lá. Vamos lá. Ah, da maioria das femininas, então já está aí, então pronto, é. Então coloca ali, é, decisão do, é decisão, tira, decisão do presidente, é isso, pronto. Tira a comissão. Da seguinte forma, presencialmente, tendo custeio de passagem de áreas com recursos de dotação orçamentária prevista na ação 8249, funcionamento dos conselhos, parte integrante do programa 5031 proteção social no âmbito dos ruas, ou por videoconferência, conforme disposto no artigo 2º decreto 10.416 de 7 de julho de 2020. O horário de início e término das reuniões e a pauta da liberação serão especificados no ato de convocação das reuniões da comissão organizadora aprovado pela plenária do CNAS. As propostas de encaminhamento da comissão organizadora se darão por consenso, sendo posteriormente submetidas à plenária do CNAS para aprovação. Parágrafo 3º. A comissão poderá convidar especialistas e representantes de órgãos ou entidades públicos ou privados para participar das reuniões. Artigo 6º. A comissão instalar-se-á se discutirá matérias que lhes forem pertinentes com a presença da maioria absoluta de seus membros. Parágrafo 1º. O conselheiro, quando convocado, deverá confirmar sua participação e justificar a ausência da presidência até cinco dias a contar da data de recebimento da convocação. Parágrafo 2º. Não havendo quórum na forma do caput no prazo estipulado no artigo 1º, a Secretaria Executiva do CNAS, com a anuência do coordenador, cancelará a reunião. Artigo 7º. O comparecimento dos conselheiros da comissão deve considerar o exposto no artigo 9º do regimento interno aprovado na resolução CNAS 157, de 22 de maio de 2024. Tinha coisa aí que eu tinha inserido, sim. No texto aqui. Vamos lá. Não havendo quórum. Desculpe. Artigo 7º. O comparecimento dos conselheiros deve considerar o exposto no artigo 9º do regimento interno CNAS aprovado pela resolução CNAS 157, de 2024.

A participação do conselheiro na comissão é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. Artigo 9º. O apoio administrativo da comissão será exercido pela Secretaria Executiva do CNAS. Artigo 10. Para operacionalização da 14ª Conferência, a comissão organizadora contará com apoio dos seguintes setores. Secretaria Executiva do CNAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Subsecretaria de Ações Administrativas, SAA, Assessoria de Comunicação ASCOM do MDS. Vou colocar ali. Assessoria de Comunicação do MDS. Assessoria de Participação Social e Diversidade MDS também, porque tem várias as bases. Secretaria Nacional de Participação Social, e ali é bom colocar SG. Subsecretaria de Tecnologia da Informação, também do MDS. Sugiro, inclusive, colocar antes a subsecretaria para ficar na ordem ali, já que ali é tudo vinculado ao MDS. E isso. Só mudar a ordem aí. O que é da casa, colocar lá em cima. Depois da SAA. Coloca depois da SAA. Depois organiza os números. Vamos lá. Artigo 11. A comissão poderá contar com colaboradores eventuais para atuar, auxiliar na realização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Parágrafo único. Consideram-se colaboradores eventuais, conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade sedível, da administração pública ou da iniciativa privada, prestadores de serviços de assistência social, bem como consultores e convidados. Artigo 12. A comissão organizadora terá as seguintes subcomissões. Subcomissão Técnico-Científica, composta pelos seguintes membros. Da comissão organizadora. Quem compõe aqui a... Aí, bota aí meu nome já, Ed Gilson. Isso. Quem mais? A sociedade civil, quem vai? Vocês informam depois também, mais tarde? A gente vai informar depois, é isso aí. Ok. Mas é entre os membros? Entre os membros. Tem, porque tem que sair na resolução. Conselheiros, aqui a gente está falando de membros da comissão organizadora. Então, fica três em cada subcomissão. Então, vocês têm que se subdividir para três de cada, dos 12, participar dessa subcomissão. Entendeu? Não é de fora, é só os conselheiros integrantes da comissão organizadora que se dividem aí, de acordo com o perfil de cada conselheiro. Ok. Vamos lá. Seguindo. Tem as atribuições da comissão técnico-científica. Apoiar na construção conceitual, argumentativa e metodológica que embasará a realização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Propor textos de regimento interno e regulamento da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Propor os textos-base para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Elaborar as propostas de metodologias e sistematização de processos de discussão e relatoria das conferências de assistência social municipais, estaduais, do Instituto Federal e Nacional, respeitado a autonomia local e regional. Coordenar a equipe de relatoria da Conferência Nacional. Participar de momentos presenciais e online para orientações técnico-

científicas da conferência sempre que convocadas. Pode descer. Subcomissão de apoio às conferências livres, municipais e estaduais, composta pelos seguintes membros. Ok. Shirley e Samico. Eu fico nessa porque tocou na coordenação do GT da Conferência Livre. Oi? Ok. Tânia. Essa subcomissão já está composta, então. Está completa. Não. Eu estou dizendo que o Fonseca gostaria de ficar também nessa comissão, nas conferências livres, estaduais, municipais, enfim. É, ok. Ok. Seguintes atribuições. Solange. Presidente, ali diz que são três, na subcomissão. Então, essa subcomissão vai funcionar só com três conselheiros? Sim. Aí não independe se é sociedade civil, governo? Pode ser a maioria governo? Independe. Não vai ter paridade. Isso aí não é questão de paridade, conselheiro. Isso aí é uma questão de pessoas que têm afinidade com a comissão, com as atribuições da comissão e que podem contribuir tecnicamente com a comissão. Porque, inclusive, as comissões vão ter... Tudo que a gente for ter na comissão organizadora é por consenso. Quem aprova ou desaprova qualquer coisa é o pleno. Então, a paridade já tem no pleno e na comissão organizadora. Entendi. Só, por exemplo, lá em cima nós temos seis para a comissão técnica científica. E aí vai sair mais três... Não, são três. São três na comissão. Conselheiros são três. Conselheiros, a gente está distribuindo agora três conselheiros. São doze conselheiros que compõem a comissão organizadora. Então, três em cada subcomissão. Certo. Só a minha dúvida ficou. Lá em cima nós temos a técnica que são seis convidados. Isso. Mais três conselheiros. Mais três conselheiros. Isso. Aí essa comissão vai ser de nove. Isso. E as outras subcomissões de três. Não. Conselheira, veja bem. Todas as subcomissões são compostas por três conselheiros, independente da paridade ou não. As subcomissões terão colaboradores externos. No caso da comissão técnica científica, a gente já falou que são seis. No caso da comissão de mobilização, vai ter a Ascom que pode indicar uma pessoa, duas pessoas, sei lá quantas pessoas vai indicar. Pode ter mais gente. Então, você pode ter uma subcomissão que tenha nove, uma que tenha oito, uma que tenha dez, porque a gente vai esperar. Esses convidados ainda vão indicar as pessoas. Entendeu? Certo. É isso. Presidente, só uma questão de... Sim, Shirley. Será que seria possível essa segunda subcomissão ficar... Eu estava conversando aqui com a Amanda. Subcomissão de apoio às conferências livres, conferências municipais e estaduais, para não dar interesse. Isso, conferências livres... Vamos colocar, conferências livres nacionais, bota ali. Perfeito. Conferências livres nacionais e conferências... e conferências... e conferências municipais e estaduais. Perfeito. Porque não tem conferência livre municipal e estadual. Ok? Para não dar a entender que a conferência livre é... Não. Conferências livres nacionais e conferências municipais e estaduais. Bota ali. Conferências ordinárias, municipais e estaduais. Resolve. O plenário autoriza a... A Aurora

está pedindo a palavra. Ok? A Aurora. Olá, bom dia, pessoal. No estado de São Paulo, realizamos a conferência livre, não vinculada diretamente à estrutura, no sentido de organizar os trabalhadores, organizar as entidades, organizar os usuários. Então, quando você põe só para a conferência nacional, eu colocaria nacional e estadual, livre. A Aurora, porque, neste momento, oficialmente, o CNS nunca realizou nenhuma conferência livre. O CNS nunca organizou. Então, ficou deliberado, desde a reunião passada, de que, neste ano agora, como a gente está prevendo, inclusive, a possibilidade de indicação de delegados a partir das conferências livres para a conferência nacional, então, nós só vamos considerar conferências livres nacionais. Mas nada impede a autonomia dos estados e municípios de fazer o que quiser. Agora, a gente não vai aceitar delegados vindo de conferências livres estaduais que não sejam organizadas pelo CNS. Então, é só nesse sentido. Para os próximos anos, obviamente, como é a primeira vez que a gente vai estar realizando, para os próximos anos, a gente vai pensar em fazer também conferências estaduais, mas, neste ano, como é a primeira experiência que a gente vai ter, a gente optou por só ter conferências livres nacionais. Certo? Para efeito de indicação de delegado, é por isso. É por isso que a gente está diferenciando. Pois é, é lá em cima. Na composição, eu coloco o meu nome para compor a Subcomissão Técnica e Científica. Ok. Melhor, melhor. Também acho. Vamos lá. Sobe aí. A gente parou onde? Então, vamos lá para as atribuições. Dar suporte técnico-científico para a realização das conferências livres municipais e estaduais de modo a implementar as orientações fornecidas pelo CNAS e sua comissão organizadora da 14ª Conferência Nacional. Apoiar a Secretaria Executiva do CNAS nas respostas aos estados e municípios com relação a assuntos referentes à realização das conferências. Receber as propostas de deliberação das conferências livres. E apoiar a Subcomissão Técnico-Científica na sistematização com vistas a ser debatido na Conferência Nacional. E participar de momentos presenciais e online para orientações técnico-científicas das conferências sempre que convocada. Ok? Terceiro, Subcomissão de Mobilização... Quase um trava-língua, não é? Subcomissão de Comunicação e Mobilização de Recursos. A indicação dos três nomes. Presidente, aqui não consta acessibilidade. Bem lembrado. Comunicação, mobilização... A gente tinha colocado nas atribuições. Dentro da comunicação teria que ter acessibilidade. Isso, nas atribuições, conselheira. A senhora entra nessa subcomissão? É. Ok, então Solange Bueno. Tem que colocar nas atribuições. Vamos lá. Elaborar e executar o plano de comunicação da Conferência Nacional. Propor materiais de comunicação e divulgação da Conferência. Elaborar e acompanhar o plano de mobilização de recursos, incluindo patrocínios e parcerias institucionais para a Conferência Nacional. Elaborar o plano de mídia e clipes

mensais sobre a Conferência. Elaborar informativos e materiais de divulgação da Conferência. Articular com os setores do órgão gestor federal da assistência social que tem interface com o evento para tratar de assuntos referentes à realização da Conferência. E definir e garantir estratégias e garantir a acessibilidade durante o processo conferencial. Que aí entra tudo, né? A garantia da acessibilidade física, comunicacional, né? É, tudo. Atitudinal, certo? Estrutural, arquitetônica, tudo. Isso, certo? Ok. Subcomissão de apoio administrativo composta pelos seguintes membros. Elias, Oliveira, Catarina. Certo? Não, estava não. Santana, e aí fica um a definir, certo? Com as seguintes atribuições. Acompanhar a elaboração do termo de referência para contratações de serviços especializados para a organização da Conferência. Pisando ações de planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura e logística operacional. Acompanhar a execução dos contratos realizados que têm objetos relacionados à Conferência. Auxiliar na definição de montagem e layout da Conferência. Apoiar, façam uma coisa bem bonita, viu? Apoiar a fiscalização da execução física dos serviços, principalmente durante a Conferência. Apoiar no processo de credenciamento da Conferência. Acompanhar a operacionalização da Conferência. Certo? Parágrafo primeiro. Outros membros das subcomissões poderão ser designados pela Presidência quando necessário para cumprir atribuições da Comissão Organizadora. É melhor colocar a coordenada. Convocados, certo? Poderão ser convocados. As reuniões das subcomissões ocorrerão de modo online ou híbrida por requerimento de seus membros à Comissão Organizadora e por deliberação da Presidência. Não, aí vai ficar incompatível com o que está lá na... Aí é da Presidência só, não é da Presidência ampliada. É da coordenação, porque aí vai ficar incompatível com o que está antes. Isso, certo? Não é da Presidência ampliada, é da Presidência só. Certo? Lá embaixo tirar. Isso, eu sou da Presidência. E aí não é deliberação, é por... Como é que a gente falou lá? Por convocação. A reunião das subcomissões ocorrerão de modo online ou híbrida por requerimento de seus membros à Comissão Organizadora ou por convocação, não é isso? Por convocação da Presidência, certo? Ou por convocação da Presidência. Artigo 13. A Comissão apresentará relatos das discussões na plenária de CNAS para conhecimento e deliberação. Parágrafo único. O relatório final das atividades da Comissão será encaminhado para o plenário de CNAS para conhecimento e deliberação. Artigo 14. É desnecessário, não é? Eu também acho que é desnecessário esse parágrafo aí. Esse parágrafo único aí. É o relatório final das atividades da Comissão porque toda reunião já vai apresentar uma memória. É mais um trabalho desnecessário. E já está lá em cima. Pode tirar isso aí. Artigo 14. A Comissão Organizadora da 14ª Conferência tem um

caráter temporário de duração de um ano. Os casos omissos e as dúvidas surgindo na condição de trabalho da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional serão dirimidos pelas disposições do Regimento Interno e pela plenária de CNAS. Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Edilson Tavares Araújo, presidente da CNAS. Algum comentário? Alguma questão? Dúvida? A gente pode aprovar ficando pendente só a indicação dos nomes que faltam. Sociedade Civil, vocês informam. Precisam constar na resolução. Doutor Willian. Só para registrar aqui todas as minhas recomendações foram atendidas. Estou de acordo com a minuta. Obrigado, doutor Willian. Regis. Não é só, porque também tem que entrar e fazer a indicação de uma vez. Tem alguma específica? É a técnica científica que está aí. Como está a questão das vagas? Não, é isso. Tem uma vaga para técnica científica. Só não tem vaga para as conferências livres. Então técnica científica. Certo. Tem que ter indicação para apoio administrativo, para... Certo? Então pronto. Sem comunicação. Eu vou ter que ir também, mas... Vamos lá. Ok. Eu vou estar em tudo, né? Então não tem... Eu vou estar em todas. Na verdade é isso. Na prática eu vou estar em todas, mas enfim... Então... Só faltam vocês duas. Vocês duas. Falta Irene e Margareth. Falta Irene e Márcia. E Márcia. Eu sugiro colocar Márcia... Eu não sei, então... Na de comunicação e mobilização de recursos, talvez. Porque é importante. A administrativa. Então coloca a Márcia aí. É melhor. E a Irene vai para a comunicação e mobilização de recursos. Pronto. Coitada de Márcia, nem está aqui para se defender. Certo. Não, mas é importante. É importante ela estar aí. É isso. Eu vou estar diretamente nessa de mobilização de recursos também. Em todas, mas assim. Porque eu já comecei a trabalhar nisso com algumas parcerias. Não tem que eu encontro, porque não é uma conferência. Então é isso. Inclusive hoje eu já estou mandando oficialmente um pedido de patrocínio. Certo? É nesse instante aqui. A S&E já conseguiu um patrocínio. Vamos lá. Esse ano a gente vai conseguir muito patrocínio para essa conferência. Já está. Então, definidas todas as comissões, a gente pode aprovar a resolução. Ok? Com a anuência da conju, a gente pode aprovar. É qualificado? Então, eu vou colocar em regime de votação. Certo? É voto qualificado. Peço à Secretaria Executiva que proceda à votação em regime de voto qualificado. Em regime de votação, conselheiros. Conselheiros. Conselheiros. Conselheiras em regime de votação. Conselheira Aldenora Gomes Gonzalez. Pela aprovação. Conselheira Ana Lúcia Soares. Pela aprovação. Conselheiro Elias de Sousa Oliveira. Pela aprovação. Conselheira Eminele Oliveira Araújo. Pela aprovação. Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues. Conselheira Eutália. A senhora está virtual, nos escuta? Pela aprovação. Obrigada, conselheira. Conselheira Ismael Tino Tavallone. Pela aprovação. Pela aprovação. Conselheira Margarete Alves Dalla Rovera.

Pela aprovação. Conselheira Maria Carolina Pereira Alves. Pela aprovação. Conselheira Shirley de Lima Samico. Pela aprovação. Conselheira Solange Bueno. Pela aprovação. Conselheira Tânia Soares de Souza. Pela aprovação. Conselheira Tiago de Açane. Está aí. Conselheira Aparecida Guerra Vicente. Pela aprovação. Conselheiro Suplente da Titularidade. Conselheiro Ricardo de Santana Marques. Pela aprovação. Conselheira Catarina de Santana Silva. Pela aprovação. Conselheiro Marcílio Marquezzine Ferrari. Pela aprovação. Conselheiro Régis Aparecido Andrade Espíndola. Pela aprovação. Conselheiro Elias de Sousa Oliveira. Pela aprovação. Presidente Edilson Tavares de Araújo. Pela aprovação. Faltou ninguém não, né? Eu deixei de chamar algum conselheiro? Algum conselheiro titular? Ou na titularidade? Não, né? Então com 17 votos está aprovado, presidente. Aprovada, então, a nossa resolução da Conferência Nacional de Assistência Social. Ok, vamos seguir aqui com o relato. Vamos seguir com o relato, por favor. Comissão... Ah, não. Você já foi. Sistema Nuxel e Sinais. Encaminhamento da PA. Não sei se todos têm conhecimento. A gente tem um problema bem sério que vem desde... Desde o ano passado. Desde o ano passado. O Conselho Nacional de Assistência Social possui dois sistemas importantíssimos. Tem um arquivo que está digitalizado lá embaixo. Aliás, eu queria até te propor para a gente fazer uma visita na próxima reunião. Hoje, aos poucos. Não dá para ir todo mundo uma vez também, né? Então, a gente fazer uma visita para quem não conhece o arquivo que a gente tem. O histórico que a gente tem. Desde os arquivos da LBA, desde o CNSS, e todos os processos de certificação SEBAS. Então, a gente tinha um sistema que tinha 110 mil processos digitalizados que foram tratados durante dois, três anos aqui com a empresa especializada. Um investimento alto que foi feito na época de 4 milhões de reais. E a gente teve um problema agora. A gente acessa esses pesquisadores, mas a própria Justiça, os órgãos da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e outros órgãos da administração pública requisitam, muitas vezes, cópia desses documentos para nós. Tem processos que são gigantescos, tem mais de mil páginas, etc. E a gente teve algumas tratativas já com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação do MDS, que é responsável pela manutenção dos nossos sistemas. E a gente recebeu, inicialmente, a gente deixou de usar o sistema porque sumiu. Eles falaram que não tinha que esse sistema não tinha sumido os arquivos. O SIGNIZE era o sistema de consulta que a gente fazia quando a gente recebia uma demanda. A gente ia lá e colocava e sabia o histórico do processo, sabia onde estava. E localizava o documento e o NUXEL era o sistema que armazenava esses documentos. Os processos, 110 mil processos, não faço ideia do número de páginas porque tem processos gigantescos realmente. Tem processos que tem mais de dez volumes. Estão todos

lá embaixo. Mas, agora, a gente recebeu no dia... Algum dia dessa aí uma resposta, após essa reunião que nós fizemos, da STI, dizendo que os processos foram deletados, que não existem mais. Convocamos para a Presidência Ampliada, a STI, para a nossa reunião e, por uma questão de comunicação, a Secretaria Executiva do Ministério entrou em contato comigo, dizendo que houve um problema de comunicação, pediu desculpas e, aí, eles não compareceram à reunião da Presidência Ampliada que estava marcada para quarta-feira, às 16 horas. Na hora, a gente tentou. Então, houve um problema de comunicação. Mas, diante da gravidade do que acontece, a Secretaria Executiva informou que eles vão redigitalizar todo o material. Só que eu expliquei das especificidades, a Secretaria Executiva explicou das especificidades que precisam. Não é uma digitalização simples, porque tem documentos que, se pegar, ele se rasga. Então, não exige um tratamento especializado para esses documentos. Não é uma coisa simples. Aí, eu já fui informado que parece que não recuperaram uma parte dos arquivos. Então, a gente está sem informação, na verdade. A gente está sem informação. E, aí, diante de todo esse processo que está colocado aí, a Presidência Ampliada, depois de muito debate, encaminhou que, em virtude da ausência injustificada da subsecretaria, na reunião da Presidência Ampliada, a Presidência Ampliada sugeriu que o colegiado delibere por instaurar um processo na corregedoria, visando a apuração de responsabilidades e a solicitação de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário público. Então, está colocado aqui para ser discutido por nós. É uma situação um tanto delicada, mas, de fato, é algo realmente bem complexo, porque tem um investimento que foi feito com relação a isso. E não só. Por exemplo, essa semana mesmo o DRSP chegou a uma demanda judicial em que o juiz solicita processo de certificação desde a década de 80. E, aí, geralmente, os juízes dão assim. Esse foi até bonzinho, ele deu quatro dias. Mas tem uns que pedem assim, 48 horas. Teve um que chegou, de uma entidade, que pediu desde a época do certificado de fins filantrópicos, em 75, desde a primeira certificação em 75 até os dias atuais. E, aí, é tanto que, às vezes, tem processo que é tão pesado que a gente tem que colocar o link na nuvem mesmo para a pessoa acessar porque a gente não consegue nem sequer enviar o processo por e-mail por conta do tamanho do arquivo. Então, não são demandas que chegam diariamente, mas elas chegam. E, quando chegam, a gente tem que atender prazo. E, aí, é um outro problema que a gente tem também que não é só isso. Hoje, no CNAS, nós não temos disponibilidade de uma equipe técnica, de alguém da secretaria executiva. Tem o Alex, que sempre nos salva com tudo. Mas, o tempo que o Alex gasta, por exemplo, para localizar... Ele tem isso em uma planilha, mas não está mais no sistema. O tempo que o Alex gasta para localizar o processo, descer, localizar no arquivo, pegar, digitalizar... Quando é um processo

pequeno, ok, mas quando é um processo que tem mil páginas. Então... E a gente tinha tudo digitalizado. Foram quase três anos de trabalho para fazer isso. Então, está colocado aqui. Gostaria de escutar os senhores sobre essa deliberação e se a gente tem a prova. Lembrando que, inclusive, hoje à tarde, a STI estará conosco aqui para discutir outro assunto, que é o Censo Suas. A gente convocou a STI para vir. Espero que, agora à tarde, estejam aqui, junto com o DG Suas e com a secretaria executiva. Mas, esse caso aqui do Nuccio e do Signize é algo que a gente vem, desde a gestão de Margareth, isso está sendo tratado no ano passado. No segundo semestre, a gente fez tentou, fez essas tratativas e tal. E aí, a gente precisa de um encaminhamento, realmente. Eu expliquei, inclusive, à secretaria executiva que, ok, vamos digitalizar, mas a gente precisa que vocês apresentem para a gente, então, um plano para entender como é que vai ser feito isso, quanto tempo vai demorar, quem vai digitalizar, porque não é simplesmente uma coisa de pegar e digitalizar. Tem documentos que tiveram um tratamento nesses documentos, com gente com máscara, com luva, não sei o quê. Porque, até eu falei, tem documentos que se você botar no scanner, por exemplo, queima. A temperatura do scanner vai queimar o documento, por exemplo. Então, tem que ser um outro tipo de digitalização, é um serviço especializado, realmente. E é muito complexo, realmente, porque eu, inclusive, tinha colocado que isso, eu acho até que no Uxel, a gente tinha que selecionar documentos ali. Uma das coisas que já tinha falado, eu lembro, na época, até conversado com Simone Albuquerque, acho que a gente tinha que ter uma biblioteca virtual da assistência social com alguns desses documentos históricos, porque são documentos muito relevantes, realmente, para a nossa história. Entender, desde a época da LBA, tem o texto, os textos que foram propostos para a LOA, tem tudo, tudo está aí, os processos de certificação, antigos, tem muita coisa, é um material muito rico que, inclusive, eu tinha como ideia a gente pegar parte do que tem, não dá para colocar tudo, porque tem alguns documentos que são sigilosos, mas parte desses documentos a gente transformar mesmo num museu do CNAS, um museu virtual de acesso para as pessoas e tal. E aí, agora, a gente está nessa situação, não tem o material assim, foi deletado e espero que não, espero que ache, porque ninguém deleta essas coisas assim, um negócio desse tamanho, não sei nem quantos terabytes, sei lá quantas gigas tinha isso, são muitos. Então, esse foi o encaminhamento da PA e aí coloco aqui para apreciação do pleno dos senhores conselheiros. Elias? De acordo. Algum conselheiro quer comentar alguma coisa? Podemos aprovar, então, dessa forma? Então, vamos aprovar a abertura do processo na Corregedoria. Ok? Aprovado, então. O ofício circular número 130 do gabinete do ministro do MDS, recebido no dia 16 de outubro, encaminha para análise e manifestação a minuta de

portaria ministerial que trata da criação do grupo de trabalho intersetorial no âmbito federal, para atingir os objetivos propostos na recomendação conjunta número 217 de janeiro de 2024, referente a implantação, ampliação e qualificação do serviço de acolhimento em família acolhedora. Encaminhamento da PA, de acordo com a anuência para compor o GT, a PA indicou a vice-presidente Márcia Carvalho pela sociedade civil e a conselheira Maria Carolina. Ela está aqui? Está online ou não? Maria Carolina está de acordo? Ela está online? Manda um zap aí para ela. Todos de acordo? Poderia repetir, por favor? Podemos repetir, sim. É para compor um GT da recomendação conjunta número 2, 17 de janeiro de 2024, referente à implantação, ampliação e qualificação do serviço de acolhimento em família acolhedora. A indicação foi da conselheira Márcia, vice-presidente, e pelo governo, você. Você aceita? Pode prosseguir com a indicação. Obrigada. Ok. Então, aprovado. E-mail do Nepsas, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social, da PUC e do Núcleo de Políticas Públicas e Sociais da Unifes, Paixada Santista, recebido no dia 31 de outubro, no encaminhamento à nota de defesa do benefício e prestação continuada do Programa Bolsa Família da Presidência Social e dos Pisos Constitucionais de Saúde e Educação. Encaminhamento da PA, acusar o recebimento da nota e divulgar para os conselheiros encaminhar a nota de posicionamento do CNAS, contrário às mudanças do BPC propostas no PL 4614 de 2024. Algum comentário? Aprovado. Ofício número 17 2024, Departamento de Gestão do Sistema de Assistência Social, recebido no dia 4 de novembro, onde encaminha para apreciação do CNAS a minuta que altera o Decreto 5.003 de 4 de março de 2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, do Conselho Nacional de Assistência Social e das outras providências. O encaminhamento da PA foi agendar uma reunião, na verdade foi cumprir com os encaminhamentos da reunião anterior, que a gente ainda não tinha, agendar uma reunião da sociedade civil de pelo menos duas horas para tratar o tema, sem publicizar a minuta do decreto, comunicar à PA sobre o encaminhamento dado pela sociedade civil e, em seguida, agendar uma reunião da sociedade civil com a PA para tratar do assunto e convidar representantes da Casa Civil. Algum comentário? Só lembrando que esse decreto é aquele da questão de pessoa jurídica, CPF-CNPJ. Então, ok, aprovado. Ofício nº 1146 da Secretaria Nacional de Assistência Social, recebido no dia 5 de novembro, encaminha despacho em resposta ao CNAS, visando cumprir a deliberação da trigentésima reunião ordinária e solicita subsídios ao CNAS referente ao passo a passo para a implementação de projetos, programas e também benefícios eventuais. Responder ao demandante conforme o despacho enviado pela CNAS. A CNAS enviou o despacho e a gente vai encaminhar. Ok? Aprovado. Em meio do Fórum Nacional de

Trabalhadores e Trabalhadoras dos SUAS, recebido no dia 8 de novembro, onde encaminha documento com reivindicações para ciência e acompanhamento, uma vez que também foram encaminhadas ao ministro Elton Dias e ao secretário nacional André Quintão. Encaminhamento da PA acusar o recebimento e encaminhar para conhecimento de todos os conselheiros. Algum comentário? Aprovado. Em meio do Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Fabriciano, de Minas Gerais, recebido no dia 11 de novembro, onde solicita orientação sobre orientação de uma OSC no município de atuação. A dúvida é a seguinte. A plenária sendo soberana, poderá indeferir a inscrição de uma OSC, mesmo ela estando com a documentação correta, mesmo que a comissão tenha feito a visita em loco e verificado que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos está acontecendo? A indignação de alguns conselheiros e também de pessoas de sociedade civil é suficiente para indeferir a inscrição em encaminhamento da PA. Solicitar respostas ao SES, referente às demandas do CMAS de Coronel Fabriciano. Mediante as respostas do SES, informar ao CMAS que, se na visita técnica e análise documental a OSC cumpra os requisitos trazidos na resolução CNAS nº 109-2009 e nas orientações técnicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, a plenária não pode indeferir a inscrição. Ok? Aprovado. Vamos lá. Ofício nº 1212-2024 da Secretaria Nacional da Assistência Social, recebido no dia 14 de novembro, onde caminha despacho em resposta ao CNAS, visando cumprir a deliberação da 328ª Reunião Ordinária, que solicita subsídios ao DRSP para responder ao ofício 100 da Federação Estadual dos Rapazes de São Paulo, com o objetivo de consultar sobre essa questão do atendimento às pessoas com deficiência juntamente com idosos, considerando a sua competência de formulação, avaliação, controle e fiscalização da política de assistência social. Responder ao demandante conforme o despacho enviado pela SNAS. Algum comentário? Aprovado. Em meio da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais, do Ministério da Justiça, recebido no dia 5 de dezembro, onde solicita a inclusão de um espaço na pauta de penas, inclusão do espaço na pauta do CNAS, com o objetivo de apresentar o Plano Nacional Pena Justa e seus desdobramentos. Encaminhamento da PA. Solicitar o Plano Nacional Pena Justa para análise prévia por todos os conselheiros e informar que o assunto será discutido em fevereiro, no Pleno. Ok? Aprovado. Ofício 123 do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, recebido em 9 de dezembro, pelo qual se vem se manifestar a profunda preocupação com o Plano de Cortes anunciado pelo Governo Federal, principalmente no que diz respeito ao benefício de prestação continuada do BPC, que impactará nos diversos beneficiários que vivem em situações de vulnerabilidades intensas. A proposta de incluir o valor previamente proveniente do BPC no cálculo da renda

per capita para a concessão de outro benefício, apresenta um retrocesso significativo que prejudica as populações mais vulneráveis e compromete a efetividade da política de assistência social no Brasil. Encaminhamento da PA. Acusar o recebimento e encaminhar a nota de posicionamento do CNAS contrária às mudanças do BPC propostas pelo PL 4614 de 2024. Um comentário. Aprovado. Em meio do Fórum de Articulação Nacional das Entidades e Organizações de Caráter Sindical dos Trabalhadores dos SUAS, Fantes SUAS, recebido no dia 9 de dezembro, onde solicita a imediata abertura da Mesa Nacional de Negociação dos Trabalhadores dos SUAS. Encaminhamento da PA. Solicitar a SNAS Opa! Solicitar a SNAS que decumprimenta a deliberação da reunião de novembro e encaminhamentos. O encaminhamento da trigentésima, trigésima reunião ordinária e o encaminhamento da plenária é só para lembrar, era agendar uma reunião de alinhamento do segmento dos trabalhadores com o desejo de SUAS virtual com data a definir antes do pleno de dezembro. Ok? Algum comentário? Margareth. Ana Lúcia. Estava ouvindo? Não, só quero fazer uma reflexão que, infelizmente, o que foi deliberado na plenária passada não ocorreu. Podemos estar fazendo esse debate hoje, lembrando que em dezembro, faz um ano que o ministro Eliton Dias na conferência assinou o decreto instituindo a mesa de negociação. Se passaram um ano e nada aconteceu. Então, é lastimável por nós, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, que enquanto os trabalhadores estão lá no chão do SUAS, enfrentando a verdadeira precarização, sofrendo assédios, sofrendo tantas questões em relação às questões da vida do trabalho, estamos aqui empurrando essa mesa para mais um ano. Então, é lamentável, só quero lamentar que um ano se passou da assinatura do decreto dentro de uma conferência nacional onde os trabalhadores ficaram só um ano. E, quando falo em trabalhadores, estou falando de trabalhadores públicos e da rede privada. Somos todos nós, todo mundo diz que somos os operadores dessa política e temos como resposta um ano de silêncio. Então, deixo aqui a minha indignação por estarmos esperando tanto tempo para algo que pode ser resolvido há muito tempo. Obrigado. Conselheira Ana Lúcia. É claro que tínhamos uma super expectativa em relação ao tema, mas agora precisamos ver se continua essa combinação de que esse tema passaria pelo segmento dos trabalhadores e quando. Porque, a princípio, a combinação que foi feita e passou na PA era que ir no pleno posteriormente haveria essa possibilidade de diálogo. Então, se a gente reagenda para o mês de fevereiro ou como é que damos encaminhamento. Porque acho que fica complicado não haver essa discussão também interna aqui enquanto segmento dessa proposta. Além, é claro, da necessidade de sair essa mesa. Conselheira Irene. Oi, como é a primeira vez que vou falar e está sendo transmitido, mais uma vez vou fazer minha autodescrição. Sou Irene

Rodrigues, represento os trabalhadores do Serviço Público Municipal. Estou usando um óculos redondo, uma camisa verde e cabelo hoje está preso. Estou na sala do conselho e atrás de mim só tem as janelas. Eu queria defender que a gente mantivesse a deliberação e pensando que nós passamos um longo tempo fazendo debates sobre democracia no nosso país. Nós queremos reconstruir um país. Você não reconstrói um país, você não defende a democracia se não houver diálogo. Acho que esse diálogo entre o segmento de trabalhadores e a gestão através do Suas é fundamental. Defendo que a gente mantenha o nosso encaminhamento para que realmente, em fevereiro, a gente consiga caminhar com essa pauta e resolver de vez. Enquanto a gente fica demorando nessa situação, alguns protocolos, algumas pactuações já poderiam ter sido feitas. Vale lembrar que no último período, a gente tem sentido que os trabalhadores da assistência social têm sido marginalizados no sentido de serem deixados de lado de algumas políticas públicas. Enquanto a gente vê, dentro da Seguridade Social, outros trabalhadores conseguindo avançar, os nossos estão parados. Acho que é fundamental a gente retomar esse diálogo e fazer o encaminhamento necessário no mês de fevereiro. A conselheira de São Paulo, Aurora, está pedindo a palavra. Também não fiz a minha autodescrição, mas uma senhora de mais de 60 anos, cabelos grisalhos na altura da orelha, branca, com uma blusa colorida. Primeiro dizer para todos e deixar claro que essa também é uma pauta do Fórum Nacional de Trabalhadores dos SUAS e que queremos que essa mesa de fato seja implementada de uma forma ampla, com a participação de todos os envolvidos nessa questão. Acho que a gestão do trabalho e a mesa de negociação têm competências específicas, mas o diálogo e a construção coletiva têm que ser com todos os segmentos envolvidos. É só para fazer esse registro e, de fato, reafirmar a nossa posição e estar junto nessa discussão, nessa ampla participação em fevereiro. Ok, obrigado. Mais alguém? Qual o encaminhamento da plenária? Desculpe, já está aí. Solicitar o SNS que dê cumprimento à deliberação na reunião de novembro e encaminhamentos. Sobre esse tema, acho que a presidência está também de acordo. Foi algo instituído por nós que temos que instaurar a mesa de negociação, mas a presidência também solicita encarecidamente. Acho que o diálogo que foi colocado pela conselheira entre governo e trabalhadores tem acontecido. Acho que está faltando diálogo entre trabalhadores e trabalhadores. Acho que vocês têm que ter diálogo entre vocês para chegar a consensos para que flua o diálogo com o governo também para que possamos implementar de uma vez por todas a mesa de negociação. O governo está à disposição para a implementação da mesa de negociação a partir de consensos dos trabalhadores. É fundamental que vocês construam esse consenso e apresentem a proposta ao governo. Havendo consenso, não tenho dúvidas que

imediatamente será publicada a portaria que vai tratar da mesa de negociação. Bem, rapidamente, como trabalhadores, a nossa ideia e temos o consenso da questão da importância da instalação da mesa de negociação. Se para o governo está chegando alguma informação divergente, acho que a finalidade, a intenção de todos é a mesma. Talvez, até como uma sugestão, o segmento dos trabalhadores e o de suas podem sentar, a gente pode participar de uma reunião para que, se houver algum ruído, seja retirado e a gente possa evoluir, porque é muito desconfortável também ser responsabilizado o segmento, como se nós não estivéssemos abertos. Então, na intenção de corrigir qualquer ruído, eu, como trabalhadora, me autorizo aqui, não só como conselheira, mas atualmente como secretária executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores, já nos coloco à disposição para sentarmos e podemos fazer os esclarecimentos necessários, que é o que a gente pode fazer nesse momento. Só esclarecendo, conselheira, não estou responsabilizando o segmento. Até queria fazer uma prova de caminhamento, de quando a pauta chegar novamente para a presidência ampliada, que a gente possa fazer uma discussão, talvez, com todos os trabalhadores do Conselho, todos os representantes trabalhadores, junto com a presidência ampliada, para que a gente não tenha mais nenhum tipo de ruído. Porque o que acontece é isso, é que a gente chega e, quando chega com uma proposta, não é isso. Então, a gente tem que ter um consenso, o consenso é nesse sentido. Então, já que existe o consenso, ótimo. Se existe o consenso, eu acho que a gente tem que validar esse assunto na presidência ampliada, incluindo todos os trabalhadores, todos os conselheiros que representam os trabalhadores na presidência ampliada. Se vocês concordarem com esse caminhamento... Estamos à disposição, com certeza. Margarete. História sempre nos conduz e tem conselheiros novos, o próprio governo é novo, dizer que o consenso entre os trabalhadores, inclusive do EFNT Suas, porque fomos nós conselheiros aqui que criamos o EFNT Suas, e o Fante veio depois, dizer que sempre teve consenso dos trabalhadores. Inclusive, nós éramos da comissão de mesa de negociação dentro do EFNT Suas. Então, inclusive, presidente, já teve a portaria convocando os membros da Mesa Nacional de Negociação. Já tiveram várias reuniões e seminários com os representantes dos trabalhadores. O que nos surpreende é onde, em que momento, esse percurso foi para outro momento, porque já sempre teve acordo. Então, não podemos nós, enquanto trabalhadores, sermos culpabilizados, vamos dizer assim, de que tem que haver consensos aqui. Consenso sempre teve, porque nós sabemos quem senta numa mesa para representar trabalhadores, nós sabemos que esses que estão sentados precisam ouvir todos os segmentos, precisam ouvir todos os trabalhadores, porque nós somos mais de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras que estão nesse Brasil precarizado, que, enquanto nós não

instalamos a mesa nacional, isso está refletindo nos estados e municípios onde o SUA está sendo sucateado e os trabalhadores precarizados. Então, deixar bem claro a responsabilidade política que nós temos aqui, enquanto temos que representar os trabalhadores em nome das nossas entidades que fomos eleitos para estar aqui nesse local. É isso, deixar claro para os trabalhadores também que nos ouvem nas redes sociais. Obrigado, presidente. Mais alguém? Novamente, é importante que tenhamos, de fato, um alinhamento em relação a essa discussão, porque é uma discussão onde nem sempre os trabalhadores são representados por sindicatos. Então, o fórum é um espaço mais amplo, os coletivos, não só o fórum, mas todos os coletivos de organização de trabalhadores são importantes nessa discussão, por mais que o sindicato tenha o papel oficial de negociação. Mas os fóruns são espaços de discussão e são espaços de fomentação desses trabalhadores. Então, de novo, nos colocamos aí na construção coletiva ampla e diversa desse espaço. Ok? Mais alguém? Então, podemos encaminhar essa questão, acho que é solicitar o DG Suas, solicitar o DG Suas a proposta de minuta a proposta de minuta da portaria. Da portaria. Outro encaminhamento é a reunião dos trabalhadores, segmentos trabalhadores, trabalhadores com DG Suas e validar o assunto na presidência ampliada, convocando todos os representantes do segmento de trabalhadores do CNAS. A proposta é essa, que no dia da reunião, além da presidência ampliada, que já tem a presença de trabalhadores, que a gente convoque as seis. De acordo com esses encaminhamentos, está aprovado. E vamos lutar para que, em fevereiro, a gente institua isso de uma vez por todas. Fogos e vocês pagam ainda o lanche. Vamos lá. Denúncia. Denúncia contra a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, Centro do Município de Santarém, recebida em 20 de outubro. O demandante relata as situações ocorridas na Secretaria, com perseguições sistemáticas, violência institucional e assédio moral contra o serviço público, servidor público efetivo, fazendo com que fiquem debilitados fisicamente e psicologicamente, prejudicando a prestação do serviço público. Além de relatar que os prédios onde funciona o CRAI, centros de pop, abrigos, estão em situação precária e insalubre, prejudicando os servidores e usuários do serviço, além da precariedade do envio de recursos materiais, mesmo contando com o assentamento para tal. O demandante enviou um e-mail no dia 9 de dezembro, onde cobra uma atuação do CNAS, pois a gestão criminosa do município continua praticando seus crimes abertamente e livremente, sem qualquer pudor, com quaisquer pudores. O demandante também solicitou uma reunião urgente, de modo virtual, com a presidência do CNAS. No dia 6 de setembro foi enviado ofício ao CESPRA para apuração do que foi relatado e, posteriormente, retorno a este CNAS dentro de 30 dias. Mas, até o momento, a gente não teve retorno. Então,

o encaminhamento da PA foi cobrar uma resposta ao CESPRA, informar o denunciante que foi cobrado a resposta ao CESPRA, ressaltando as atribuições do CNAS e enfatizando que não cabe ao CNAS investigar crimes e sugerir que envie denúncia para os órgãos competentes, Ministério Público Federal e Polícia Civil. Aproveitando aqui, só para informar, trazer mais algumas questões, é um caso delicado, em que é uma denúncia anônima inicialmente, depois, a pessoa que faz a denúncia acessa o nosso WhatsApp institucional, de uma maneira um tanto complexa, depois a pessoa diz pelo WhatsApp quem é, e aí solicita, a gente não pode ter uma reunião virtual, só esclarecendo isso, sem a gente saber, sem ter todas as questões colocadas e não cabe a nós, neste caso, fazer essa se trata de um crime, o crime tem que ser apurado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil e não pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Então, as nossas providências foram tomadas e deixar isso bem claro, inclusive também ressaltando que o último e-mail encaminhado pelo denunciante, é um e-mail que acusa o CNAS de uma maneira complexa, um pouco até leviana, eu entendo, e que nós também não podemos admitir esse tipo de situação, então nós estamos tomando, dentro dos nossos ritos, todas as providências que são necessárias para que o caso seja solucionado, então deixar isso bem claro aqui também. Conselheiro Regis. Só sugiro fazer uma correção ali, porque a matéria em si não é pelo Ministério Público Federal, é pelo Ministério Público Estadual. Exatamente, é estadual. Acho que é bom a gente colocar... Mas aí é o Ministério Público... É importante a gente colocar isso, porque a gente sempre tem acolhido todas as demandas que chegam de denúncias, só que com muito cuidado, porque, de fato, tem um papel que cabe ao CNAS e um papel que cabe aos órgãos competentes para tal. Então, nós não temos esse poder de polícia para investigar e, obviamente, jamais a gente vai coadunar com nenhuma prática ilícita, o que prejudica o trabalhador, o usuário, a política. Acho que essa é uma questão importante. Então, aprovado. Informes. Ofício Circular número 107-2024 da Secretaria Nacional de Ciências Sociais, recebido 21 de outubro, onde encaminha para ampla ciência e divulgação dessa unidade, Ofício Circular 140 do Gabinete do Ministro, que refere essa atual escassez de recursos e ao tempo restante para o encerramento do exercício atual, para solicitar a reavaliação de agendas externas que possam surgir neste período e que necessitem emissão diárias e passagens. A orientação justifica-se pela necessidade de otimizar recursos disponíveis e assegurar que as despesas sejam efetivamente essenciais e autorizadas. Acusar o recebimento e repassar para os conselheiros. Algum comentário? Aprovado. Indicação de membros externos para participar de comissões na reunião de alinhamento com os coordenadores das comissões indicaram os nomes os nomes indicaram nomes a mais e farão e farão uma reavaliação para ficar apenas duas indicações de

membros externos da sociedade civil, duas do governo e enviarão à secretaria executiva para serem inseridos na memória da presidência ampliada no momento da sua leitura no pleno. As definições dos membros externos para as comissões serão realizadas nesta reunião ordinária de dezembro. Encaminhamento para a plenária Desculpe, agora a gente vai fazer a leitura, então lembrando, esses membros externos são aqueles membros que são previstos no nosso regimento interno para compor as comissões, que são pessoas que vão participar de maneira online quando possível em outra atividade presencial mas, via de regra, eles participam de maneira online, a não ser quando residam em Brasília mesmo. Então, as comissões indicaram, as indicações das comissões de cada duas sociedades civis e duas do governo, e a gente tem que validar agora na plenária, são as seguintes para a comissão de política e assistência social, indicação da sociedade civil, Leonardo Cury Martins e Maria Aline Gomes Barbosa Indicações do governo, Denise Collin e Anderson Lopes Miranda Não precisa aqui dizer quem são as pessoas, acho que lei currículo não precisa dizer, já está tarde, todo mundo conhece as pessoas que estão aí. Norma de assistência social Tereza Cristina e Leila Pisato, indicação da sociedade civil e Renato Francisco dos Santos de Paulo e Rosângela da Silva Ribeiro, que é da CNM, pelo governo. Financiamento e orçamento Antônio Moroni, que é do Inesc e Juscemara Beltrame, pela sociedade civil, e Marcelo Sebastião e Ana Carine, do Nascimento Feitosa, pelo governo. Acompanhamento aos conselhos de assistência social. Quem fica aí? Tinha vários nomes. Tinha vários nomes, mas ficou Edivaldo Bernardino e Eleonora Schettini, porque Luiza Mesquita tem outra. Leila Pisato também. Então, Edivaldo Bernardino da Federal do Paraíba e Eleonora Schettini, que é de Minas Gerais, e Luziel Tapajós e Itana Maraguedes, que é Luziel Tapajós de Santa Catarina e Itana Maraguedes da Secretaria-Geral da Presidência da República. Shirley, quer falar? Agora? Não. Benefícios aos assistenciais de transferência de renda. Leila Tomazin, Cátia Regina Mendes, pela sociedade civil, Maria José de Freitas, que é Zezé, e José Cruz, que é ex-diretora, e José Cruz, que é de Minas Gerais, pelo governo. Controle social das deliberações das conferências de assistência social. Maria Helena Tavares e Luiza Mesquita, pela sociedade civil. Daniel Avelino, que é do IPEA, e Leonardo Avriz, pelo governo. Shirley? Presidente, é só para fazer uma observação, que o Leonardo, a gente não conseguiu retorno por telefone, e aí a gente está aguardando, não sei se... Vai ser ele ou quem ele indicar do grupo dele, não é isso? É a ideia inicial, mas a gente precisa do retorno dele. Ok, ele ou quem ele indicar. Ok? Então, encaminhamento da plenária, se todos estiverem de acordo com os encaminhamentos, aí peço só que aguarde a confirmação do Leonardo Avriz, ou do nome que ele indicar, para poder fazer a publicação, não é isso? Vai publicar, não é? Ok? Todos de acordo

com as indicações do governo e sociedade civil? Plenária, a Aurora pede a palavra. Ok? Rapidamente. Por favor. Bem rapidamente, só queria reafirmar que nada contra nenhuma indicação, nenhum nome, mas... Não está escutando. Melhorou. Novamente, acho que assim, nada contra os nomes e as indicações que foram feitas, mas, lembrando da importância deste conselho, e nessa nova gestão, a gente ter oxigenação com outras pessoas participando, com outras indicações. E aí temos de novo o Edivaldo Bernardino e a Eleonora compondo por dois anos, porque o mandato vai ser de dois anos, o acompanhamento deste conselho. Precisamos renovar e ter novas forças, novos pensamentos, novas pessoas, oxigenando mesmo e dando qualidade a esta discussão. É isso. Ok. Obrigado. É isso. Acho que está diversificada a composição como foi colocada. Temos outros nomes que nunca participaram do conselho, pessoas que já participaram do conselho e de outras instâncias da assistência social. Acho que são pessoas que têm experiência no campo da assistência social e estão sendo validadas aqui no conselho. No conjunto que temos aqui, no conjunto que está sendo aprovado aqui, acredito que temos uma diversidade de pessoas mais antigas e pessoas mais novas dentro da composição que está se colocando para compor as comissões. Lembrando que é uma experiência nova no conselho, uma inovação que estamos fazendo também, de ter a colaboração mais técnica mesmo dessas pessoas nas comissões, lembrando que essas pessoas não têm direito a voto, não são conselheiras, vão trazer uma colaboração técnica. A responsabilidade de decisão no conselho continua sendo dos conselheiros. O apoio que essas pessoas vão dar é um apoio muito mais técnico nos debates que surgirem nas comissões. Mais alguma questão? Então, aprovado. Informe sobre convites apreciados pela presidência ampliada. Informe de caminamento das reuniões das comissões de deliberação. 18.1, Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, Ofício 72 da SNES-DRSP. Regulamentação e fiscalização das entidades e hostes da assistência social para serviços para pessoas com deficiência. Isso já foi lido ontem. Então, levar em consideração a inclusão do ponto de pauta da apresentação da pesquisa. Eles sigam até morrer, realizada pela Human Rights, na reunião do SNES em fevereiro de 2025, tendo como convidados, além da Human Rights, o TCU, a conjuntura do MDS e o encaminhamento, a sugestão é aprovar. Algum comentário? Aprovado. Encaminhar a comissão de normas ou solicitação para que inclua a revisão das resoluções SNES, número 14, mais detalhamento sobre a fiscalização das entidades e organizações da sociedade civil e da assistência social em caráter de prioridade. Sugere-se aprovar. Algum comentário? Aprovado. Comissão de normas, finalização e sistematização das contribuições à consulta pública da resolução 27, encaminhamento da PA, propor reunião conjunta da Comissão de Normas e da Comissão de

Política para segunda quinzena de janeiro, dias 16 a 17 e 20, 21 virtual, encaminhamento da PA, a reunião será apenas com a Comissão de Normas e de Janeiro. A gente mudou isso ontem, não foi? Definiu a data, que será dia 22, e também que a Comissão de Política será convocada. Ajustar aí. Isso. Ok. Ofício CG... Então, mais alguma questão? Aprovado. Ofício CGMAS AMVE, solicitação de orientações referentes à nota técnica SNAS 25, pautar o debate na reunião conjunta de normas e CP para produção de orientação e revisão da nota técnica e adição de resolução sobre o assunto. Sugere-se aprovar. A Secretaria Executiva sugere definir data e horário da reunião conjunta. Eu sugiro que seja definido na reunião de fevereiro da Comissão, ok? Já estamos com muitas pautas aí, em janeiro. Eu vou sugerir que na reunião conjunta de janeiro defina a data. Estão de acordo? Ok, então, aprovado. Só lembrando que é o assunto da nota técnica 25 que trata das casas de passagem, que a gente já debateu ontem também aqui. Alteração de resolução SNAS número 100 que dispõe sobre diretriz para estruturação e reformulação do funcionamento dos conselhos. Solicitar a reunião conjunta da CAC e Comissão de Normas no mês de fevereiro. A reunião conjunta será realizada em março. Ok? Aprovado. Comissão de Política. Observação. O parágrafo 2º do artigo 32 traz que os membros externos permanecerão nas comissões temáticas no período do mandato dos conselheiros que integram estando sujeitos aos mesmos deveres da comissão. A Comissão de Política solicita a PA, esclarecimento dos conselheiros externos entrarão no coro. Os membros externos o esclarecimento solicitado pela PA é que os membros externos não computam como coro, apenas conselheiros da comissão. Ok? Hã? Está no regimento. Hã? É, membros externos, tá? Membros externos, não é conselheiros externos. Aí. Tá? Membros externos. Prorrogação. Prorrogação da consulta pública do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitário, considerando as intercorrências que aconteceram na plataforma e com o período de recesso, final de ano e férias, a comissão propõe a presidência ampliada. Prorrogar a consulta pública por mais XXX dias. Régis. Isso, é só falar que a sugestão é prorrogar por 60 dias e que o CONANDA também já fez essa mesma consulta e deliberação no CONANDA ontem. Então, a gente já foi alinhado entre os dois conselhos, a proposta para ser igual a 60 dias. 60 dias, então, por favor. Isso, que dará até 18 de fevereiro. 18 de fevereiro. Então, acho que é prorrogar e divulgar, né? E aí, presidente, acho que a gente não vai conseguir talvez encaminhar isso agora, mas só também reforçar com todos os conselheiros que participem também pelo CNAS da consulta pública. E eu acho que a gente precisa também ter, na verdade, uma contribuição que seja uma contribuição do conselho e não individual de cada conselheiro. Entendo que talvez não esteja no momento de fazer uma proposta, mas uma das coisas que a gente pensou,

que aí eu compartilho aqui também com o pleno, né? A André e a Emilene, é de talvez a gente ter uma referência de cada uma das comissões para pensar essas contribuições e a gente ter uma contribuição única do conselho, porque também a gente não pode considerar que essa pauta é uma pauta só da Comissão de Políticas, o Plano de Conferência Família e Comunitária não é uma pauta que perpassa todas as demais também comissões. Olha o encaminhamento. A prorrogação da consulta pública será de 60 dias, finalizando dia 18 de fevereiro. Todos estão de acordo? Sim. E aí uma nova sugestão aqui, se vocês estiverem de acordo, é que cada comissão tenha um ponto focal para que a gente possa fazer essa discussão. Então tem que colocar ele. Isso, de cada comissão. De cada comissão, no caso. Apresentar as contribuições do CNAS ao Plano. Tem que ser até... Porque, na verdade, se a gente for passar pelo Pleno as contribuições do CNAS, que eu acredito que tenha que passar, talvez, pode até ser dentro do relato de uma comissão, mas tem que passar isso no Pleno de fevereiro. Isso. Não sei se agora, mas talvez a gente colocar que é até o final do dia apresentar os pontos focais. Pode ser? A Secretaria Executiva? Magalhães, tudo bem? Aldonora? Solange? Tudo bem. A gente conversa em nossa comissão. Estão todos de acordo? Solange, só para a leitura, a prorrogação da consulta pública será de 60 dias, finalizando dia 18 de fevereiro de 2025. E o outro encaminhamento é que cada... Baixe, por favor. Que cada comissão indique o conselheiro como ponto focal para apresentar as contribuições do CNAS ao Plano. As indicações serão informadas até o final do Pleno de dezembro, hoje. Ok? Podemos seguir? Letra C. Proposta de reunião conjunta da Comissão de Benefício com a Comissão de Política sobre Benefícios Eventuais em fevereiro de 2025. Aprovada na APA de outubro. Vamos lá. Já leu isso aqui? Encaminhamento. A CPS propõe que esta reunião conjunta seja adiada para março de 2025. Só destaca a BTR os documentos relacionados à temática para envio prévio aos conselheiros da Comissão de Política. Encaminhamento. Sugere-se aprovar. Algum comentário? Aprovado. Nota técnica número 22. Análise da reclamação do acolhimento institucional provisório para as pessoas e seus acompanhantes que estejam em trânsito e sem condição de autossustento durante tratamento de doenças graves fora da localidade da residência. Demandante é o CMS de Blumenau. É a mesma nota técnica 22 ou 25? É 25, eu acho. Depois eu tenho que olhar. E não é de 2024. Tenho que olhar lá. Tá? Tá errado isso aí. É 25. Depois vê isso aí, tá? Encaminhada ao Ministro da MDS. Secretário e Presidente da CNES. Encaminhamento da PA. De novembro. Ao debate pela Comissão de Política. Sugere-se que o debate seja compartilhado com o Conselho Nacional de Saúde para que se adita uma resolução conjunto estabelecendo as competências de suas e suas a exemplo do tratamento fora do domicílio. Encaminhamento.

Encaminhar a demanda para manifestação da CNES. Sugerindo a inclusão dessa temática no GT da CIT de alta complexidade. Colocar o plano de ação discussões e serviços híbridos suas e suas juntamente com o Conselho Nacional de Saúde. Sugere-se aprovar o encaminhamento da PA. Só queria encaminhar a demanda para manifestação da CNES. Direcionar aí, no caso, tem que ser para SNES DG Suas, né? Ou é para DPSE? DPSE. É, mas já manda com cópia. Porque o que acontece? Às vezes chega lá e quando vê que é questão de entidade, manda de novo o DRSP. O DRSP já encaminhou essa demanda para cá. Só para agilizar o fluxo. Entendeu? Acho que é bom colocar na manifestação dizer que chegou outras demandas. Já manda chegar outras demandas e que o DRSP já se manifestou encaminhando para o CNES. Entendeu? Só para chegar lá e não encaminhar para a gente. Está certo? Só colocar isso, encaminhar a manifestação para a CNES. Coloca ali, informando que demanda similar já chegou para o DRSP e que foi encaminhada ao CNES. Certo? Similar foi recebido no DRSP e encaminhada ao CNES. Certo? Ok. Algum comentário a mais? É aprovado. Espera aí que eu não li o outro não. A Comissão de Controlo Social. Sei que está todo mundo com fome, mas a gente já está terminando. Inclusive o presidente. Ou vocês querem interromper. Só que aí o problema é esse. A gente tem convidados. Vamos lá. Vou ligar aqui no 2X. Comissão de Controlo Social das Deliberações das Conferências da Assistência Social. Que seja realizada durante o ano de 2005 a série mensal de lives com os temas elencados das deliberações das conferências. Temas sugeridos. Controlo Social, acessibilidade. Já passou na comissão, não vou ler. Então, sugere-se aprovar. Ok. Aprovado. Apreciar a sugestão de padronização do modelo Conferir para os Conselhos da Assistência Social. Também já foi passado na comissão. Já foi aprovado também. Certo? Foi aprovado. Comissão de Acompanhamento de Benefícios. Também já passou tudo. Então, a Resolução 15 de 2024. Enviar a todos os conselheiros de saúde e saúde para leitura. A gente já fez a aprovação ontem para o encaminhamento. Então, está aprovado. Qual é a questão, conselheira? Justamente da Resolução 15. Como ela foi feita por todas as quatro comissões. Quando ela retornar da consulta pública. Quem vai fazer? Vai acompanhar o que foi colocado na consulta para consolidar na minuta? Quem vai consolidar? A Secretaria Executiva que faz a consolidação. Depois da consolidação, acho que minha sugestão é encaminhar para o mesmo grupo que fez a proposta da redação. E depois vem para o pleno. E vem direto para o pleno. A questão vai demorar muito se a gente for reunir os quatro. O mesmo grupo que foi a conselheira Andréia, a conselheira Teutália, a conselheira Ana. Foi isso? E eu. Pronto. A gente faz a sistematização e leva para Ixirley. A gente faz a sistematização e manda. Porque se a gente for esperar a reunião de comissão vai ser de novo mais três, quatro,

cinco meses para sair o negócio. Então, está certo. Tudo de acordo com o encaminhamento? De acordo. Comissão de financiamento e orçamento. Você quer falar sobre isso? Na nossa comissão, a gente tem uma solicitação, que não foi para PA, que não apareceu na nossa memória, porque a gente está conversando no grupo do WhatsApp da comissão. Toda reunião da comissão, desde quando ela foi instalada, todos os meses aparece um ou dois pontos de pautas em cima da hora, o que vem atrasando a conclusão do nosso plano de ação. A gente não consegue fechar o nosso plano de ação. E nós já percebemos que, desde ontem, já tem dois encaminhamentos que vão para a nossa comissão. Ou seja, a gente não está com um plano de ação para concluir e não consegue. Então, nós queríamos sugerir aqui, solicitar ao Pleno a possibilidade de realizarmos uma reunião pela manhã no dia 3 de fevereiro, antecedendo a reunião do CNAS, para que a gente possa fechar. Falta bem pouco, mas a gente precisa desse tempo. Obviamente que será uma reunião virtual. O Solange, é a comissão de financiamento. E na comissão de financiamento, a única que se desloca geralmente pela manhã sou eu. Mas aí eu vou pedir para me deslocar à tarde. Vou pedir para me deslocar à tarde, né? É. Eu vou ver se eu consigo, porque eu moro... Aldenura, não pode passar para o dia 2, que é uma segunda-feira? Oi? Aparecida. Aparecida, tá bom. É, dia 2, segunda-feira. Eu quero ir trabalhar até a madrugada de trabalho, não sendo eu. Então se desloca. Tá certo isso? Tá aí? 4 é... Ah, isso mesmo, é uma comissão, é dia 3, 4 e 5, 6, né? Glória a Deus. Eu vou só chegar aqui de noite. Vamos lá. Vamos lá. Aparecida. Segunda. Dia 2 de fevereiro é uma segunda-feira. Não, dia 2 de fevereiro é domingo. Certeza absoluta. Eu sei porque eu vou estar de férias. Meu último dia de férias. E é dia de Armanjá. Então, não pode ser em janeiro? É dia de Armanjá e eu faço... Mãe... É dia 2, é segunda. 31 de janeiro, não pode? 31 de janeiro? Pela manhã? Lamento. 31 de fevereiro não existe. 31 de janeiro, que eu falei. Foi eu quem falei fevereiro. 31 de janeiro, comissão. Pode ser? Tudo bem? Ana, Miguel, Frodo. 31 de janeiro, às 9 horas. 9 às 11, é isso? 9 às 12. 9 às 12. Acho que estou com dúvida de cabeça. O que? Ah, é. Aparecer para conjuiz. Está certo. Isso. Depois da sistematização do grupo, a gente manda para o pleno. Está aprovado. Bora. Next. Bora. É isso, tá certo. Realização. Vamos lá. Apresentação do capacitador específico com tema de acompanhamento e execução dos recursos do SUS e do controle social. Computador SNAS. Sugeriu reuniões regionais e serão realizadas aprendizagens de capacitadores. Não vai ter regional ano que vem. Não. Vai ter regional, mas que vai ser no formato de conferência livre. Com outra metodologia. Então... Hã? Não, solicitar, colocar o ponto para discussão em fevereiro. Rediscutir na comissão em fevereiro. Ok? Isso. O ponto na comissão na reunião de fevereiro. Isso, na reunião de comissão em fevereiro. Realização da

capacitação da meta 8, capacitação dos conselheiros da comissão com realização em fevereiro de 2025. Encaminhar para o DFNAS o cronograma da meta 8, capacitação dos conselheiros de comissão com realização em fevereiro de 2025. Verificar a capacitação será realizada na comissão ou no pleno? Sugere-se aprovar. Secretaria Executiva, capacitação sugerida será na comissão ou no pleno? No pleno. No pleno não, na comissão. Na comissão. Não é melhor? Era para todos nós. Ah, então é no pleno. Então, no pleno. Incluindo o pleno de... Poderia voltar só um pouquinho aí? Sim. Encaminhar para a DFNAS? É. Para a diretoria do fundo. É porque eu não entendi aí a direita. Não, é porque é o fundo capacitar, não é isso? É o fundo capacitar os conselheiros com relação a isso. A meta 8, certo? Tá certo. E aí a gente está colocando aí que sugere-se que a capacitação seja realizada para o pleno, não é isso? Ok, obrigado. A capacitação... Em fevereiro eu estou achando... Fevereiro... O que foi o combinado, Leonor? Foi em fevereiro vocês vão fazer o cronograma, certo? E aí... Ah, ok. Aí eu acho que convida já o fundo para participar da elaboração desse cronograma para ver a viabilidade, porque não adianta fazer a... Não é isso? Convidar o fundo para participar da reunião para poder elaborar esse cronograma. Isso. Ok? Ok? Todos de acordo? Vamos lá. A gente vai conseguir. Aprovar a resolução que dispõe sobre os critérios transferentes de recursos pelo Ministério... Isso aí já foi aprovado, não é? Então não precisa ler de novo. Tá aprovado aqui, ok? Aprovado. Reunião extraordinária da Comissão de Financiamento, já foi aprovado. Conferência livre da Ciência PA quanto ao envio de propostas, diretrizes e procedimentos para a realização das conferências livres para serem remetidas à Comissão Organizadora. Ciente, a gente lembra que só será apresentado ao pleno o relatório final do GT das conferências livres. Então, no mês de fevereiro, a gente vai aprovar o relatório final com as recomendações feitas pelo GT, não é isso? Ok? Aprovado. Convidar o CNS para o GT de conferências livres 30 de janeiro de 2025 das 9h30 às 12h em todos os encaminhamentos da PA. Convidar também o Ministério de Ciência e Tecnologia que realizou conferências livres durante a 5ª Conferência Nacional e convidar a PA para a reunião no dia 30 de janeiro. Ok? Aprovado. Pauta da trigésima e trigésima quinta reunião do CNAS fevereiro de 2025. Glória a Deus. Vamos lá. O último ponto. Vocês entendem porque a gente fica até 9h30 da noite aqui? E que cada ponto desse rende, não é assim? Então, 4 do 2... Aliás, agradecer aos préstamos do conselheiro Regis, conselheira Schirle, que nos salvaram na última reunião. Que trouxeram o lanchinho para nós. 4 do 2 de 2025, reunião de comissão. Reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 5 do 2 de 2025, reunião de comissões. Comissão de política, acompanhamento dos conselhos, benefícios transferentes de renda, controle social, normas e

financiamento. 16 a 18. Isso é um negócio que nunca acontece. Fica na pauta, mas na prática. Reunião da Presidência Ampliada do CNAS. 6 do 2 de 2025. Trigentésima e trigésima quinta reunião ordinária. 8h30, 10h30 reunião interna de alinhamento de representantes. Lembrando que é aquele pedido de duas horas que foi feito. 10h30 às 10h45 aprovação da ata e da pauta. 10h45 às 12h apresentação da pesquisa, eles ficam até morrer. Convidado de Human Rights Watch. Tem outros convidados aí. Conju e... Conju e... TCU. TCU. Regis. Também no alinhamento, porque seria duas horas para fazer alinhamento conjunto. Não. A sociedade civil pediu duas horas. Ah, é? Então tem que corrigir ali. É uma hora de cada segmento. E uma hora conjunta. Conjunta da sociedade civil, né? Não, gente. Então precisa constar isso na pauta. A gente só tem um acordo interno nosso aqui, que alinhamento só que uma hora vai ser. Agora, por favor, vou pedir também isso. A gente não está conseguindo nunca terminar os alinhamentos no horário. E aí começando a reunião muito atrasada. Então eu peço que, por gentileza, a gente cumpra com o horário do alinhamento. Porque é isso. De chegada e do horário de término, né? Porque a gente sempre está entrando pelo menos meia hora a mais. Pelo menos. Então, por favor, eu peço encarecidamente que em fevereiro a gente respeite o horário de término, mesmo que não dê para ter alinhado todos os chakras, deixa algum para alinhar na hora do almoço, de noite, no bar, algum lugar, né? Assim. Então, mas aí a gente seguir esse, ok? Alinha o plexo solar que dá tudo certo, no coração. Vamos lá. 14 às 15. Apresentação do Plano Nacional Pena Justa e seus sobramentos. Convidado Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas Pena Justa do Ministério da Justiça. 15 às 16. Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho para debater os procedimentos das conferências livres. 16 às 17. Relato da reunião da Comissão de Controlo Social das Deliberações das Conferências. 17 às 18. Relato da reunião da presidência ampliada. Aqui não vai dar tempo, né? Eu acho melhor já colocar a presidência ampliada para o segundo dia. Sinceramente, só abrir outra comissão para ir. Ah, tá. É, mas aí não dá tempo também colocar uma hora para isso. Não vai dar tempo. É melhor colocar no dia seguinte. Não, eu tô falando o relato da APA ficar o último ponto de pauta. Geralmente não dá. Eu acho que é ruim colocar. É melhor deixar como o segundo do dia seguinte a APA. Sobe a comissão de política. É, vai. Sobe a comissão de política e bota a APA aí como o segundo ponto de pauta. Ok? Sobe a comissão de política para o primeiro dia. E coloca a APA como sendo o segundo ponto de pauta do segundo dia. Isso. Porque a gente já sempre muda mesmo. E aí coloca a APA aí. Certo? Porque, inclusive, tem muita coisa que a gente já passa na APA direto que não precisa estar depois. É. A não ser que a gente coloque a APA, só a APA à tarde e todas as comissões

no dia seguinte. Se for colocar só a APA à tarde aí tudo bem. Das 16 às 18 APA. A gente gasta duas horas pra APA. Não adianta. O relato da APA. É muita coisa. Pode ser assim então. Coloca 16 às 18 APA e as demais comissões todas no dia seguinte, ok? Sim, porque nós temos um convidado no outro dia. É. 16 às 18 APA E aí as demais comissões todas no dia seguinte. É? Ah, eu não sei. Vai dar certo, Sanara. Uma hora pra cada um. Ah, pra variar, o nosso tá lá na última. 7 do 2. 9 às 10. Apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS e relação com suas. Convidado. Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria-Geral da Presidência da República. 10 às 11. Relata a Comissão de Financiamento. 11 às 12. Relata a Comissão de Normas. 10 às 12. Relata a Comissão de Acompanhamento dos Conselhos. Volta aí. 11 às 12. Isso aí. 14 às 15. Comissão de Acompanhamento. 15 às 16. Comissão de Acompanhamento de Benefícios. 16 às 17. Comissão de Política. 17 às 18. Comissão de Controlo Social. E não tem horário pra informe, né? Mas... Deixa ela aí e a gente resolve, ok? Os informes... Bem, se tudo fluir como está fluindo nessa reunião aqui, a gente dá conta de tudo, né? As duas últimas reuniões a gente deu conta, né? Então, vamos ver. Ok? A gente vai subindo e vai vendo se vai dando certo. Só que a gente tem muitos convidados nessa primeira reunião, né? Essa é a questão. São três convidados diferentes. Está com horário bom. Vamos lá. Ok, então. Algum comentário? Todos aprovam a pauta? Está aprovado. Muito obrigado. Finalizado o relato. Vamos ao almoço e podemos voltar então às 14... Nós temos reunião. Meio dia a gente tem reunião. Já passou. Então, vamos às 14h30. Pode ser? Voltamos às 14h30, ok? Menos que isso é impossível. Segurança alimentar tem sorteio à tarde. Enquanto almoço, eu sempre almoço rápido. Mas é, o almoço está sempre rápido. Não, eu não vou...

Dia 13/12/2024 Tarde:

Agradeço. Eu já achei que ia ser difícil conseguir alguém, só que eu vou pedir para a gente uma extraordinária da comissão, porque como é que nós vamos fazer essa reunião, né? E a gente combina uma data. Ô Thaís, vem cá por favor só um minuto, pode? Thaís, sobre essa deliberação de hoje de manhã, que a gente precisa ter um ponto focal. Daí a comissão tem que se reunir para tirar um parecer sobre o plano, não é isso? Sobre o plano da consulta pública do plano da... Da que eu ouvi dizer? Da comissão. Viu, Eduardo? É olhar da comissão. É isso que eu estava te explicando, a Thaís está confirmando. E aí... E aí a gente pode fazer na nossa comissão, vou colocar na pauta, vou ter que puxar uma extraordinária. Mas daí tu tem que já pedir uma extraordinária aqui e nós combinamos a data. Mas daí já agora, né? É. E a minha

mão fica seca, seca. Oi, Solange. Oi, Thaís. Como você está? Estou bem, bem na luta. É. Conselheira Solange, tudo bem? Aqui é o Paulo da Vigilância. Oi, Paulo, tudo bem? Tudo bom, Conselheira? Como você está? Estou bem, muito bem. Bom ver você também, viu? Faz tempo que a gente não se conhece. É, muito bem. Não sei, mas... Só que não é que o Pedro já assumiu a política, né? Eu nem chego lá. É. É. Que bom, eu estou na comissão de benefícios. Ah, de benefícios. Ah, então por isso. Porque eu continuei mais na política. É. Eles assumiram, eu saí de lá. Aí migrou, né? É. Mas o benefício está dando trabalho. É. O conselheiro é o donato que dita, né? É. Mas a gente vai chegar no final, né? Isso aí. Mas bom que o senhor está aqui, né? Ah, muito bom, Conselheira. Obrigada. Um abraço para a sua filha, viu? Obrigada. Ela também está de almoço demais, né? É que a minha mãe também, a idade almoçou. E aí é ela que tem ficado com a mãe. Que é ou ela ou eu. Para ficar com a cuidadora, né? Deve ficar difícil. Não dá para deixar ela sozinha. É. Seja bem-vindo. Obrigado. Tem coro. Olá. Já está transmitindo, não? Já? Está online? Ana. Olha o grupo. Não, Eduardo. É, só que é assim. A gente tem que resolver se vai precisar da extraordinária que tem que pedir hoje. Para analisar esse burro. Ele conhece o burro. Ele tem conhecimento da matéria. Não sei, você decide. Eu não vou meter, não. Não, a gente coloca. Se tiver acordo entre vocês, a gente coloca. Tem que medir. Para a gente não vai servir, porque é uma passagem a menos, né? É a melhor. Já penso logo nisso. Se for, não vai dar. Se vocês tiverem acordo, da minha parte, não tem como. Só que tem que ter uma clareza de que ela não estará representando... Digo, muitas dessas coisas. Ela não está representando trabalhadora, pesquisadora, para escrever as coisas. Tem que deixar isso claro. É porque você já indicou exatamente. Ela está ali naquele grupo. Ele indicou ela para escrever as coisas. Tem que deixar isso claro para não dar problema, viu? Boa tarde. Senhoras e senhores conselheiros, quem nos acompanha online. Não precisa fazer chamada de quórum não, né? Já tem. A Secretaria Executiva já nos avisou aqui que estamos com quórum. Há alguns outros conselheiros em deslocamento, que estão para chegar. E continuando aqui a nossa... trigintésima, trigésima, quarta reunião ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social. Agora, à tarde, nós estamos com três pontos de pauta para a conclusão da nossa reunião. Que é, agora, um ponto que foi solicitado pelo conselheiro Ricardo, do Congemas. Que é sobre a questão do funcionamento dos censos suas. E foi solicitado ontem que nós convidássemos a Secretaria Executiva, a STI e o DG Suas, né? Para, enfim, prestar esclarecimentos e sair com alguns encaminhamentos que estão postos aqui. Então, eu já agradeço a presença aqui do Gustavo Alves Lima, nosso chefe de gabinete, né? Aqui da Secretaria Executiva da MDS. Agradeço a presteza de estar aqui conosco. A gente sabe que todo mundo tem umas agendas

muito complexas. E a solidariedade também de estar aceitando o convite para estar aqui conosco. Ao Avelino Filho, que é também nosso secretário da STI. E à diretora Clara de Sá, diretora do DG Suas, que está aqui acompanhada também com o Paulo, né? Que é nosso coordenador geral, que também é responsável pela temática. Então, só para a gente seguir o rito aqui, eu passo muito... E aí, peço que a gente seja breve, por favor. Porque tanto nós do Conselho temos outras agendas, como também os convidados. Então, eu peço para que o conselheiro Ricardo, que solicitou a pauta, né? Faça uma breve introdução. E aí, a gente pode passar a palavra para os convidados. Em seguida, abre para os conselheiros, ok? Bom dia. Boa tarde, né? A gente está no pique da manhã. Boa tarde a todos, a todas. Ricardo Marques, secretário de Assistência Social da nossa cidade de Lourdes. Presidente do Colégio Emma Sergipe. E aqui, represento o CONGEMAS. A nossa demanda a este conselho se deu por conta dos sucessivos problemas que os municípios têm enfrentado no que se refere à utilização dos sistemas de gestão, podemos assim dizer, do MDS. Tivemos problemas gigantescos inicialmente com o processo da prestação de contas. Nós passamos aí quase que 30 dias sem conseguir acessar o sistema, os seus webs. Agora, nós estamos enfrentando, e isso tem nos preocupado veementemente, e o CONGEMAS tem sido cobrado diuturnamente por todos os secretários e secretárias de Assistência Social no que se refere aos censos suas. É importante ressaltar que nós estamos em um ano de encerramento de gestão. Estamos aí há quase que, hoje, 13, 17 dias de encerrar o ano. E até hoje nós não conseguimos acessar os sistemas dos censos suas para além desse problema, presidente. A gente sofre o ano todo no que se refere a acesso de sistema, seja de acessar o SISC para alimentar, seja, por vezes, de tentar acessar a casa de suas. Então, a gente vem enfrentando já há algum tempo, e um tempo muito longo, dificuldades extremas de acesso aos sistemas do MDS. E isso tem sido prejudicial. Por exemplo, nós passamos aí quase que, aliás, o senhor me corrija, diretor. A gente passou quase que um ano sem conseguir acessar o SISC. Sem conseguir inserir, sem conseguir alimentar. Ah, mas vocês não estão tendo prejuízo. De certa forma, tem, porque se você coloca mais gente, você se recebe mais. E para quem não está atendendo, estará ótimo, porque o recurso está mantido. Mas para quem está fazendo um trabalho correto, o sistema tem feito uma falta extrema. E nós precisamos de uma resposta do Ministério. A gente fica o tempo todo cobrando dos diretores, cobrando do secretário nacional, que então, mas a gente precisa de uma posição do Ministério. Esse problema de acesso aos sistemas tem prejudicado diuturnamente nosso trabalho lá na ponta. E o extremo chegou agora. Chegou o extremo. Com a prestação de contas, nós perdemos aí, a gestão perdeu 30 dias, que nós podíamos estar adiantando os processos,

dados que é um ano de encerramento de gestão. Por mais que os municípios, alguns municípios, uma grande maioria dos municípios tenham sido reeleitos, mas eles precisam encerrar esse ciclo e começar o outro ciclo, o fato do prefeito ser reeleito não significa que a equipe da assistência social vai permanecer. Então, isso tem gerado um transtorno, uma inquietação nas nossas secretárias e secretários. E nós precisamos de uma posição concreta do Ministério. Isso precisa ser solucionado. Resolve suas web. Aí agora deu problema no senso suas. Como vai ser se nós não conseguirmos daqui até 30, vamos tentar trabalhar até 30 de dezembro, colocar o senso suas no sistema? Como é que a gestão que não está, que vai assumir em janeiro, vai responder uma coisa que ela não vivenciou, que ela não acompanhou? Qual vai ser o nível de fidedignidade desses dados? Então, assim, não é um problema de agora. Agora estourou. É importante dizer isso, que não é um problema de agora. Não adianta dizer que não foi um problema pontual com os suas web, está sendo agora o consenso suas. Não é. Os problemas de acesso aos sistemas do MDS têm sido constantes e têm impactado, presidente, no nosso dia a dia lá na ponta. Eu queria dividir minha fala, presidente, se o senhor assim permitir, com o FONSECAS também, com as colegas do FONSECAS, que acredito que elas também têm algo a acrescentar. Ok, secretária ANTÔNIA. Obrigada. Boa tarde a todos e todas. Ratificando a fala do conselheiro Ricardo, e eu falo como FONSECAS mesmo, representando as secretarias estaduais em relação a essa pauta. Então, é só ratificar exatamente o que o Ricardo tem colocado, não vou repetir. Como secretária de Roraima, hoje, por exemplo, nenhum dos meus municípios conseguiu finalizar o formulário. E Roraima ainda tem um problema de internet. Então, é só ratificando que nós temos que encontrar uma solução, vai ter um prazo mais estendido. Como resolver essa questão? Nós sabemos da importância do Censo Suas para todos nós. E é isso, como FONSECAS, é o que eu tenho a dizer em relação a essa pauta. Conselheira GIOVANNA, quer colocar alguma questão? Não? Ok, então acho que a gente pode escutar inicialmente o Gustavo. E aí, quem quiser se inscrever, peço que levante as plaquinhas já, para a gente ir agilizando as inscrições. Peço apoio à secretaria executiva para ir fazendo as inscrições, ok? Boa tarde a todos, todas e todos. Para nós é uma imensa alegria poder participar desse diálogo. Então, o convite para participar desse fórum, que a gente considera o principal fórum de interlocução e articulação da assistência social do país, é uma imensa alegria e uma honra poder participar aqui, representando a opinião do Ministério. Quiseramos nós termos vindo para discutir outros temas que não os problemas que a gente tem, que a gente está enfrentando. No caso especificamente do Censo Suas, o secretário Ricardo e a secretária TÂNIA foram muito enfáticos de colocar que esse não é um problema novo, nem é um problema específico, nem pontual. Faz

parte de um processo e que, dado o prazo exíguo de preenchimento até 30 de dezembro, há uma emergência na solução desse problema. Para contextualizar, nós, quando assumimos em 2023, encontramos um PEC tecnológico extremamente defasado, por N motivos, inclusive processos de compra que tinham sido interrompidos durante o processo da pandemia, pela própria pandemia. Mas, para dar um exemplo mais robusto, a principal hardware que o Ministério usa, que é o Teradata, estava vencido, a empresa deixou de nos dar manutenção em 2017. Não havia mais cobertura de manutenção e não se fabricava mais esse equipamento desde 2019. Então, a gente canibalizava peças pelo mundo inteiro de outros equipamentos para poder manter a máquina funcionando. Nós fizemos um processo desde 2023, temos feito um investimento massivo na recuperação tanto da estrutura física quanto da estrutura lógica do Ministério, porque esse problema era previsível. Embora, além dos detalhes do preenchimento de outros serviços, dos gestores municipais, das organizações, dos CREAs, dos CRAs, nós tínhamos uma ameaça concreta que pairava sobre os principais programas do Ministério, entre as quais o Bolsa Família. Havia possibilidade concreta de que o sistema tivesse inoperância, tivesse variações ou tivesse instabilidades, ou, pior, tivesse fragilidades de segurança que permitissem a sua infiltração ou permitissem o seu corrompimento. Então, nós fizemos esse esforço e estamos ainda nesse esforço. Efetivamente, na questão do Censo Suas, a gente tem acompanhado, o DG Suas tem nos alertado, tem feito uma série de gestões, as equipes técnicas do Ministério têm acompanhado. Desde ontem, a gente instalou um grupo especial para poder fazer esse acompanhamento já na perspectiva de que é uma emergência, não é uma solução que demande prazos e procedimentos comuns. Então, a gente está fazendo um acompanhamento para e passo e conseguimos visualizar, entre outras falhas, uma falha de sobrecarga de acesso. Dentro dessa perspectiva, ou seja, a porta é muito pequena para a quantidade de demandas, de requisições que estão entrando. Então, a gente está requalificando a máquina desde ontem. A ideia é que esse é um plano A, mas que não compromete o nosso plano B. O plano B, para resumir aqui do ponto de vista técnico, é programar uma outra máquina virtual especificamente para acesso às demandas e requisições que virão do DG Suas, e a máquina que já está operando está sendo redimensionada do ponto de vista físico para que possa absorver essas demandas. Além disso, nós percebemos também que há necessidade de abrir um canal específico para que as prefeituras, as organizações e os estados possam entrar em contato conosco para manifestar os problemas. Então, a gente está abrindo um e-mail. Vou deixar aqui escrito, mas vou já dizer qual é, para que vocês possam passar. A partir de amanhã, ele vai receber todas as demandas, porque, para nós, é um acompanhamento de 24 horas sobre

todas as demandas que surgem disso, porque há nosso interesse de que, como disse o secretário Ricardo, haja fidedignidade dos números, que possamos utilizar a maior número de informações com a maior qualidade possível. Então, o e-mail é reclame.censussuas.gov.br. Vou repetir aqui, reclame.censussuas.gov.br. Isso evita que as demandas possam ser passadas para diversos setores e demorem ou atrasem ou tenham perda de informação para chegar à equipe técnica. Esse é o e-mail da equipe técnica, que está responsável por fazer essa gestão, que, na nossa opinião, é uma crise do ponto de vista técnico, do ponto de vista tecnológico, e que estamos debruçados e dando 100% da atenção para que isso não atrapalhe ainda mais. E, por fim, há a demanda que esses sistemas todos que o secretário Ricardo e a secretária Tânia comentaram estão em constante aperfeiçoamento. Estamos trabalhando sem descanso para que todas as demandas tecnológicas, todas as demandas que sejam feitas pelos municípios e pelos estados, possam ser atendidas. Por uma questão do ponto de vista administrativo, porque é o desenho institucional, mas, mais do que isso, por uma questão de decisão política. Temos claro que a assistência social é uma das áreas que enfrenta uma ameaça permanente de invisibilização. O trabalho da assistência social no país é um trabalho que enfrenta inúmeros desafios, inúmeros preconceitos, inúmeras posições políticas que, muitas vezes, atrapalham o trabalho na ponta. E nós, o Ministério do Desenvolvimento Social, não temos nenhum tipo de atividade fora de Brasília. Não temos uma subsédia, não somos o Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação ou outras entidades que têm projeções. Dependemos essencialmente da mobilização da sociedade, dos municípios, dos estados. Então, para nós, é fundamental que essa relação seja uma relação absolutamente tranquila e uma relação que possa nos ajudar a superar os desafios. Quem trabalha na assistência social sabe que o desafio é muito grande. E estou falando aqui para quem pode me dar aula, qualquer um dos conselheiros e conselheiras aqui seguramente sabe muito mais do que eu sobre o trabalho. Mas faço questão de destacar que há uma decisão administrativa, há uma decisão vinculada às normas legais, mas, acima disso, há uma decisão política de que esses problemas não atrapalhem o andamento dos trabalhos dos municípios, dos estados, da sociedade, porque o trabalho em si já é muito difícil. Se a gente for criar mais algum nível de dificuldade, quem paga essa conta não somos nós, gestores ou usuários, quem paga essa conta é a população atendida. Então, essa é a manifestação aqui nossa. Boa tarde a todos, a todas, a todes. Cumprimentar o presidente Gilson, o doutor Gustavo, chefe de gabinete da Secretaria Executiva, o secretário Avelino, da STI, a secretária executiva, a Thais, e o secretário Ricardo, aqui representando o Congemas, também a secretária Tânia, pelo FONSEIAS. Enfim, acho que queria primeiro dizer que nós estamos em

constante diálogo ali pelo Departamento de Gestão do SUS, estou aqui com o coordenador-geral Paulo Eugênio, e nós estamos numa força-tarefa ali no Departamento de Gestão do SUS, fazendo todo o monitoramento também, para ir também ajudando a organizar todas as informações e tomando as medidas que são necessárias no tempo certo. Então, queria só também a título também da gente poder prestar contas como está, a gente abriu o censo no dia 5, então, portanto, temos oito dias de censo aberto. Vou trazer os principais, os que têm, em termos de números, o maior impacto para a rede como um todo, para o sistema como um todo. O maior número de questionários, eles são dos CRAS, e aí tem Centro de População de Rua também, acolhimento, mas vou concentrar aqui nos dados relativos aos CRAS, que foram os questionários que mais já foram preenchidos. Então, a gente já tem o número de 20% de preenchimento dos questionários dos CRAS. Então, são oito dias, a gente está monitorando diariamente, esse é o último número, não é? Agora é das 14 horas. Dos CRAS, um pouco mais de 18% já preencheram. Dos CRAS regionalizados, perto dos 70% já preencheram. É claro que os CRAS regionalizados é um número bem pequeno, mas, de toda maneira, vale celebrar que quase 70% já preencheu. E o Centro de População de Rua, quase 23% também já preencheu. Então, queria trazer só esses números, tiveram alguns outros questionários que foram disponibilizados um pouco depois, mas para dizer que nós estamos monitorando diariamente a entrada, inclusive o processo de instabilidade do próprio sistema, e junto à STI, também tomando as medidas necessárias para equacionar essa questão. Paulo, você quer complementar com alguma... Bom, boa tarde a todas, todos e todes. Só complementar que o Ministério está trabalhando para tentar sanar essas dificuldades o mais rápido possível. Nós estamos escutando o Estado, os municípios, o Censo... Eu sou servidor de carreira, trabalho no Censo Suas há 11 anos, e a gente tem toda... Estamos trabalhando incansavelmente para poder resolver esses problemas e os municípios poderem preencher, como sempre preencher. O Censo tem um índice de preenchimento altíssimo. A gente pede desculpas, em nome do Ministério, pela indisponibilidade, pelo prazo curto, mas realmente acho que a gente está atento às consequências que podem ter para os municípios, para os Estados, pelo prazo pequeno, mas a gente está à disposição de vocês para tirar qualquer dúvida, para auxiliar no preenchimento, para auxiliar em tudo aquilo que puder, e a gente vai ficar monitorando o prazo, tentar fazer um esforço para conseguir encerrar os questionários neste ano. Mas a gente está atento a qualquer eventualidade e entra em contato com os Estados e municípios se a situação não for a ideal. Mas seria isso. Ok, o Berlino quer falar alguma coisa? Bom, boa tarde, presidente Ed Gilson, demais conselheiros, conselheiro Ricardo, é um prazer estar aqui... Está baixo?

...podendo esclarecer alguns pontos. Vou colocar aqui mais... É um prazer estarmos aqui para esclarecer alguns pontos sobre as censuras. E a gente identificou, pessoal, depois que o sistema foi colocado, disponibilizado externamente, que houve realmente uma grande quantidade de acesso até acima do que a gente esperava. E é bem verdade, como disse o secretário muito assertivamente, que esse problema não iniciou agora. Mas ele não é também uma situação específica nossa. Sistemas que você tem uso externo, eles são dimensionados para determinada quantidade de acessos simultâneos. Então, por mais fortalecidos, por mais modernos, eles estão sujeitos. A gente conhece vários exemplos, por exemplo, imposto de renda. Se você deixar para os últimos dias, você às vezes deixa de conseguir enviar. Por quê? Porque quando você tem mais acesso do que a capacidade de receber, quem entrar depois realmente não vai conseguir acessar. Nem assim por aí vai. O que aconteceu nesse caso é muito semelhante. E a solução foi essa. Logo que a gente identificou, nós ficamos monitorando, porque você já não pode num dia, em dois, já dizer foi isso. Você tem que acompanhar, ter certeza para tomar decisão mais assertiva. Então, a gente decidiu, por fazer essa ampliação, a própria SNAS, que também nos ajuda na evolução do sistema, está fazendo algumas pequenas mudanças para subir uma nova versão. Então, nós estamos com isso, inclusive hoje, para homologação, com a equipe da SNAS. E devemos subir tanto essa novidade de uma capacidade maior para atender as requisições, como essa melhoria que foi feita no código do sistema, no máximo até segunda-feira. A expectativa é que ainda seja hoje. Mas, às vezes, quando se vai testar, homologar, você encontra algo ainda que precisa ajustar. Então, a gente está trabalhando exatamente nessas etapas finais. E aí, com isso, a gente espera que esse problema seja superado. Ou ficar, pelo menos, dentro de uma tolerância razoável, como deve ser. Caso haja uma necessidade de uma nova intervenção, a gente já tem esse plano B pronto. A gente vai acompanhar até terça, quarta-feira. Se notar que o problema precisa dessa intervenção, a gente já aplica essa segunda alternativa, esse plano B, para que a gente faça uma, digamos assim, separe ele de outros sistemas, na mesma máquina, e ele consiga performar melhor ainda. Então, isso já está em andamento. Outra coisa, só ratificando o que o Gustavo já colocou, que é disponibilizar um canal para a gente ter uma análise, porque hoje está chegando por vários lugares. Então, a gente acredita que isso chegando em um único canal, além de desafogar aqui as caixas de e-mails das pessoas que fazem parte lá da gestão do sistema, a gente tem mais rapidez para fazer essa análise do que chegar depois como reclamação, como sugestão, porque tudo é bem-vindo também nesse momento. Então, eram essas as nossas considerações aqui. Obrigado, secretário. Clara. Só um número aqui, que eu já te mencionei, os SCRA's também faltam um número

enorme de unidades, são os centros de convivência, que também estão no mesmo patamar dos SCRA's, 20%. 20%. E eu perguntei aqui a Clara também sobre as entidades e as organizações de sociedade civil. O questionário só abriu, tem dois dias, não é isso? E aí tem 5%. Então, é importante também a mobilização do Mines e do Rendas para que o pessoal tenha agilidade aí no preenchimento também, para não ficar de fora. Tem escrita aqui o conselheiro Ricardo, a conselheira Margareth, mais alguém? Então, o conselheiro Ricardo. Só para colocar alguns pontos, Gustavo, eu vou parafrasear um promotor da minha comarca. Toda vez que tem um problema lá que ele me chama, eu digo, doutor, esse problema não é de agora, esse problema vem do lado de trás, ele me responde. Mas a gestão é impessoal, é você que está no momento e é você que vai ter que resolver. Então, o problema está com vocês, com os senhores, e a senhora vai ter que resolver. A Clara trouxe um dado importante, que, para quem ouve, pode até dizer, então, os problemas não estão acontecendo, porque em oito dias a gente conseguiu preencher 20% do ponto de vista de CRAs e 18% de CREAs. Mas a gente tem que dizer uma coisa, acho que aí os trabalhadores também podem falar. Nossos trabalhadores estão virando à madrugada, trabalhando sábado e domingo para poder preencher, porque a gente criou a cultura que diz, não, o sistema não está funcionando pelo dia, de noite a gente entra. Eu tive que deixar em casa duas servidoras minhas para que elas trabalhem na madrugada e, no dia seguinte, elas não vêm trabalhar, porque no horário de expediente não funciona. Então, nossos trabalhadores, nossas trabalhadoras estão sendo, de certa forma, sacrificados para conseguir atender essa demanda. E, secretário Avelino, o número de acessos está se dando de uma forma exponencial e grandiosa justamente pela questão do tempo, porque, historicamente, o Censo Suas é lançado, salvo engano, em agosto, setembro. O mês de referência para alguns dados de atendimento é o mês de agosto e, em setembro, a gente já está preenchendo o Censo Suas. O Censo Suas foi lançado há oito dias. Os questionários saíram antes, os formulários saíram antes, mas o sistema foi aberto para a gente em oito dias. Então, talvez, se o sistema estivesse disponível no período que normalmente é lá setembro, nós não estivéssemos enfrentando os problemas que estamos enfrentando agora. Conselheira Margareth, por favor. Conselheira Margareth. Oi. Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os convidados, a nossa querida diretora do departamento, Clara, Gustavo e o secretário Avelino. Secretário Avelino, nós gostaríamos de ter uma clareza maior em relação ao Nexa, porque nós até discutimos na PA, além do que os conselheiros já colocaram, como é que fica o sistema que, na verdade, ontem que nós discutimos na PA, um sistema que, inclusive, inviabilizou toda a estrutura, não foi assim, Thais? Toda a história do próprio CNAS. É uma história que foi pago, quatro milhões, acho que foi isso, quatro milhões

foram pagos, onde foi tudo digitalizado, a história, a memória do CNAS estava toda ali. Como é que nós perdemos essa história? Como é que fica? Foi tudo deletado, porque todo o material fixo... Lembram, quando vocês chegaram, que a Maria da Mercedes mostrou para nós como eram os processos físicos aqui, e que aí saiu tudo, porque foi tudo digitalizado. Conselheiros, foi tudo deletado. Sim. Aquilo foi tudo deletado, e não prejuízo de quatro milhões. Hoje, se você pergunta sobre um processo, você não vai ter a agilidade que você tinha. É a memória do controle social, de todo o material que a gente tinha aqui. Inclusive, como é que vai ser esse retorno? Que nós discutimos ontem, inclusive, na própria presença apoiada. Os quatro milhões foram pagos, o serviço foi efetuado, mas a materialidade desse produto foi deletada. E como é e quando? Como é que isso vai ser devolvido para o controle social? É algo que nos incomoda muito, porque foi um trabalho feito, e nós gostaríamos de saber esse retorno. Obrigada. Mais algum conselheiro que gostaria de falar, que eu devolvo aqui para os convidados? Tem mais alguma intervenção? Andréia? Não, não, só... Ok, então eu vou devolver aqui para que os nossos convidados possam estar falando. Ok? Gustavo? Clara? Eu começo pela intervenção do secretário Ricardo, que ele está correto. O problema pode ter sido gestado ou gerado em outros anos, outras gestões, mas a responsabilidade é nossa, e a gente tem isso muito claro, e a gente vai resolver. Não temos dúvidas de que a nossa responsabilidade é de resolver esse problema e os outros, todos que a gente encontrou. Eu não tinha essa metáfora, mas vou usar bastante agora. Realmente, vou agradecer ao promotor, porque realmente a responsabilidade é nossa. A conselheira Agaretti também levanta um ponto que a gente tinha... Inclusive, a gente tramitou a resposta ontem, porque entre os problemas que a gente encontrou há um problema razoavelmente grave, que é a fragilidade dos nossos sistemas a interferências exteriores, interferências externas. Havia, além do problema de deterioração dos equipamentos físicos, uma deterioração da questão lógica e, particularmente, na questão da segurança. Esse arquivo foi um dos arquivos que foi prejudicado com isso. Quando houve a implementação de políticas de segurança, perdeu-se o caminho lógico. Mas a gente não perdeu a história do CNAS. Estamos implementando outras soluções que preservem a segurança, porque mais grave do que ter uma história incompleta é a possibilidade de ter uma história que seja adulterada. Nós somos guardiões dos dados de milhões de pessoas e da história de milhões de pessoas, de milhões de processos. Há concretamente uma responsabilidade nossa sobre a guarda desses dados? Para usar o exemplo mais básico, todos nós aqui em algum momento já fomos vítimas da violação dos CPFs nesses mercados negros. Todos nós aqui recebemos de outornamento ligações de bancos que a gente nem tem conta, dizendo que está autorizada uma compra que a gente não

fez, que são métodos modernos de fraude e de tentar utilizar esses dados. Se nós, pessoas físicas, somos vítimas, imagine um banco de dados com a importância da história do CNAS, ou mesmo o Bolsa, ou mesmo o CadÚnico. Os arquivos, neste momento, estão indisponíveis, mas a gente está fazendo um processo acelerado de revitalização para que eles possam estar disponibilizados para todas as pessoas, todos os servidores, todas as gestões. Então não há perda da história. Há, neste momento, uma indisponibilidade e que eu queria também fazer o registro aqui. O presidente é muito enfático na defesa dos interesses do Conselho e 38 vezes mais enfático na defesa da história do CNAS. Então a gente tem contado com a presença dele, com a firmeza dele, com a cobrança dele, para que a gente restabeleça esses dados, o acesso a esses dados o mais rápido possível. E, de qualquer forma, só para encerrar, queria agradecer a oportunidade de fazer este diálogo. A Secretaria Executiva do MDS está à disposição para os conselheiros e conselheiras. A Margareth é uma testemunha de que a gente vive, tem uma política de portas abertas para a sociedade, para os gestores, para as organizações. Evidentemente que a gente não desconhece que o fórum adequado é o Conselho e a gente tem profundo respeito pelo Conselho. Mas todos e todas, e todos que quiserem conversar conosco lá, permanentemente é aberta. Essa é uma decisão administrativa e política também de deixar as portas abertas e o diálogo permanente com todos os setores, todos os atores, todos os entes que fazem parte dessa luta pela assistência social. Conselheiro Elias. Boa tarde a todas, a todos que nos ouvem. Acho que a gente, que está aqui como conselheiro governamental, é importante registrar que, muitas vezes, a gente é enfático, a gente é duro, a gente vai lá e cobra, a gente quer que mais rapidamente o SISC esteja funcionando, que mais rapidamente o prontuário suas possam ser preenchidos integralmente, adequadamente, que todas as nossas soluções tecnológicas para esse sistema funcionem adequadamente, porque boa parte das pessoas que estão aqui, não vou generalizar e falar para todo mundo, mas boa parte da sociedade civil, daqueles que são conselheiros governamentais, estão aqui hoje. E nos tempos em que o Gustavo diz que esse sistema estava sendo destruído, que a gente não tinha dados para acessar, que a gente não tinha informação posta na rua, informação que a gente construiu. Eu me lembro, estava na conferência de 2010, na sala que foi aprovada a criação do Suasweb, com a Luziel Tapajós sentada chorando copiosamente, porque estava aqui e aprovou o Suasweb. Então, muito da nossa forma enfática mesmo de cobrar, às vezes, dentro de quem está e quem não está no governo, em que pese as diferenças, é muito por conta disso. Temos que rapidamente recuperar essa história, esses sistemas que, em determinados momentos, funcionaram muito bem, que, assim como a história dessa política, essa política, muitos de nós de organizações,

sociedade civil, de Estados, nós tivemos em municípios, sofremos nos últimos anos e queremos ser recuperados. E justamente para dizer que esse sistema, em um dado momento histórico, funcionou muito bem, sabe, Gustavo? Ele caminhou muito bem. E esses seis anos de ataque, de responsabilidade, de falta de cuidado, de falta de proteção ao sistema e à política, que acabam ocasionando isso hoje, eles nos foram muito caros. Então, acho que é importante falar que essa nossa vigilância sobre isso é uma vigilância, porque boa parte de gente que contribuiu para a história desse sistema, dessa política, está sentada aqui hoje fazendo isso. Acho que é importante, sabe, Gustavo? Porque as pessoas falam que é preciosismo, alguém lá não funciona. Não, não é isso, não. Nós construímos, alguns de nós, em organizações, sociedade civil, trabalhadores, tem vírgulas colocadas lá que mudaram a história, a forma de registrar. Então, acho que é bom deixarmos isso muito claro. Não é um apego, não. É a civilidade que esse sistema dá para a sociedade brasileira, que a gente está defendendo e protegendo aqui. Obrigado. Clara, tinha pedido... É só, na verdade, acho que o doutor Gustavo já falou, já estou contemplada com a fala dele. Eu queria só fazer um agradecimento para todos os municípios, mas em nome do Congemas aqui, do empenho. Porque nós realizamos, depois de muitos anos, o Encontro da Vigilância Socioassistencial, que foi realizado em Natal, no Rio Grande do Norte. Foi um encontro muito importante, que a gente conseguiu organizar com representações de 25 dos 27 entes federados dos estados, mais de 5 federal, 25 representações. E que esse tema do censo, e fica muito caracterizado, muito nítido, o compromisso político que o Elia se refere, que é essa construção coletiva, potente, forte. Que, é claro, o censo tem um símbolo e uma importância para a gente implementar o SUS em todo o território nacional. Enorme, gigante. Então, é absolutamente prioritário. E os municípios entendem, vestem essa camisa. Não à toa que, quando a gente abriu, quase explodiu o sistema mesmo. Porque, se a gente olha, a gente está acompanhando, monitorando diariamente os picos do sistema e os primeiros dias do censo. No dia 5, a gente abriu o censo, às 22 horas do dia 5, e já tinha entrada de questionários, mesmo no dia 5 de dezembro. No dia 6, foi enorme, 7% dos questionários já entraram de cara. Então, isso demonstra um compromisso, um compromisso político, público, com a construção do SUS. Eu queria fazer um agradecimento, deixar registrado esse agradecimento aqui a todos os municípios. E na mobilização, que o Congemas e o Fonsecas também estão fazendo nesse processo. Porque a mobilização também é muito importante de pautar isso e priorizar essa questão. Enfim, e também ratificar o nosso compromisso de colocar todos os esforços, empenhar todos os esforços para sanar essas questões de sistema o quanto antes. Boa tarde, sou Solange, uma mulher de baixa estatura, cabelos curtos, rosto arredondado. Estou usando raibão

de cor escura, deficiente visual, e estou com o vestido em tom amarelo, brincos de bolinha verde. Represento o Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social. E aqui, agradecendo a presença dos senhores, das senhoras, para nos trazer esses esclarecimentos. E que, para nós, é muito importante. Porque o que é o Censo Suas? O Censo Suas é dizer como é que estamos lá no município, no nosso estado. Então, são os dados que acho que a política precisa de dados que possam pensar e planejar, juntamente com a vigilância. Acho que o achismo, o imprevisto, isso aí já foi. Então, por isso que é importante ouvir que o Censo está aí, mas que ainda temos dificuldade. Lembro, lá no meu estado, quando estava no conselho, a dificuldade que era, mas que hoje já está avançando. Mas, mesmo assim, temos problemas. E assim, é importante para nós, que somos organizações de usuários, que a gente também tenha retorno desses dados. E eu fiquei agora surpresa que o encontro da vigilância já ocorreu e que nós não fomos convidados. Assim, enquanto segmento... Porque foi só com as equipes técnicas. Pois é. A gente vem pedindo isso ano a ano, porque foi um momento muito importante para nós, usuários, quando a gente participava das formações do Ministério. Infelizmente, a gente tem tido pouco acesso a essas informações, a essa formação. Essa seria a nossa manifestação, que, quando fechasse o censo, o Fórum Nacional também pudesse receber. E, se nós tivermos que solicitar por ofício, a gente fará isso, para a gente ver a parte, como estão os trabalhadores, como estão os usuários, a oferta de serviço, porque a gente precisa lutar por melhorias, mas sabendo o que já tem de concreto. E aí eu também quero me reforçar, aqui a fala da Conselheira Margareth, na nossa preocupação, sim, com o arquivo histórico, com os dados já digitalizados, que, infelizmente, o CNES está sem. E que nos preocupa muito, porque nós estamos sendo pressionados por juízes. Então, a coisa se torna um pouco mais de pressão. Então, tem que ter prazo para se resolver. Era isso, obrigado. Obrigado. Paulo, quer falar sobre essa questão? Bom, para a Conselheira Solange, eu vou me descrever também, para todas as pessoas com deficiência visual. Eu sou Paulo Clemente, sou Coordenador-Geral de Vigilância, tenho 48 anos, branco, barba e cabelo grisalhos, pequena estatura, sou baixinho. Bom, em relação ao Encontro da Vigilância, acho que é sintomático dizer que o Encontro é anual, ele foi realizado desde 2007, se não me engano. E, de forma sintomática, ele não aconteceu só apenas nos anos de 2016, que a gente teve o impeachment, e nos anos de 2019, e no governo Bolsonaro, a 22. Então, é. No golpe e no governo Bolsonaro. Então, é sintomático isso, foram os anos que não ocorreu. O Congresso Nacional, ele não dotou o Ministério de todo o orçamento que o Ministério merece e que os usuários precisavam. Então, por isso, a gente não conseguiu fazer, nesse ano, um Encontro de Vigilância como era feito todos os anos. Então, por exemplo, a

Conselheira Solange era convidada de honra representando os usuários. Eu me lembro, pessoalmente, ela foi a vários encontros e a gente sempre garantia a presença de usuários, de trabalhadores, dos coegemas. Nesse ano, especificamente, a gente não ia conseguir organizar um evento do mesmo porte, do mesmo tamanho. Tanto é que a gente contou com a experiência muito valiosa, importantíssima, da Secretária Iris do Rio Grande do Norte, que nos cedeu o espaço, toda a logística, o Fonseias atuou na organização, mas eles não conseguiriam abrigar um encontro que fosse aberto para os municípios. Então, a gente optou por fazer um encontro limitado aos estados e com as equipes técnicas de vigilância básica e catastrófico benefícios da SENAR. Foi um encontro muito pequeno. Realmente, ele não foi nos moldes do próximo Encontro Nacional, mas a gente já está trabalhando para que, no próximo ano, a gente volte a ter um encontro com garantia da presença dos municípios, dos coegemas, de usuários e trabalhadores. Acho que o Ministério tem esse compromisso com vocês. Em nome do Ministério, a gente promete que a gente está trabalhando para que seja garantido no ano que vem. Mas, de qualquer forma, a gente deixa claro que a participação dos usuários e dos trabalhadores sempre foi fundamental. A gente só não teve o evento nesses anos que eu mencionei, foi sintomático, e agora, nesse governo, a gente está retomando. Então, acho que seria isso que a gente gostaria de colocar. Ok. Elias vai falar de novo? Ah, porque aqui a plaquinha levantada é... Margareth vai falar de novo? Sim. Por favor, para a gente cerrar também, porque... É só um pedido, presidente. Por favor. Queria pedir ao Gustavo, ao secretário e ao Avelino se poderia, por acaso, vocês apresentarem para o Pleno – agora a gente só tem Pleno em fevereiro – um plano de ação, porque seria muito importante aqui no Pleno, porque, às vezes, chega alguma demanda do juiz e ele teria que se atender em três, quatro dias. E, não tendo material digitalizado, fica difícil, até porque nós temos uma defasagem muito grande de trabalhadores nas secretarias executivas do próprio MDS daqui. Então, levando em consideração as demandas que chegam do poder, que você tem que atender, você tem que responder, se poderia nos fornecer, trazer para a gente aqui no Pleno, de fevereiro, é um pedido. Ok? Ok. Então, passo para o Avelino. Bom, a Conselheira Solange, o Elias aqui, concordo também com o Ricardo, como disse o Gustavo, e é exatamente o que já estamos fazendo. Mas, assim, só para finalizar, pessoal, a tecnologia é como uma planta, você tem que ficar sempre regando. No caso, o que rega a tecnologia? A evolução e a atualização dela. Então, como foi muito bem colocado pelo Ricardo, um longo tempo sem investimento ele cobra um preço. Se a gente fizesse uma comparação bem simples aqui, pegue seu celular de sete anos atrás. É o parque tecnológico que a gente encontrou. Então, é um celular, pode funcionar algumas coisas,

mas seguramente não vai atender a necessidade que nós temos hoje. Então, esse é o nosso papel, sabemos da importância de ser dados dos sistemas que compõem a área da assistência social e também de todas as demais áreas que fazem parte do Ministério. Nós administramos cerca de uma centena de sistemas, cerca de 30% de funcionamento crítico. Então, nós sabemos a responsabilidade, a importância que isso tem para vocês e tenham certeza que a gente está trabalhando dia a dia, inclusive algumas noites, muitas noites, sabendo e carregando essa responsabilidade para melhor atender vocês. Esse compromisso a gente sempre tem, sempre estaremos lá de portas abertas para atender o Conselho, independente de reuniões aqui no próprio Conselho, mas quando a gente é procurado, estamos lá à disposição juntamente com a SE, com a SNAS e a gente quer manter esse vínculo, essa transparência sempre que for necessário aqui com todos vocês. Em relação ao que a Conselheira Margareth pediu, é possível, a gente vai tratar isso aqui para trazer juntamente com a SE essa resposta na forma como ela solicitou e que seja mais adequada e possível para atender aqui o Conselho. Muito obrigado. Mais alguém quer colocar alguma coisa? Não? Só pedir que o Conselho Nacional divulgue amplamente para os Conselhos Estaduais e, consequentemente, para os Conselhos Municipais, assim como nós do Congemos e Fonsecas, faremos o e-mail para que os municípios possam... Secretaria Executiva, por gentileza, divulgar nas nossas redes sociais também, eu acho, e também dizer e agradecer ao secretário Avelino, ao doutor Gustavo, ao Paulo, a Clara, dizer que o Conselho também está à disposição para apoiar no que for necessário, seja no processo de divulgação, assim como as entidades também. O Inés aqui, a gente conta com o apoio de vocês na divulgação do e-mail e na divulgação do prazo também, da importância da gente ter esses dados agora, o Censo tem uma série histórica que é muito importante da gente acompanhar, inclusive para a gente ter uma ideia, inclusive, desses primeiros anos, desses dois primeiros anos agora de governo, como é que a gente está, tem recuperado o sistema, esse processo de reconstrução em que a gente tem que melhorar, então, acho que é muito importante a gente estar fazendo isso. E sobre o NUCS, Margarete, acho que foi ótima a proposta de apresentar um plano de ação, porque eu também estou sendo cobrado diariamente aqui, inclusive pela Secretaria Executiva, de fato, acontece, a gente está com a demanda que chegou do DRSP pedindo o processo de CEBAS desde a década de 80, porque antes, todos os processos CEBAS eram feitos aqui no departamento, antes da operação Fariseu, aqui no Conselho, desculpe, no CNAS. Nem falar nesse nome. E aí o que acontece, todos esses processos eram físicos, e são exatamente esses 110 mil processos que tinha no sistema. Então, por exemplo, hoje a gente não tem quem faça a Alexa, que é a nossa salvadora, inclusive, coloca aqui a Alexa

que já estava como ponto focal aqui, que é a Alexa que conhece todo o processo, ele que acessava o sistema, e aí ele tem uma lista, salvou uma lista, mas primeiro tem que localizar no arquivo físico de utilizante que tem lá embaixo, entre os 110 mil processos. Onde está o processo? Às vezes tem processos que têm 10 volumes, e aí são processos que têm mais de mil páginas, porque antigamente não tinha padronização de nada. E aí, por exemplo, chega uma demanda como essa, o que a Margareth estava colocando ali, coloca poucos dias para a gente atender, e às vezes até sobre multa, se a gente não cumprir, tem multa. Então, acho bom a gente ter esse plano de ação e ver também, incluindo plano de ação, como a gente pode viabilizar, na verdade, a gente sabe que, por exemplo, para digitalizar, provavelmente vai demorar, a gente tem um tempo aí provavelmente de contratação, de quem vai fazer isso, a gente tem que ver como é que a gente faz, como viabilizar quando chegar esse tipo de demanda também. Porque não é um tipo de demanda que chega todo dia, mas quando chega, é assim, no laço. Então, a gente tem que ver, organizar aí entre a STI com o pessoal daqui do conselho também, como a gente pode agilizar para poder atender principalmente, não só as demandas judiciais, às vezes aparece demanda do MEC, do Ministério de Saúde, demanda de tudo, assim, tudo que possa imaginar. Advogados, às vezes pedem, que estão assessorando as entidades, a maioria, na verdade, e às vezes pesquisadores, os pesquisadores podem aguardar um pouquinho, agora a Justiça não aguarda não, só assim, esse é um problema, tem prazo. Então, a gente agradece muitíssimo a presença, aqui agradece também aos conselheiros, que a preocupação, esse é um papel do controle social mesmo, está preocupado com absolutamente tudo que acontece no Sistema de Assistência Social, então é o órgão deliberativo máximo do conselho. Então, todas as normativas, tudo que existe no SUS passou por aqui, absolutamente tudo passou e passa por aqui. Então, a gente agradece, porque é de fato, agradeço também a preocupação dos conselheiros em trazer essa pauta, de colocar e também dizer que, assim, a gente está todo mundo se esforçando ao máximo possível, para que o Ministério, e aí falando enquanto Ministério também, então, assim, todo mundo está se esforçando ao máximo possível, só que, óbvio, a gente sabe que a gente se esforça às vezes e mesmo assim podem acontecer problemas no meio do caminho. Então, se acontecer esses problemas no meio do caminho também, eu me comprometo aqui, enquanto presidente, estar comunicando ao conselho para que a gente também possa estar dando esse respaldo, acho que nosso papel enquanto conselho também é apoiar o DG SUS, apoiar a STI também na construção de soluções para que a gente possa resolver o problema. Então, assim, eu tenho certeza aqui que nenhum problema desse está acontecendo porque ninguém daqui quer que aconteça. Eles acontecem por isso. Então,

também declarar aqui que a gente está nessa parceria aí para que juntos a gente possa encontrar soluções porque todo mundo aqui tem o mesmo propósito que é o fortalecimento dessa política pública, é o fortalecimento desse sistema. Então, agradeço o comprometimento de Avelino, de Gustavo, de Clara, de Paulo que a gente sabe o comprometimento, o propósito que tem com essa política pública e é isso. Então, obrigado mais uma vez e fiquem à vontade. Eu sei que vocês têm outras agendas e a gente continua aqui a reunião com as nossas pautas. Obrigado. Então, vamos passar imediatamente para o relato da Comissão de Política, o último relato, ex-conselheiro Regis. É isso, só vou pedir à conselheira Andréa para fazer o relato porque eu tenho uma reunião às 16 horas e como já são 20 para as 4, pode ser que não dê tempo. Então, Andréa. E agradeço também à Andréa pelo relato. Bom, boa tarde a todas, todos. Segue a memória da reunião ordinária dezembro de 2024, 11 de 12 de 2024, quarta-feira, de 9 às 13 horas. Conselheiros da Comissão de Política e Assistência Social, Regis Espíndola, coordenador, Eutália Barbosa Rodrigues, coordenadora adjunta, Andréa Fernandes Teixeira, Emilênio Oliveira Araújo, Marcílio Marquezine Ferrari, Rafael Machado da Silva. Convidado, Paulo Eugênio Clemente Júnior, de Jesus SNAS MDS. Participantes, Aurora Fernandes Rodrigues, aí tem que corrigir que é Fernandes, Céia São Paulo, Carolina Miranda Sampaio, de Jesus SNAS MDS, Heloísa Helena Carvalho, Fonseca Céia Marques, do Maranhão. Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Luana, Sibeli Buriti, Rosiele Bonfim. Tópico 1. Panorama atual da estruturação da área de vigilância socioassistencial da gestão dos SUAS no âmbito dos estados, municípios e distrito federal. O coordenador da Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação do Departamento de Gestão dos SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social, senhor Paulo Eugênio Clemente Júnior, iniciou sua fala apresentando os marcos normativos da vigilância socioassistencial, ressaltando que, a partir da alteração da LOAS em 2011 e da ANOB-SUAS em 2012, a vigilância ganha importância inédita na política de assistência social, com a determinação da implantação de uma área, setor de vigilância em todos os entes e a definição de um conjunto de atribuições com o objetivo principal de produzir, sistematizar e analisar informações territoriais de demandas e de ofertas socioassistenciais. Os efeitos da implantação da vigilância nos municípios são os dados produzidos, que ajudam a encontrar e tornar visíveis as famílias em situação de desproteção e vulnerabilidade. Permitem ao gestor tomar melhores decisões, onde implantar novas unidades, quais as maiores demandas, etc. E promove transparência dos dados para órgãos de controle, conselhos e usuários. Ressaltou que, em estudo do Tribunal de Contas da União, constatou que a implantação da vigilância aumenta a

efetividade dos serviços. Foi constatado também que os municípios com equipe de vigilância socioassistencial apresentam melhores indicadores ID-CRAS, ID-CRES e ID-Conselhos, em média 15% mais alto. Outra constatação é que municípios com equipe de vigilância realizaram 250% a mais de atendimentos no CRAS. Em seguida, foi apresentado o retrato da vigilância socioassistencial a partir dos dados do Censo Sul, as de 2023. O Nordeste é a região com maior implantação de vigilância. O maior desafio está na região Sul. Quanto maior o porte do município, mais formalizada é a área de vigilância. Nos municípios de pequeno porte, um terço dos municípios não possuem vigilância instituída. Constata-se que a troca de gestão piora o índice de estruturação da vigilância nos municípios. 62% dos municípios não possuem equipe de vigilância. Do número de trabalhadores na vigilância, 78% são mulheres, cerca de 45% possuem vínculo estável, 26% ocupam cargos comissionados e 33% têm vínculo não permanente. Terceirizados, temporários, estagiários, etc. A grande maioria dos trabalhadores da vigilância possuem nível superior, 83%, bem acima da média dos outros técnicos da gestão municipal, que é de 50%. Várias estratégias do governo federal foram realizadas para a implantação da vigilância. Criação do IGD SUAS 2011, indicador e incentivo financeiro para auxiliar, dentre outros, a implantação da vigilância. Elaboração e publicação do caderno de orientações técnicas da vigilância 2013 e do capacita-SUAS 2013 e 2016. Apoio técnico, encontros presenciais, teleconferências e lives, grupos de WhatsApp com os estados. Encontros nacionais de vigilância, exceto 2016 e período de 2019 a 2023. Realização de três mostras de experiências e boas práticas em vigilância, inclusão de metas associadas à implantação da vigilância no pacto de aprimoramento do SUAS nos municípios 2014 e 2017. Desafios. Investimento em sistema de informação, regulamentação da gestão do trabalho, atuação na cultura da informação, investimento em apoio técnico e outras formas de estimular a institucionalização da vigilância social. Encaminhamentos. Disponibilizar a apresentação no Google Drive para os conselheiros. Manter a periodicidade da apresentação na comissão do balanço da estruturação da vigilância socioassistencial da gestão do SUAS no âmbito dos estados, municípios e distrito federal, que em um próximo informe da SNAS ao CNAS o DG SUAS apresente os dados das capacitações realizadas em relação à vigilância social. Continuação da revisão do plano de ação 2024-2026. A comissão avaliou as dificuldades em se avançar na revisão do plano de ação pelo fato do mesmo ser extenso e em função de demandas urgentes que a comissão tem recebido mensalmente. Encaminhamentos. Realizar uma oficina de planejamento das ações da Comissão de Política e Assistência Social em fevereiro de 2025. Convidado Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança SPOG

SNAS-MDS. Fazer convite à SPOG como facilitador desse planejamento e solicitar uma reunião prévia online com a SPOG para planejar a oficina, tendo a participação de representantes da comissão. Em discussão? Alguma questão? Aprovado. Tópico 3. Discussão da indicação de membros externos da comissão. Assunto já apresentado no relato da presidência ampliada, apreciado e aprovado no pleno. Então já aprovado, pode passar para os próximos. Tópico 4. Outros assuntos. Prorrogação da consulta pública, plano nacional de convivência familiar e comunitária. Assunto também já apresentado no relato da presidência ampliada, apreciado e aprovado no pleno, com ajustes e complementações. 4.2. Solicitação de apreciação da cartilha mobilização nacional de identificação de pessoas desaparecidas. Encaminhamento. Encaminhar a demanda a SNAS MDS. Responder ao demandante que ao CNAS compete a normatização da política de assistência social cabendo ao órgão gestor a proposição de orientações técnicas a exemplo de cartilhas. Informar que a cartilha foi encaminhada para análise da SNAS. Sobre isso eu tenho um ponto aí a colocar, porque essa demanda é a que chegou da ASPAD, eu acho. É aquela da ASPAD. E aí tem um fluxo, foi isso que eu falei, isso já foi apresentado aqui no conselho em determinado tempo e havia uma história de que iria ter um conselheiro representante na comissão que elaborou esse material. No final não houve conselheiro representante. A SNAS já participou desse processo, só que o conselho não participou desse processo. Inclusive eu coloquei isso para a Jéssica, para a nossa ASPAD, sobre essa questão da importância de que todos os assuntos que são referentes aos seus sempre tem que ter representação da SNAS, às vezes coincide do conselheiro ser da SNAS também, mas às vezes coincide não. Então sempre ter isso, e é por isso que veio para o conselho, porque na verdade a demanda do pessoal que criou, eu não lembro agora qual é o órgão, o Ministério da Justiça, a demanda deles é uma validação pelo Conselho Nacional. Então eu não sei como é que a gente vai encaminhar isso. Então o que eu tinha falado para ela foi que não daria para colocar para uma apreciação do Conselho Nacional esse mês, porque a pauta já estava fechada, mas que só iria para a pauta de fevereiro, foi isso que eu coloquei. Então acho que não cabe devolver para a SNAS, porque a SNAS já participou desse processo. O que chegou para nós, Emelene, que seria para a comissão, seria avaliar e qual que era o termo? Avaliar e validar a cartilha. Então na reunião da comissão a gente chegou ao entendimento de que isso não seria a nossa atribuição, por isso que ficou definido devolver. É porque tem um fluxo lá que envolve o SUS. É que a gente tinha pensado o seguinte, presidente, que se a SNAS estivesse envolvida, nós estaríamos cobertos de garantir que as ações que são do SUS estivessem em consonância. E aí voltaria para cá depois que a SNAS estivesse validado. Mas

a SNAS já avalotou. Isso aí a gente não tinha informação. Pelo que eu entendi, tiveram técnicos da SNAS que participaram da construção. Eu passei à vista no material muito rapidamente, porque chegou para mim, passei à vista, e aí eu vi que tinha lá um fluxo que envolvia encaminhamento pelos SUAS e SUS. Inclusive está explícito isso, pelos SUAS e SUS, certo? Aí o que acontece? Eu só fiz dizer para fazer o desenho. Eu vou mandar, vou encaminhar aqui agora, mas eu entendo que não vai dar para ser apreciado isso na reunião de agora, porque a pauta está cheia e tal, então provavelmente ficará para o ano que vem. E aí a demanda do Ministério da Justiça é, de fato, para que a gente valide aquele fluxo que foi criado, se nós estamos de acordo. Então, o entendimento que eu tive... Pode ser que eu esteja errado. Oi? O Ofício fala isso. O entendimento que eu tive é que eles querem a chancela do Conselho Nacional de Assistência Social para colocar esse material na rua, porque envolve diretamente atribuições aos SUAS, envolve atribuições às nossas unidades públicas. Aí o que eu pedi encarecidamente às páginas é que esse é um problema que eu venho falando de hoje. Essas indicações que nós temos feitas, por exemplo, para essas comissões, para essas questões. Muitas vezes, quando indica alguém do Conselho, eu sempre tenho dito isso para as pessoas. Veja, eu tenho isso muito claro na minha cabeça quando estou representando o departamento, apesar de eu ser a mesma pessoa e não me dividir uma banda para cá, outra para lá, mas tenho uma clareza muito grande quando estou representando o departamento da rede social assistencial privada e quando estou representando o CNAS, ou quando o CNAS me delega a responsabilidade para isso. Neste caso, não houve, a não ser que agora nosso encaminhamento seja, não, a gente concorda com o que a SNAS já fez lá. Então, o que eu estou só colocando é isso. O Conselho concorda com o que está colocado lá? É que para a gente, a SNAS ainda iria fazer o trabalho de análise. A gente já tem esse retorno da SNAS de qual foi a avaliação da cartilha? Não, porque é isso, veja bem, a SNAS, pelo que disseram, a SNAS ela é, são, veja, são 11 páginas a cartilha, certo? É o nosso pequeno. A SNAS, técnicos da SNAS participaram da elaboração dessa cartilha. Ah, a gente não tinha essa informação. Entendeu? Pelo menos foi o que me informaram, pode ser que eu esteja errado, mas assim, o que... Pois é, mas me informaram que pessoas da SNAS participaram da elaboração desta cartilha. É, a gente não tinha. Independente disso, gente, assim, a gente tem que entender o seguinte, ou a gente delega e diz assim, o que a SNAS disser, a gente aprova, ou a gente vai fazer uma análise aqui no Conselho da Cartilha, porque eles querem, de fato, isso, uma chancela do Conselho de que o Conselho concorda com todo o conteúdo que está nessa cartilha. Está explícito no Office, né? O Office pede isso. Eu acho que seria bom também a gente ter um retorno da SNAS, se a

cartilha passou por lá, talvez a gente... Porque esse foi, presidente, a nossa ideia, se depois que viesse de lá, nós poderíamos olhar enquanto SNAS, que passaria por lá primeiro, mas você já passou. É isso, eu tenho uma sugestão, eu tenho a sugestão de que, antes da reunião mesmo, da reunião de vocês de fevereiro, a SNAS elabora um parecer sobre o que está colocado na cartilha, sobre o fluxo que foi colocado, e aí vocês podem até fazer, sei lá, em que impacta, os suas, os CRAS, não sei, para fazer, e aí, sim, a comissão traz uma decisão dizendo, olha, o Conselho referenda essa cartilha ou não referenda, porque o que eles querem, quando eles colocaram avaliar e... Como é avaliar e...? Validar. E validar isso, eles querem isso mesmo. Eles estão pedindo uma chancela, dizendo, olha, essa cartilha foi aprovada pelo órgão máximo da política pública. Porque, veja bem, a minha preocupação, sou bem sincero, eu não lio, não é a minha praia também esse tema, mas, a minha única preocupação, acho que o que o Conselho tem que avaliar é o seguinte, em que é que vai impactar o trabalho das unidades públicas e entidades se envolver? Em que é que impacta esse fluxo com relação à mobilização nacional de identificação de pessoas desaparecidas? Tem algum impacto? Não, é algo que não vai impactar, se tem algum impacto, a gente vai aprovar 100% do conteúdo, a gente vai propor alguma alguma mudança, não vai propor alguma mudança, é só isso. Porque, se não, a gente aprova, enquanto Conselho Nacional, uma coisa. Então, acho que a gente tem que ter certeza. Por isso que eu pedi, o meu encaminhamento já foi de que em fevereiro fizesse isso. Então, a minha sugestão é que vocês solicitem à SNS um parecer sobre o impacto desse fluxo criado na cartilha para os SUAS, e, a partir disso, a Comissão analisa e toma uma decisão de chancelar ou não chancelar esta cartilha. Porque o que o Ministério da Justiça está pedindo é isso, é uma chancela do Conselho Nacional. Até para contribuir, por exemplo, acho que está certo mesmo mandar para a SNS olhar a cartilha, porque, por exemplo, nós acabamos de aprovar lá na CIT uma resolução que trata sobre buscação, tirar a buscação daquele papel que é só para o cadastro único. Fizemos uma resolução mais ampla, trabalhando a dimensão da buscação na relação da dimensão com os serviços mesmo. O que é? Em um dos componentes da cartilha, falamos dessa dimensão de que podemos encontrar pessoas nessa condição, assim como pessoas sem documento, sem registro civil. Então, tem que olhar e até para responder, como bem diz o Edilson, aquilo que se coloca no âmbito dos SUAS, porque, infelizmente, as áreas externas acabam criando expectativas sobre nós, muitas vezes muito distantes daquilo que é a função dos serviços desta política e desta política como um todo. Pode ser assim, então? Solicitar a SNS aparecer sobre o impacto do fluxo criado na cartilha... Não, do impacto para os SUAS, não é? Impacto para o SUAS criado na cartilha de modo a subsidiar o posicionamento do

CNAS. Certo? E aí essa apresentação do parecer da próxima reunião. Próxima reunião. Não só para a Comissão de Política, para todos. A Comissão vai apresentar para a Comissão e a Comissão traz pro pleno no relato, dizendo que a gente aprova, está tudo certinho. Porque, na verdade, o pedido explícito é esse. Eu estou usando a palavra chancela, não é essa palavra que tem no ofício, mas é isso. Eles querem a chancela do CNAS. Eu acho importante a gente ter esse olhar sobre o conteúdo. Então, a grande questão da nossa discussão foi se nos cabe validar a cartilha, entendeu? Avaliar o conteúdo, fazer as proposições, até porque a gente sabe que esse tema ele perpassa todos os serviços de assistência, porque em todas as unidades você vai se deparar com uma pessoa, às vezes sem documentação. Nos acolhimentos é muito comum. Tem pessoas que não têm nem a certidão de nascimento. Mas a gente ficou mesmo com o questionamento se nos cabia validar. Por isso que eu acho que isso parece ser importante. Ok. Estou de acordo. Todos de acordo? Sim? Por favor. 4.3. Demanda da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Inclusão do programa Moradia Primeiro na tipificação nacional de serviços socioassistenciais, encaminhamentos. Responder ao coordenador geral da gestão interna da CNAS, responsável pela coordenação das análises e contribuições do MDS sobre a referida demanda, que considerando as discussões do GT interministerial, o CNAS avalia que o programa Moradia Primeiro não é um serviço socioassistencial, portanto não deve integrar a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, informando que, finalizada a proposta do GT e aprovada pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a Inclusão Social da População em Situação de Rua SEAMP Rua, este conselho deverá regulamentar a participação intersetorial da assistência social no programa Moradia Primeiro, considerando vactuações na CIT. As prioridades da Política Nacional para a População em Situação de Rua no âmbito do SUS seguem o disposto da Resolução SNAS nº 129-2023. Ok. Conselheira Rafael. A Lagoa está no processo de implantação do programa Moradia Primeiro, do House First. A gente está indo conhecer o modelo em Minas Gerais, no Paraná, e estamos indo conhecer também em São Paulo, o Moradia Social. Eu acho que seria importante a gente primeiro convidar para essa situação, para além do encaminhamento, o SEAMP Rua, porque o Ministério dos Direitos Humanos fez grandes estudos sobre os modelos de House First no Brasil e que é possível. E o que me convém, e eu até falei isso na CIT passada, que até seria bom a própria CIT começar a debater o Moradia Primeiro nas ruas visíveis, uma vez que lá na ponta, muitas secretarias municipais de assistências sociais vão ficar com essa responsabilidade por os municípios não terem secretaria de direitos humanos, porque muitos municípios brasileiros, nem os capitais, não têm secretaria especificamente na pasta de direitos

humanos. Então, cai que, querendo ou não, essa responsabilidade do Moradia Primeiro nos municípios vai ficar por conta da assistência social. E se a gente faz uma avaliação hoje o quanto o SUAS gasta com acolhimento, com serviços de alta complexidade, os serviços de moradia primeiro saem mais barato e diminuem a grande responsabilidade que muitas das vezes têm de ter aquela equipe técnica 24 horas nas casas de passagem, 24 horas tanto, e essas equipes passam a visitar os indivíduos nas suas moradias domiciliares. Então, é um debate que a gente vai precisar realmente se aprofundar. O Elias teve também a oportunidade de, enquanto gestor lá em Foz do Iguaçu, realizar um debate, realizar um seminário sobre moradia primeiro. É isso que a população de rua quer. A população de rua hoje não luta mais para a permanência dos abrigos, das casas de passagem, porque esses serviços têm, querendo ou não, violado as perspectivas de vida e de reenseção social da população de rua e têm mantido. E o modelo do Paraná e de Minas Gerais, principalmente o de Minas, que a Prefeitura de Minas Gerais tem uma campanha municipal onde os mesmos alugaram um espaço, tipo um galpão, onde fazem recolhimento dos imóveis usados da população e as pessoas que aderem ao programa Moradia Primeiro, que firmam o contrato com o Moradia Primeiro, vai lá nesse galpão e escolhe os imóveis para mobiliar a sua casa. Então, isso é trabalhar uma autonomia. E a gente sabe que, se a gente também fazer uma avaliação hoje, dentro do Sistema de Acesso Social, quais são as perspectivas de vida que os abrigos têm ofertado para a população de rua? A não ser a permanência de vida naquele local sem ter nenhum tipo de perspectiva de saída de vida e, querendo ou não, mantendo essa população no comodismo. Então, uma vez que essa população tem o seu contrato de vida reintegrado junto ao Moradia Primeiro, ali ele se compromete a fazer o acompanhamento do CAPES, se compromete a fazer o acompanhamento do PIA, com aquelas equipes que fazem a visita domiciliar aquele indivíduo, a gente viu que essa é a integração. Até ela faz com que as políticas públicas trabalhem a intersetorialidade das políticas públicas na responsabilidade daquele indivíduo. Então, esse é o nosso posicionamento também contra o movimento sobre o Moradia Primeiro, porque ele tem funcionado e ele dá certo. E, quando vai se olhar nos gastos de recursos, o Moradia Primeiro custa mais barato do que manter as pessoas dentro do abrigo. Muito obrigado. De nada. Conselheiro Elias. Vamos lá. Acho que tem várias questões aí que precisam ser consideradas. Primeiro, para a gente pensar num programa no Moradia Primeiro, no Ruas Visíveis, ou seja lá na Política Nacional da População de Rua, ou naquele próprio decreto que instituiu o Moradia Primeiro no governo anterior, não sei se aquele decreto ainda está em vigência ou não, tinha um problema claro. Todo mundo falou de Moradia Primeiro, escreveu lá no decreto, colocou lá, mas o financiamento do Moradia

Primeiro vinculado àquele decreto era um financiamento vinculado à emenda parlamentar. Para uma política permanente, para se tornar um serviço permanente de uma política, seja ela qual for, nós não abrimos mão por princípio, e foi assim que nós construímos isso na assistência social, de que uma política dessa natureza seja uma política com financiamento regular e automático. Essa é a primeira coisa. Como o Rafael disse, de fato, no período em que fui gestor e ainda bem que estando aqui hoje posso trazer essas experiências, fizemos um seminário, fizemos uma discussão, as experiências não sei de Belo Horizonte, mas as experiências do Paraná, por exemplo, estavam ligadas a ações feitas por organizações com financiamento internacional e sem vinculação à política pública. No Paraná, pelo menos, era assim, era a cura de Ossesano, a que de Ossesi de Curitiba que fez, etc. Se isso aparecer em ruas visíveis, por exemplo, como uma política pública, ou se pensar como um serviço, temos que pensar o serviço estrutural tem que entrar efetivamente lá como uma das dimensões do Minha Casa Minha Vida, para os empreendimentos habitacionais de interesse social, etc. E aí, sim, podemos trabalhar lá no campo da assistência, nos acolhimentos, a conselheira Rafael, que aí é... Eu quero muito respeitosamente dizer que os acolhimentos são as ofertas protetivas que nós construímos no âmbito da assistência social. Nós não construímos os acolhimentos, o abrigo, para que o abrigo fosse, de fato, projeto de vida da população de rua. Não, isso não é mesmo e nem pode ser, porque, se for, é um equívoco. Nós construímos os abrigos, os acolhimentos na perspectiva, diante das situações emergenciais do cotidiano daquela população. E aí eu digo, Rafael, os acolhimentos salvaram vidas da população de rua nesse país, e você sabe disso. Então, o que nós queremos, quando falamos dos SUAS e falamos disso, é que, de fato, o moradia primeiro entre na agenda pública e na agenda política das políticas públicas do Estado brasileiro, daquilo que é no âmbito do SUAS para nós, trabalhar, organizar as equipes, fazer o monitoramento lá nos acolhimentos de quais dessas pessoas estão aí, organizar com a rede Caps para poder, mas que isso tenha na política de habitação. Isso tem que ser uma prioridade, como é a prioridade para nós, o cuidado lá no serviço de acolhimento social, quando fazemos atenção da população de rua, como tem a abordagem social qualificada. E isso precisa entrar na agenda pública e na agenda política. Nós precisamos discutir o custo dessa moradia. De novo, nós vamos falar em serviços híbridos. O acompanhamento para essas pessoas numa política como essa é intersetorial, é a rede Caps participando e acompanhando, é a rede sócio-assistencial no território, acompanhando essas pessoas para que eles acessem programas, serviços, as ofertas que nós temos no território. Isso é fundamental, com muito respeito. Já disse isso, inclusive, para o nosso amigo Anderson Miranda, que para poder ter o status de uma política pública que

oferta direito, enquanto ele não transitar e tiver a mesma importância, o mesmo lugar de política de direito nas políticas de habitação... De fato, você tem razão, nós não vamos ter lá em Foz. Tínhamos o privilégio de ter uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos, mas nós não vamos ter nem Estado, nem municípios em muitos lugares. Mas isso não pode. E aí é um alerta que nós temos que fazer para nós mesmos, do ponto de vista da análise. Nós não podemos permitir que se coloque, ou que ele esteja na assistência social, porque não tem nenhum outro lugar para ele estar livre e sem as responsabilidades das outras políticas. Porque, senão, nós corremos o risco de fazer uma moradia primeiro, dar a garganta para fora como política e, na sua essência, continua sendo uma política pobre para pobre, que a assistência social vai fazer, porque ninguém quis fazer. Então, muito respeitosamente, acho que esses são os passos. Concordo que ele não pode entrar na edificação dessa forma como está e sem esse desenho institucional transversal nas políticas públicas de governo. E, repito, na agenda pública e na agenda política, com financiamento, com condições de execução regular, automática, que eu não precise colocar aquele sujeito que eu trabalhei lá no acolhimento, que eu conversei com, já aleguei, está bom, fazemos tudo isso. Agora ele fala que entra na fila de espera e, quando tiver uma moradia, nós vamos poder te encaminhar para lá. E isso acaba com a perspectiva de vida das pessoas. Então, muito respeitosamente, esse encaminhamento, para mim, é um encaminhamento de respeito e de cuidado. Posso? Rapidamente, por favor, porque ainda tem 11 itens para você. Eu concordo e discordo em algumas falas ali, até porque, se a gente faz uma avaliação nas implantações de centros pop no Brasil, temos os mesmos números de centros pop que fomos implantados em 2009. De 2009 para cá, poucos centros pop foram ampliados em algumas capitais. Lá em Maceió, a gente ainda conseguiu avançar por causa do Ministério Público. Então, temos três centros pop nas capitais, mas tem capitais que só têm um centro pop. Quantas pessoas em situação de rua? Aí um centro pop estipula a entrada de 30 pessoas. Será que isso faz uma diferença? Faz, mas muito mínima. É verdade. Acreditamos também que os abrigos têm salvado a vida da população de rua, mas também esses abrigos têm se tornado violadores de direitos dessa população. Quando não constrói as regras em conjunto com a população, com os usuários, quando as pessoas que correm nesses abrigos aplicam regras que nem nas próprias casas deles aplicam aquelas regras para a população de rua, eles não conseguem cumprir na sua própria casa. Então, do mesmo jeito que você falou das pessoas ficarem na fila de espera, a gente também tem nas ruas, nos abrigos, precisando. Tem capitais que têm abrigos para 50 vagas, enquanto tem mais de 5 mil pessoas em situação de rua. A gente tira para o São Paulo, tem 100 mil pessoas. E quantas vagas de abrigos tem para a população

de situação de rua? Essa problemática não só vai para a questão da fila de espera habitacional, apesar de que hoje, no programa Minha Casa, Minha Vida, tem a portaria que dá prioridade aos públicos minóricos como população de situação de rua, mas também visto na perspectiva do programa Minha Casa, Minha Vida. Nós temos visto que o programa Minha Casa, Minha Vida não tem contemplado a necessidade da população de rua, porque não basta só dar uma casa e não dá uma empregabilidade para aquela pessoa manter, porque o banco não quer saber se aquele indivíduo é uma população de rua, não. O banco quer saber que vai trabalhar em cima da renda per capita daquela pessoa que ganha. Então, geram uma taxa, apesar de que, hoje, com a nova portaria do presidente Lula, que quem recebe BPC e recebe o Bolsa Família não paga mais nenhum tipo de taxa, já recebe o seu apartamento isentado. Mas quantas pessoas lá no passado, antes, perderam sua casa por não ter essa isenção de pagamento? Hoje, pergunto. O governo também, quando decidiu fazer isso, conversou com esses públicos minórios sobre suas condições, e outra, pasme, eu sou beneficiária do programa Minha Casa, Minha Vida, mas não moro no meu apartamento, por quê? A área que me deram o meu apartamento muito fora da centralidade da cidade, acaba aqui. A maioria do conjunto onde moro é dominada pela facção. Também temos que ver essas situações. Quando o Minha Casa, Minha Vida é entregue, o erro já começa pela pronta do programa, porque eles entregam sem políticas públicas nenhuma. Eles não entregam sem posto de saúde, sem creche, sem ônibus, sem um ponto de ônibus sobre um terminal de ônibus. A população em si, tanto de rua em geral, já recebe esse programa já vulnerabilizado. Quando vemos hoje nessa posição, enquanto o movimento diz que queremos trabalho e moradia, que hoje o movimento nacional da população de rua mais pauta, porque temos visto que poucas demandas da nossa necessidade... Quando se fala em população de rua, sempre se joga para a assistência, porque o acolhimento vai muito mais para além da assistência. A saúde também tem as suas unidades de acolhimento. Na rede de atenção psicossocial, as unidades de acolhimento não acolhem essa população que poderia também estar acolhendo. É uma questão que deveríamos chamar e aprofundar um diálogo, um debate. Não é não reconhecer, mas trazer um debate sobre moradia primeiro e entender, até porque teve o Carlos Ricardo, que foi o primeiro coordenador do CIAMPUA, muito antes do Anderson, que foi o Carlos Ricardo, que participou de vários intercâmbios. Outra coisa, o Brasil também hoje faz parte da rede CARLE, que é a Rede Latina Americana Caribeira de População e Associação de Rua, que faz vários encontros. O Brasil foi apresentado para a rede CARLE como modelo nos serviços de centros pop, no tempo da secretária Velônia no desgoverno Bolsonaro, porque nós que estamos na rua e que representamos a população de rua e que temos

trajetórias de rua, não vemos mais hoje nossos serviços como modelo, porque está sucateado e é gritante essa forma da população de rua. Eu tiro também, por isso, Elias, que nos informe, eu vou dar, depois desse encontro de mulheres, eu saí muito alegre. Eu fiz aquela fala com a ministra Macaia, a Lagoas aderiu ao Plano Ruas Visíveis, mas está lá na cráusula, sobre o financiamento. Não tem qual financiamento. Como vamos aderir um programa federal sem recurso? Como vai se desenvolver as ações da ADPF 966 se o próprio governo está dizendo ali que não vai ter financiamento? Se o próprio Ministério dos Direitos Humanos diz que não tem financiamento para apoiar os estados nas ações? Aí eu pergunto, que direitos são esses? Onde estão esses direitos? E a gente sabe, quando fala da população em situação de rua, a gente está falando de uma complexidade alarmante. O Brasil... Já vou concluir, mas a gente precisa relembrar daquela matéria que passou no Jornal Nacional. O Brasil foi referência mundial no crescimento de população de rua. É o terceiro país do mundo que tem mais população em situação de rua. Então, é uma problemática também que a gente não deve fechar os olhos. A gente não deve fechar os olhos para este público e precisamos, sim, se aprofundar em um debate de como melhorar, na ponta, a execução. Sei que as casas de passagem foram feitas e mudadas, mas não é mais albergue, porque os albergues mantiveram, são casas de passagem, não é para manter, mas acaba que mantém. Eu fui uma das pessoas que morei oito anos dentro de um serviço de alta complexidade e tenho pessoas que ainda estão há 10, 14 anos dentro daquele serviço de alta complexidade. Então, a gente precisa discutir esses modelos de serviços de alta complexidade, de como ser a sua oferta, porque não adianta só ofertar uma dormida, uma comida, ir lá no abrigo, uma roupa e um banho, e aquela pessoa ficar ali sem nenhum tipo de perspectiva. E acaba que aquela pessoa fica terminando sendo idosa dentro daquele abrigo, indo para outro serviço de alta complexidade sem ter voltado para a sua perspectiva de vida na sociedade. E digo assim, são poucas pessoas como eu dentro desse segmento populacional que, na assistência, conseguem dar uma suaguinada de vida, porque tem que ser muito ousado e ousada, e ser reusada dentro desse sistema único de assistência social para poder adquirir de verdade os seus direitos, porque, quando chega lá na ponta, os seus direitos ainda são muito negociados, por favor, porque, para eu acessar isso, tenho que mudar, para eu ter esse direito, tenho que parar de usar droga, para você dar um encaminhamento para a minha casa, a minha vida. Eu sei o quanto eu brigo dentro dos centros pop. Então, estou só trazendo isso como um desabafo, mas dizer assim, que nesse encaminhamento possa ser revisto a chamada desse GT de trabalho, com a discussão, com o Sinha Pirrua, para a gente poder se aprofundar melhor. Por favor, conselheiro Elias. Eu vou repetir o que eu disse antes. Primeiro, o que a gente tem

de problemas nos nossos serviços assistenciais, nós temos que trabalhar fortemente para corrigi-los. Centro pop, casa de passagem, enfim, que são serviços construídos e executados para fazer exatamente o que fazem, concretamente. Eu também acho que podemos discutir com o CIAMP, e, como você mesmo diz, gostaria muito que o CIAMP tivesse sido chamado para fazer essa discussão antes, durante o período que estava discutindo, repensando e reformulando a política. Assistência social não é casa de assento. Não se decide, se faz, se pensa e encaminha para cá. Vou repetir, porque não tem lugar para colocar em outra política e vai assentar aqui. Programa Moradia Primeiro, que não foi instituído nesse país como política pública ainda, não pode ter na assistência social seu lugar de experimento. Nós nunca permitimos isso. Por isso que eu digo, como você diz, quando nós tivermos agenda pública, agenda política para discutir lá, discutir lá. Por que quem está da população de rua e está acessando, por exemplo, a Minha Caixa, Minha Vida, está acessando o faixa 3? Por que não está acessando o faixa 1 como prioridade, que é sempre sendo subsidiado? Então, é nesse campo que, na minha avaliação, respeito às suas condições, nós temos que colocar esse debate. Se é uma política pública, como é que ela vai ser instituída? Quais as responsabilidades no acompanhamento, na qualificação para o mundo do trabalho, no acesso ao mundo do trabalho dessas pessoas? Assim como temos que discutir as condições de moradia, de abrigo e, inclusive, para não construir tutela ao invés de construir processos emancipatórios, de protagonismo desses sujeitos, desses usuários. Por isso que eu entendo que o encaminhamento está correto, o que não impede que a gente faça outros diálogos. E o diálogo tem que ser uma via de mão dupla. Não dá para chegar às coisas aqui e, depois que chega aqui, que a gente tem posicionamento, não é um serviço assistencial, só que assistencial não é, não está tipificado. Entendo que não tem que ser um serviço tipificado, se é para resguardar o lugar, o ponto de vista estrutura, a moradia, nós temos que discutir para ele ter assento lá na política de habitação e financiamento lá. E o nosso processo é fazer encaminhamento, dizer quem são as pessoas, como a gente fez. Então, concordo com o encaminhamento e, conselheira Rafael, acho que você, pelo trânsito que tem, pode sugerir ao CIAMP que nos chame para o diálogo, que nos chame para debater os aspectos que envolvem isso, inclusive para a gente conhecer esses modelos que estão implantados aí, de que forma estão implantados, se estão implantados na perspectiva das políticas públicas no Paraná, como você conheceu, a gente já sabe que não tem essa relação. Parte de uma experiência com o financiamento internacional e aí por diante. Obrigado, conselheiro. Só dar uma informação na fala do Elias, rapidinho. Eu só queria agradecer o CNAS e registrar isso aqui. Eu não posso sair daqui sem registrar isso na fala do Elias. Elias, teve muito equívoco na construção do Plano

Ruas Visíveis e fui o único morador de rua por causa desse conselho que garantiu a minha participação na construção do Ruas Visível, porque quando o Ruas Visível foi para a aprovação do CIAMP, ele não foi construído com a população de rua, não. Foram pessoas que nunca deitaram na rua, que nunca sentaram na rua, dentro do gabinete civil, da Casa Civil, construíram um plano para nós, sem nós, e a secretária do Ministério, que no tempo era a secretária Rita, empurrou pela barriga e o CIAMP teve que aprovar, porque tinha o tempo da ADPF. Então, o erro já começou por aí do governo, por não ter chamado o segmento populacional, onde ia se fazer um plano para a população de rua, sem a população de rua. E a gente sempre gritou, nada para nós, sem nós. Mas eu agradeço a esse conselho por ter encaminhado a minha pessoa para discutir na pauta da assistência e eu sempre joga isso na cara dos meus coordenadores. O CNAS garantiu a nossa participação, pelo menos no eixo assistência social. Ok, obrigado. Tem algum encaminhamento, além dos que já foram dados pela comissão? Ok, acho que é só importante, só para pegar, acho que tem uma coisa que é importante colocar sobre esse tema, que é bem importante, que é assim, da mesma forma, nada sobre nós, sem nós, então também serve. Nada sobre assistência social sem o CNAS. Eu acho que essa é uma questão importante, eu acho que dá para criar até uma campanha sobre isso. Essa semana... Nada sobre o seu, sem o seu. E aí, assim, o que acontece? Essa semana a gente passou por algumas situações também de relação com outros conceitos de políticas públicas, que sempre é isso, as pessoas pensam o que a assistência tem que fazer, mas isso, inclusive, é uma ideia, infelizmente, é um paradigma, uma coisa estigmatizada que a gente já tem, de que qualquer coisa que é para pobre, que é para população em situação vulnerável, tudo vai para a assistência social. Então, qualquer coisa vai para a assistência social. E é o que eu falo. Eu acho que o que a gente está colocando aqui é que a política, se é um programa de moradia, quem tem que estar à frente disso é a habitação. E a assistência é complementar, se é intersectorialidade, qual é o papel da assistência com relação à política de habitação? Rafael falou que precisa de trabalho, então é a política de trabalho que tem que definir isso, não é a assistência social, é a política de trabalho. Então, vamos parar, cada coisa no seu lugar, é como eu falei, chega de dizer, eu sempre tenho dito, a política da assistência social não é política Bob Esponja, tudo está ali, qualquer coisa vai para lá. Então, não dá para ficar dessa forma, acho que essa é uma questão muito importante que a gente tem que colocar aqui, Rafael, e aí eu acho que o SIAMP me chamar, é a mesma coisa que a gente falou agora da... Veja, dois pontos seguidos com a mesma problemática. Vocês perceberam que são dois pontos seguidos com a mesma problemática? O anterior também, tem um fluxo que envolve o SUAS e que não envolve o CNAS, aí agora tem outra coisa que chega,

um plano que não envolveu diretamente e aí coloca a atribuição para a assistência social. A gente não pode estar aceitando que as pessoas simplesmente digam, vai para o SUAS, vai para o SUAS, não é assim, as coisas não podem, a gente tem que mudar isso e tem que deixar isso público e notório, só queria colocar, porque coincidentemente foram dois pontos seguidos, se a gente for olhar o cerne da questão é o mesmo, é o mesmo. Por favor, conselheira, pode continuar. Então, assim, ouvindo a Rafael e entendendo que esse encaminhamento, Rafael, é uma demanda, a gente está respondendo a uma demanda, mas ouvindo você falando, não sei se no âmbito, talvez, da Comissão de Política, a gente possa fazer o convite ao SIAMP para apresentar na Comissão de Política, com data definida, a gente define isso na reunião de fevereiro. Ok. Pode ser? Estou de acordo, então, convidar ao SIAMP... .. Pode ser, não vejo problema, não. Convidar ao SIAMP e os representantes da SNS no SIAMP para participar da apresentação, ok? de instituição de uma comissão permanente no CNMP para discussão da política de assistência social. Em resposta ao ofício número 53 de 2024 do CNAS, o CNMP informou que seu regimento interno prevê diferentes comissões temáticas criadas para o estudo de temas relevantes e atividades específicas relacionadas às suas respectivas áreas de atuação. Dentre elas, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, CDDF, comunicou que cópia do expediente em tela foi enviado à mencionada comissão para análise e adoção das providências que reputar cabíveis. Encaminhamento, responder ao CNMP solicitando que logo que tiver o deputado aparecer na CDDF, o CNAS seja notificado e que este CNAS se coloca à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Mesma coisa, tá vendo que tudo que tá chegando na comissão passa pela mesma situação, são demandas, óbvio que é importantíssimo, eu acho que o desafio pra gente é exatamente esse, é garantir que o CNAS ocupe os espaços que estão discutindo assuntos sobre assistência social, a questão é que todo mundo quer discutir assistência social sob o seu ponto de vista e não sob o ponto de vista institucional do CNAS, então eu acho que é muito importante a gente também pensar isso e dizer, acho que tem que ser mais enfático, não dizer que tá à disposição para dirimir, dizer isso, que os assuntos da assistência social tem que ser discutidos com anterioridade, sempre convocando o CNAS para discutir o assunto, porque a gente fica sendo notificado das coisas depois que o povo discute. Comissão permanente CNP para discussão da política de assistência social. Para discussão da política, dizer que o CNAS está se colocando à disposição para compor a comissão, eu acho que esse pode ser o encaminhamento. O encaminhamento está ótimo. Estão de acordo com esse encaminhamento? Eu sei que é muita coisa para a gente estar compondo, mas é o papel da gente, é o papel da

gente, eu prefiro que nós estejamos dentro dos debates do que de fora e depois só sendo notificado, a gente discutiu que vocês têm que fazer isso. É, mas é isso, acho que tem que, na nossa resposta, dizer isso, que a gente, vou começar a dizer nada sobre assistência social sem o CNAS. Então, talvez ali, retirar o dirimir, eventuais dúvidas e acrescentar que está à disposição para compor a... É, compor, referir, não precisa a gente compor, mesmo que seja como ouvinte, como escola, sei lá, como alguma coisa, eu acho que é importante a gente estar... Certo? E acho que, na resposta, tem que enfatizar isso, todos os assuntos, citar Lourdes, inclusive, e dizer que todos os assuntos referentes à assistência social são de responsabilidade do CNAS, então acho que essa é uma questão importante ser colocada. Foi ótimo, presente do estudante. Quando for na resposta, coloca isso, enfatizar, pegar o que a Lourdes diz, o papel do CNAS, e enfatizar isso, ok? Agora até me emocionei agora. Vamos lá, podemos seguir então? Sim? 4.5, encaminhamento da PA de outubro de 2024, aprovação de reunião conjunta, assunto já apresentado no relato da presidência ampliada e apreciado e aprovado no pleno. 4.6, nota técnica número 2022 barra 2024, análise sobre regulamentação do acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência, assunto já apresentado e relatado na presidência ampliada e aprovado e apreciado no pleno. 4.7, apresentação do relatório do PROCAD conforme prevê resolução CNAS número 130-2023, encaminhamento. A comissão propõe a realização da reunião conjunta com a comissão de financiamento e orçamento SFO barra CPAS em abril de 2025 para apreciação do relatório e discussão e proposição de qual comissão essa temática é preponderante. Algum comentário? Aprovado. Estou pior. 4.8, reavaliação do encaminhamento sobre a realização de um ciclo de oficinas com o tema. A integração entre o SUAS e o Cade Único como instrumento de acesso a direitos sócio-assistenciais e debate sobre inclusão de campos com vistas a atender a especificidade do público do SUAS. Para definir, junto com a comissão de acompanhamento de benefícios sócio-assistenciais e transferência de renda, formatos e datas para a realização. Encaminhamento da plenária outubro de 2024. A demanda voltará para a comissão de política. Rever o tema. Encaminhamentos. Solicitar informações à comissão de benefícios e transferência de renda sobre o planejamento desta ação. Rever este encaminhamento a partir do retorno da comissão. Só para você entender, quem encaminhou? A demanda é da comissão de benefícios, é isso? Essa é uma demanda antiga que está no nosso plano de ação. Mas é da comissão de benefícios ou é da... É da comissão de benefícios. De ser conjunto isso. Eu acho que tem que demandar isso aí a Sagem Cade, não é? Não é, não? Isso está no nosso plano de

ação como uma ação conjunta das duas comissões. Então, mas aí para dar um encaminhamento concreto, eu acho que é dialogar com a Sagem Cade, não é? Porque é um tema que diz respeito à Sagem Cade que eu acho que a Sagem Cade já vem trabalhando em cima disso, não é? Shirley, quer falar alguma coisa? Isso, é porque essas ações estavam sendo feitas também junto com a vigilância, não é? É isso, já tem algo em andamento com relação a isso. Então, eu acho que é bom talvez ser atualizado do que já caminhou e, não sei, promover alguma coisa, algum debate, algum evento, não é? Junto com a Sagem Cade, porque eu acho que a Sagem Cade tem esse papel mesmo também, não é? Quem levantou, a Lea Ismael ou Solange? Solange. Presidente, a gente tem que ver o que que... como é que está essa questão no nosso plano de ação também. Porque eu não sei qual é a finalidade que está lá. Porque eles estão pedindo para nós ver. Então, nós temos que ver para depois remeter para eles, então. Porque nós temos que aprofundar isso aí, ver. Assim, eu não sei do que se trata. Ah, então tá. Eu acho que vocês podem manter o encaminhamento como está. Então, ok, aprovado. Pronto, e aí dialogar com a Sagem Cade. Ok, tá bom, ok. Então, se... 4.9, realização do encaminhamento da Comissão de Política e de Acesso Social de outubro sobre a criação do GT de acreditação para reconhecimento de novas categorias profissionais para o SUS. Encaminhamento. Essa reavaliação será feita durante o planejamento da comissão em fevereiro de 2025. Hã? Isso aí a gente já encaminhou na outra reunião. Reavaliar e a gente não teve condição, então a gente remanejou para reavaliar no planejamento de fevereiro. Gente, peraí. Vamos lá. Isso aí acho que a gente já colocou também. Esse vai e volta de comissão também me incomoda profundamente, esse vai e volta, sabe? Acho que a gente tem que encaminhar as coisas como elas têm que ser. Acho que tem um posicionamento já que a gente teve com relação a essa questão, dessa história da acreditação, que, primeiro, que não existe... A gente já respondeu isso dizendo que não existe acreditação dos profissionais nos SUAS. Então, para mim, esse assunto estava encerrado. O termo foi utilizado incorretamente na época do encaminhamento. O que acontece é que, quando esse encaminhamento foi feito, ele visou atender uma deliberação que veio da comissão de acompanhamento das conferências. Acontece que o termo foi mal aplicado. Então, por isso que a gente vai discutir para reavaliar, para olhar o encaminhamento que veio da outra comissão e readequar isso, porque a gente já entendeu que a questão da acreditação foi mal colocada. Então, por isso que a comissão vai rever e avaliar o que veio da outra comissão. Margareth e Elias. Comissão, esse GT é aquela demanda que está chegando ao CNAS, pela inclusão dos nutricionistas, professores de educação física. É isso. A gente já tinha resolvido isso, não foi? Mas eu também não entendi se a acreditação... Tem um

GT que ia rever isso, não é isso? Não, não tem GT. Não ia criar, não tem GT. Não tem. Como é que ficou esse encaminhamento, então? Agora eu me perdi. Me ajudem, gente. Porque os trabalhadores estão pedindo, essas categorias estão pedindo para entrarem na Resolução 17, não é isso? Isso. Como é que fica, então, o encaminhamento? O que foi o encaminhamento que a gente deu? Que, quando houvesse um processo de revisão de NOB e CIT, iríamos abrir a discussão do CNAS sobre essas questões. Porque, por exemplo, eu me lembro lá que veio a demanda dos educadores sociais para ser profissão de nível reconhecido como profissão de nível superior. Está bom, mas aí a gente disse. Então, eles vão trabalhar onde? Porque nos SUAS, educador social, das atribuições, funções são de nível médio. Então, a gente vai ter que mandar todo mundo embora e contratar outros para exercer aquilo. E aí entrou com nutricionista, educador físico, e a gente fez a discussão de que isso não estava na agenda naquele momento, que quando a gente tivesse isso... Porque não é só a revisão de profissão, é a revisão de serviços também. Onde cabe? Eu me lembro que, inclusive, eu dei o retorno aqui no CNAS, que foi o evento FUPUR, participado do evento, de uma profissão que queria entrar. A primeira pergunta que eu fiz foi qual a concepção dessa profissão sobre proteção social? A formação dessa profissão tem com que vinculação no seu percurso formativo a agenda da assistência social? Porque é isso. Foi isso que nós consideramos. Então, esse encaminhamento está dado no momento em que a gente for abrir a discussão, se abrir a discussão de revisão de identificação, revisão de serviços, novas funções e atividades nos serviços, é que cabe essa discussão. Então, mais uma dúvida. Não houve encaminhamento de IGT, só para ficar claro. Entendi. Então, só me esclarece mais uma coisa, que também é algo que me perguntam muito. Você tocou na questão dos educadores sociais. Eles não aceitam estar na Resolução 9, é isso? Eles têm uma associação, eles têm uma organização, porque eles se colocam como profissionais de nível superior, são profissionais. Mas eles estão na Resolução 9, eles têm nível superior, estão na Resolução 9 e trabalham como educadores sociais. Não, Margarete, a função de educador que nós descrevemos na Resolução 9, que está lá na CIT, é uma função de nível médio com atividades correspondentes de nível médio. É isso. Se tem profissionais de nível superior que estão ocupando esses espaços, é uma questão dos profissionais. É uma questão pessoal, como tinha sempre. É uma questão pessoal, é uma questão do mercado de trabalho, assim como temos profissionais de nível superior com doutorado que fazem concurso público a nível médio. Alguém só corrija o termo para mim? É Código Brasileiro de Ocupações, CBO? Isso, CBO. No CBO, a função de educador social é uma função de nível médio. Isso. Assim como orientador social. Você está dizendo, vamos reconhecer, o SUAS reconhece como de

nível superior. Não, não pode, não cabe a gente. Porque aquela função... Mas não cabe ao SUAS fazer isso, gente. Sim, gente, estou dizendo, só estou dizendo que tem essas contradições. Milene? Só para esclarecer, o que aconteceu foi que esse assunto voltou para a comissão como se fosse para a comissão agora organizar, como seria esse fluxo. Então, foi essa informação que passou para a gente. Se de repente algo que já foi resolvido e está antigo, a gente... Foi isso que voltou. Na verdade, não só isso, vários assuntos estão voltando para a comissão e revendo o plano para a gente poder dar um encaminhamento. Lembrando que, se não me falha a memória, no ano passado, os nossos encaminhamentos não foram passados na PA. Então, por isso que essa questão... Porque a gente estava sem coordenador e sem adjunto. A gente estava sem o coordenador e sem a coordenadora adjunta. Então... Isso. Então, o encaminhamento, acho que é pegar o encaminhamento que foi dado. Inclusive, respondemos ao DG SUAS, respondemos a todos os conselhos, categorias profissionais, associações que mandaram e-mails para nós, dizendo isso, dizendo exatamente... A resposta foi a mesma, inclusive, foi padrão para todo mundo, de que, neste momento, nós não vamos encampar essa discussão. Neste momento, nós estamos com um milhão de outras coisas. Estou falando porque, nós temos um milhão de coisas para fazer, temos uma conferência para fazer. As demandas que chegam dos outros setores para nós, que são inúmeras também, a gente não dá conta, o conselho tem 36 pessoas. Então, a gente tem que, realmente, ponderar algumas questões. A gente entende e respeita, só que com relação ao educador social. Não é papel do SUAS dizer nem que é educador social, nem de qualquer outro educador. As associações têm que procurar mudar a CBO, mudar o que existe. Isso não é conosco. Sobre outros profissionais, nós já falamos. Para a gente chegar à resolução, a NOB-RH, teve todo um escudo de todo o país. A gente tem que entender quais eram as funções que se tinha de cada profissional dentro dos serviços e, a partir disso, a gente foi incorporando a NOB. Essa história de que vamos alterar a NOB, não é assim. A gente não altera uma norma do nada. Chega assim porque a gente quer. Não é isso. Tem impacto em várias coisas, inclusive financiamento. Então, acho ótimo que todo mundo quer trabalhar dentro do SUAS, acho maravilhoso. Só que existe toda uma caminhada, todo um processo para que isso ocorra. Tem discussão, tem discussão com a sociedade civil também, porque a gente está falando de unidade pública e está falando de entidade da organização da sociedade civil, que tem que ter equipe de referência também. Então, são todas essas coisas que a gente tem que pensar com muita calma. Ninguém vai fazer isso de uma maneira... Então, acho que o encaminhamento pode ser pode ser o encaminhamento aqui. Na verdade, é que isso também não é uma prioridade agora para a

comissão reavaliar em fevereiro. Acho que pode até inserir no plano, mas... Como a gente vai rever o plano, e essa questão voltou, porque isso, na verdade, era o encaminhamento nosso do plano passado, acho que pode manter o encaminhamento assim. A gente vai rever o plano em fevereiro? Ok. Então, está bom. Beleza. 4.10. Nota oficial de esclarecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, CNDPI, sobre o conselho tutelar da pessoa idosa. Isso também foi da reunião passada, isso eu lembro. É, mas nenhum encaminhamento nosso passou. Não foi, não. Encaminhamento. Enviar a referida nota para conhecimento dos conselheiros do CNAS para a Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, Secretaria Nacional do Cuidado e Família, SNCF. Temerio aprovado. 4.11. Ofício número 288, de 2024, da Coalizão Nacional Orfandade e Direitos. Solicita posicionamento do CNAS em torno da questão da orfandade de crianças e adolescentes com a desproteção social que as alcança numa dinâmica relacional com suas famílias e que tal posicionamento resulte na regulação da prestação de serviços públicos e privados de assistência social, orientando o Sistema Único de Assistência Social a sustentar atenções públicas sistemáticas voltadas a essa questão. Encaminhamentos. Aguardar os estudos solicitados da Coalizão Nacional Orfandade e Direitos para que a comissão possa avaliar. Consultar a representação do CNAS no Grupo de Trabalho e Orfandade sobre o andamento da discussão da proteção social de crianças e adolescentes órfãos nesse grupo. Uma dúvida. Tem representação do CNAS nesse grupo? Eu fiquei na dúvida se seguiu o conselheiro Beto. Tem? Eu fiquei com a impressão de que tivéssemos, sim. É? É Beto? Sim. Então, tem que consultar o conselheiro. Agora, só queria trazer um... Então, acho que a gente pode aprovar dessa forma. E acredito que no mês que vem cheguem novas demandas sobre esse tema, porque o Conanda aprovou ontem uma resolução sobre esse tema. E aí, inclusive, quero falar aqui, registrar do diálogo, agradecer o diálogo que eu estabeleci com o Conanda, a pessoa da presidente, Marina, que nos... que acolheu também as nossas demandas, exatamente porque existia uma... Quando tomei conhecimento de que existia uma resolução que atribuía uma série de coisas ao SUA, sem ter discutido previamente conosco. E aí eu comecei e, obviamente, me coloquei a favorar. Acho que a gente reconhece a questão da orfandade como uma situação de desproteção social, mas que exige um diálogo conosco prévio para dizer o que a gente vai fazer. Não é outra política chegar e dizer que o SUA vai fazer isso. Então, agradeço muitíssimo ao diálogo aqui com a presidente do Conanda, que acatou as nossas sugestões e saiu... Eu não vi ainda o teor da resolução que foi aprovada ontem, mas a gente fez alguns diálogos e tal. E estabelecemos também... Então, quero já dizer para os senhores e senhoras que eu me comprometi com o Conanda também de que nós vamos sentar e dialogar sobre as

nossas atribuições com relação à resolução que foi aprovada lá, que só estabeleceu que o UGT iria permanecer e que, nesse UGT, o UGT iria fazer interlocução com os respectivos Conselhos de Política Pública e Saúde para que a gente pudesse dialogar e elaborar um plano de ação que vai ser criado. Então, isso aí eu já estou adiantando para os senhores. Eu não tive tempo de consultá-los antes, mas já estou adiantando aqui que vai chegar essa demanda, porque a gente conseguiu entrar em acordo com relação a isso e dizer que depois a gente vai sentar e conversar. Então, já estou comunicando aqui. Infelizmente, peço desculpa porque não comuniquei antes as pessoas, mas foi uma coisa muito urgente assim que aconteceu no final de semana. E aí, agora, como eu coloquei agora para vocês, está bom? Beto e? É, o conselheiro Beto e Elias. Cadê Elias? Ok, então... Último ponto é esse? Último ponto. Da parte da manhã. Ponto 5, definição da pauta, convidados e do ponto principal de pauta da reunião híbrida da Comissão de Política em fevereiro de 2025. 9, Medir 30, oficina de planejamento da Comissão de Política, ponto principal. Convidados, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança, SPOG, SNES e MDS. 14 às 15 horas, avaliação interna e definição de diretrizes do cronograma de prioridades da Comissão de Política e Assistência Social. 15 às 16 horas, outros assuntos. Definição da pauta, convidados se houver, e do ponto principal de pauta da reunião da Comissão de Política de março de 2025, encaminhamento. A comissão propõe que os membros externos da Comissão de Política e Assistência Social participem virtualmente da reunião da Comissão de Política de fevereiro de 2025. Regis Espíndola, coordenação da Comissão de Política e Assistência Social. Algum comentário? Os membros externos? Sim, os membros externos já serão convidados para... Todos os membros externos já serão convidados para fevereiro. Certo? Ok? Então, aprovado. Obrigado, conselheira. Bem, o último ponto de pauta são os informes. Nós temos alguns informes do Fundo Nacional, que estão aqui. Nós temos informes da Secretaria Nacional de Assistência Social, que também estão aqui. Mas, antes de colocar aqui, eu queria que a gente perguntasse se a gente pode mandar... A SENAR, que a conselheira Eutália já informou, que mandará os informes via WhatsApp e via e-mail para todos os conselheiros. E aí pergunto também se a gente pode fazer o mesmo com os demais informes e da Secretaria Executiva também, se a gente pode fazer isso. E pergunto assim, se alguém tem algum informe que é mais urgente e tal, que faça agora. Então, peço aqui também passo para o Congemas, Fonseias, para saber se tem algum informe. Congemas, Fonseias? Tem? Então, por favor. Boa tarde. Eu vou fazer de forma bem rápida e encaminhar na íntegra também, assim como os demais. O que eu... Com relação ao Fonseias, nós temos dois pontos que é bem interessante compartilhar com vocês. No dia 27 de novembro, em Cuiabá, nós

realizamos a reunião descentralizada e nessa reunião nós comemoramos os 30 anos do FONSEIAS e aproveitamos e comemoramos os 20 anos também da Política Nacional de Assistência Social no Brasil. E como destaque de toda a programação, que foi uma comemoração, mas com bastante conteúdo, eu quero fazer aqui o destaque até de pontos que foram discutidos no Conselho e trazidos pelo nosso presidente. O nosso presidente, Edilson, traz algo importante quando comentou sobre a questão da documentação, da documentação do CNAS, da importância de se buscar criar uma biblioteca virtual, porque são estratégias importantes para resgatar a história do CNAS. E assim nós também fizemos, enquanto FONSEIAS, no aniversário dos 30 anos, nós procuramos, liderado pela nossa presidente, Cíntia Grillo, nós procuramos resgatar um pouco da história do FONSEIAS. E foi bastante interessante o destaque das cartas, das cartas que foram lidas e apresentadas, e dos destaques de cada carta. Só vou citar aqui de forma rápida para vocês que não puderam participar, porque o MDS participou, o secretário Quintão esteve presente, Elias, o Edilson, o nosso presidente, a Clara, o Regis, entre outros membros do CNAS e também do MDS. Então, uma das cartas lidas foi a carta de Brasília, de 1994. A outra carta foi a carta de Salvador, de 1995. Também a carta de Santa Catarina, de 1997. A carta de Minas Gerais, de 1998. A carta de Espírito Santo, de 2022. A leitura da carta de Mato Grosso, de 1997. Também tivemos a carta de Goiás, a carta de São Paulo, de 1998. A carta de Roraima, em 2003. A carta do Mato Grosso, que acabei esquecendo a data aqui. A carta de Recife, de 2000. Então, como uma metodologia de resgatar a história do FONSEIAS. E nós temos a carta, que é a nossa carta de Cuiabá, que eu acho que até por uma questão de tempo a gente pode deixar, não é, Giovanna? A gente encaminha a carta de Cuiabá, mas o título da carta de Cuiabá foi o seguinte, Não há suas sem orçamento e não há direito sem suas. Esse foi o tema da carta de Cuiabá, a última, de 2024. Então, nós iremos encaminhar para vocês essa carta para conhecimento. E os pontos destacados na carta foi a regularidade e previsibilidade de repasses, rompendo com a dependência das emendas parlamentares e desenvolvendo a autonomia aos entes federados. O outro ponto foi a sustentabilidade da rede sócio-assistencial, com oferta contínua de serviços territorializados e a valorização dos trabalhadores dos seus. E o terceiro ponto da carta foi o fortalecimento do Pacto Federativo, promovendo equidade na distribuição de recursos e assegurando a participação efetiva de estados do Distrito Federal e municípios no planejamento e execução das políticas públicas. E também finalizamos dizendo que a conferência no próximo ano, a Conferência Nacional de Assistência Social, deve ser o espaço para reafirmar essa pauta como prioridade. A partir dela poderão se desdobrar as demais deliberações necessárias ao aprimoramento dos seus, mas sem esta base sólida, toda construção

estará em risco. Então, vamos encaminhar para vocês a carta de Cuiabá, a nossa última, mas aqui é só ratificando a importância realmente de resgatar as histórias por meio dos documentos, vídeos, enfim. E pensando na importância da história, também foi o Fonseias que instituiu a Política de Memória Institucional do Fonseias, com o tema Fonseias mais 30, História, Memória e Trajetória. E a política traz um pouco do que foi discutido aqui no CNAS em muitas falas de vocês e principalmente na fala do presidente. Essa política tem como diretriz a criação de uma base documental digital do acervo do Fonseias, incluindo atas, resoluções, relatórios e registros audiovisuais, recuperação e preservação de arquivos históricos, como registros de reuniões, entrevistas e eventos, estímulo à produção de relatórios de gestão anuais e encaixes temáticos com documentos, promoção de ações interativas para engajar diferentes públicos e a instituição de um grupo de memória institucional para monitorar e avaliar as ações da política. Claro que a política de memória está muito bem estruturada, desde as diretrizes, objetivos, recursos, metodologias, como vai acontecer. E o último ponto da reunião descentralizada do Fonseias foi o lançamento da nossa revista de 30 anos, que anualmente fazemos isso, que é um consolidado, um grande portfólio de boas práticas, experiências, vivências e artigos escritos pelos secretários, técnicos, enfim. E é bem interessante. Não foi possível trazermos agora, mas, na próxima reunião de fevereiro, iremos trazer para cada um dos nossos conselheiros para que possam também acompanhar as boas práticas que são selecionadas. E temos muita dificuldade de selecionar, porque são muitas boas práticas mesmo, mas selecionamos uma de cada secretaria para poder fazer parte da nossa revista. E a revista só cresce. Virou um livro bem grossinho. E é isso. Agradeço mais uma vez. E quero aqui finalizar e dizer que todas as demandas e encaminhamentos destinados ao Fonseias, mais uma vez ratificamos o nosso comprometimento com o que foi destinado ao Fonseias. Não é, Giovanna? Falamos em nome da nossa presidente, Cíntia Grillo, e de todas as demais secretárias. Muito obrigada. Obrigado. Obrigado. Falar que realmente foi uma metodologia muito importante utilizada pelo Fonseias, diferenciada. Foi muito bom o evento. Parabenizar aí pelo aniversário do fórum. Só queria destacar aqui duas coisas do informe da SNAS. Acho que, como está a transmitir, é importante falar da importância que tivemos agora da questão da Operação Raízes do Cedro. Cerca de 4 mil brasileiros já teve apoio do governo. E a gente chegou a um número de 5 mil pessoas pedindo apoio ao governo brasileiro. E a gente já teve 13 voos de repatriação, totalizando 2.663 retornados já para o Brasil. Tem outros informes aqui, mas que eu não vou passar. A gente vai passar para vocês, que é participação em eventos, realização de apoios técnicos, oficinas. Então, tem informes certificados emitidos nos cursos, pelo DG SUS, 17.929 certificações. Tem um

informe importante também que eu queria destacar para as entidades, que o Departamento da Rediç o Sustancial, a gente encaminhou o  f cio para 740 organizações de sociedade civil que estão com cebas para vencer. Agora, até o dia 30. E essas entidades não deram entrada nos protocolos. Então, a gente encaminhou, fez uma ação junto à ouvidoria ligando uma por uma, dizendo, olha, vocês receberam, por que não protocolaram? E muitas dessas organizações são aquelas que estão na portaria da Covid ainda. Então, talvez algumas entendam que não tem o que pedir renovação, não sei. Então, acho muito importante a intervenção do Min as, do Rendas com relação a isso. A gente está fazendo esse trabalho de ligar uma por uma, porque assim, se perder a cadeia de certificação agora, ela vai perder a imunidade, vai ter que entrar com o protocolo de concessão novamente. E aí, o tempo que ela tiver, por exemplo, se ela entrar no dia 1  de janeiro, o protocolo de concessão vai valer a parte do 1  de janeiro. Mas se ela entrar s  daqui a 2 meses, 3 meses, ela vai ficar sem certificação nesse período. Então, eu peço o apoio de vocês, a gente está fazendo assim. Inclusive, quero dizer que foi uma decisão nossa de não entrar apenas numa lógica burocrática. Assim, burocrática, não entrou, acabou, n ? Não, não   essa a nossa intenção, que ninguém perceba. Mas, infelizmente, a gente está com 740 entidades nessa situação aí. Então, peço o apoio de vocês para que possam nos ajudar também com relação a isso. Então, que excelente oportunidade, porque a minha instituição, a gente entrou com o processo, já está aí aguardando. Mas, alguns dias após entrarmos com o processo, nós recebemos uma ligação e essa ligação, aliás, foi para uma pessoa que os dados dela estavam no processo anterior e, no processo novo, ela já não constava como representante. E, depois de muita tentativa, no número que deram, a gente descobriu que era uma ligação de um golpe, porque não era para a gente fazer nada, não tinha dado nenhum para colocar, enfim. Então, ficamos ali sobre aviso. Três dias depois, eu recebi uma ligação e, aí, achei que era golpe de novo. E, aí, na hora que falaram assim, a gente precisa que você confirme o seu cargo e os seus dados para que a gente possa registrar aqui. Falei, não, eu não posso confirmar. E, aí, o e-mail que falaram na ligação, se você recebeu, nós não recebemos. Mas a gente entrou com o processo, o protocolo, já pediu o protocolo. Mas foram duas ligações e, na segunda, eu achei que seria a mesma coisa do golpe. Depois, fiquei sabendo que tinha ligação mesmo acontecendo. No e-mail, a gente colocava só isso, que iria... Mas o e-mail não recebeu. Não recebeu? Então, pode ter alguma coisa desatualizada na base de dados. Mas é isso, acho que é importante a gente... A gente vai reforçar no futuro Mineias e tudo. Ok. Mas, por favor, forcem. Conselheira Maria Carolina. Obrigada, presidente. Queria dar um informe muito rápido. Na verdade, uma notícia muito boa, que o SPL, que cria a Política Nacional de

Cuidados, teve uma aprovação recente, em tempo recorde, tanto na Câmara, quanto no Senado. No último dia 5 de dezembro, quinta-feira passada, foi aprovada no Senado. E eu queria deixar registrado aqui, também, um agradecimento a todos que se envolveram no processo de articulação para aprovação do SPL. Principalmente, a nossa deputada Benedita da Silva, que foi relatora na Câmara, e o nosso senador Paulo Paim, que foi o relator do Senado. Ambos entraram com requerimento de urgência, e a gente conseguiu ter essa tramitação recorde, a aprovação do PL, que institui a política e estabelece as suas diretrizes, os seus objetivos, os públicos prioritários, para que, a partir de agora, a gente consiga, já com arcabouço jurídico, uma segurança normativa, também, caminhar na instituição dessa política, que tem uma forte interlocução com os seus. Então, queria deixar aqui um agradecimento e informe para todos que, em breve, teremos a sanção do PL e aí se instituir a Política Nacional de Cuidados. Obrigada. Deixo claro que, enquanto LGBT, a gente precisa só se aprofundar mais. Querem falar de diversidade, mas não querem falar das nossas necessidades. A gente escutou muito falar da paternidade, que a gente apoia muito. Até eu, por ser uma pessoa, ser mãe, hoje ter meus três filhinhos, graças a Deus, ter minha família, construir minha família, e o direito à dignidade menstrual, a gente sabe que precisa avançar nessa pauta das mulheres em situação de rua, mas também reafirmar que a gente precisa discutir a identidade de gênero da população trans, principalmente a situação da saúde. Deixo aqui a minha solidariedade às trans que estiveram no encontro, que precisa também ter um acompanhamento. Às vezes, as mulheres têm seu direito garantido na saúde, no ginecologista, as trans, muitas das vezes, não têm, e começam a fazer o seu processo hormonal por conta própria, e isso agrava muito a saúde e também as aplicações de silicone industriais, que são clandestinos. Não existe uma política, não tem laboratórios que acompanhem essa população. E dizer que foi maravilhoso, e mais maravilhoso a fala que eu fiz para a Macaé, onde também chamei a atenção da ministra, que ela precisa falar da assistência social, fala-se de todas as políticas dentro do governo, mas não veio falar das suas, mas disse que estou muito feliz que, por mais uma oportunidade que o CNS me deu para estar representando, e nenhuma das minhas falas representando este Conselho, a gente consegue ir lá em Alagoas também. A ministra deu prazo até o término do encontro das mulheres de mandar o termo de adesão, e ontem só sosseguei até quando o governador do Estado, de uma hora da tarde, assinou o termo. E, logo, a gente vai estar lançando o nosso plano Ruas Visíveis. Então, dizer que foi muito bom esse ano ter passado com vocês, que venha mais vezes. Eu adoro ficar perto de vocês, sou chapinha, estressada, mas amo vocês tudinho. Obrigado! E eu vou ficar com saudade, gente! E lembrando que, na nossa primeira reunião de

fevereiro, eu estarei completando no dia 12, é o último mandato nosso. Não esqueça de trazer meus presentes! Mais alguém tem algum informe? Ismael! Boa tarde a todas e a todos! Venho aqui nesta tarde, presidente, falar de um momento que, está se comemorando o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual. Então, é visual. Então, venho aqui parabilizar a nossa conselheira coordenadora, que chamo de coordenadora, que fez uma questão dentro de mim. Ela me deu um entendimento muito grande dentro da Comissão de Política e parabilizar pelo seu dia, companheira, conselheira, coordenadora Solange Bueno, parabilizar todas as pessoas neste mundo, neste país, que são pessoas com deficiência visuais. O nosso conselheiro Beto Pereira também, todas as conselheiras e conselheiros, muito obrigado. Desde já, um Feliz Natal, um próspero Ano Novo. Vou deixar aqui minhas declarações. Vou estar na praia, senhor presidente, como estava conversando com algumas conselheiras e conselheiros aqui. Estou de relacionamento novo. Eu sei que está transmitido no YouTube, mas estamos juntos. Um abraço para todos e todas e um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Sim, senhor. Conselheira Solange Bueno. Conselheira Solange Bueno. Bom, já dei esse informe na trimestral, mas retomo ele, que nós, nos dias 11 e 12, realizamos o Encontro Nacional do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único aqui em Brasília. E, no dia 13 de novembro, fizemos a nossa plenária nacional, elegendo uma nova coordenação. Nós, enquanto Fórum Nacional, senhor presidente, enviamos o ofício de agradecimentos ao Conselho Nacional, a nova nominata, e também nós temos a nossa carta, a Carta Nacional de Brasília dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social, que foi tirada no segundo Encontro Nacional. Então, eu gostaria de pedir a vocês da coordenação executiva, que encaminhassem a todas e todos os conselheiros a nossa carta do segundo Encontro Nacional dos Usuários do SUAS. Obrigada. Obrigado, conselheiro. A carta está nos informes da Secretaria Executiva e da Presidência, que será encaminhada para todos via WhatsApp, e-mail, para que tomem conhecimento do teor da carta, assim como a carta do Fonsez também. Mais algum informe? Não, então, não havendo mais informes, eu vou sugerir aqui que tem um assunto que a sociedade civil precisa dialogar. Diga. Presidente, licença, só uma questão também que ficou pendente no relato da presidência ampliada, foi a indicação do ponto focal nas comissões para contribuir com a proposta da consulta pública sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que ficou dos coordenadores passarem esses nomes, os pontos focais que vão fazer esse trabalho para estar sendo apreciado na comissão e depois ir para o Plano de fevereiro para estar igual o que o conselheiro Régis solicitou, que fosse feita uma contribuição só do Conselho Nacional. Então, a gente precisa desses nomes. Secretária Taís? Taís? Esclarecer só como nós vamos trabalhar com o ponto focal. Nós já

escolhemos o nosso. Não, é da comissão de benefício. Eu queria fazer um encaminhamento aqui. Precisa sair daqui os nomes? Hoje não, né? Oi? Não, é isso. Eu não vou suspender a reunião. Eu vou encerrar a reunião e aí vai ficar a decisão que você pediu, um ponto de pauta. Eu vou encerrar pelo YouTube e aí a gente só insere a questão que falta inserir, que é a indicação dos nomes lá. Que ficou pendente para a Sociedade Civil indicar. É isso, mas eu estou pedindo que a gente valide. Eu vou encerrar para poder encerrar oficialmente via YouTube. Na reunião aqui, vocês já indicam. A gente continua aqui e indica. Porque, senão, a gente fica para lá e para cá. E outra coisa, tem uma confraternização daqui a pouco que, gentilmente, os conselheiros governamentais estão ofertando. Então, um lanchinho. A gente tinha pedido um lanche assim, na verdade, mas, infelizmente, foi negado. Até a gente tinha condição de vir pela nossa lata de eventos, mas a gente teve uma negativa por conta de dois dias de atraso. Mas, mesmo assim, nós nos mobilizamos porque nós somos justos, porque a gente trabalha demais e a gente tem um lanchinho de encerramento finalmente no final de ano. Então, é isso. Rédio, você tinha pedido? Eu tinha pedido. Então, a conselheira Margareth. Não, é minutinho. Eu estava achando que ia suspender e não levantei a plaquinha. Não, é só para, nesse final de ano, agradecer a todos os conselheiros e conselheiras, Sociedade Civil, Governamental, a Secretaria Executiva, o pessoal da filmagem, aqueles que não assistiram pelo YouTube. Foi um ano intenso e tenso para a gente. Trabalhamos muito. Talvez a gente não conseguiu agradar a todos, mas a gente fez o que foi possível e só desejar os conselheiros e conselheiras a todos os trabalhadores aqui da Secretaria Executiva e de todos os conselhos um feliz Natal e um ano novo repleto de realizações e que a gente volte em 2025 firme e forte, porque vamos trabalhar o dobro, anos de conferência. Então, a gente precisa descansar nesse recesso. É isso. Agradecer esses momentos em que convivemos juntos, esse grande aprendizado. Obrigado. Obrigado. Obrigado, conselheira. Quero, então, como a gente está combinando aqui, vou fazer o encerramento oficial. A Sociedade Civil, na verdade, permanece um pouquinho, só aqui para decidir, mas também quero agradecer a confiança desse conselho depositado na presidência, na minha pessoa e na pessoa de Márcia, que, infelizmente, não está aqui conosco hoje. Dizer que é uma parceria que a gente faz, eu sempre tenho reforçado que um conselho, ele funciona não só com um segmento, mas ele funciona bem com essa parceria entre Estado e Sociedade Civil. Isso não significa que a gente não tenha discordâncias, isso não significa que a gente não tenha conflitos construtivos para construir novas soluções, mas significa que todos nós estamos imbuídos aqui de um mesmo espírito, não necessariamente do espírito natalino, mas um espírito, na verdade, de fortalecimento dessa política pública, de

defesa da proteção social, de defesa da cidadania. Aproveito também para agradecer essa relação respeitosa, que eu acho que é o princípio fundamental para que qualquer órgão colegiado ele possa funcionar. Acho que o respeito, acima de tudo, é algo fundamental, inclusive nos momentos dos nossos embates, que são importantes. Os embates que são estabelecidos aqui nesse conselho não são embates entre pessoas, mas são embates entre ideias, entre pontos de vista, entre questões de defesa mesmo dos seus segmentos também, mas são embates importantes, necessários. E reafirmar que, para o ano de 2025, a presidência desse conselho continuará firme na defesa da política pública, firme e forte, com a bênção de todo o universo, de Deus, dos orixás, dos santos. Terminamos esse mandato, essa reunião. A gente termina num dia importante hoje também, que é dia de uma santa católica, também é Santa Luzia para quem é católico. Também alguns sincretismos, também sincretizado com o Minhansan. Então, acho que é um dia muito significativo e um dia treze, que é um dia bom também. Celebrando a política de cuidados que foi aprovada. Estamos com esse desafio agora do BPC, mas com certeza a gente vai chegar também a consensos, vai chegar a boas soluções, a gente acredita nisso. Então, quero mais agradecer ao Dendura, que me ajudou na construção dessa reunião. A gente terminou o ano cansado, mas com a sensação de que nós fizemos muitas coisas. Já peço à Secretaria Executiva que faça um levantamento para encaminhar todos os conselheiros e a gente divulgar nas redes sociais também um levantamento das principais atividades desse conselho esse ano. Já tem, já mandou? Isso, o relatório de atividades. Então, mandar o nosso relatório de atividades e dar publicidade ainda esse ano do quantitativo de resoluções que a gente aprovou, do quantitativo dos principais pontos de pauta, do quantitativo de pessoas que a gente esteve nas nossas reuniões, nas nossas representações institucionais. Acho que é muito importante a gente mostrar para a sociedade o trabalho importante, fundamental que esse Conselho Nacional de Assistência Social vem desenvolvendo. E que venha 2025 aí que a gente tenha cheio de força, de vontade de trabalhar. Descansem, aproveitem o Natal, aproveitem a praia, Ismael. Eu também vou aproveitar. Certo? E é isso. Sigamos juntos, juntos, juntos aí, para tudo que tiver pela frente, porque tem muito trabalho aí pela frente. Um bom Natal, um bom Natal e um excelente Réveillon para todo mundo e até... Até janeiro, né? Ah, sim! Até janeiro. Janeiro. Então, eu vou encerrar vou encerrar aqui a transmissão pelo YouTube e a gente tem aqui um sorteio para fazer de uma sacolinha e de mais cinco relatórios que foram deixados para nós. Eu esqueço, eu peço perdão, mas eu era para trazer o professor Edvaldo Bernardini, não podia deixar. Ele mandou alguns livros para sortear no Conselho também. E, infelizmente, eu esqueci, tá? Mas, na primeira reunião de fevereiro,

eu trago os livros para sortear aqui entre vocês. Acho que são quatro livros para sortear. Eu não lembro a quantidade lá. Ok? Tá? Presidente, se me permite 30 segundos. Sim. É só para complementar a minha fala do Informes. Em nome do Fonseca e da Presidente Cintia, agradecer a participação mais uma vez do MDS, nosso secretário, você, Marcílio, todos que estiveram e agregaram muito valor à nossa programação com os conteúdos temáticos, com as mesas temáticas que vocês contribuíram de forma exponencial. E aí também quero aproveitar e informar para vocês que existe uma releitura de Nada para nós, sem nós, Tudo para nós, conosco. Acho que lá a gente usa essa expressão porque ela é mais impactante. Tudo que é de bom para nós tem que ser conosco. E é isso. Muito obrigada e também desejar um Feliz Natal para todos vocês e ratificar o quanto eu me sinto honrada de fazer parte desse colegiado. Muito obrigada mesmo. Obrigado, conselheira. Então, agora vamos lá. Como é o sorteio aqui? Eles receberam números? Sim, receberam números. Aldenura, bora. Pega aqui o número, Aldenura. Pega dois que eu pego dois. Só um? Não. Pega dois que é um para cada. Pode? Pode. 22. 22. 22. Vai. 11. 18. O último é a sacola. 26. Não está aqui 26. 12. 12. 12. Também não. Já entregou dela? Tem mais dois. Tem mais três. Tem mais três. Número um. A Ana. E agora a sacola. Número três. Não está aqui três. Número... 29. Nossa! Alessandro. Alessandro. Então, gente. A gente vai deixar a sociedade civil decidir a questão. É com todo mundo ou é só com a sociedade civil? Com a sociedade civil. Ah, então vá. Não adianta. Eu não tenho sorte. Então vamos lá, conselheira. Por favor. O lanche está esperando ali. Bora. Ah, sim. Vamos fazer também. Mas deixa só resolver essa questão aí que Margareth quer colocar. Não foi encerrada ainda oficialmente. Foi encerrada pelo YouTube só. Vamos lá. No YouTube, sim. Aqui não. Continua gravando. Então, conselheiros... Não, gravando está. Não está no YouTube. Gravando está. Por isso que a reunião não foi encerrada ainda. Então, conselheiros, é assim. Cada um indicou os conselheiros e estavam todos compostos. Então tinha uma vaga para conselheiro. Como usuários tinham dois, ficou uma vaga, lembra? Uma vaga para a entidade e uma vaga para os trabalhadores. A entidade, não me lembro quem foi indicado, e trabalhadores indicaram... Catarina. Catarina. E ficou na vaga. E Irene ficou na vaga daqui. Apesar do que a gente discutiu, de que a gente... Ontem, na P.A., como houve aquele estresse em relação aos efeitos de alteração de data, de alteração de data, e para que a gente amenizasse esse esgarçamento, a gente iria indicar a Júcia Leite, representando o CFS. Mas, aqui, na bancada dos trabalhadores, o nome dela não passou, não foi por ela, não, mas foi mais no sentido de que como a Irene está na comissão de acompanhamento aos conselhos, a justificativa foi essa. Não justificaria a questão do CFS ter mudado a data, mas a decisão de ser a Irene foi pelo fato

de a Irene estar na comissão de acompanhamento. É das deliberações a Irene está. Não, não está passando outubro, não. É disso que estou falando. Sim. Então, assim, para definir, aí os conselheiros fizeram a composição da comissão organizadora. Então, nós iríamos chamar pessoas externas para compor as subcomissões. Correto? Hoje, os trabalhadores tiveram duas indicações. A ex-conselheira Sandra, que eu falei ok, mas também fizemos uma reunião online com a Júcia Leite, e a Júcia Leite também colocou o nome dela. Como ela é conselheira e não entrou nenhum conselheiro, e para não ter nenhum estranhamento com a sociedade civil, principalmente, porque o governo, a gente não sabe o que pensa, mas assim como a sociedade civil não colocou nenhum nome de conselheiro, aí os trabalhadores, a ponto, poderiam criar algum constrangimento. Então, eticamente, a gente pediu para dialogar com a sociedade civil, eu botei no grupo, mas, claro, o pessoal está aqui envolvido na reunião, só três usuários responderam, aí eu pedi o Ed, então, para ter esse momento de saber. Está tudo bem? A Júcia Leite, enquanto conselheira, está tudo bem indicar o nome dela? Não como conselheira, é técnico científico. Na condição de pesquisadora, ela é conselheira, mas não estará lá como conselheira. Então, a gente está deixando bem aberto para vocês, se for, tudo bem, se não for, então, a indicação vai ser da Sandra. Deixa eu já me manifestar aqui, eu já falei para a Margareth, eu não vejo nenhum problema, inclusive, do ponto de vista da praticidade de não ter uma passagem a mais para a gente ter que emitir, inclusive, não vejo nenhum problema da indicação a pessoa com um currículo espetacular, enfim, professora de mestrado, não vejo nenhum problema da indicação da conselheira. E, para nós, acho que facilita porque é uma passagem a menos também que a gente vai ter que pagar, porque ela já vai estar aqui como conselheira, vem um dia antes já para ficar também na comissão organizadora. Só para dizer uma coisa também, que acho que precisa ficar claro, gente, nessas comissões, nós estamos lá indicados como conselheiros, como não conselheiros, enfim, acho que a contribuição da Jusce na comissão científica, inclusive para dialogar com quem a gente está convidando externamente é fundamental, é essencial, mas, por exemplo, a gente tem vários conselheiros da sociedade civil, estou lá na comissão, que entendem de listação, que vão poder ajudar e que serão chamados pela gente. A gente está lá, quem está lá, mas a relação é colaborativa, a gente precisa pedir socorro, vai pedir, não dá para a gente... Vou ligar para a Emelene quando tiver que ligar, vou ligar para outro quando tiver que ligar para pedir socorro, porque a relação colaborativa é essa. Aquele é um lugar que precisa ser ocupado com um nível de responsabilidade, mas precisa entender que a relação é colaborativa. Todos, em algum momento, serão demandados. Acho que é isso que precisa ficar claro. Então, Margarete, as

perguntas aqui, alguém tem alguma coisa... Alguém tem alguma coisa contra a indicação que a sociedade civil, o segmento trabalhador está fazendo? Tem? Então, não havendo nada contra, acho que a gente pode fazer a indicação, ok? Agora, falta a indicação de mais dois. Sim? Nós ainda não fechamos. A indicação das entidades, Carlos Nambu. Carlos Nambu. Ainda não. Não. Não. Conselheiros, aqui a gente ainda está tratando da indicação de colaboradores para a Subcomissão Técnico-Científico. Conselheira Margarete. Não, é que ela está falando da CAC. O Ismael está vendo a ordenora aí. Chama ela. Quem mais? Falta... Falta um. Sim, nós temos que fechar os usuários. Não fechamos. E aí? Vocês estão fechando agora? Estou esperando a ordenora. Estou esperando também na CAC. Na CAC? É porque tem que deixar registrado na gravação. Os pontos focais podem ser depois. É que esse ponto aí, especificamente, não pode ser depois. Tem que ser agora, tem que ficar registrado. É, para ter a concordância de todo mundo. Já tem o nome, conselheira? Já. Como eram três vagas, nós tínhamos conversado um pouco na sociedade civil, que as entidades indicariam alguém, os trabalhadores também. E, obviamente, os usuários fechamos no nome da conselheira, uma vez que a Júlia Leide, na qualidade de conselheira, pode participar. Nós estamos indicando o nome da Maria Gonçalves. Maria Gonçalves. Ok, excelente. Então, fechamos todos os nomes e fica a questão das indicações dos pontos focais para depois passar tudo. Só uma boa notícia, já está no ar a nossa consulta pública da Resolução 15. Então, por favor, divulguem. Divulguem os conselhos aí. Então, é isso. Terminamos, ok? Agora sim, vamos lançar, tá bom? Finaliza, então. É a foto. Vamos tirar a foto lá fora, no lanche. A foto é a outra. A foto é a outra. A outra vai ser a foto.